DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

ISSN 2595-9387

VOL. 1, Nº 1 - NOV. 2018

PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL / UFRGS

DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL / UFRGS

ISSN 2595-9387

Vol.1 - Nº1

Maio / Novembro 2018

Porto Alegre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Carlos Henrique Vasconcellos Horn

CENTRO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
Diretor: Marcelo Antônio Conterato

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Leonardo Xavier da Silva

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Coordenador: Fabian Scholze Domingues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Ricardo Dathein

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
Coordenadora: Gabriela Peixoto C. de Souza

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Mielitz Netto (FAO), Octavio Augusto Conceição Camargo Conceição (UFRGS), Eric Sabourin (CIRAD - França), Armando Lírio de Souza (UFPA), Steven M. Helfand (Universidade da Califórnia, EUA), Castilho Amilai (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique), Norma Kiyota (IAPAR), Renato Sérgio Jamil Maluf (CPDA/UFRRJ), Artur Fernando Arede Correia Cristovão (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal), Pedro Arbeletche (Universidad de la Republica Uruguaya,Uruguay), Karen Becker Fritz (UPF), Marcus Vinicius Alves Finco (UFT).

COMISSÃO EDITORIAL
Alessandra Matte, Jalcione Almeida, Renata Menasche, Sérgio Schneider, Tatiana Engel Gerhardt, José Carlos dos Anjos, Leonardo Xavier da Silva, João Armando Dessimon Machado.

EDITORA
Daniela Dias Kühn

EDITORES ADJUNTOS
Ana Monteiro Costa (UFPE)
Paulo Dabdab Waquil

ASSISTENTE EDITORIAL
Carima Oliveria Atyel

REVISÃO DE TEXTO
Marina Leivas Waquil

EDITORAÇÃO E CAPA
Fábio Alt
Júlio Alt

LOGOMARCA
Victor Girardi

Os materiais publicados na revista Desenvolvimento Rural Interdisciplinar são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos desde que seja citada a fonte. Trabalhos publicados devem ser submetidos pelo site https://seer.ufrgs.br/revpgdr.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Desenvolvimento rural interdisciplinar / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) – Vol. 1, n. 1 (maio/nov. 2018) - . – Porto Alegre : UFRGS/PGDR, 2018-

Semestral.

ISSN: **2595-9387**

1. Desenvolvimento rural. 2. Políticas públicas. 3. Segurança alimentar e nutricional. 4. Sistemas agroalimentares. 5. Sociedade e ambiente. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas II. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

CDU 631.1.016

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

DESENVOLVIMENTO RURAL

INTERDISCIPLINAR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO P.9 -11

ARTIGOS

O (re)despertar da vida comunitária por meio da memória dos antepassados: o caso da comunidade rural de Linha Acre – Cândido Godói (RS)
Rejane Inês Kieling P. 12 - 37

Cooperativas de crédito rural solidárias como sistemas sociais autopoiéticos: (im)possibilidades para a mudança social
Marcia Eliana Martins
Rennan Lanna Martins Mafra P.38 – 74

Percepções de trabalhadores da cooperativa de crédito rural Cresol Chapecó: um estudo de caso sobre o PRONAF
Juliano Luiz Fossá, Lauro Francisco Mattei, Dunia Comerlatto, Rosana Maria Badalotti
P.75 – 104

Os efeitos do PAA e PNAE nas práticas organizacionais de coopertivas e propriedades da agricultura familiar no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul
Tatiana Fátima Stürmer da Rosa, Marlise Amália Reihner Dal Forno
P. 105 - 137

A importância da ATER para a agricultura familiar do Território do Sertão Ocidental de Sergipe
João Ernandes Barreto Nascimento, Fernana Viana de Alcantara, José Eloízio da Costa, Marcelo Alves Mendes
P. 138 - 165

Transações e comportamento oportunista na suinocultura gaúcha
Mauro Barcellos Sopeña, Alessandro Porporatti Arbage, Karine Faverzani Magnago
P.166 - 205

DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

FOTOGRAFIA DE CAPA

A colheita ademais escassa
Garante a (sobre)vivência
Demonstrando resiliência
Do agricultor que a transpassa

(Sobre)vivências
Acampamento Emilizano Zapata, Sousa – Paraíba, 2018
Luymara Pereira Bezerra de Almeida – Mestranda PGDR

PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL / UFRGS

APRESENTAÇÃO

No ano em que iniciamos as comemorações dos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) propomos a organização de um periódico que contribuísse para a divulgação de trabalhos e debates que envolvem os temas pertinentes ao amplo campo de estudos do desenvolvimento rural. Desta proposta surge a revista Desenvolvimento Rural Interdisciplinar.

A partir da contribuição de diversos pesquisadores, tanto aqueles que confiaram seu trabalho a um nascituro periódico, quanto aqueles que se envolveram no processo de divulgação e avaliação desta primeira chamada de trabalhos, foi possível compor esse primeiro número (já com perspectivas e trabalhos para os próximos).

Assim como não é fácil adentrar aos debates sobre as definições que envolvem o processo de desenvolvimento rural, alguns desafios foram superados para que tivéssemos hoje a oportunidade da leitura deste conjunto qualificado de trabalhos.

Para esse primeiro volume foram selecionados seis trabalhos envolvendo diversos aspectos do desenvolvimento rural. No primeiro artigo ("*O (re)despertar da vida comunitária por meio da memória dos antepassados: o caso da comunidade rural de linha acre - Cândido Godoi(RS)"),* a autora Rejane Inês Kieling traz ao debate do desenvolvimento rural a importância e necessidade da recuperação de significados e valores simbólicos que estão associados ao modo de vida que ocorre no ambiente rural. A autora apresenta, a partir da construção teórica do *homo economicus* e do *homo moralis* a experiência de uma localidade que, para construir o futuro, se debruçou sobre o passado.

No artigo "*Cooperativas de crédito rural solidárias como sistemas sociais autopoiéticos: impossibilidades para a mudança social"*, os autores Márcia Eliana Martins e

Rennan Lanna Martins Mafra analisam uma experiência de cooperativa de crédito rural sob a ótica dos sistemas sociais autopoiéticos, de Humberto Maturana. O artigo traz ao debate das instituições cooperativas a transformação que ocorre a partir dos cotidianos que convivem nas relações que se estabelecem. Elementos da complexidade dessas relações são apresentados e indicam como ocorrem essas transformações. Os autores apresentam brevemente o histórico da formação das cooperativas no Brasil e apresentam os principais elementos teóricos que utilizaram na análise, para em seguida problematizar como a normatização das relações estabelecidas no cooperativismo solidário pode ser influenciada, e transformada, colocando em jogo, os próprios objetivos porque esse tipo de instituição se organiza primordialmente.

No terceiro trabalho, o tema do cooperativismo segue em debate e Juliano Luiz Fossá, Lauro Francisco Mattei, Dunia Comerlatto e Rosana Maria Badalotti apresentam "*Percepções de trabalhadores da Cooperativa de Crédito Rural Cresol Chapecó: um estudo de caso sobre o PRONAF*". Neste caso, a cooperativa é analisada a partir de uma referencial teórico que percebe a relação da instituição em relação aos serviços prestados e à articulação/operacionalização de uma política pública. O PRONAF é apresentado como uma importante conquista política da agricultura familiar que se operacionaliza de forma a atender o público específico dentro do Sistema de Cresol de crédito cooperativo. A partir da realização de entrevistas, os autores identificam a percepção dos colaboradores da cooperativa em relação ao acesso a serviços bancários e à política pública.

No artigo de Tatiana Fátima Stümer da Rosa e de Marlise Amális Reihner Dal Forno, a análise das políticas públicas no meio rural se dá tendo como objeto de estudo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE). Em *"Os efeitos do PAA e PNAE nas práticas organizacionais de Cooperativas e Propriedades da Agricultura Familiar no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul*" as autoras procuram identificar se a adesão aos programas representou mudanças em relação às práticas organizacionais existentes. Na pesquisa de campo as pesquisadoras identificaram que várias ações foram promovidas visando o acesso às políticas públicas, o que alterou o repertório de estratégias de tomada de decisão dos envolvidos.

A Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) tem sua atuação destacada no trabalho *"A importância da ATER para a agricultura familiar do território do Sertão Ocidental de Sergipe"*. Os autores João Ernandes Barreto Nascimento, Fernanda Vieira de Alcantara, José Eloízio da Costa e Marcelo Alvez Mendes identificaram quais são os desafios

e as potencialidades da atuação dos extencionistas públicos. O artigo apresenta a importância da ATER para o acesso às políticas públicas e em que medida os serviços estão, de fato, a disposição daqueles que mais necessitam no território estudado.

O sexto artigo desta edição traz uma análise interessante sobre o elementos do processo de integração na suinocultura gaúcha. Mauro Barcellos Sopenã, Alessandro Porporatti Arbage e Karine Faverzani, utilizando a análise *fuzzy*, identificam o comportamento, mais ou menos oportunista, dos agentes envolvidos no processo. No trabalho *"Transações e comportamento oportunista na suinocultura gaúcha"*, a inovação metodológica permitiu aos autores identificar graus e ambientes de oportunismos, associados a integradora e aos produtores integrados.

A DRInter deseja a todas e todos uma boa leitura!

Editores
https://seer.ufrgs.br/revpgdr
https://www.facebook.com/DesenvolvimentoRuralInterdisciplinar/

DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

O (RE)DESPERTAR DA VIDA COMUNITÁRIA POR MEIO DA MEMÓRIA DOS ANTEPASSADOS: O CASO DA COMUNIDADE RURAL DE LINHA ACRE – CÂNDIDO GODÓI (RS)

The (re)awakening of community life by means of the ancestors' memory: the case of the Linha Acre rural community - Cândido Godói (RS)

Rejane Inês Kieling[1]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo principal compreender como a memória presente no cotidiano de famílias e comunidades do meio rural pode ser um importante elemento na recuperação de significados e valores simbólicos associados ao modo de vida dos antepassados que foram sendo negligenciados com a introdução paulatina, no seio de comunidades rurais, de hábitos e costumes mais próximos ao modo de vida urbano. Nesse sentido, o referencial teórico utilizado esteve pautado, primeiramente, no entendimento do fenômeno associado ao desaparecimento do rural e à presença de um comportamento híbrido, percebido pela presença de características tanto do *homo economicus* como do *homo moralis*. Na sequência, buscou-se apoio na literatura de autores que se debruçam sobre a compreensão da memória como o elo entre o passado e o presente que é capaz de modificar o futuro. A pesquisa foi realizada com moradores da comunidade rural de Linha Acre, pertencente ao município de Cândido Godói-RS, que faz parte da região da Grande Santa Rosa, considerada o berço nacional da soja. Como metodologia, foi usada a história de vida, com a coleta, durante dois anos de convívio nessa comunidade, de relatos orais de 24 moradores, divididos em três grupos específicos: idosos, produtores tradicionais e produtores tradicionais que fazem parte do grupo de orgânicos. Nas observações e nos relatos orais dos entrevistados, foi possível concluir que, na forma como a comunidade pesquisada configura sua memória coletiva, existe a presença de *campesinidades*, identificadas pela manutenção de um modo de vida com hábitos e costumes dos antepassados, o que se verifica tanto em atividades como festas, jogos, objetos, entre outros, quanto no grupo de produção orgânica. em que foram relatadas práticas que envolvem *saberes* dos antepassados e de revitalização do convívio comunitário.

Palavras-chave: Memória individual e coletiva. *Campesinidades*. Vida comunitária.

[1] Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora nas disciplinas de Fundamentos de Economia e Metodologia de Pesquisa - na graduação e pós-graduação na ESCOOP. Endereço Eletrônico: rejanekieling@hotmail.com

ABSTRACT
The main purpose of this article is to understand how the memory present in everyday life of rural families and communities may be an important element in retrieving symbolic meanings and values associated with the way of live of their ancestors, which have been neglected while habits and customs close to those of the urban way of life were gradually introduced into the life of said rural communities. In this regard, the theoretical framework used was based above all on the understanding of the phenomenon associated with the disappearance of the rural and the presence of a hybrid behavior perceived by the presence of the characteristics of both *homo economicus* and *homo moralis*. Then, the literature of the authors focused on understanding the memory as a link between the past and the present which is capable of modifying the future was examined. The survey was carried out among the residents from the rural community of Linha Acre that belongs to the municipality of Cândido Godói-RS which is part of the Greater Santa Rosa considered as the birthplace of national soybean agriculture. The life history method was used and oral accounts of 24 residents divided into three specific groups: the elderly, traditional producers, and traditional producers who are part of the group of organic producers were collected over 2 years of interaction with this community. The observations and oral accounts allowed concluding that there are peasantries identified by the preservation of a way of life with habits and customs of the ancestors in the manner in which the researched community configures its collective memory, which is verified both in such activities as games, objects, among others, and in the group of organic producers in which the practices involving the knowledge of the ancestors and community revitalization were reported.
Key Words: Individual and collective memory. Peasantry. Community Life.

1. INTRODUÇÃO

A comunidade rural de Linha Acre, pertencente ao município de Cândido Godói (RS) e situada na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, tem sua origem associada ao deslocamento dos imigrantes alemães que saíram das "colônias velhas" em direção ao Noroeste do estado ajudados por agências colonizadoras que procuraram dividir os lotes de terra de acordo com a origem étnica desses imigrantes, bem como a partir de sua religião, atendendo aos objetivos de homogeneização cultural dessas comunidades.

A comunidade pesquisada pode ser considerada um caso típico de localidades sustentadas na agricultura familiar que passaram e estão passando por profundas transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura. Essas transformações extrapolam questões puramente econômicas e adentram em âmbitos mais profundos, vinculados ao cotidiano das famílias e da comunidade como um todo.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo central apresentar uma reflexão no que diz respeito às mudanças

em termos da importância da vida comunitária na localidade estudada decorrentes das alterações de comportamento dos atores sociais que se manifestam no ambiente coletivo devido ao processo de modernização da agricultura.

Tendo como premissa que a memória dos antepassados possa ser revivificada por meio de práticas observadas no cotidiano das famílias e da comunidade e estimuladas em projetos de produção orgânica como o que está em andamento nessa localidade, o eixo norteador desta reflexão está pautado no entendimento de que a memória coloca-se como um importante elemento de reconstrução de vivências comunitárias pela sua capacidade de, ao trazer o passado para o presente, poder ampliar o ângulo de visão desses atores sociais sobre o território a que pertencem, capacitando-os a buscar alternativas alicerçadas na compreensão de que essas devam ser construídas a partir de ações do tipo *down-up*.

A pesquisa junto à comunidade rural de Linha Acre foi realizada durante os anos de 2016 e 2017 em períodos de convívio com os moradores nos quais foi possível captar as sutilezas que envolvem a identificação do modo de vida dos antepassados presente nas manifestações da memória individual e coletiva dessa comunidade. Para os registros mnemônicos dos entrevistados, bem como suas percepções sobre as transformações da vida comunitária, a história de vida foi utilizada como metodologia. Como técnica para coleta de dados, para a obtenção dos relatos orais, foi utilizada a história oral, com o auxílio de questões norteadoras.

Ao longo do período destinado à coleta de dados, foram realizadas visitas à comunidade estudada, totalizando 24 entrevistas divididas em três públicos de interesse: idosos, produtores tradicionais e produtores tradicionais que fazem parte do grupo de produção orgânica desenvolvido pela Emater/RS-Ascar[2]. Os produtores tradicionais, separados em grupo específico de análise, são indivíduos que não fazem parte do projeto de orgânicos, e o grupo específico denominado tradicional/orgânico é composto por produtores que exercem as duas formas de

[2] Para fins de apresentação dos relatos orais, os entrevistados foram classificados da seguinte forma: IDOSO(A), divididos conforme classificação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Grupo 1: idosos jovens, pessoas que têm entre 60 e 70 anos de idade; Grupo 2: medianamente idosos, pessoas a partir de 70 até 80 anos de idade; e Grupo 3: muito idosos, acima de 80 anos; TRADICIONAL (agricultores que se dedicam exclusivamente à produção de grãos e leite) e TRADICIONAL/ORGÂNICO (agricultores que se dedicam à produção de grãos e leite, mas fazem parte do grupo de orgânicos).

atividade rural, aos quais foram direcionadas questões tanto da produção tradicional de grãos e leite como as que são relacionadas ao projeto de orgânicos.

2. AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS NA COMUNIDADE RURAL DE LINHA ACRE

A partir de relatos orais dos moradores da comunidade rural de Linha Acre entrevistados durante o período de coleta de dados para a realização da pesquisa, foi possível constatar que se trata de uma comunidade que guarda na lembrança tempos de dificuldade, narrados[3] pelos antepassados que migraram em busca de terras para o cultivo e lugar seguro para morar, e também tempos de pujança, devido à dinâmica da economia local. Contudo, na atualidade, percebe-se um misto de orgulho e de tristeza: orgulho pelo que já foram e que os capacitaria, portanto, para recuperar tal *status*; e tristeza por perceberem o esvaziamento da comunidade, principalmente em função da falta de interesse por parte dos mais jovens, que, segundo os entrevistados, não percebem oportunidades no local.

Segundo os relatos de alguns moradores, na década de 1950, a comunidade tinha uma população estimada em 600 pessoas. Na igreja, eram rezadas missas todos os domingos. O salão de bailes era o segundo mais frequentado da região, perdendo somente para o salão de Cândido Godói, atual município ao qual pertence a comunidade. Conforme os moradores entrevistados, na década de 1960, a comunidade de Linha Acre (que então pertencia ao município de Giruá) havia sido cotada para ser emancipada e receber a paróquia, o que não aconteceu, remanescendo a casa canônica, que foi construída com o objetivo de atender às exigências para tornar a igreja de Linha Acre uma paróquia.

O sentimento de pujança manifestado pelos moradores no que se refere ao dinamismo dessa comunidade no passado pode ser exemplificado com os estabelecimentos comerciais que existiam

[3] Tais narrativas dos antepassados devem ser compreendidas a partir dos ensinamentos de Pollak (1992) sobre os acontecimentos que são "vividos por tabela". Segundo esse autor, "são acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não" (POLLAK, 1992, p. 201).

na Linha Acre desde a sua origem até a década de 1950.

Quadro 1 - Estabelecimentos comerciais na Linha Acre (1920-1950)

Estabelecimento	Proprietário/empreendedor	Década
Serraria	Germano Krein	1920
Marcenaria	Adão Carlos Dill	1920
Moinho	Alberto Matte	1920
Selaria	Herberto Bohn	1940
Olaria	Germano Krein	1940
Oficina	Balduino Dill	1940
Alfaiataria	Silvano Swertner	1940
Alfaiataria	Norberto Beck	1940
Gerador de energia – capacidade 10 residências	Alberto e Pedro Matte	1950
Gerador de energia – capacidade 4 residências	Balduino Dill	1950
Consultório odontológico	Aluisio Braun	1950

Fonte: dados retirados do documento "A Linha Acre conta sua história" (1998).

Além dos estabelecimentos citados no Quadro 1, durante as conversas que se deram em visitas realizadas às casas dos moradores idosos, foi mencionada a existência de casas de comércio denominadas "Bolichos", nas quais era oferecida uma grande variedade de mercadorias, até mesmo tecidos para confeccionar roupas. Como nem tudo o que as famílias produziam era consumido por elas, essas casas de comércio aceitavam os excedentes da produção em troca de itens que necessitavam, tais como: sal, açúcar, material de higiene, entre outros. Tal prática facilitava as transações comerciais para os moradores, pois o deslocamento para localidades onde pudessem comprar seus produtos, como Santa Rosa, Giruá, Cerro Largo e Santo Ângelo, era de difícil acesso. Além disso, nos "Bolichos", os moradores podiam vender produtos, como a banha, e recebiam em dinheiro, o que permitia uma pequena circulação de moeda na localidade. Até a década de 1990, ainda existia uma casa comercial desse tipo, que pertencia à família Klein. Depois disso, não houve mais a abertura de nenhum empreendimento comercial voltado ao atendimento das necessidades de consumo diário dos moradores de Linha Acre, que são satisfeitas, nos dias atuais, somente

com o deslocamento para os centros urbanos próximos.

Durante o período de coleta de dados, foi possível constatar que a Linha Acre é vista de forma pejorativa por moradores do meio urbano[4] e também por parte dos moradores da comunidade entrevistados, que apontam seu potencial desaparecimento. A comunidade possui, atualmente, uma população, estimada pelos moradores, de 240 pessoas, o que representa, mais ou menos, 60 famílias. A escola está inoperante desde 2002 e o comércio local se restringe a uma cooperativa que atende somente às demandas dos produtores rurais na compra de insumos e uma casa que trabalha com salgados e pizzas, que funciona no prédio da antiga escola. Na igreja, as missas são raras, acontecem apenas em datas comemorativas e, aos domingos, as práticas religiosas são realizadas graças à dedicação de um ministro da eucaristia, que realiza cultos e procura atender, na medida do possível, a outras demandas religiosas da comunidade. A antiga casa canônica serve como local para reuniões dos moradores, e o salão de bailes é usado para festas da própria comunidade.

[4] As percepções dos moradores do meio urbano foram coletadas por meio de conversas informais.

É importante mencionar que, na comunidade pesquisada, foi constatada a existência de dois êxodos em pleno processo, protagonizados pelos jovens e pelos idosos, o que é assimilado pelos moradores como fator de preocupação com relação à continuidade da comunidade.

Conforme relatado pelo depoente tradicional/orgânico 2:

> [...] há 40 anos, tinha mais de quase 400 famílias aqui na comunidade, era grande, e hoje praticamente nem chega a 60, e a tendência é de diminuir cada vez mais. Questões relacionadas às escolas não tem mais, igrejas daqui a dez anos vai ser inviável, a pessoa não tem mais, hoje não aparece mais povo pra ir à igreja. Se não surgir algo que vai reverter isso drasticamente em questão religiosa e econômica, as comunidades do interior vão desaparecer.

O sentimento dos entrevistados, em geral, é o de que a comunidade não esteja conseguindo gerar incentivos para a permanência dos jovens. Ao ingressarem na faculdade, eles vêm optando por cursos que apresentam maior probabilidade de sobrevivência no meio urbano, como licenciaturas e Direito. Com relação à saída dos idosos, foram apontadas razões como a busca por maior proximidade dos serviços de saúde, o convívio entre vizinhos, além do fato de se sentirem mais felizes com a possibilidade de frequentar bailes e demais atividades de entretenimento. Também há de se incluir, aqui, o fator renda, pois esses

idosos são, geralmente, casais com mais de 70 anos de idade e aposentados, o que lhes permite uma situação financeira que eles consideram estável, uma vez que, de acordo com os relatos de alguns entrevistados idosos[5], o custo de vida em Cândido Godói é considerado baixo, pois é possível comprar itens que teriam maior peso no orçamento, como carne bovina e suína, por exemplo, de moradores do meio rural com preço bastante acessível ou até sem custo algum quando participam dos trabalhos de abate nas residências dos filhos.

A fim de melhor compreender as transformações percebidas na comunidade rural de Linha Acre, julga-se apropriado revisar, primeiramente, algumas interpretações teóricas que se debruçam sobre o entendimento do fenômeno associado ao "desaparecimento do rural".

As mudanças no rural decorrentes do processo de modernização da agricultura, caracterizado pela integração entre indústria e agricultura, estão associadas à ideia de desaparecimento do rural[6], que ocorreria pelo transbordamento do modo de vida urbano no meio rural.

Com base em estudos e debates acadêmicos europeus, o que não lhe confere nenhum demérito, uma vez que os processos de urbanização e industrialização são fenômenos que ocorrem em nível mundial, guardadas, naturalmente, as especificidades e características de cada sociedade, Wanderley (2009) aponta a existência de duas correntes distintas que procuram explicar as transformações no meio rural na atualidade. A primeira percebe o total desaparecimento do modo de vida camponês no ambiente rural. Sob essa ótica, o camponês teria sido transformado em típico agricultor a serviço do capital.

Ao analisar essa perspectiva de desaparecimento do rural, Ferreira et al. (2007, p. 28) explicam que tal ideia compõe o quadro teórico do pensamento clássico das ciências sociais, que pressupõe a "hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna", trazendo implícita a associação de modernidade ao urbano e de atraso ao rural. O rural estaria passando por um processo de transformação devido à modernização da agricultura, que, ao introduzir o mundo rural numa nova lógica de relações interpessoais e comerciais, teria sido responsável por transformar seu modo de vida em algo mais parecido ao

[5] Moradores que migraram para o centro da cidade do município de Cândido Godói (RS).

[6] Ressaltando-se que a visão sobre o rural apresentada nessa discussão está relacionada à existência de tradições e costumes mais associados ao modo de vida camponês.

urbano, ou o jeito de viver dos citadinos, configurando o declínio do rural como conhecido tradicionalmente.

Tal processo seria decorrente da dinamização das forças produtivas impulsionadas pelo crescimento do capitalismo, que, ao introduzir suas estruturas de poder, altera não somente o sistema produtivo, mas as sociedades agrárias como um todo, que precisariam adaptar-se às novas dinâmicas para sobreviver enquanto unidades produtivas e geradoras de renda familiar. Assim, o modo de vida tradicional associado ao rural tenderia ao desaparecimento devido à incorporação de um estilo de vida mais parecido com o urbano, fruto das modificações trazidas pelos processos de concentração e centralização do capital, que estão em sintonia com a lógica de produção de excedente, lucro ou mais-valia, o que explica o uso de técnicas, insumos, máquinas, entre outros que visam à racionalização da produção e à consequente aceleração da produtividade (IANNI, 1996).

A segunda perspectiva apontada por Wanderley (2009), sobre a qual convém mencionar que o presente trabalho se alicerça, visualiza que os processos globais de urbanização, industrialização e modernização da agricultura não tornam o espaço rural homogêneo, mas, ao contrário disso, são responsáveis por introduzir novos significados tanto nas relações familiares como na comunidade. Esses significados se fortalecem por meio de códigos de comportamento que identificam um modo de vida que, mesmo tendo que adaptar-se a novas dinâmicas, mantém sua essência, pois é nela que residem os laços de pertencimento desses grupos familiares.

Compreende-se, portanto, que as transformações pelas quais o meio rural vem passando não podem ser observadas sob o prisma da uniformização e da generalização, como se os efeitos da modernização fossem recebidos da mesma forma pelas diferentes composições sociais. Carneiro (2013, p. 53) chama a atenção para isso quando afirma que não se deve "falar em ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos".

É a partir dessa linha de entendimento que concorda-se com Wanderley (2009) sobre sua interpretação a respeito da existência de um comportamento híbrido entre a categoria agricultores familiares no Brasil. Tal comportamento híbrido justificar-se-ia pela necessidade de esses agricultores terem que adotar uma postura de empresários

maximizadores de lucros ao mesmo tempo que guardam características que mais os assemelham ao campesinato.

Essas características são mais fáceis de serem assimiladas se forem associadas à denominação apresentada por Woortmann (1990), autor que, ao concentrar-se numa interpretação subjetiva, procura dar ênfase à produção cultural da família, referindo-se a essa categoria analítica não como camponeses, mas como *campesinidades*. Esse conceito, segundo Woortmann, pode ser melhor compreendido em situações com menor participação do que se entende por campesinato no sentido objetivo da palavra: "A campesinidade pode ser apreendida de forma mais clara, em alguns casos, justamente nas situações menos camponesas, de um ponto de vista objetivo" (WOORTMANN, 1990, p.13).

Por considerar-se que, na esteira da existência de fragmentos de um modo de vida mais associado ao campesinato, sejam encontradas sinalizações que possam ser identificadas como uma revitalização da vida comunitária, julga-se relevante apresentar situações do cotidiano das famílias e da comunidade pesquisada que demonstrem comportamentos, hábitos e costumes que os identificam tanto com o *homo economicus*, maximizador e preocupado com os resultados financeiros como qualquer empresário, como com o *homo moralis*, cujas características são percebidas na manutenção de elementos que podem ser associados ao modo de vida dos antepassados, o qual se faz perceber por meio da memória revivificada em diferentes formas no tempo presente.

3. COMPORTAMENTO HÍBRIDO OBSERVADO ENTRE OS MORADORES DA COMUNIDADE RURAL DE LINHA ACRE

Durante o tempo de permanência na comunidade pesquisada, ao reconstruir-se a origem de Linha Acre por meio da memória dos moradores, um dos pontos que foi comentado e enaltecido por todos os entrevistados pertencentes ao grupo idosos esteve relacionado aos esforços empreendidos pelos antepassados em trabalhos comunitários que objetivavam beneficiar a comunidade como um todo, configurando ações de ajuda mútua e reciprocidade. Foram citados exemplos como a construção da igreja e da escola, em que os membros da comunidade se revezavam para fazer o serviço, ajuda entre os vizinhos para os trabalhos de plantio e

colheita e até mesmo ajuda financeira para compra de máquinas, em que um vizinho emprestava dinheiro ao outro até chegar à quantia necessária.

Os mesmos depoentes, na sequência da fala, quando comparavam esse tipo de ações com os dias atuais, afirmaram que de forma alguma seria possível que isso acontecesse na comunidade atualmente devido ao fato de os moradores apresentarem comportamentos mais individualistas, que podem ser visualizados, segundo eles, pelo desinteresse pelas atividades da igreja e em demais ações desenvolvidas na comunidade de modo geral.

Todos os entrevistados, ao serem perguntados a respeito da participação da comunidade nas atividades da igreja, consideraram que houve uma redução drástica em comparação a como se dava o envolvimento das pessoas nessas atividades no passado.

O engajamento da comunidade em atividades festivas também foi relatado como algo que se perdeu ao longo do tempo. Para exemplificar, foi mencionada a *Kerbfest*, que, segundo a entrevistada produtora tradicional/orgânico 1, não pode mais sequer ser comparada a como era na sua infância:

> Antigamente, os *Kerb* era uma festa de dias e juntava a família, vinham os parentes de longe. Sempre tinha baile né e fazíamos os *kerb* em casa. E eram duas noites de baile, era a 1ª noite e a 2ª noite de baile, e tinha o leilão da garrafa e algumas coisas assim era característico. Mas isso tudo se perdeu, em parte porque hoje tem programação demais. Naquele tempo, dois meses antes já começava os preparativos, as gurias preparando o vestido novo e todas essas coisas, vai ter baile! E hoje tem baile todo o fim de semana, dois, três por fim de semana, então não tem mais essa importância, parece que o povo, a ideologia do povo se tornou mais capitalista e não dão bola pra essas coisas e aí tem que fazer gasto, tem que preparar a comida pra outros e também, antigamente que se fazia o *kerb* tinha muita mão de obra, tinha bastante filhos em casa.

Além disso, alguns entrevistados fizeram referência à forma como os moradores se envolviam nos trabalhos relativos às festas da comunidade, em que eram delegadas tarefas como arrumar o salão, assar e servir o churrasco, vender bebidas, limpar, etc. Segundo o entrevistado tradicional/orgânico 3, atualmente, começaram a optar pela contratação de serviços terceirizados, o que talvez seja uma tendência para o futuro na comunidade, assim como já ocorre nas festas realizadas no centro da cidade, onde percebe-se gradativa expansão no segmento de serviços voltados às ocasiões festivas.

Apesar de relatarem situações que denotam atitudes mais individualistas, foi

possível constatar a presença de *campesinidades* nas relações da comunidade, percebidas tanto nas relações que envolvem entretenimento como em atividades produtivas. No primeiro caso, foi relatado que, nas festas das famílias realizadas no clube Bom Sucesso de Linha Acre, mantém-se como regra convidar quem convida, uma prática típica de reciprocidade que é preservada de geração em geração. Como relata o entrevistado tradicional/orgânico 2, "se alguém te convida para uma festa, tu tem que convidar também, nem que já comece a comprar as cervejas bem antes".

Com relação às questões de ordem econômica abordadas na pesquisa, no que diz respeito especificamente à inserção de tecnologias no meio rural, tem-se como base que a revolução técnico-científica, interpretada por Santos (1996) como uma tentativa de artificializar a natureza, apresenta-se como um dos principais pontos que contribuem para a reflexão sobre mudanças de comportamento percebidas na comunidade.

Mesmo que a produção agrícola guarde peculiaridades que impeçam que o capital se aproprie totalmente da agricultura, pode-se afirmar que o uso dessas tecnologias trouxe mudanças que vão muito além do ambiente produtivo. Foi possível constatar, nas entrevistas, que, aos poucos, os produtores foram adquirindo uma mentalidade que os aproxima de empresários maximizadores de lucro, que fazem planejamentos (mesmo sem nenhuma construção formal) e tornaram-se mais individualistas na condução da gestão de sua propriedade, procurando apoiar suas decisões com consultas via internet para obter informações sobre preços e tendências no cenário mundial de grãos que possam afetar a precificação local (o que contribui para a decisão de colocar, ou não, o produto no mercado), os preços de insumos, as previsões meteorológicas, entre outros.

A inserção de tecnologias nas atividades ligadas à propriedade rural é vista, de modo geral, como algo positivo. Esse é um sentimento ilustrado de forma bastante contundente pelo grupo de entrevistados com mais de 80 anos de idade que compararam como trabalhavam na lavoura quando eram jovens e como isso foi sendo modificado com a introdução das máquinas, conforme percebido em relatos como o da entrevistada idosa 5-grupo 3: "*Mea hann uns viel gequehlt mit die Orwett*[7] *in die*

[7] O termo *Orwett* ("trabalho") é uma variante mais dialetal para *Arbeit*. A variante *Orwett* ocorre entre falantes do Hunsrückisch tipo Deitsch, e a variante *Arbeit* ocorre no repertório dos falantes do

Ross" ("Nós nos 'judiávamos' muito para trabalhar na roça"). O entrevistado idoso 2-grupo 3, por exemplo, contou como plantavam quando ainda não havia nenhum tipo de ferramenta. Segundo ele, plantavam fazendo buracos no chão para colocar as sementes usando um pedaço de pau. Essa forma de plantio só teria melhorado quando entrou uma ferramenta denominada pelos entrevistados como "plec plec", cujo nome está associado ao som que a mesma emitia com os movimentos manuais para abrir e fechar o compartimento em que ficam armazenadas as sementes que eram liberadas ao solo.

Para o grupo de entrevistados classificados como produtores tradicionais, o uso de tecnologias na produção agrícola é fundamental para garantir e aumentar a rentabilidade com o incremento cada vez maior da escala produtiva. Além disso, também foi possível observar que, para o grupo mais jovem (entre esses produtores tradicionais), as inovações tecnológicas representam um dos aspectos que justificam sua permanência no meio rural. Segundo eles, isso se dá devido aos desafios que aguçam sua curiosidade, despertando o interesse pelo constante aprendizado.

Na percepção do entrevistado tradicional 1, cuja principal atividade é a produção de leite, as tecnologias são fundamentais para a continuidade desse tipo de empreendimento: "Tipo assim, porque eu acho que a tecnologia é fundamental, porque quem não acompanha fica fora. Então, a tecnologia, hoje, é uma questão de sobrevivência na agricultura". Para ele, no que se refere ao trabalho na leitaria, a introdução de tecnologias vem modificando muito a forma de produzir:

> [...] como a tecnologia vai mudando, a gente vai se adequando. Quando a gente iniciou, tinha um tipo de resfriador que tinha água dentro se botava o taro dentro e depois foi mudando pra um resfriador onde você derrama o leite dentro, tipo assim, não tem água dentro ele resfria normalmente. E depois a ordenhadeira também era no tarro, hoje é canalizada, o leite vai direto pro resfriador. Então tudo isso diminui a mão de obra, mantém a qualidade do produto porque você não tem menos contato com ele, não se judia mais erguendo o taro que nem antigamente, hoje é tudo canalizado, só tem o serviço de manusear o equipamento. (TRADICIONAL 1).

A facilidade de manejo com menor desgaste físico é vista como uma das principais vantagens da inserção de tecnologias na produção de leite e é também considerada como uma das mais

---

hunsrückisch tipo Deutsch e também no alemão standard (Hochdeutsch). O que ocorre nessas variantes são processos fonológicos. O <b> do alemão standard passa a ser <w> em dialeto (Ex.: über - iwer); e as vogais redondas, como <ü>, também ficam não arredondadas <i>, assim como o <a> passa a ser <o>, ocorrendo uma elevação vocálica.

importantes diferenças entre a forma como "os antigos" trabalhavam e como é na atualidade.

Além do que já foi apresentado, também foi mencionado que o uso de tecnologias na produção agrícola está sendo responsável pela geração de um sentimento de satisfação adicional em função das premiações com o gado leiteiro, alcançadas pelo melhoramento genético do plantel e também pela qualidade dos grãos.

Os depoimentos a respeito do incremento tecnológico na produtividade agrícola demonstraram a existência de significados que vão além das questões relacionadas ao aumento da renda desses produtores. O fator renda foi apontado reiteradamente como relevante, mas com a observação de que só faz sentido no conjunto de outros efeitos advindos com a globalização, vista como responsável por inserir signos do moderno no cotidiano desses atores e reduzir o espaço que separa o meio rural e o meio urbano.

Contudo, nas relações de trabalho entre os produtores de leite entrevistados, foi relatada uma prática de ajuda entre eles, denominada "troca dia", que, segundo o entrevistado tradicional 1, "acontece bem fácil, troca horas de um ajudá o outro, não é muito de um cuidar as horas bem certinhas do outro, é bem amigável". Ele explica, ainda, que existe somente a troca de trabalho, sem jamais envolver dinheiro, e nenhum dos entrevistados relatou que alguma vez tenha havido algum tipo de problema. O entrevistado tradicional 2 dá mais detalhes de como funciona essa troca de serviços:

> [...] isso, na verdade, é uma prática que o pai fazia há 20 anos, só que na época do pai era menos, porque tinha menos animais. Hoje a gente tem uns quatro que fazem parte. Por exemplo, a confecção da silagem no caso que é a alimentação do gado, daí o dia que fizer aqui, vem os outros três aqui me ajudar porque precisa trator, precisa mais carretão, etc. No outro dia, vai ser na propriedade de outro, aí eu ajudo. Todos lá fazem o giro. Se eu não fizesse isso tu imagina quanto maquinário mais eu precisaria ou teria que contratar pessoas, só que eu iria gastar um monte em valores. E assim eu tenho equipamento, tenho trator, tenho tudo, né, simplesmente eu presto serviço pra eles e daí eles me devolvem.

O exemplo da prática de "troca dia" entre os produtores de leite pode ser associado à interpretação de Woortmann (1990) sobre a presença de *campesinidades* em situações que, se observadas superficialmente, seriam seu contraditório, ou seja, seriam vistas como o lugar em que haveria a manifestação de uma racionalidade econômica voltada aos resultados com a atividade produtiva. Mas como pode ser constatado, concomitantemente ao comportamento maximizador, são desenvolvidos laços de amizade com a permuta de horas de

trabalho, enaltecendo valores de ajuda mútua e reciprocidade transmitidos de geração em geração.

4. O (RE)DESPERTAR DA VIDA COMUNITÁRIA POR MEIO DA MEMÓRIA DOS ANTEPASSADOS

Por compreender-se que a vida em comunidade seja uma de suas principais fortalezas no que se refere à sua continuidade, desprendeu-se esforços no sentido de tentar captar alguns sinais que denotem a existência de aspectos que possam ser interpretados como um (re)despertar do convívio entre os moradores da comunidade rural de Linha Acre.

Tais aspectos foram levantados observando-se o cotidiano dos entrevistados, tanto em ambiente familiar como coletivo, e por meio das narrativas que se deram por registros mnemônicos de suas histórias de vida. A memória desempenha, dessa forma, uma de suas mais belas e importantes funções, que é a de trazer o passado para o presente, colocando-se como uma força capaz de modificar o futuro.

Essa memória do cotidiano é melhor assimilada a partir do que Bosi (2013) denomina "microcomportamentos", que não aparecem nos registros da história ensinada nas escolas, uma vez que essa se fundamenta em documentos oficiais e não teria como captar as sutilezas que envolvem o comportamento presente nas aparentes repetições da vida cotidiana.

A memória presente no dia a dia das pessoas, famílias, comunidades, na vida em geral, tem a capacidade de demonstrar, a cada momento, quem nós somos. Ela (a memória) insere o passado no presente, e isso ocorre de forma imperceptível, pois estamos impregnados de passado em tudo que fazemos, sentimos e pensamos. A memória, ensina-nos Bosi (2013, p. 20), "parte do presente, de um presente ávido pelo passado". Sendo assim, a essência da personalidade dos indivíduos é moldada por essa interação constante entre o passado e o presente.

Bergson (1999, p. 84) explica que o passado se mantém vivo no presente por meio de mecanismos motores e lembranças independentes, ou seja, duas maneiras de ativação mnemônica que permitem a constante interação entre o passado e o presente.

> [...] a operação prática e consequentemente ordinária da memória, a utilização da experiência passada para a ação presente, o reconhecimento, enfim, deve realizar-se de duas maneiras. Ora se fará na própria ação, e pelo funcionamento completamente automático do mecanismo apropriado às circunstâncias; ora implicará um trabalho do espírito, que irá buscar no passado, para dirigi-las ao presente, as representações mais capazes de se inserirem na situação atual.

As interpretações de Bergson (1999) sobre a memória são analisadas por Bosi (2013) e servem como importantes referências para a compreensão das funcionalidades da memória e sua utilização no campo de observação e análise em pesquisas sociais.

Segundo a autora, os mecanismos motores estão associados a esquemas comportamentais guardados pelo corpo e que se manifestam automaticamente nas ações cotidianas – essa seria a "memória-hábito". A outra forma de trazer o passado para o presente, independente dos hábitos, são "lembranças isoladas, singulares, que constituem autênticas ressurreições do passado" (BOSI, 2013, p. 38).

As duas formas de memória apontadas pelo pensamento bergsoniano remetem à distinção entre a vida que ainda é capaz de contemplar e suspirar ao som de uma melodia e a rotina da vida diária. Certamente, as duas se conectam o tempo todo, podendo haver sintonia e afastamento, pois a aspereza do cotidiano poderá, muitas vezes, bloquear a liberdade do espírito em deixar-se levar por devaneios mnemônicos.

A forma como as horas são utilizadas para o resgate das lembranças também pode ser pensada em termos de "tempo biográfico", que se materializa em construções mentais que engrandecem o espírito e tornam as horas luminosas e cheias de significados, enquanto as "horas mortas que apenas suportamos: são os tempos vazios das filas dos bancos, da burocracia, preenchimento de formulários..." (BOSI, 2013, p. 24). Horas sem significação biográfica que invadem a vida das pessoas e as tornam cada vez mais endurecidas e distantes da aquisição do conhecimento sobre si mesmas, dos outros e do ambiente ao qual pertencem.

Numa pesquisa oral, o vazio que deriva dessas horas mortas pode ser interpretado no olhar distante que para no tempo em que a atenção não esteve presente. Como se, em determinados momentos da vida, o narrador procurasse por si mesmo, mas não conseguisse encontrar-se.

Os registros mnemônicos que serão lembrados e repassados às gerações futuras necessitam, contudo, de horas com significado biográfico, o que só é possível

se houver a presença de um olhar atento para compreender fenômenos infinitamente pequenos. Para Weil (1996), isso só é possível se houver entrega, ou seja, um sair de si mesmo.

A memória também está intrinsecamente ligada aos objetos materiais que estão presentes no ambiente em que os indivíduos vivem, não pela materialidade desses objetos, mas pela sensação de equilíbrio e tranquilidade que eles transmitem. Para Halbwachs (2006, p. 157), o apego aos objetos é explicado pelo fato de que neles está registrada "a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto". Além desse sentimento de tranquilidade, os objetos têm a capacidade de recordar hábitos, costumes e tradições que ficam silenciosamente guardados neles, como "uma sociedade muda e imóvel" (HALBWACHS, 2006, p. 158).

É importante salientar que nem todos os objetos funcionam como registros mnemônicos. Bosi (2013) distingue duas categorias de objetos: os objetos biográficos e os objetos de *status.* Somente os objetos biográficos formam um elo familiar com o passado. Os objetos biográficos, segundo a autora,

> [...] envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador. (BOSI, 2013, p. 26).

Os objetos biográficos têm uma linguagem própria e resistem ao tempo. A sociedade de consumo, contudo, transforma os objetos em coisas que atendem a um momento ou a um modismo, desagregando a memória, o que se traduz em desenraizamento. Os objetos que atendem aos apelos do consumo são considerados objetos de *status*, pois não possuem vínculos com o passado.

> A sociedade de massas estendeu e multiplicou esse fenômeno e, ao mesmo tempo, o dissipou e o desgastou, criando o objeto descartável. A sociedade de consumo é apenas mais rápida na produção, circulação e descarte dos objetos de status. E certamente menos requintada e mais pueril do que a burguesia francesa ou alemã do começo do século. Mas não mais cruel. (BOSI, 2013, p. 29).

Diante do que foi apresentado, pode-se associar essa memória do cotidiano, ou dos "microcomportamentos" que estão presentes em ações triviais do dia a dia e nos objetos biográficos, à noção de

enraizamento, cujo significado é apresentado a partir da compreensão de Weil (1996, p. 347):

> [...] o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.

Para Frochtengarten (2005), um indivíduo enraizado é alguém preocupado em conservar as heranças do passado, que podem ser transmitidas de diferentes formas, como: pelos ensinamentos dos mais velhos; pela conservação da casa herdada pelos antepassados; pela prática de atividades de entretenimento, como o jogo de cartas, por exemplo; pelo hábito de sentar na área da casa para tomar chimarrão e comer os mesmos biscoitos que eram feitos pelas mulheres das gerações passadas; pela conservação de objetos antigos, entre outros. O mesmo autor complementa, ainda, dizendo que "a participação social do homem enraizado está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência" (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 368).

Essa memória que se manifesta no cotidiano também pode ser melhor assimilada a partir das interpretações de Candau (2016), autor que, de forma lúcida e clara, conduz à visualização da presença permanente da memória que é transmitida e incorporada entre as gerações sem que haja a necessidade de pensar-se sobre ela. Esta seria, conforme o autor, a memória-hábito ou protomemória, que está internalizada nas rotinas do seio familiar e comunitário como verdadeiras marcas que ficam gravadas em seu modo de vida e se traduzem na própria identidade desses indivíduos e grupos sociais.

Compreende-se, entretanto, que a análise que deve ser feita a partir da noção de enraizamento tenha como foco seu contraditório, o qual está relacionado tanto ao processo de desenraizamento percebido por imposições de poder como à ampliação dos ângulos de percepção que levem em conta as condições em que esse enraizamento se deu, o que está em sintonia com a ideia de *Ursprung* (retorno às origens).

Bosi (2013) compara o desenraizamento provocado pela conquista colonial que se dá pela anulação das tradições com a dominação econômica que destrói as raízes culturais ao impor novas formas de socialização, "tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra" (BOSI, 2013 176). No meio rural, esse desenraizamento aparece na forma de

inserção tecnológica, que, ao trazer para o campo novas formas de produzir, também invade a vida cotidiana, desenraizando indivíduos e comunidades de suas tradições.

> Os valores antigos, religiosos, artísticos, morais, lúdicos que o capitalismo encontra, ele os transforma em mercadoria para turismo, propaganda para a TV. Rebaixa esses valores a objetos de curiosidade do espectador urbano. [...] O capitalismo avançado consome e desagrega valores conquistados pela práxis coletiva. Não é capaz de inserir o passado no presente e muito menos de resguardar sonhos para o futuro. Esvaziando o trabalho de significação humana, ele esvazia o sentido das lembranças e aspirações. (BOSI, 2013, p. 186-187).

Pode-se concluir que o capitalismo usurpa as tradições da sociedade, transformando-as em coisas e, portanto, sem significado biográfico, e esse seria o risco de perder-se valores simbólicos elementares para a compreensão do modo de vida de indivíduos e grupos sociais. Essa é a linha de entendimento que se conecta com o pensamento de Nora (1993), autor que aborda com profundidade a problemática que envolve o esfacelamento da memória sob a égide do crescimento de um modo de vida dito moderno, que percebe o passado como algo retrógrado. Nesse sentido, a memória "torna-se residual aos locais" ou lugares onde possam restar, ainda, alguns resquícios do passado, construído em bases distintas das atuais. Por isso, são relevantes para compreender ou assimilar um maior número de elementos que correspondam à completude dos indivíduos e da sociedade da qual fazem parte.

Para ilustrar, Nora (1993, p. 7) reflete sobre o ônus social representado pelo fim das estruturas familiares camponesas, que ele denomina como uma "coletividade-memória por excelência". No entanto, esse seria somente um caso entre outros tantos que foram devastados pelos fenômenos da mundialização, democratização, massificação e da mediatização. Movimentos que, ao longo do tempo, teriam sido responsáveis pela destruição da memória, ou sociedades-memória, conforme descrito a seguir por Nora (1993) e que fazem parte do mesmo processo de desenraizamento mencionado por Bosi (2013).

> Fim das sociedade-memória, com todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memória, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro, quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade. (NORA, 1993, p. 8).

É a partir desse contexto de desestruturação da memória que Nora (1993) defende a importância de recuperar os lugares depositários da memória. Para ele, esses lugares "nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais" (NORA, 1993, p.13). É sob essa perspectiva que foram buscados, na comunidade rural pesquisada, lugares depositários da memória dos antepassados, que, mesmo modificados, guardam "sementes" de um modo de vida em que é possível identificar certas *campesinidades.* Os lugares de manifestação dessa memória coletiva foram festas, bailes, jogos, trabalhos do Grupo do Lar e as atividades realizadas no grupo de produção orgânica.

Com relação às festas, a entrevistada idosa 6-grupo 1 relatou que as que ainda ocorrem na comunidade são de primeira eucaristia e bodas. As festas de bodas, devido à maior longevidade da população, têm sido até mesmo mais frequentes no município. Segundo ela, são mantidos costumes como o *Kränz* (círculo) e a "dança da vassoura", descritos da seguinte forma:

> [...] o *Kränz* é um círculo feito pelos convidados em que os "noivos" dançam no centro e vão sendo "cercados" pelos convidados, primeiro os familiares e depois os demais. É um momento de muita alegria e participação das pessoas. Isso era sempre feito nos casamentos e até em aniversários. A dança da vassoura normalmente é realizada quando os convidados começam a cansar. Quando a música começa, uma pessoa dança com a vassoura e, quando para, a música tem que correr para conseguir um par, bate três vezes com a vassoura no chão e quem sobra tem que pegar a vassoura e dançar com ela. Assim todos riem e se divertem.

A mesma entrevistada conta, ainda, que a organização dessas festas (tanto de bodas como de primeira eucaristia) vem mantendo-se de forma muito parecida como era no passado. É realizada uma celebração religiosa e, depois, os convidados seguem para o clube, onde sentam em cadeiras de palha, em mesas dispostas em formato retangular em torno da mesa principal e por ordem de parentesco (os que são da família ficam na mesa principal). No intervalo até o momento em que é servido o almoço ou a janta, são feitos os registros fotográficos numa espécie de cenário com um tecido colorido ao fundo e ornamentos de flores.

A construção da memória coletiva da localidade também pode ser observada em depoimentos sobre os bailes da terceira idade, os quais servem como verdadeiros depositários das tradições e dos costumes

das famílias descendentes de imigrantes alemães. A entrevistada idosa 5-grupo 3 disse sentir-se especialmente feliz com os bailes da terceira idade por já ter sido três vezes escolhida como "vovó simpatia". A realização desses bailes também serve, segundo ela, como uma forma de aproximação entre comunidades vizinhas e até mesmo de localidades mais distantes, pois existe o compromisso de revezamento na realização desses bailes.

Os idosos também frisaram como algo relevante o fato de esses encontros festivos servirem como um espaço para, de certa forma, recordar e revivificar os bailes de *Kerb*, os quais, como já mencionado, não são mais realizados na comunidade.

> Nos bailinhos dos velhos, estão novamente tocando músicas como o Herr Schmidt, que era muito dançado nos bailes de Kerb quando a minha irmã mais velha era moça, lá pelos anos de 1950. É uma dança rápida, mas que os velhos dançam mais devagar (risos), mas se sentem jovens de novo, é muito divertido, como se o tempo tivesse voltado para anos atrás. E ainda, como era antigamente, os músicos descem do palco tocando os instrumentos e se misturam com o povo para incentivar as pessoas a dançar. (Idosa 4-grupo 2).

Essa narrativa demonstra como a memória, constantemente, traz o passado para o presente e tem o papel de, ao mesmo tempo, revitalizar práticas e costumes dos antepassados e conceber-lhes novos significados pela adaptabilidade necessária aos novos hábitos e costumes dos indivíduos.

Entre os entrevistados que ainda se encontram em atividade produtiva, foi comentado que a participação nos jogos de bolão é um dos aspectos positivos da vida social da comunidade e, segundo eles, faz com que haja permanente fortalecimento dos laços de amizade. Conforme o entrevistado tradicional/orgânico 1, "aqui na Linha Acre funcionam dois grupos de bolão, tem grupo de bolão feminino, que é a cada quatorze dias, e o bolão masculino, que o treino deles é toda quarta-feira de noite". Também é interessante atentar para o fato de que essa atividade de entretenimento tem sua origem na Alemanha e foi um costume trazido pelos imigrantes alemães, sendo, portanto, transmitido entre as gerações. Nesse sentido, Neto (2007, p. 248) explica que:

> [...] o jogo de bolão é de origem germânica e decorreu do costume de arremessar pedras em objetos diversos. Cada grupo joga numa noite e os nomes dos grupos denunciam a origem e a língua do colono. Somente as fortes chuvas ou as doenças impediam o agradável encontro de cada semana, para a grande maioria, constituía-se no único divertimento.

Os objetos também são depositários da memória dos antepassados e servem como um dos elementos em que se pode

observar como se dá a construção da memória coletiva da comunidade estudada. Como exemplo, pode-se usar os trabalhos em croché, uma vez que tais objetos compõem a decoração das casas de todos os entrevistados, seja em formato de pequenos guardanapos, tapetes, cortinas, entre outros.

Cabe lembrar que somente os objetos biográficos atendem a esse tipo de funcionalidade. É nesse sentido que as atividades do Grupo do Lar realizadas na Linha Acre podem ser consideradas como responsáveis pela transmissão de *saberes* dos antepassados por meio da troca desses *saberes* na realização de trabalhos manuais, que se configuram como representações de um modo de vida que resiste ao tempo. Pode-se afirmar que esses trabalhos em croché são objetos familiares aos atores por sempre terem feito parte da decoração tanto do ambiente doméstico como das outras famílias da comunidade.

O último aspecto observado na comunidade rural de Linha Acre que indica que essa localidade esteja recuperando paulatinamente suas relações comunitárias está ligado a efeitos que já podem ser percebidos com o projeto de produção orgânica, cujas ações iniciaram no dia 24/02/2015, ocasião em que foi constituído o grupo de trabalho composto por 25 famílias.

No primeiro ano, o grupo foi incentivado a fazer hortas em casa com o objetivo principal, segundo os entrevistados, de melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pela família sem que houvesse a expectativa de comercializar esses produtos, apenas para que servisse como uma alternativa de colocar produtos à mesa que fossem produzidos por eles mesmos e livres de produtos considerados nocivos à saúde.

A comida traz, aqui, um importante significado: ao mesmo tempo que a percepção do grupo sobre alimentação saudável está inserida num apelo do mundo contemporâneo para o consumo de alimentos com maior teor de pureza, também fala de memória. Isso pode ser visto pela maneira como os entrevistados enaltecem as formas com que os antepassados produziam sem uso de agrotóxicos, como pode ser observado na fala de uma das entrevistadas ao referir-se sobre as instruções que receberam para cuidar do pomar. Ela diz que, durante as reuniões, foram passados ensinamentos sobre técnicas naturais para o controle de pragas em árvores frutíferas:

> [...] pra não estragar as frutas eles ensinaram a usar o melado. Fazemos uma pasta que não é veneno, é algo

> natural, parecido como era feito pelo pai em casa. Aí a gente coloca isso nas árvores, abrimos um buraquinho na garrafa pet, e daí o bichinho entra e não consegue sair. (Tradicional/orgânico 4).

É interessante observar, na fala da entrevistada, a referência feita à familiaridade dessa técnica com o que já conhecia "de casa", demonstrando que a forma como os antepassados trabalhavam, antes do uso dos agrotóxicos, faz-se viva na memória desses indivíduos.

Em julho de 2016, em reunião realizada com os membros do grupo, foi escolhida uma área para a produção de experimentos coletiva, cujo compromisso seria cultivar espécies de frutas, legumes e hortaliças que eram produzidos no passado, mas que não são mais plantados, tais como: diferentes tipos de batata doce, melancia de porco, melão de neve, soja preta, arroz sequeiro, feijão, batatinha, entre outros. Alguns participantes mencionaram que tinham sementes em casa e poderiam fazer uma espécie de "banco de sementes" para essa área experimental. Para o trabalho, a partir de adesão livre, foram formados grupos aos quais diferentes tarefas foram designadas, estabelecendo-se que as mesmas seriam realizadas com uso de ferramentas "antigas", como enxadas e o "plec plec".

Desde então, conforme a entrevistada tradicional/orgânico 6, já plantou-se:

> [...] soja preta, feijão de vários tipos, mandioca, pipoca, abóbora, batatinha, batata doce, amendoim, melancia de porco e melão de neve. Estes produtos são da comunidade e são feitas trocas também com outras comunidades. A troca acontece em dias de campo, com a visita de grupos de outras localidades, em forma de demonstrações para que aumente a variedade de produtos. Isto é feito via Emater, que busca sementes em outros municípios**.**

Depois do plantio das variedades mencionadas, a área foi usada para o plantio de cevada, o que, segundo o entrevistado tradicional/orgânico 3, também faz parte do resgate de culturas dos antepassados:

> [...] agora, inclusive, foi plantado, por sugestão do pessoal da Emater, de forma manual, a cevada. Pra que depois o pessoal da comunidade possa ter um pouco de semente, porque aqui não se planta mais cevada. E antigamente eles usavam como ração animal e até para misturar na sopa. A cevada é usada para fabricar cerveja, então eles tão tentando resgatar isso. Mas foram meio mal agora na semeadura porque não nasceu direito, mas a ideia é recuperar o que se produzia antigamente, como também o arroz, inclusive resgatar variedade crioulas.

Além da produção de cevada na área experimental durante o ano de 2017, estão sendo desenvolvidas mais duas ações: o pomar e a horta de chás medicinais. Para o pomar, foi designada uma área localizada ao lado da "casa canônica", onde são

realizadas as reuniões do grupo, conforme relatado pelo entrevistado tradicional/orgânico 1: “Nós temos aqui na comunidade um grupo para produção de comida ecológica, pra produzir com menos agrotóxicos e agora nós implantamos um pomar ali pra baixo da casa canônica dali de onde eram os pinhos”.

No pomar, foram plantadas macieiras, laranjeiras, bergamoteiras, videiras, pessegueiros, ameixeiras. Conforme uma das produtoras: “foi primeiro preparado o terreno, com adubo, calcário e depois, nas covas, adubo e esterco, alguns ficaram responsáveis para cuidar do pomar, como irrigar e cuidar das pragas. O técnico da Emater vem semanalmente fazer uma visita” (Tradicional/orgânico 5).

A ação voltada ao plantio de chás medicinais ainda não foi executada, mas, segundo os produtores, também traz, na essência, o desejo de valorizar a memória dos antepassados, pois têm o objetivo plantar variedades que eram conhecidas no passado e que não são mais cultivadas. De acordo com umas das entrevistadas: “Os chás ainda não foram plantados por falta de chuva, mas quando for plantado, toda a comunidade poderá usufruir, tanto como das frutas também” (Tradicional/orgânico 2).

Mesmo sem a possibilidade de auferir renda extra, pelo menos a curto e médio prazos, os entrevistados reconhecem a importância de fazer parte desse grupo devido a um aspecto em especial: a revitalização de laços de sociabilidade entre os moradores de Linha Acre, o que se dá pelas práticas em comum na área experimental, a participação nos encontros, mas, principalmente, pelo incentivo à troca de produtos entre os vizinhos, conforme explicado pela entrevistada tradicional/orgânico 1:

> [...] o que sobra pra mim eu dou pros outros e a gente se troca coisas, né? Por exemplo, se tu cultivou um bom tanto de ervilhas, aí tem um outro que cultivou menos ou nada disso e tem mais de uma coisa que não tenho, daí a gente troca esses produtos. E com as bananas é a mesma coisa. Isso também é um meio das pessoas se visitarem de novo, porque aí os vizinhos me visitam e eu visito eles, e daí eu levo pra eles e ficam feliz da vida quando eu levo abacate pra eles ou outras frutas que eles não têm. Assim funciona.

Conforme percebido nas entrevistas, para os produtores que fazem parte do projeto, o valor de uso desses produtos apresenta-se como mais relevante e, nele, estão inseridos significados que se conectam à memória individual e coletiva da comunidade. São valores associados a um modo de vida que lhes remete a recordações ligadas à ingestão de

alimentos considerados “saudáveis” e que (re)introduz mecanismos de ajuda mútua e reciprocidade entre os moradores. Segundo eles, isso vem permitindo que os indivíduos, mesmo que de forma ainda incipiente, comecem a redinamizar laços de sociabilidade a partir das trocas de produtos cultivados e com a participação nos encontros do grupo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o tempo de convívio na comunidade rural de Linha Acre, foi possível compreender-se alguns pontos relacionados ao objetivo geral deste estudo, o qual esteve pautado na busca por elementos que denotem o (re)despertar da vida comunitária nessa localidade.

Como ponto de partida, julga-se apropriado fazer uma observação no que diz respeito à bagagem étnica da comunidade pesquisada. Entende-se que os atributos de etnicidade do grupo social pesquisado expliquem, pelo menos em parte, os significados atribuídos por esses atores às pessoas, consideradas um dos pontos positivos que compõem a imagem da comunidade pelos entrevistados.

Talvez uma das principais marcas relacionadas ao componente étnico da comunidade pesquisada esteja relacionada aos esforços que tais comunidades de imigrantes alemães tiveram de empreender para conseguir adquirir dinamismo próprio. É nesse sentido que a união entre os moradores, nas primeiras décadas de existência da Linha Acre, foi fundamental, uma vez que todos os empreendimentos existentes nessa localidade foram construídos e mantidos pelos moradores.

A memória dos antepassados presente no cotidiano das famílias e da comunidade apresenta-se como uma importante ferramenta para que esses atores consigam atribuir novos significados ao território. Somente a memória é capaz de devolver a esperança ao olhar ao percorrer-se os caminhos familiares da infância e da juventude e, nesses preciosos momentos de recordar, deparar-se com horas cheias de vida, repletas de sentido biográfico, portanto.

Tem-se presente que estudos voltados à valorização da memória dos atores sociais possam contribuir às pesquisas do desenvolvimento rural devido, principalmente, à abertura do espírito investigativo e analítico que a sociologia permite ao procurar captar sutilizas que se deixam transparecer nos "microcomportamentos" dos atores envolvidos, percebidos em hábitos e costumes que, mesmo modificados, ainda guardam fragmentos do modo de vida dos antepassados. A memória coloca-se, dessa forma, como uma força contra a maré do capitalismo, que tenta "coisificar" tudo aquilo que se associa às tradições e aos costumes de comunidades rurais como a Linha Acre.

6. REFERÊNCIAS

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999. - (Coleção tópicos).

BOSI, E **. O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 3ª ed.2013.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

FERREIRA, A. et al. Resistência e empoderamento no mundo rural. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 1, p. 123-159, 2007.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

NETO, H. **Regiões culturais:** A construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**.** 328f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

NORA, P. Entre Memória e História – A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, dez. 1993.

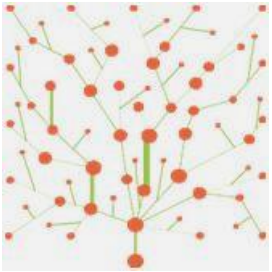
POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

WANDERLEY. M. **O Mundo Rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WOORTMANN, K. "Com parente não se 'neguceia'. O campesinato como ordem moral". **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora UnB, 1990.



DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIAS COMO SISTEMAS SOCIAIS AUTOPOIÉTICOS: (IM)POSSIBILIDADES PARA A MUDANÇA SOCIAL

Solidarity rural credit cooperatives as autopoietic social systems: (im)possibilities for social change

Marcia Eliana Martins[1]
Rennan Lanna Martins Mafra[2]

RESUMO

Este artigo objetiva compreender o cooperativismo de crédito rural solidário como um sistema social autopoiético a partir da perspectiva de Humberto Maturana, para quem sistemas autopoiéticos são aqueles capazes de se autoproduzirem em um processo dinâmico de interação entre partes que o compõem e o meio em que estão. Nesse processo, ocorrem mudanças que podem modificar o sistema e seus componentes ou mudanças que podem levá-lo a modificar-se de forma que sua identidade seja perdida. Partindo desse raciocínio, e considerando recentes alterações no sistema nacional que regulamenta as cooperativas de crédito rural solidárias, foi realizada uma pesquisa com agricultores associados à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do município de Tombos (MG) e suas seis unidades de atendimento. Como procedimentos metodológicos, foram desenvolvidas observações de momentos coletivos e entrevistas semiestruturadas entre março e julho de 2015. Os resultados demonstram que as mudanças estruturais nessas cooperativas partem da interação de seus diretores com outras organizações, além do contato próximo desses diretores com órgãos de regulação, os quais incentivam a padronização do cooperativismo de crédito rural solidário. Entretanto, tais mudanças contribuem para o obscurecimento da criatividade e diversidade características desse tipo de cooperativa, levando à diminuição de capacidade autopoiética de tais organizações.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito rural solidárias; Sistemas sociais; Autopoiese.

ABSTRACT

[1] Professora EBTT - IF Baiano/Campus Serrinha. Doutora em Extensão Rural - UFV. E-mail: me.martins2010@gmail.com

[2]Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), doutor (2011) e mestre (2005) em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rennan.mafra@gmail.com

The main purpose of this article is to understand how the memory present in everyday life of rural families and communities may be an important element in retrieving symbolic meanings and values associated with the way of live of their ancestors, which have been neglected while habits and customs close to those of the urban way of life were gradually introduced into the life of said rural communities. In this regard, the theoretical framework used was based above all on the understanding of the phenomenon associated with the disappearance of the rural and the presence of a hybrid bavior perceived by the presence of the characteristics of both *homo economicus* and *homo moralis*. Then, the literature of the authors focused on understanding the memory as a link between the past and the present which is capable of modifying the future was examined. The survey was carried out among the residents from the rural community of Linha Acre that belongs to the municipality of Cândido Godói-RS which is part of the Greater Santa Rosa considered as the birthplace of national soybean agriculture. The life history method was used and oral accounts of 24 residents divided into three specific groups: the elderly, traditional producers, and traditional producers who are part of the group of organic producers were collected over 2 years of interaction with this community. The observations and oral accounts allowed concluding that there are peasantries identified by the preservation of a way of life with habits and customs of the ancestors in the manner in which the researched community configures its collective memory, which is verified both in such activities as games, objects, among others, and in the group of organic producers in which the practices involving the knowledge of the ancestors and community revitalization were reported.
Keywords: Solidarity rural credit cooperatives; Social systems; Autopoiesis.

1. INTRODUÇÃO

A proposta de discussão deste artigo está relacionada à função das cooperativas de crédito rural solidárias no meio rural brasileiro e à forma como essas organizações vêm sendo regulamentadas pelo Estado, ao longo do tempo, a partir das normas do Banco Central do Brasil. No entanto, nosso intuito não foi discutir essa relação determinando causas e consequências como outros pesquisadores já o fizeram (BÚRIGO, 2006a; SCHRÖDER, 2005; JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005), pois, de acordo com as opções teóricas e metodológicas escolhidas para este estudo, todas as relações, sejam entre instituições ou entre essas instituições e os sujeitos que as formam, acontecem de forma complementar e dinâmica.

Nesse sentido, este artigo propõe-se a compreender o cooperativismo de crédito rural solidário como um sistema social autopoiético a partir da perspectiva de Humberto Maturana complementada pela Teoria da Complexidade de Edgar Morin, discutindo até que ponto as mudanças estruturais de um sistema, congruentes com a dinâmica estrutural do meio em que ele se insere, são capazes de manter a sua identidade. De acordo com Maturana

(2002), sistemas autopoiéticos são aqueles capazes de se autoproduzirem continuamente em um processo dinâmico de interação entre partes (ou sujeitos, no caso dos sistemas sociais) que o compõem e o meio em que estão. Sob determinadas condições, segundo o autor, podem ocorrer mudanças capazes de modificar o sistema – aquelas advindas da mudança estrutural de suas partes em relação com outros sistemas ou da inserção de novos componentes – sem, contudo, alterar a sua identidade; e mudanças que afetam a organização do sistema e podem levá-lo a desintegrar-se ou modificar-se de tal forma que sua identidade seja perdida.

Assim, no que se refere ao cooperativismo de crédito, especificamente aquele denominado como solidário no Brasil – foco deste artigo –, a inclusão de agricultores no Sistema Financeiro Nacional (SFN) visa a minar um conjunto de dificuldades de acesso aos serviços financeiros, historicamente construídas e reafirmadas pelas instituições financeiras tradicionais. Tais cooperativas utilizaram como base para a sua constituição experiências anteriores de mobilização de agricultores voltadas para as finanças solidárias[1] – como os fundos rotativos, por exemplo –, reunindo, dessa forma, um conjunto de características, inerentes aos grupos específicos que as formam, o qual está permeado pela criatividade e pela ampla capacidade adaptativa desses grupos, em relação à dinâmica entre meio rural e oferta de serviços financeiros. No entanto, ao longo do tempo, essas cooperativas, legalmente classificadas como instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil (BACEN), sofrem influências do meio normativo (Leis, Decretos e Resoluções) e do meio natural (o rural e as suas transformações recentes) em que se inserem, transformando gradativamente sua forma de operar e existir.

Assim, para alcançar o objetivo proposto pela pesquisa que deu origem a este trabalho, foi utilizada uma abordagem metodológica voltada a alcançar um lugar de mundo para o conhecimento produzido a partir de um trabalho científico que fosse diferente do que se coloca como hegemônico no mundo acadêmico para tal finalidade, ou seja, uma abordagem metodológica em que não houvesse a primazia estrita da repetibilidade dos

[1] De acordo com Búrigo (2006a, p.152), a expressão "finanças solidárias" se refere à relação entre "o trabalho de intermediação financeira [e os] objetivos políticos que estão vinculados à idéia da transformação econômica, da conquista de direitos e da melhoria das condições de vida para os segmentos oprimidos".

fenômenos e da quantificação. De acordo com Ginzburg (1989, p. 167), as ciências humanas não poderiam alcançar o rigor científico, tal como a ciência moderna pautada no conhecimento produzido pelas ciências naturais desejava, sem maiores prejuízos aos seus estudos. Entretanto, o campo de atividade científica explorado por essas ciências, no qual a "capacidade de reconhecer um cavalo defeituoso pelos jarretes, a vinda de um temporal pela repentina mudança do vento" ou "uma intenção hostil num rosto que se sombreia", trazia consigo uma riqueza que não era passível de quantificação, de repetibilidade, ainda que os mesmos fenômenos que lhes deram origem se repetissem. Dessa forma, a conformação de nossa abordagem metodológica partiu de uma visão crítica da ciência e da sociedade, a partir da qual nos foi possível pensar e estruturar deslocamentos teórico-metodológicos que nos permitiram buscar, entre os sujeitos da pesquisa, pistas, indícios e sinais (GINZBURG, 1989) que seriam narrados com base em uma descrição densa (GEERTZ, 2008) dos fenômenos experimentados. Nosso interesse primordial em adotar uma abordagem metodológica que questiona o lugar do quantificável, do repetível e do generalizável num trabalho acadêmico foi mostrar que a interpretação exposta não é a única e nem se pretende instalar como verdadeira, totalizante, pois, como afirma Morin (2008, p. 177), um pensamento complexo é aquele que "não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões", aspirando, assim, à "multidimensionalidade" e, por isso, admitindo, "em seu interior, um princípio de incompletude e de incerteza".

Portanto, seguindo a perspectiva do andarilho como aquele que caminha à procura de pistas no movimento incessante das interações que esse caminho lhe proporciona (MAFRA, 2011), na pesquisa com os associados da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tombos (Cresol Tombos) e as seis unidades de atendimento a ela vinculadas juridicamente, localizadas na Zona da Mata de Minas Gerais, nos municípios de Tombos, Espera Feliz, Alto Jequitibá, Divino, Simonésia e Santa do Manhuaçu, entre março e julho de 2015, fez-se a opção de privilegiar determinados espaços e tipos de situações para a coleta de dados. Assim, foram utilizados como instrumentos metodológicos a observação de momentos coletivos como as pré-assembleias; a Assembleia Geral Ordinária; a Formação para Agentes de Desenvolvimento e

Crédito; a aula para crianças de escolas rurais integrantes do Programa "Um olhar para o futuro"; um encontro com as lideranças locais; a etapa do Planejamento Estratégico Participativo, referente às cooperativas mineiras; e o encontro para novos associados, denominado "Café com a Cresol". Além disso, foram realizadas, nas visitas a cada uma das cidades, 22 entrevistas semiestruturadas com associados e membros do Conselho de Administração.

Dessa forma, visando à apresentação e à análise dos dados resultantes dessa pesquisa, este artigo está subdividido em outros quatro tópicos além desta introdução. No primeiro, exporemos a conformação do ambiente institucional e do campo do cooperativismo de crédito no Brasil, por meio dos quais procuramos demonstrar como essas organizações surgiram e como foram estabelecendo-se ao longo dos anos. Em seguida, detalharemos os principais aspectos da perspectiva teórica de Humberto Maturana. Os dois tópicos seguintes procuram "colocar em prática" nosso objetivo a partir da análise dos dados empíricos coletados junto aos associados da Cresol Tombos/MG por meio da observação em três formações oferecidas pelo Sistema Cresol – o Café com a Cresol; a aula do Programa "Um olhar para o futuro" e dois módulos da Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito –, além das entrevistas semiestruturadas realizadas com 22 associados. Por fim, buscamos relacionar os principais pontos que nos chamaram a atenção em relação ao cooperativismo de crédito rural solidário e as possíveis implicações desses pontos para a Cresol Tombos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O AMBIENTE INSTITUCIONAL E O CAMPO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

As cooperativas de crédito surgiram num contexto em que o acesso ao crédito e aos serviços bancários era uma realidade distante de uma parcela considerável da população em virtude das exigências burocráticas praticadas pelas instituições financeiras existentes. Nesse sentido, a finalidade dessas cooperativas era, então, estabelecer instrumentos que possibilitassem o acesso ao crédito e a

outros produtos financeiros por seus associados, despertando-lhes o sentido de poupança e concedendo-lhes empréstimos a juros abaixo dos praticados pelas instituições financeiras tradicionais, como os bancos comerciais[1] (BITTENCOURT, 2001; BÚRIGO, 2006a).

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi constituída em 1902, na cidade de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Entretanto, como afirma Búrigo (2007, p. 17), "as cooperativas de crédito ficaram praticamente proibidas de funcionar [no país] durante muitos anos", pois as regulamentações referentes à atuação dessas organizações eram constantemente alteradas e, em muitos casos, bastante restritivas[2]. Somente na década de 1960, quando ocorre a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional com a promulgação da Lei 4.595 de 1964, as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras e, consequentemente, passam a ser regulamentadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, retomam-se as autorizações para funcionamento dessas organizações (FREITAS e FREITAS, 2014).

Já no que tange ao cooperativismo de crédito rural no país, é somente na década de 1980 que ocorre seu florescimento de forma efetiva (BÚRIGO, 2007). Contudo, nessa fase, a maior parte das cooperativas de crédito era constituída como uma seção de crédito das cooperativas agropecuárias, e não como uma organização independente. Dessa forma, as cooperativas de crédito que surgiram no Brasil nesse período foram, em grande parte, constituídas por agricultores que já estavam organizados e formavam os quadros sociais de cooperativas agropecuárias. Estas últimas, por sua vez, recebiam incentivos governamentais para sua constituição e seu desenvolvimento, o que as fez ter um papel extremamente relevante no contexto nacional de modernização da agricultura a partir de projetos, das novas tecnologias e dos investimentos que traziam para o meio rural brasileiro. No entanto, tais projetos não eram compatíveis com a realidade de uma parcela expressiva dos agricultores brasileiros, já que pressupunham garantias financeiras e condições que esses

[1] "Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão 'Banco'" (BACEN, 2015a).

[2] Uma análise mais aprofundada sobre as diferentes bases normativas a que as cooperativas de crédito estiveram submetidas ao longo de sua existência no Brasil pode ser encontrada em Pinheiro (2008).

agricultores não poderiam suprir (SCHRÖDER, 2005; BÚRIGO, 2007). Por outro lado, acreditava-se que, por estarem vinculadas às cooperativas agropecuárias, as cooperativas de crédito seriam capazes de garantir, aos seus associados, o acesso aos recursos financeiros de que precisavam para sua produção agropecuária, isentando-os de determinados riscos financeiros e do cumprimento individual das exigências burocráticas, já que estariam amparados por organizações já consolidadas. Exatamente por isso, as cooperativas de crédito constituídas nesses moldes incentivaram projetos de modernização da agricultura e priorizaram os agricultores mais capitalizados em seus empréstimos, excluindo, assim como as outras instituições financeiras do país, aqueles agricultores que não poderiam cumprir o cabedal de exigências para o fornecimento de crédito (SCHRÖDER, 2005; BÚRIGO, 2006a; CAZELLA e BERRIET-SOLLIEC, 2008).

Seguindo essa linha de ação, na década de 1990, tais cooperativas de crédito passaram a adotar estratégias de atuação que priorizavam a "verticalização administrativa", focando "as suas atividades financeiras nos clientes de maior retorno comercial" e direcionando "suas ações ao mundo urbano economicamente mais desenvolvido" (BÚRIGO, 2006b, p. 323). Como consequência, aquelas cooperativas constituídas para contrapor as normas do Sistema Financeiro Nacional acabaram, ironicamente, acomodando-se às exigências de tais normas, formando grandes organizações cujas operacionalizações se aproximavam muito dos bancos comerciais.

Nesse ponto, é importante ressaltar que, para a legislação brasileira, desde a década de 1960, as cooperativas de crédito são consideradas instituições financeiras e, como tais, dependem de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar, sendo guiadas pela Lei 4595/64 (a lei do Sistema Financeiro Nacional), pela Lei 5764/71 (Lei do Cooperativismo), pela Lei Complementar 130/2009 (sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo) e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.434 de 2015[3] (BACEN,

[3] A Resolução 4.434, de 05 de agosto de 2015, representa um novo marco legal para as cooperativas de crédito brasileiras como um todo, pois traz uma nova classificação para essas organizações. Essa nova classificação, ao contrário da anterior, que separava as cooperativas de acordo com a formação de seu quadro social, caracteriza as diferentes formações de cooperativas de crédito com base nas operações que elas podem realizar e, consequentemente, o risco que correrão. O Banco Central, por meio do Comunicado nº 28.684/2015, elaborou uma lista das cooperativas em funcionamento no país, sugerindo o novo enquadramento, que, entretanto, poderia ser aceito, ou não, pelas cooperativas.

2015b). Todos esses normativos têm como objetivo estipular quem pode associar-se às cooperativas de crédito existentes no país, quais são os limites de capital que essas cooperativas devem atingir em determinados períodos e também recomenda que essas cooperativas se agrupem em Sistemas com a finalidade de proporcionar maior sustentabilidade econômica para cada cooperativa. Os órgãos normativos entendem que uma cooperativa sozinha – ou solteira, como são chamadas aquelas que não pertencem a um Sistema[4] – não será capaz de resolver problemas de ordem financeira e continuar operando, o que significa um risco para seus associados e para o segmento como um todo.

Assim, essa classificação legal imputou, a algumas cooperativas, lógicas de atuação que as aproximavam dos bancos comerciais – seja pela busca estrita de maior segurança financeira para seus associados, seja pela padronização de suas práticas e estruturas –, o que deu espaço para que agricultores menos capitalizados permanecessem à parte do Sistema Financeiro. Dessa forma, começam a surgir no Brasil, em meados da década de 1990[5], como alternativas às já existentes, as cooperativas de crédito rural solidárias, com a proposta de oferecer acesso diferenciado aos serviços financeiros de que os agricultores periféricos ao Sistema Financeiro necessitavam, mas que ainda não conseguiam acessar.

Entretanto, embora todas as cooperativas de crédito brasileiras devam submeter-se a um mesmo marco legal regulatório de suas atividades, constituição e funcionamento, nem todas buscam as mesmas formas de legitimação social em seu contexto de atuação, isto é, cada organização procura atuar e legitimar-se entre seus membros e na comunidade em que se encontra com base em princípios, valores e estratégias que a diferenciem de outras instituições financeiras. Schröder

[4] É importante ressaltar que, sempre que nos referirmos ao "sistema" (com *s* minúsculo), estaremos reportando-nos ao conjunto dessas sete unidades de cooperativas, seguindo as disposições teóricas de Humberto Maturana. Essa diferenciação será importante, já que as cooperativas de crédito estão organizadas em Sistemas organizatórios e representativos próprios. Nesse caso, ao nos referirmos à forma organizacional dessas cooperativas, utilizaremos "Sistema" (com *S* maiúsculo). Tal diferenciação tem como propósito evitar confusões entre a forma organizacional das cooperativas de crédito no Brasil e a perspectiva teórica adotada para análise.

[5] Foi também nesse período que surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a intenção de "construir um conjunto de medidas integradas, que proporcionassem melhores condições para o desenvolvimento dos pequenos municípios do país" a partir do reconhecimento de "uma nova tipologia social da agricultura brasileira", a agricultura familiar. Tal programa tem uma interface de atuação direta com relação às cooperativas de crédito, visto que essas organizações figuram como agentes de repasse de seus recursos aos agricultores que a elas se vinculam (BÚRIGO, 2007, p. 72).

(2005) afirma ainda que, justamente por isso, as cooperativas de crédito, diferentemente de outras formas cooperativas, nem sempre vão priorizar "uma combinação equilibrada entre racionalidade econômica e associativismo, com predomínio de valores solidários", pois suas "formas institucionais" procurarão adaptar-se ao "ambiente econômico e institucional" em que estiverem inseridas, intentando priorizar aquelas que melhor respondam aos interesses de seus cooperados (SCHRÖDER, 2005, p.79). Assim, conforme afirma Rios (2007, p. 15), "não se deve confundir a comum identidade jurídica das cooperativas com suas mais diversas inserções econômicas e sociológicas".

Nesse sentido, Schröder (2005, p. 96) faz uma diferenciação entre as conformações institucionais que moldaram a atuação e o funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil, classificando como "convencionais" as cooperativas de crédito que surgiram vinculadas às cooperativas agropecuárias, cujo interesse era viabilizar um modelo produtivo baseado na modernização da agricultura (aumento da produtividade, novas tecnologias, utilização de insumos e implementos químicos) e que "atenderam, prioritariamente, os agricultores mais capitalizados e melhor posicionados na estratificação social, definida em relação aos fatores renda e propriedade dos meios de produção". Como "não convencionais" são classificadas as cooperativas de crédito que surgem a partir da articulação de organizações e movimentos sociais entre os agricultores, colocando como objetivo "alcançar, em alguma medida, um público que está à margem do sistema financeiro" (SCHRÖDER, 2005, p. 96). Essa classificação das cooperativas de crédito nacionais em duas vertentes distintas encontra-se, também, na visão de outros autores (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008; BÚRIGO, 2006a), como uma tentativa de separar arranjos institucionais diferenciados que atuam como instituições financeiras nos meios rural e urbano, em busca de uma melhor distribuição do crédito.

Entretanto, como asseveram Junqueira e Abramovay (2005, p. 20), ainda que diferentes estudiosos busquem criar "definições e concepções sobre as distintas modalidades financeiras destinadas a populações pobres", todos entendem que o objetivo principal dessas modalidades é "ampliar o alcance do financiamento de modo a atingir aqueles que não interessam ao sistema financeiro

tradicional". Assim, ainda que diversas classificações venham a se destacar no meio acadêmico e entre as próprias cooperativas desde a época das cooperativas de crédito vinculadas às cooperativas agropecuárias, determinados grupos, marcadamente de agricultores, mas não só esses, permaneciam excluídos e, por isso, procuraram novas formas de acessar os recursos financeiros que necessitavam, formando organizações alternativas.

Nesse sentido, de acordo com Búrigo (2006a), o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil surge motivado, em grande parte, pela verticalização ocorrida em três dos grandes Sistemas de cooperativas de crédito operantes no país: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob); Cooperativas de Crédito dos Profissionais da Área de Saúde (Unicred) e Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). Esse novo formato institucional pretende, assim, ser um diferente meio de proporcionar acesso ao crédito para os agricultores familiares que ainda se encontravam excluídos do público atendido pelas instituições financeiras existentes no país. Por isso, quando os sistemas tradicionais passaram a reestruturar sua forma de atuação com base na fusão e na incorporação de pequenas cooperativas às cooperativas maiores, priorizando a forma de agrupamento vertical e tornando sua atuação cada vez mais parecida com a dos bancos comerciais, começam a surgir, em meados da década de 1990, pequenas cooperativas, sobretudo no meio rural, que visam a proporcionar aos agricultores uma forma diferenciada – até personalizada, em alguns casos – de acesso ao crédito.

Nesse sentido, a proposta das cooperativas de crédito rural solidárias é levar àquela parcela de agricultores excluídos o acesso ao crédito e aos serviços que não conseguem obter por meio dos bancos comerciais devido às garantias financeiras estabelecidas – como valor mínimo de renda mensal, documentos que comprovem a posse de imóveis e, principalmente, os prazos e juros exigidos para o pagamento –, exigências que tais agricultores dificilmente conseguiriam cumprir. Além disso, diferente dos bancos comerciais, as cooperativas de crédito rural solidárias têm o propósito de garantir (ou ao menos, tentar) o desenvolvimento econômico e social de seus associados, atuando como agentes de desenvolvimento local ao captarem recursos de seu quadro social e os reverterem em empréstimos a esse mesmo quadro que, possivelmente, realizará suas transações financeiras no

comércio local e com membros da própria comunidade. Como assevera Búrigo (2006b, p.314), uma "cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento à sua missão estratégica".

Exatamente por esse caráter que as diferencia das outras instituições financeiras do país, as cooperativas de crédito rural solidárias sempre tiveram preferência por uma atuação local e uma organização em forma de redes, priorizando a abertura de Postos de Atendimento aos Cooperados (PACs) em localidades física e politicamente próximas. Essa forma de atuação e organização estava diretamente relacionada à percepção de cada grupo em relação às suas necessidades de serviços financeiros, à variedade de interesses que permeiam o campo do cooperativismo de crédito solidário brasileiro e à abordagem que cada grupo de associados dava preferência para a constituição de sua cooperativa. Contudo, essa variedade de interesses e formas de atuação no próprio campo do cooperativismo de crédito solidário contribuiu para que essas organizações fossem vistas como frágeis na interpretação do Sistema Financeiro tradicional. Assim, diante das dificuldades que elas enfrentavam para, "apesar de serem organizações formadas [em sua maioria] por agricultores familiares e com propósitos sociais, (...) alcançar sua legitimidade perante os órgãos regulatórios externos e outras organizações com as quais interagem" (FREITAS e FREITAS, 2013, p. 1009), foi constituída em 2008, a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), visando a reorganizar esse campo e congregar Sistemas e cooperativas singulares a fim de fortalecerem-se diante do Sistema Financeiro Nacional.

Desse modo, o campo do cooperativismo de crédito rural solidário, até 2008, era formado pelo Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol); pelo Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol); pela Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob); pela Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor); pela Cooperativa de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário de Iúna-ES (Credsol); pelo Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Sistema Creditag) e pelo Sistema Integrar, cada um com atuação em

diferentes regiões do país (FREITAS, 2011), além das muitas pequenas cooperativas "solteiras". No entanto, a partir das exigências do Banco Central em relação à necessidade de ampliar o controle sobre esses Sistemas e, principalmente, sobre aqueles que ainda não possuíam uma central, alguns processos de incorporação foram ocorrendo (PINHEIRO, 2008). Num primeiro momento, as cooperativas vinculadas ao Sistema Integrar e ao Sistema Creditag, na Região Nordeste do país, foram incorporadas ao Sistema Ecosol. Em seguida, com a possibilidade de expansão do Sistema Cresol – antes com atuação exclusiva na Região Sul – para a Região Sudeste, e porque esse Sistema já possuía uma parceria com os Sistemas Ecosol e Creditag em termos de apoio técnico-administrativo, houve uma aproximação maior entre esses Sistemas, culminando em sua incorporação pelo Sistema Cresol. Além desses, o Sistema Credsol, que atuava no estado do Espírito Santo, também foi incorporado pelo Sistema Cresol (FREITAS, 2011).

Dessa forma, quando a Confesol passa a atuar como representação nacional do cooperativismo de crédito rural solidário, sua composição se restringe às centrais de crédito vinculadas ao Sistema Cresol – Cresol Central SC/RS, Central Cresol Sicoper e Central Cresol Baser –; ao Sistema de Cooperativas de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Sistema Crehnor) e à Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Sistema Ascoob). Cada uma dessas centrais possui suas próprias bases de serviços regionais, responsáveis pela prestação de serviços às cooperativas singulares de determinada região e, na base da organização, estão as cooperativas singulares e os PACs, que lidam diretamente com as demandas dos agricultores familiares que as compõem.

A atual configuração da área de abrangência desses Sistemas de Crédito Solidários demonstra que, à parte o interesse imediato de cada um, o principal argumento de manutenção da "sobrevivência" de suas cooperativas no atual cenário financeiro do país está diretamente vinculado à incorporação dos menores pelos maiores, ou seja, a união de forças entre os próprios Sistemas e a inclusão de cooperativas "solteiras" no quadro de formação de Sistemas já consolidados.

2.2 SISTEMAS SOCIAIS COMO SISTEMAS VIVOS: A PERSPECTIVA TEÓRICA DE HUMBERTO MATURANA

Humberto Maturana Romesín é um neurobiólogo chileno cujas pesquisas e discussões teóricas, sobretudo aquelas realizadas com Francisco Varela, buscam compreender as "relações constitutivas do ser vivo" de uma forma mais aprofundada do que a que vinha sendo feita em meados do século XX. Para esses autores, os seres vivos são entidades autônomas, ou seja, entidades constituídas por "uma rede descontínua de processos circulares de produções moleculares na qual as moléculas produzidas constituem, através de suas interações, as redes que as produz[em]" (MATURANA, 2002, p.187).

Dessa forma, e partindo desse pressuposto, a proposta teórica de Maturana traz um novo entendimento dos seres vivos enquanto sistemas e, para o autor e Francisco Varela, essa compreensão caracteriza esses sistemas como autopoiéticos. Mas o que isso quer dizer? "Autopoiese" é um dos principais conceitos que surgem das reflexões teóricas desses autores e, num sentido restrito, quer dizer autoprodução (MARIOTTI, 1999). Sistemas autopoiéticos são "sistemas dinâmicos fechados[1]" (MATURANA, 2002, p.134), autônomos e individuais que "continuamente especificam e produzem sua própria organização por meio da produção de seus próprios componentes" (MOREIRA, 2004, p.598). No entanto, para que possam realizar-se dessa maneira, os sistemas autopoiéticos estão em constante interação estrutural com o meio em que se encontram, além de estarem em um constante processo interno de mudança. Nesse sentido, entende-se que sistemas autopoiéticos são autônomos, mas também dependentes do meio.

De acordo com Mariotti (1999, p. 01), o "paradoxo autonomia-dependência dos sistemas vivos" não pode ser compreendido a partir de um pensamento linear, ou seja, a partir de uma concepção de mundo em que é preciso definir objetivamente os parâmetros que orientam a ação. Esse paradoxo será melhor "compreendido por um sistema de pensamento que englobe o raciocínio

[1] Conforme Vieira (2004, s/n), ao afirmar que os sistemas autopoiéticos são sistemas fechados, Maturana não está fazendo uma "contraposição a 'aberto', no sentido de relações com o meio, mas fechadas são as macrocondições dessa relação. Fechado quer dizer que o sistema mesmo é dotado de mecanismos de autosustentação, protosustentação e retrosustentação [sic]".

sistêmico (que examina as relações dinâmicas entre as partes) e o linear" (MARIOTTI, 1999, p. 01). Tal raciocínio está ligado à Teoria da Complexidade formulada por Edgar Morin, para o qual é preciso compreender os sistemas como unidades em que "não deve haver aniquilamento do todo pelas partes nem das partes pelo todo. Importa, portanto, esclarecer as relações entre as partes e o todo, onde cada termo remete para o outro" (MORIN, 1977, p. 120). Ou seja, não é possível que um sistema seja entendido como a mera soma das determinadas partes que o compõem nem como um todo independente de suas partes. Segundo Morin (2008), é preciso um processo circular de compreensão das partes e do todo em relação aos sistemas para que esses possam ser definidos. Dessa maneira, a autonomia e a dependência dos sistemas autopoiéticos ocorrem como a forma com a qual tais sistemas operam em relação ao meio em que se encontram, reagindo às influenciações desse meio e modificando-se somente quando essas influenciações encontram ressonância com a conformação interior desses sistemas. Mas como essas considerações se refletem na proposta teórica de Maturana?

Para chegar à compreensão dos sistemas vivos como sistemas autopoiéticos, Humberto Maturana traz, primeiramente, a definição de unidade. Para o autor, a unidade é concebida como uma "entidade", [ou seja] qualquer coisa que possamos distinguir de alguma maneira" (MATURANA, 2002, p. 56). Para ele, essa distinção é feita em relação ao *background* ou entorno, meio em que essa unidade está (sempre que se define uma unidade, isso se faz distinguindo-a de seu entorno). Além disso, Maturana (2002) aponta dois tipos de unidades: as simples, consideradas no todo, não sendo possível decompô-las; e as compostas, formadas por partes "que podem ser separadas". De acordo com a sua análise, os sistemas vivos são considerados unidades compostas, de modo que apresentam dois aspectos importantes: a organização, "que se refere às relações entre os componentes que fazem com que a unidade seja o que você afirma que ela é" (MATURANA, 2002, p.57); e a estrutura, representando "os componentes e as relações que constituem uma unidade particular" (MATURANA, 2002, p.58). A organização é o que confere "identidade de classe" para a unidade – seja um ser vivo, um objeto, uma organização ou o que se queira caracterizar – e é comum para uma determinada classe. Para tanto, a organização será, até certo ponto, estável

em um sistema, pois é ela que "liga e transforma os elementos num sistema", mas é também o que "produz e mantém este sistema" (MORIN, 1977, p.125). Quando a organização muda, o sistema muda ao ponto de transformar-se em outra coisa ou deixar de existir. A estrutura, por sua vez, é individual, cada sistema possui a sua própria, a qual está em um processo constante de transformação, "como resultado de nossa própria dinâmica estrutural interna" (MATURANA, 2002, p. 196), ou que pode ser desencadeado pela interação do sistema com o meio no qual está inserido – que também se mantém em constante mudança. Ainda assim, as mudanças estruturais de um sistema não são determinadas pelo meio; elas acontecem de forma efetiva somente se a estrutura do sistema aceitar a interferência do meio como uma perturbação capaz de alterá-lo. A partir disso, o sistema modificará a sua estrutura para adaptar-se às novas condições do meio. É importante lembrar, no entanto, que a estrutura do sistema precisa estar em conivência com a estrutura do meio em que se encontra para que o sistema perdure no tempo sem perder a sua identidade específica.

Dessa forma, "estruturalmente o sistema vivo é sempre aberto, embora tenha que manter sua organização operacionalmente fechada" (MORAES, 2002, p.06). Essa condição pressupõe que a organização dos sistemas vivos é sempre conservada, o que significa que, nesses sistemas, "algo permanece, isto é, algo mantém a sua identidade, quaisquer que sejam as mudanças estruturais" (MATURANA, 2002, p. 197-198) que ocorram com esse sistema. Desse modo, à parte as mudanças estruturais que ocorrem constantemente no sistema e no meio em que esse se insere, a organização desse sistema somente se conserva se as estruturas do meio e do sistema forem congruentes. Portanto, nos termos do autor, deve haver uma "congruência estrutural" (MATURANA, 2002, p. 198) entre sistema (ser vivo) e meio. É essa congruência estrutural que Maturana chama de adaptação. Nesse sentido, como afirma Vieira (2004, s/n), "não é possível determinar quais [são] as ações subsequentes num processo autopoiético. Mas é possível saber que o vivo age e re-age diante das circunstâncias", pois o "organismo se autogere, mas só o faz na relação com outros organismos".

Como é possível compreender um sistema social a partir dos conceitos e do desenvolvimento teórico de Humberto Maturana?

De acordo com Moraes (2002, p. 04) "Maturana reconhece que o pensamento autopoiético é válido para outros sistemas além do biológico", uma vez que "o sistema vivo interage com as circunstâncias" em qualquer tipo de sistema em que esteja inserido "e, a partir dessas interações, ou ele se conserva contingente com as circunstâncias, em termos de sua organização, ou o sistema se desintegra". Dessa forma, "biologicamente falando, para ele, não existiria contradição entre o social e o individual".

A partir do conceito de autopoiese e dos conceitos adjacentes desenvolvidos por esse autor, há uma gradação entre os tipos de sistemas que podem ser analisados. Nessa perspectiva, "as células seriam sistemas autopoiéticos de 1ª ordem; os organismos vivos, de 2ª ordem e o agregado de organismos vivos constituiria um sistema de 3ª ordem" (MORAES, 2002, p.04). Logo, o "acoplamento estrutural entre duas ou mais unidades autopoiéticas de primeira ordem, mantendo a organização autopoiética, resulta em uma unidade autopoiética de segunda ordem e assim por diante" (MOREIRA, 2004, p.599). Um sistema social seria, enfim, um sistema autopoiético de 3ª ordem, já que o mais importante, nesse sistema, são as relações entre os sujeitos (ou organismos) que o formam, e não o caráter auto-organizador mantenedor de si que caracteriza um organismo vivo.

Portanto, para Maturana (2002, p. 189), um "sistema social é um sistema que engendra todos os fenômenos que nós chamamos de *fenômenos sociais* na vida cotidiana". Ele será "formado por seres vivos que, através de suas interações recorrentes, constituem uma rede de ações coordenadas na qual eles se realizam a si próprios como tais". Assim sendo, ao lidarmos com um sistema social a partir da perspectiva da autopoiese, precisamos considerar que a mudança estrutural dos indivíduos – ou de apenas um deles – acarretará, também, a mudança estrutural do sistema. Essa mudança, por sua vez, é possível uma vez que os indivíduos que fazem parte de um sistema social podem, como afirma Maturana (2002), interagir em outros espaços fora do sistema que compõem (podem constituir outros sistemas sociais e estão em constante interação com seus meios). Quando isso acontece, são lançados novos padrões de comportamento para esse sistema, que, contudo, continuará o mesmo, sem necessariamente alterar a sua organização. Isso pode acontecer, também, quando são inseridos novos membros em um sistema social, os quais trazem "uma história

prévia de interações independentes dele" (MATURANA, 2002, p. 201). Por outro lado, se a mudança efetivar-se na organização individual daqueles que compõem o sistema, ou seja, se os indivíduos que formam determinado sistema social mudarem, ao ponto de assumirem outros comportamentos ou outra identidade, o sistema social como tal pode deixar de existir ou tornar-se outra coisa (ou outro sistema).

É importante destacar que, no âmbito dessa concepção dos sistemas sociais, a linguagem – verbal e não verbal – ou as comunicações/conversações constituem-se como o elemento que torna admissível compará-los aos sistemas vivos autopoiéticos. De acordo com Moraes (2002, p.10), Maturana concebe o processo comunicativo como "uma coordenação de comportamentos entre dois ou mais organismos vivos que acontece a partir de acoplamento estrutural mútuo", ou seja, comunicar-se através da linguagem representa uma ação que ocorre, em meio aos seres vivos, "nas interações, nas relações de convivência" entre eles. A autora afirma, ainda, que a linguagem é importante na concepção dos sistemas sociais como sistemas vivos, pois irá refletir "os sistemas de crenças, pensamentos, ideias e valores de cada comunidade, gerando, assim, um contexto de significados comuns que é sustentado por novas comunicações" (MORAES, 2002, p.20). É esse processo recursivo de formação de contextos de significados comuns que conformará a identidade de um sistema social. Quanto a isso, é preciso ressaltar que a identidade é dinâmica, uma vez que ela só existe a partir das interações estruturais que se dão na linguagem, nas redes de conversação próprias entre os indivíduos que formam o sistema, com a condição de que haja uma congruência estrutural entre o sistema e indivíduos. E, para que essa congruência estrutural (ou adaptação) possa existir, é preciso que o sistema lide com as perturbações ambientais (e também com aquelas trazidas por seus membros), entrevendo, em meio a elas, maneiras para manter-se "vivo".

2.3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO COMO UM SISTEMA SOCIAL AUTOPOIÉTICO

Nossa proposta, neste item, é apresentar os fatores que nos permitem compreender a Cresol Tombos como um sistema vivo, ou melhor, como um sistema social autopoiético do ponto de vista de Maturana. Para tanto, primeiramente, relacionaremos alguns conceitos teóricos ao campo empírico em questão. Nesse sentido, o primeiro conceito que traremos é o de sistema, visto que será o cerne de nossa análise. De acordo com Montilla, Pernía e Rodríguez (2010, p 254 – tradução nossa), consideraremos como um sistema vivo algo que contenha certas propriedades e possa ser definido como "um conjunto de elementos dispostos de tal maneira que, ao inter-relacionar-se de forma dinâmica, alcançam determinados objetivos". Assim, uma cooperativa – ou um conjunto de cooperativas, tal como é o nosso caso – pode ser entendida como um sistema, visto que seus associados se unem para, em um interagir dinâmico, alcançar um fim comum. Mais do que isso, ao considerarmos as propriedades de um sistema vivo – habilidade de auto-organizar-se e autoproduzir-se; contínua mudança estrutural a partir de sua dinâmica interna ou de sua relação com o meio (que é dinâmico); sobrevivência relacionada à congruência estrutural com esse meio; e tendência a conservar sua organização –, torna-se possível abordar uma cooperativa como um sistema autopoiético de terceira ordem ou um sistema social, já que sistemas vivos humanos acoplam-se estruturalmente, formando um sistema mais complexo, no qual influenciam-se mútua e dinamicamente. Desse modo, nosso sistema social autopoiético será representado pela Cresol Tombos e seus seis postos de atendimento – Cresol Catuné; Cresol Alto Jequitibá; Cresol Divino; Cresol Espera Feliz; Cresol Simonésia e Cresol Santana do Manhuaçu –, que, em março de 2015, somavam 3.535 associados.

De forma complementar, é preciso considerar, também, o meio em que esse sistema está inserido. Desse modo, no que se refere à Cresol Tombos, seu entorno é constituído num âmbito mais restrito pela área de abrangência dessa cooperativa e suas unidades, justamente por suas características econômicas, sociais, políticas e geográficas que interferem nela diretamente por meio da influência sobre

seus associados. Essa área de abrangência compreende a região entre os municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Manhuaçu, Manhumirim, Orizânia, Pedra Dourada, Reduto, Santana do Manhuaçu, Simonésia, Tombos e Vieiras, no estado de Minas Gerais; Porciúncula, Natividade, Itaperuna e Varre-Sai, no Rio de Janeiro; Dores do Rio Preto e Guaçuí, no Espírito Santo. Especificamente, são as áreas rurais desses municípios as quais configuram o principal foco de atuação da cooperativa e com a qual seus componentes (associados) estão em constante interação. É no convívio diário nessas áreas rurais – e em áreas urbanas de alguns dos municípios menores – que tais agricultores realizam a maior parte de suas interações com outros sujeitos e sistemas sociais, conforme o excerto de entrevista apresentado a seguir:

> Ah, cooperativa de crédito solidária é um grupo, pra mim, **é um grupo de pessoas que unem em prol do objetivo de tá trabalhando junto**. **Enquanto um poupa, outro tem um investimento que precisa ser feito, aí aquela poupança do outro vai servir pra gerar esse investimento da outra pessoa**. (...). Então isso acaba sendo um diferencial também de uma cooperativa solidária, **aí, que eu entendo como solidariedade. Você tá movimentando seu próprio município, um ajudando o outro, da forma que ele vê que tem a possibilidade no momento**: um é poupando, outro é pegando investimento, outro é comprando no comércio local... (Entrevistado 20, Divino, 2015 – grifos nossos).

Adicionalmente, como instituições financeiras, essas cooperativas estão congregadas em um Sistema organizador próprio, o Sistema Cresol – que reúne outras cooperativas em distintas regiões do país –, e também inseridas no Sistema Financeiro Nacional, os quais também comporão o seu entorno, influenciando-o estruturalmente a partir das regras internas – como estatutos e regimentos – e das regulamentações legais que orientam seu funcionamento. Como afirmam Montilla, Pernía e Rodríguez (2010, p. 255 – tradução nossa) em relação às cooperativas, "as modificações ambientais produzem efeitos muito importantes sobre cada uma das pessoas e entidades que fazem parte destas organizações". Nos trechos de falas seguintes, podemos perceber parte da influência do meio sobre o sistema e das inter-relações que se estabelecem:

> [Divino] é um município que a gente sabe que tem um potencial muito grande, é **um município que a agricultura familiar é muito forte**, que **tem organizações fortes**: o sindicato, a associação, a cooperativa. Então, é motivo de orgulho pra quem é daqui (...) e é agricultor familiar. Então **aqui vocês têm organizações que trabalham e lutam e buscam**

> **objetivos pra cada um de vocês**. (Pré-assembleia, Cresol Tombos, 2015 – grifos nossos).

> Então **pra gente ter um PRONAF aqui**, pra nós ter repasse e isso e aquilo, **a gente precisa de ter pessoas lá em Brasília**, mais lá em cima pra brigar por essas políticas também, pra gente ter recursos, se não a gente não consegue, **ela [a cooperativa] sozinha também não sobrevive**" (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015 – grifos nossos).

Por fim, outros dois conceitos nos parecem importantes para esta aproximação entre a abordagem teórica sobre sistemas vivos e o cooperativismo de crédito rural solidário: a organização e a estrutura de um sistema. Em nosso caso específico, a organização, aquilo que garante a identidade do sistema e, por isso, tende a ser conservada, aparece primeiramente na definição de uma cooperativa de crédito como uma instituição financeira constituída com a finalidade de prestar serviços financeiros aos seus associados de forma menos burocrática e impessoal. Essa definição torna-se mais específica quando se trata de uma cooperativa de crédito rural solidária, pois essa tem a sua atuação particularmente direcionada para agricultores com base em valores e princípios como a cooperação, a solidariedade, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável, etc. Nesse sentido, a Cresol Tombos traz a sua identidade de classe (MATURANA, 2002) caracterizada pela seguinte missão organizacional: "Promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando ao desenvolvimento local e à sustentabilidade institucional" (CENTRAL CRESOL BASER, 2015). É com base na manutenção desse pressuposto e na conservação das características que a individualizam como uma cooperativa de crédito rural solidária que as perturbações do meio em que se insere devem ser absorvidas pelo sistema, de acordo com a sua estrutura, para que esse sistema continue "vivo". O trecho a seguir, fala de um dos entrevistados em uma formação oferecida pelo Sistema Cresol, permite-nos observar tais fatos:

> [...] a gente tá aqui pra conversar e mostrar **o que que é a cooperativa**, **qual a diferença dela, né, dos banco** que têm; **qual que é a importância de você ser um cooperado ativo, participar, movimentar os recursos que você tiver nela**, quais as vantagens que você vai ter fazendo isso. Então essa é a diferença. Porque **a cooperativa não veio pra cá pra ser mais um banco** (...) **Ela veio a partir da necessidade que os agricultor familiar daqui e pra ser diferente**. E a diferença dela começa com esse encontro (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015 – grifos nossos).

Ao apontar "a diferença" entre a Cresol Tombos e os bancos comerciais que oferecem serviços financeiros para os agricultores da região, o associado que proferiu a fala citada nos ajuda a enfatizar a identidade desse sistema, ou seja, as características de sua organização que, ainda que determinados elementos se alterem, deverão ser conservadas ao longo do tempo para que o sistema continue a existir como tal – uma cooperativa de crédito rural solidária.

Já em relação à sua estrutura, podemos inferir que ela se conforma a partir do conjunto de seus associados e das inter-relações que se estabelecem entre eles. Desse modo, como afirma Maturana (2002, p. 58), "a organização é invariante e é comum a todos os membros de uma classe particular de unidades compostas, mas a estrutura é sempre individual". Disso, decorre que, no caso de uma cooperativa de crédito rural solidária, ainda que sigam princípios e regulamentações legais específicas, sua estrutura é particular, individual, porquanto os sujeitos que a constituem trazem consigo atributos distintos e um histórico de inter-relações estruturais com o meio e com outros sistemas que os diferenciará e, consequentemente, conformará os tipos de interações entre eles. Podemos inferir, então, que, ao considerarmos a Cresol Tombos como um sistema vivo, apesar da influência normativa vinda do Sistema Financeiro Nacional por meio do Banco Central, são as relações interpessoais dos sujeitos que compõem o sistema com outros sujeitos, com outras organizações, associações e afins que irão reger as mudanças estruturais desse sistema, bem como a forma como as regras e normas serão efetivamente aplicadas em seu cotidiano.

Quando essas cooperativas foram constituídas no interior de Minas Gerais, o campo do cooperativismo de crédito no Brasil estava claramente delimitado entre cooperativas tradicionais e cooperativas solidárias, organizações cujas formas de atuação e ideologias as caracterizavam de forma distinta, já que "são constituídas (...) com base nos valores de determinado grupo social e atuam, por isso, em diferentes espaços socioeconômicos" (SCHRÖDER, 2005, p.79). Dessa forma, assim como outras organizações de agricultores, a constituição das cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais – atualmente sob a denominação jurídica de Cresol Tombos – aconteceu a partir da articulação de um determinado grupo de sujeitos rurais com distintas organizações já estabelecidas –

sindicatos, partidos políticos, associações e organizações representativas –, que contribuem para o trabalho de constituição do grupo, não só em aspectos formais, mas principalmente em relação às formações e oficinas realizadas com o objetivo de levá-los a problematizar sua realidade e buscar alternativas coerentes com as suas necessidades. Nesse sentido, as cooperativas de crédito rural solidárias mineiras se propunham a auxiliar os agricultores a acessarem recursos financeiros de uma forma menos burocrática que os bancos comerciais, além de facilitarem o alcance de determinadas políticas públicas, como o PRONAF.

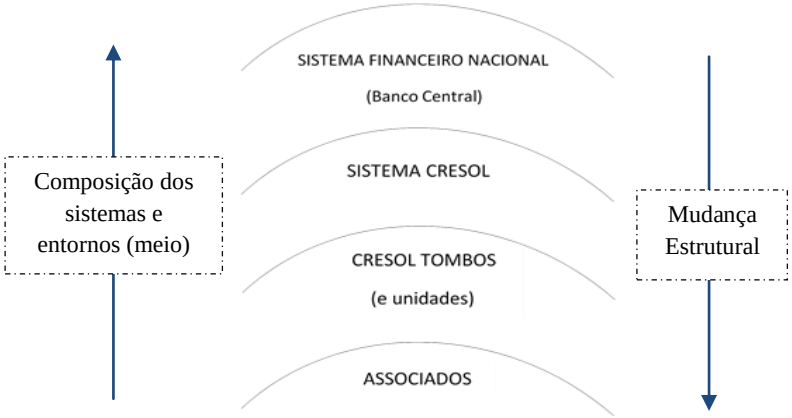
Contudo, tanto o sistema quanto seus componentes e o meio que o congrega são dinâmicos. Assim, também em relação ao cooperativismo de crédito e, sobretudo, em relação à vertente solidária, há um dinamismo que envolve tais organizações e que ganha forma a partir das a) mudanças nas necessidades dos agricultores em relação ao crédito e aos serviços financeiros; b) diferentes políticas públicas que surgiram e ampliaram seu escopo de atuação, trazendo novos elementos para a relação entre agricultores e cooperativas de crédito; c) alterações e consequentes adaptações às regulamentações do Banco Central do Brasil ao longo do tempo; e d) diferentes formas de inserção dos agricultores associados, especialmente os diretores, em espaços de discussão sobre temas de interesse dos agricultores ou outras organizações da agricultura familiar. Esses fatores contribuíram para que as cooperativas alcançassem "maior complexidade institucional e magnitude econômica", levando à alteração dos "parâmetros das relações entre associados e as cooperativas, assim como das práticas por intermédio das quais as cooperativas se organizam e funcionam" (SCHRÖDER, 2005, p. 80). Ou seja, se os componentes e as inter-relações que formam um ser vivo alteram-se e, sendo esse ser parte de um sistema social, "a estrutura dos outros sistemas vivos integrantes desse mesmo sistema social também muda, a partir da mudança de conduta de seus componentes" (MORAES, 2002, p.10).

Dessa forma, parte da mudança estrutural das cooperativas analisadas pode ser percebida pela inserção dessas cooperativas no Sistema Cresol, cujas condutas adequadas, nos termos de Maturana (2002), diferem daquelas anteriormente instituídas pelo grupo de agricultores quando essas cooperativas estavam vinculadas ao Sistema Ecosol. Além do mais, como decorrência dessa incorporação entre os Sistemas Ecosol e

Cresol e das novas condutas assumidas pelo sistema, novos sujeitos foram aceitos como associados. Nesse sentido, para Maturana (2002), a entrada de novos elementos no sistema acarreta mudanças estruturais para esse sistema e para os sujeitos que o compõem, já que estes últimos trarão uma história anterior de interação própria que será incorporada nas suas práticas cotidianas. Contudo, caso o sistema não comporte essas condutas, existe um risco iminente de não inclusão plena dos novos sujeitos ou de que o próprio sistema venha a desintegrar-se. Por outro lado, a dinâmica sistema-sujeitos-meio, que acarreta mudanças estruturais para um sistema social, indica, também, que "a fluidez e o vivo encontram-se na rede de relações existente entre as pessoas e não na estrutura formal da organização caracterizada pelos estatutos, organogramas e regimentos" (MORAES, 2002, p.10).

Nesse ponto, é importante salientar que há um incentivo estatal para que os Sistemas de cooperativas de crédito unifiquem-se, independentemente de qual vertente venham a seguir – tradicional ou solidária. Assim, quando as cooperativas pesquisadas buscam a incorporação em um Sistema já consolidado, como o Sistema Cresol, isso é tido como uma estratégia crucial para que possam continuar atendendo às necessidades de seu quadro social e expandir sua atuação para outras comunidades rurais incluídas em sua área de atuação, mas que ainda não são contempladas com o trabalho que essas cooperativas realizam. Nesse sentido, nos termos dos parâmetros teóricos aqui definidos, esse incentivo estatal à padronização do campo do cooperativismo de crédito no Brasil representa uma perturbação para o sistema, cuja "autopoiese" acontece sem, no entanto, atingir todos os seus componentes (agricultores associados). Dessa forma, a mudança estrutural (ou a sua possibilidade), no âmbito desde sistema social específico, assume uma direção oposta àquela que representa a composição dos sistemas e seus entornos, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Composição dos sistemas, meio e mudança estrutural no cooperativismo de crédito rural solidário de Minas Gerais representado pela Cresol Tombos.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Maturana (2002); Moraes (2002); Moreira (2004).

Conforme a

Figura 1 – Composição dos sistemas, meio e mudança estrutural no cooperativismo de crédito rural solidário de Minas Gerais representado pela Cresol Tombos.

, o primeiro nível dos sistemas é formado pelos associados – sistemas vivos, autopoiéticos de segunda ordem (MATURANA, 2002). Esses associados, majoritariamente agricultores, ao se organizarem em torno das cooperativas de crédito, dão origem a um sistema social (autopoiético de terceira ordem), a Cresol Tombos e suas unidades, o qual se configura não só como um sistema de ordem superior, e por isso mais complexo, mas também como entorno, meio que influencia e é influenciado pelos agricultores. A Cresol Tombos, por sua vez, compõe o Sistema Cresol, que congrega outras unidades de cooperativas de crédito rural solidárias espalhadas por praticamente todo o Brasil e que representam, na análise proposta por Maturana (2002), um sistema social mais complexo que o anterior. Por fim, o próprio Sistema Cresol compõe, junto com outros Sistemas de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, o Sistema Financeiro Nacional (SFN), cujo órgão representativo é o Banco Central. Apesar de seguirem o acoplamento estrutural explicado por Maturana (2002) – sistemas que se juntam e formam um sistema mais complexo – e também representarem uns o entorno dos outros (a partir da Cresol Tombos), a direção da mudança estrutural, nesse caso, tende a seguir o sentido inverso daquele definido pelo autor. Dissemos que "tende a seguir", pois, no sistema social analisado por este trabalho, ainda que existam regulamentações exteriores que "determinem" sua operacionalização, foi, sim, a partir das mudanças estruturais em parte de seus componentes – ou grupo de associados – que possibilidades de transformação e adaptação se abriram para o sistema. Assim, os componentes do sistema afetados pela dinâmica estrutural do meio que desencadearam o processo de mudança estrutural que pretendemos analisar são os associados que fazem (ou fizeram) parte da diretoria, pois são aqueles que lidam diretamente com a parte administrativo-burocrática das

cooperativas e, consequentemente, com a implementação das regulamentações no cotidiano das cooperativas. Além disso, em alguns casos, esses associados precisaram deixar suas atividades no meio rural para cumprir outras atividades administrativas, burocráticas e representativas nas cooperativas e organizações das quais fazem parte, trazendo, para interior do sistema, propostas que podem levar à mudança das práticas e trazer novos parâmetros de atuação para ele.

Há uma preocupação do Sistema Financeiro Nacional em organizar e padronizar o campo do cooperativismo de crédito no país, como dissemos, o que ocasiona mudanças estruturais nos sistemas sem, todavia, incluir nessas mudanças todos os agricultores que os constituem. Dessa forma, tais mudanças chegam, primeiramente, ao conjunto de sujeitos que compõem (ou compuseram) a diretoria das cooperativas, os quais são capazes de se adaptar às mudanças estruturais do sistema, ou seja, em relação à sua capacidade de congruência estrutural. No entanto, esse conjunto de sujeitos é extremamente pequeno em relação ao universo de associados, o que conduz à implementação de modos de (in)formar o restante dos sujeitos sobre as condutas adequadas para a sua permanência ou inserção nessa nova configuração do sistema social. Por outro lado, para aqueles sujeitos que, ainda assim, apresentam dificuldades em sua capacidade de adaptação às mudanças estruturais pelas quais o sistema passa, há uma forte possibilidade de que deixem de fazer parte do conjunto de seus componentes.

Portanto, se o sistema social sofre transformações decorrentes da interação estrutural de seus componentes e meio, mudam os discursos, mudam as relações, mudam os sujeitos e, consequentemente, suas interações. Nesse ínterim, porém, cabe-nos questionar se as mudanças estruturais desencadeadas no sistema – seja pela interação de parte de seus sujeitos com outros sistemas sociais, seja pela inserção de novos membros ou pela dinâmica relacional com o meio –, mantêm a identidade desse sistema ou acarretam uma mudança social efetiva. Ou seja, é possível que esse tipo de organização social formal incorpore novos elementos à sua formação estrutural, reorganizando suas interações com seus componentes e com seu entorno sem, contudo, perder-se de sua identidade? Seria possível que as cooperativas de crédito rural solidárias pesquisadas incorporassem novas condutas, novos sujeitos (diferentes daqueles que a constituíram inicialmente) e

novas formas de interação em seu contexto sem deixarem de ser efetivamente solidárias?

2.4 "SAÍMOS DE UM FUSQUINHA E DIZEMOS QUE TAMOS HOE NUM PEUGEOT, NÉ? " – QUE MUDANÇA SOCIAL EXISTE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS?

No período que antecedeu a realização das visitas aos municípios em que havia uma unidade de atendimento da Cresol Tombos, foi realizado contato telefônico com seus respectivos diretores na tentativa de organizar uma agenda de visitas durante o período de coleta de dados. No entanto, houve uma grande dificuldade em efetivar esses contatos telefônicos com boa parte dos diretores, uma vez que a agenda de compromissos dos mesmos com seus associados, a cooperativa e o Sistema Cresol era muito extensa. Embora fosse possível perceber, nos casos em que era possível falar ao telefone, muita disposição em participar da pesquisa, havia sempre um empecilho relacionado à agenda de compromissos desses diretores.

Assim, para que fosse possível empreender a pesquisa, foram iniciadas as observações de momentos coletivos, a partir os quais tornou-se possível o contato com os dirigentes e outros associados e a realização das entrevistas – no intervalo ou após as observações desses momentos coletivos, na pausa para o almoço de uma reunião de conselho ou num encontro não programado em uma das unidades. Foi nesse período de viagens entre os municípios em que foram descortinados episódios que demonstravam que, apesar das falas serem positivas em relação ao Sistema Cresol e às mudanças que ele trouxe para as cooperativas mineiras, a postura, os termos de linguagem e, sobretudo, o entusiasmo em relação à cooperativa e ao cooperativismo de crédito dos associados e diretores haviam sofrido mudanças ao longo do tempo.

Em 2009, durante a realização de uma pesquisa anterior com a mesma cooperativa – à época vinculada ao Sistema Ecosol –, era possível perceber, nos diretores, uma alegria, uma disposição, uma empolgação em falar sobre a cooperativa que eles estavam gerenciando naquele momento que se tornava perceptível na postura que eles adotavam durante as entrevistas, nos cursos e nas

formações que constituíram as observações e, sobretudo, nas falas. Tal fator era também relevante no que concernia aos associados entrevistados. Contudo, em 2015, no período em que foram realizadas as observações e entrevistas, as falas evidenciavam uma sobrecarga de atividades e reuniões, um arsenal de discursos prontamente disponíveis e acionáveis em relação ao cooperativismo de crédito e uma preocupação latente em relação às metas, cujo resultado era o arrebate do ânimo de parte desses associados e diretores.

A partir desse contato mais próximo, foi possível observar a forma como "uma nova configuração de ações coordenadas" (MATURANA, 2002) vem surgindo no âmbito das unidades da Cresol Tombos, em Minas Gerais, pois os diretores representam os sujeitos ou componentes do sistema cuja interação com o meio e com outros sistemas sociais – como instâncias superiores no próprio Sistema Cresol; participação em organizações de agricultura familiar com atuação regional, estadual ou nacional; contato mais próximo com agentes estatais, por exemplo – resulta na alteração dos parâmetros que indicam a conduta adequada dos membros para permanecerem ou adentrarem no sistema em sua configuração atual. Além disso, conforme afirma Moraes (2002, p. 11), sendo cada ser vivo membro de um sistema social "estruturalmente determinado, podemos também inferir (...) que, ocorrendo mudanças na [sua] estrutura (...), ocorrerão também mudanças no sistema social". Ou seja, quando os diretores, no cumprimento de suas funções administrativo-burocráticas e de representação política das cooperativas, passam a agir de uma forma diferente daquela estabelecida no âmbito organizacional das cooperativas, aceitando como parâmetros de ação condutas e linguagens resultantes de sua interação com o meio, isso acarreta uma nova configuração de ações coordenadas, a qual se materializa em processos comunicacionais que irão moldar os processos de auto-organização do sistema.

Entretanto, no caso específico dessas cooperativas, a mudança social que viria a partir da mudança estrutural dos membros parte daqueles que estão na administração – uma vez que são esses os que estão em contato direto com os normativos e participam constantemente de formações oferecidas pelo Sistema – e segue para os agricultores que formam o quadro social da cooperativa. Tal fator pressupõe, assim, a utilização de

estratégias que levem, até a base social formada pelos agricultores, os parâmetros que poderiam concretizar a mudança social efetiva, já que essa mudança "só acontece quando o comportamento dos sistemas vivos individuais que compõem o sistema social se transforma de maneira a dar origem a uma nova configuração de ações coordenadas que define uma nova identidade para o sistema social" (MATURANA, 2002, p. 190).

Dessa forma, com base nas observações realizadas durante a pesquisa de campo, três das formações oferecidas pelo Sistema Cresol representam, nesta análise, formas de inserção dos agricultores e seus familiares nas cooperativas. São formações padronizadas, que indicam "como ser" um associado, futuro associado ou agente de crédito e, conforme a perspectiva teórica da autopoiese dos sistemas sociais, representam espaços em que é possível que os agricultores – associados ou não – aprendam a conduta adequada e a linguagem para sua inserção ou permanência no sistema.

Nesse sentido, no curso de Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito – uma formação continuada, com duração de três anos, subdividida em módulos bimestrais, nos quais são tratados temas pré-determinados pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) –, as turmas são pensadas de modo a reunir unidades de atendimento geograficamente mais próximas, uma vez que a cooperativa tem sete unidades de atendimento distribuídas pela Zona da Mata Mineira. Conforme um dos entrevistados, na Cresol Tombos, "(...) cada cooperativa cria a metodologia porque nós temos essa autonomia (...) e aqui eu acho que tem três [grupos]. Tem um mais voltado mais pra Simonésia e Santana; tem um outro grupo em Espera Feliz e outro grupo aqui" (Entrevistado 10, Tombos, 2015). Os temas discutidos nesses encontros versam sobre assuntos de interesse dos agricultores e sobre os quais os agentes comunitários precisam deter um conhecimento maior para orientá-los no trato com a cooperativa e, também, nas palavras de um entrevistado, "pra entender o que que é o processo de trabalho deles porque eles têm um papel importante" (Entrevistado 11, Simonésia, 2015).

O trecho de uma das entrevistas apresentado a seguir, sobre o papel dos agentes comunitários (ou agentes de crédito) no sistema e na relação entre a cooperativa e os associados, demonstra a importância desses sujeitos para a

divulgação dos parâmetros do sistema e da forma como a mudança estrutural vem chegando aos seus componentes:

> **Esses agentes**, você já viu aqui, **são lideranças que a diretoria convidou ou escolheu** pra vim participar dos agentes. **O objetivo é fazer com que esses agentes sejam futuras lideranças colaboradoras, inclusive que venham a dirigir futuramente o sistema. E também ele ser realmente o elo nosso lá na comunidade, divulgando, disseminando, não somente o crédito, mas todo o instrumento de desenvolvimento daquela comunidade**. Então esse agente, ele precisa de estar bem com os sindicatos, estar bem com a cooperativa de produção. Só com a Cresol não é importante. (Entrevistado 10, Tombos, 2015 – grifos nossos).

É possível perceber, nos trechos em destaque, que os agentes comunitários são escolhidos entre as lideranças comunitárias (que atuam em pastorais, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em associações comunitárias ou se destacam na própria comunidade) a partir do convite de um dos diretores para atuarem como uma espécie de elo entre a cooperativa e os agricultores associados, pois, além de se tornarem uma referência da cooperativa de crédito nas comunidades, poderão inseri-la nas conversas e no cotidiano desses sujeitos, não só nas comunidades em que vivem, mas também em suas organizações. Além disso, há uma expectativa de que esses agentes comunitários, ao se capacitarem para realizar a função, possam, conforme um entrevistado, entender "o processo coletivo do cooperativismo" e, partir disso, no futuro, "compor a diretoria da cooperativa" (Entrevistado 05, Tombos, 2015). Observamos, assim, nessa formação específica, uma das formas que o sistema atualmente utiliza para garantir que a sua identidade (missão organizacional) não será totalmente descaracterizada, apesar de estar em um ambiente de contínuas mudanças estruturais. Por outro lado, tais formações servem, igualmente, para ensinar aos seus componentes a conduta adequada de permanência no sistema.

Já a aula do Programa "Um olhar para o Futuro" parte de um programa, idealizado pelo Infocos, que discute o cooperativismo com crianças do 4º e 5º ano do ensino fundamental de escolas rurais. Em Minas Gerais, teve início no ano de 2015, como um projeto piloto em duas escolas rurais de Espera Feliz nas quais seriam realizados oito encontros para trabalhar com as turmas temas como cooperação, cooperativismo, tipos de cooperativas, valores e princípios do cooperativismo e educação financeira (INFOCOS, 2008-2016) por meio de dinâmicas, leitura e dramatização da

história em quadrinhos do livrinho que é entregue às crianças por encontro, além da realização de atividades lúdicas que vêm como um encarte no livro. Ao final de cada encontro, as crianças são incentivadas a conversarem com os pais, em casa, sobre os temas, sobre as dinâmicas e os joguinhos que realizaram na aula.

O excerto de fala a seguir, retirado da aula observada nesta pesquisa, cujo tema era o funcionamento de uma cooperativa, destaca "a função" dessa atividade de formação para o sistema:

> [...] isso que a gente tá fazendo aqui, nas escolas, né, no nosso sistema, isso aí **é um trabalho que o sistema tá fazendo pra contribuir com a comunidade aonde a cooperativa atua**, né. Então hoje aqui a gente tem cooperado aqui na comunidade. Então **a ideia do Programa Um Olhar para o Futuro é levar o cooperativismo na escola, na comunidade**, né. (Aula do Programa Um Olhar para o Futuro, Espera Feliz, 2015).

Dessa forma, podemos destacar que, segundo a finalidade estabelecida pelo Sistema, essa atividade tem o propósito de contribuir com a comunidade onde a cooperativa atua, levando informações sobre o cooperativismo para o cotidiano dos agricultores a partir de seus filhos, já que muitos deles não têm conhecimentos específicos sobre uma cooperativa e seus pressupostos. Percebe-se, assim, mais uma maneira de informar, aos sujeitos componentes do sistema, os parâmetros que os guiam e que devem guiá-los enquanto forem considerados como tais, uma vez que, mesmo sendo associados, muitos dos agricultores ainda não compreendem adequadamente a função e o objetivo de uma cooperativa de crédito.

Por fim, o Café com a Cresol, uma reunião para novos associados que acontece periodicamente de acordo com a quantidade de novas associações em cada unidade e tem como objetivo discutir o que é uma cooperativa de crédito, quais são as vantagens de estar associado a uma instituição deste tipo, quais são os deveres e os direitos dos associados, entre outras coisas, parte de um material padronizado, entregue a cada novo associado presente ao final da reunião, composto por uma "cartilha [que], no final, tem o estatuto social" (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015) e uma apresentação de slides composta pelas imagens e pelos textos da própria apostila. Essa reunião é uma obrigação estatutária das cooperativas, mas, em Minas Gerais, ganhou esse nome porque os diretores pensaram em proporcionar um momento de encontro e discussão com os novos associados, em que, "a partir do momento que o agricultor vem cooperar aqui na Cresol, a gente faça

essa primeira reunião com ele", com o propósito de, segundo o diretor que conduziu a reunião em Alto Jequitibá, "ser um bate papo mesmo. Então eu vou tá falando aqui, mas dúvidas que vocês tiver, perguntas, cês pode ficar bem à vontade, né" (Café com a Cresol, Alto Jequitibá, 2015).

No encontro observado nesta pesquisa, havia um interesse dos associados – ou daqueles que pretendiam associar-se – em descobrir quais eram as condições práticas para que pudessem ter acesso a determinados serviços da cooperativa, notadamente aos empréstimos, ainda que a proposta fosse ampliar ou proporcionar-lhes conhecimento sobre uma cooperativa de crédito. Essa foi uma das ocasiões em que foi possível notar a forma como as perturbações do meio – exigências formais para o crescimento e padronização das cooperativas – causaram mudanças estruturais nos sistemas vivos – conduta dos diretores – que compõem o sistema social em análise, já que o posicionamento adotado estava vinculado ao cumprimento de uma exigência estatutária. Entretanto, durante a realização das entrevistas, o Café com a Cresol foi descrito como uma formação que garante aos novos associados um entendimento maior sobre a cooperativa, seus processos e a sua diferença em relação a um banco comercial.

> **O cooperado que participa desse curso, ele entende muito melhor a cooperativa, o processo do cooperativismo, diferença da cooperativa pra um banco**. Esse cooperado, ele sai daqui bem informadinho, com pouco tempo, uma hora de curso que é. (...) Então isso aí tá fazendo uma diferença enorme. (...). Essa **formação de novos cooperados, a gente vê nitidamente a diferença de quem participou para quem não participou** (Entrevistado 01, Tombos, 2015).

Apesar disso, essa formação só foi institucionalizada e acontece regularmente a partir de 2013 após a incorporação entre os Sistemas Ecosol e Cresol, o que deixa de fora um número expressivo de associados que já estavam vinculados à cooperativa antes dessa incorporação.

Mesmo que, nas falas dos entrevistados ou dos mediadores de cada uma dessas formações, elas figurem como possibilidades de manutenção da identidade do sistema como uma organização solidária, essas formações não atingem necessariamente todo o grupo de associados da Cresol Tombos, justamente porque são direcionadas a públicos específicos, deixando de fora uma grande parcela dos sujeitos que compõem esse

sistema social. Além disso, há uma forte padronização tanto do formato quanto do conteúdo dessas formações, do que decorre que, se a mudança estrutural em um sistema vivo, em congruência com a mudança estrutural e dinâmica do meio, só se efetiva na direção que o sistema permite, com base naquilo que pretende conservar (MATURANA; DÁVILA, s/d), a incorporação entre os sistemas de cooperativas de crédito, em Minas Gerais, ao pressupor a padronização e uniformização dessas organizações – segundo os parâmetros colocados pelo Banco Central para as instituições financeiras, cujos aspectos são materializados em cada uma das formações descritas –, pode levar o sistemas a apresentar um caráter de desequilíbrio que obscurece a criatividade de seus componentes.

Assim, a inserção de novas condutas no Sistema Cresol, as quais se dão a partir das interações dos diretores, pode não conduzir a uma mudança social em que a sua identidade (missão organizacional) consiga conservar a solidariedade e a cooperação como valores intrínsecos e incluindo todos os sujeitos que formam o sistema, apesar das constantes mudanças estruturais na tríade sujeitos-sistema-meio. Contudo, podem levar os sujeitos a uma condição periférica em relação ao sistema quando: a perturbação sofrida pelo sistema não é bem aceita ou incorporada pelos sujeitos, que não se manifestam por não se sentirem parte do sistema e, por isso, incapazes de articular a linguagem utilizada por ele; ou as perturbações trazidas pelos sujeitos para o interior do sistema, seja pela dificuldade de articular a linguagem do sistema, seja por não concordarem com a nova conduta, não são aceitas ou incorporadas, afastando esses sujeitos que, por isso, não se encaixam na nova configuração do sistema.

3. CONCLUSÃO

Como afirma Martins (1993), as interpretações resultantes do trabalho sociológico serão sempre "provisórias e parciais", pois são limitadas a curto período de tempo – seja o tempo da bolsa ou da permanência em alguma instituição de ensino ou a disponibilidade de recursos que permitem ao pesquisador permanecer em contato com a comunidade estudada. Nesse sentido, ao considerarmos a Cresol Tombos e suas unidades como sistemas sociais autopoiéticos, a análise proposta

por este artigo buscou apresentar possibilidades interpretativas de um fenômeno comunicacional observado num dado período de tempo. Sendo assim, podemos considerar que, se o meio em que esse sistema se encontra é estruturalmente dinâmico e os seres vivos que o compõem estão em constante interação estrutural com esse meio, tornando possível para o sistema as possibilidades e/ou necessidades de mudanças estruturais, as perturbações recíprocas entre sujeitos, sistema e meio implicam reorganização. Contudo, para que essa reorganização sistêmica se efetive, é preciso, como afirma Moraes (2002), que esteja baseada em uma nova configuração das conversações, mediações e interações que acontecem entre os sujeitos, sistema e meio, já que, seguindo a perspectiva teórica de Maturana (2002), a mudança social só se concretiza com a mudança na organização dos sujeitos e do sistema.

Portanto, entendendo as cooperativas como sistemas autopoiéticos de terceira ordem (sistemas sociais), os dados resultantes da pesquisa nos permitem afirmar que as mudanças estruturais nessas cooperativas partem, sobretudo, da interação de seus diretores com outras organizações e associações representativas, além do contato mais próximo com órgãos estatais de regulação, os quais incentivam a padronização e a uniformização dos Sistemas.

Por outro lado, mesmo que aconteçam transformações em um sistema social autopoiético e que essas sejam impulsionadas pelas perturbações estruturais entre esses elementos, algo será conservado, já que, em sistemas sociais, há uma tendência em conservar sua organização. Assim, dependendo daquilo que se quer conservar, define-se aquilo que mudará, o escopo e o alcance dessa mudança no sistema social. Dessa forma, no caso específico das cooperativas analisadas neste trabalho, entendemos que a direção da mudança estrutural do sistema e de seus componentes será determinada a partir do que se escolha realmente conservar de sua identidade ou missão organizacional. Entretanto, o incentivo estatal para que os Sistemas de cooperativas de crédito unam-se, incorporando-se uns aos outros até que haja uma padronização/uniformização do campo de atuação dessas organizações, leva-nos a supor que tal estratégia prejudicará, num curto espaço de tempo, a continuidade de organizações criativas e diferenciadas, já que mina a diversidade das organizações cooperativas e, consequentemente, obscurece a capacidade

adaptativa de alguns grupos de sujeitos à autopoiese proposta nesses sistemas sociais. Além disso, acreditamos que esse processo pode conduzir a uma instrumentalização dos discursos que fundamentam aquilo que as cooperativas expressam como o que se pretende conservar de sua identidade, ou seja, a cooperação e a solidariedade como valores tanto para a organização quanto para os agricultores que a compõem. Nesse sentido, vemos a necessidade de buscar um aprofundamento acerca da história dessas organizações no Brasil e no mundo, utilizando-o para que haja uma melhor compreensão da forma com que essas mudanças estruturais no sistema podem acarretar riscos para determinados grupos de agricultores que não consigam se adaptar às mudanças efetivadas a partir da incorporação desses sistemas.

4. REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Bancos comerciais.** 2015a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bc.asp>. Acesso em 13 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **FAQ Cooperativas de crédito – Base normativa**. 2015b. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/coop.asp#9>. Acesso em 28 set. 2015.

BITTENCOURT, G. **Cooperativas de Crédito solidário:** Constituição e Funcionamento. 2 ed. Brasília: NEAD, MDA. 2001. p. 19-30.

BRASIL. (2015a). Resolução 4.434 de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 ago. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v2_L.pdf>. Acesso em 24 maio 2016.

BÚRIGO, F. **Cooperativa de crédito rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.

BÚRIGO, F. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 374 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006a.

BÚRIGO, F. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, v. 14. n.02, 2006b, p. 312-349.

CAZELLA, A.; BERRIET-SOLLIEC, M. O Papel das Cooperativas de Crédito na Territorialização das Políticas de Apoio à Agricultura Familiar – O Caso do Movimento Cooperativo no Estado de Santa Catarina (SC). **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. 06-08 de agosto de 2008. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

CENTRAL CRESOL BASER. **Institucional.** 2015. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=2>. Acesso em: 14 jun. 2016.

FREITAS, A. **A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2011.

FREITAS, A.; FREITAS, A. O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP. v. 10, n. 2, mai-ago. 2014. p. 46-74.

FREITAS, A.; FREITAS, A. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 47(4): jul/ago. 2013. p. 999-1019.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. nº 13. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, C. Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História. 4. reimpr. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

JUNQUEIRA, R.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração**, São Paulo, v.40, n.1, p.19-33, jan./fev./mar. 2005.

MAFRA, R. **Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade**. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. p. 96-111.

MARIOTI, H. **Autopoiese cultura e sociedade**. 1999. Disponível em: <http://www.dbm.ufpb.br/~marques/Artigos/Autopoiese.pdf >. Acesso em 28 abr. 2016.

MARTINS, J. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MATURANA, H. Tudo é dito por um observador. Tradução de Nelson Vaz. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 53-66.

MATURANA, H. Biologia da Linguagem: a epistemologia da realidade. Tradução de Cristina Magro. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 123-166.

MATURANA, H. Biologia do Fenômeno Social. Tradução de Miriam Graciano. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 195-209.

MATURANA, H. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. Tradução de Aurora Rabelo. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (org.). **A ontologia da realidade**. 3.reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 187-193.

MATURANA, H. ; DÁVILA Y., Ximena Paz. CO-VERSANDO - **Marco Eduardo Flores.** (s/d). Disponível em: <http://blog.matriztica.cl/blog/co-versando/>. Acesso em 12 maio. 2016.

MONTILLA R, L.; PERNÍA H, N.; RODRÍGUEZ G, R. El Cooperativismo: ¿Sistema Social, o, Sistema Humano? **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas**. n.6, 2010. p. 249-277. Disponível em: <http://servicio.bc.uc.edu.ve/derecho/revista/6-2010/art9.pdf>. Acesso em 08 jun. 2016.

MORAES, M. **O social sob o ponto de vista autopoiético**. 2002. 22p. Texto preliminar para estudo. Disponível em: <http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/o_social.pdf>. Acesso em 13 maio 2016.

MOREIRA, M. A epistemologia de Maturana. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 3, p. 597-606, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n3/20.pdf>. Acesso em 25 abr. 2016.

MORIN, E. Para o pensamento complexo. In: MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 175-341.

MORIN, E. A organização (do objeto ao sistema). In: MORIN, Edgar. **O método.** A natureza da natureza. 2.ed. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Portugal: Publicações Europa-América, 1977, p. 92-145.

PINHEIRO, M. **Cooperativas de crédito:** história da evolução normativa no Brasil. 6. ed**.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

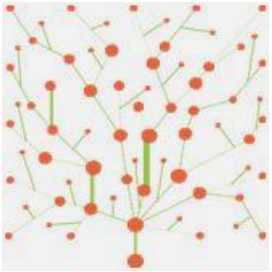
RIOS, G. Cooperação, Cooperativismo coronelístico, Cooperativismo popular. **Anais...** I Encontro da Rede de Estudo Rurais "Uma proposta de Intercâmbio de Pesquisa". Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. 04-07 jul. 2006. Disponível em <http://www.redesrurais.org.br/encontros-rede/>. Acesso em 04 maio 2016.

SCHRÖDER, M. **Finanças, comunidades e inovações**: organizações financeiras da agricultura familiar: o Sistema Cresol (1995-2003). 2005. [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000388996 >. Acesso em 23 abr. 2014.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. . **Microfinanças**: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2.ed.rev.ampl. Brasília: BCB, 2008. 202 p. Disponível

em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_internet.pdf>. Acesso em 23 set. 2014.

VIEIRA, A. Humberto Maturana e o espaço relacional da construção do conhecimento. **Revista Humanitates**. v. I, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <http://www.humanitates.ucb.br/2/maturana.htm>. Acesso em 12 maio 2016.



DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

PERCEPÇÕES DE TRABALHADORES DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL CRESOL CHAPECÓ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PRONAF

Worker´s perceptions from the cooperative of rural credit Cresol Chapeco: a case of study about PRONAF

Juliano Luiz Fossá[1]
Lauro Francisco Mattei[2]
Dunia Comerlatto[3]
Rosana Maria Badalotti[4]

RESUMO
Este artigo traz percepções de trabalhadores da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Chapecó em relação à agricultura familiar, ao cooperativismo de crédito e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em termos metodológicos, este estudo se caracteriza como qualitativo. Partiu-se de uma revisão de literatura e da realização de uma pesquisa de campo para a coleta de dados. Procedeu-se a 16 entrevistas com trabalhadores da Cresol Chapecó, e a análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo. Os principais resultados podem ser sintetizados em: (i) reconhecimento por parte dos trabalhadores da Cresol Chapecó de que o agricultor familiar é o protagonista da cooperativa; (ii) entendimento sobre diferenciação dos serviços prestados pela Cresol Chapecó em relação às demais instituições dos sistemas bancários; (iii) valorização dos princípios institucionais da cooperativa que visam ao desenvolvimento dos agricultores familiares associados; (iv) e percepção de que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), quando investido adequadamente, é capaz de melhorar as condições de trabalho e renda do segmento rural familiar. Os trabalhadores entrevistados reconhecem a importância social e econômica do segmento rural familiar e, nesse sentido, valorizam o PRONAF para o fortalecimento da agricultura familiar e o serviço prestado pela Cresol Chapecó em relação a outros modelos cooperativos e a outras instituições bancárias.
Palavras-chave: Agricultura Familiar. PRONAF. Cresol Chapecó. Percepções.

[1]Universidade Comunitária da Região de Chapecó-Unochapecó. Doutorando em Administração - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço Eletrônico: j.fossa@unochapeco.edu.br
[2] Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC. Doutorado em Ciência Econômica - Unicamp/SP. Endereço Eletrônico: l.mattei@ufsc.br
[3] Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Doutora em Serviço Social - PUC/RS. Endereço Eletrônico: dunia@unochapeco.edu.br
[4] Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Doutora em Ciências Humanas - UFSC. Endereço Eletrônico: rosana@unochapeco.edu.br

ABSTRACT
This article brings perceptions of workers from cooperative Cresol Chapecó about family farming, credit cooperative and PRONAF. In methodological terms, this study is characterized qualitatively. It was started from a literature review and the achievement of a survey was conducted for data collection. A total of 16 interviews were carried out with Cresol Chapecó workers. The analysis of the data was performed through analysis of contents. The main results can be summarized in: (i) recognition of Cresol Chapecó workers that the family farmer is the protagonist of the cooperative; (ii) understanding of the differentiation of services provided by Cresol Chapecó in relation to the other institutions of the banking system; (iii) valuation of the cooperative's institutional principles that aim the development of associated family farmers; (iv) perception that the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), when adequately invested, is capable of improving the working conditions and income of the rural family segment. The workers interviewed recognize the social and economic importance of the rural family segment. In this sense they value PRONAF for the strengthening of family farming and the servise provided by Cresol Chapecó in relation to other models cooperative models and other banking institutions.
Keywords: Family Farming; PRONAF; Cresol Chapeco, Perceptions.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem ganhando reconhecimento e valorização nas estruturas ministeriais de governo do Estado brasileiro desde meados dos anos 1990. Esses processos ocorreram por meio da formulação e da implementação de políticas públicas que oportunizaram, em certa medida, processos inclusivos e dinâmicos capazes de instituir uma nova trajetória de atenção aos pequenos produtores em âmbito nacional (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Para Mattei (2015), a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ocorreu, principalmente, pela ação e por lutas dos movimentos sociais de agricultores(as) familiares. Gazolla e Schneider (2013) reforçam que o PRONAF se constitui em um marco da intervenção do Estado em termos do estabelecimento de uma política pública específica para a agricultura familiar.

Inicialmente, o acesso do conjunto de agricultores familiares ao Programa enfrentou barreiras, as quais podem ser resumidas em três aspectos: (i) limitação dos recursos financeiros no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC); (ii) entraves burocráticos do programa; (iii) e requisitos e enquadramentos excludentes, especialmente aos agricultores socialmente em condições vulneráveis. Nessa direção,

Cazella et al. (2016, p. 60) afirmam que, no início do PRONAF, "[...] uma franja de 35,7% dos estabelecimentos agropecuários identificados como "periféricos" foi excluída do grupo a ser contemplado pelo Estado [...]".

Em 1999, ainda no governo FHC, foi implantado o PRONAF B, com o objetivo de inclusão desse conjunto de agricultores que ficaram à margem. Contudo, a criação dessa linha de crédito não possibilitou o pleno acesso desse público-alvo e, consequentemente, seus objetivos não foram alcançados. Com isso, a partir de 2003, houve alterações no PRONAF no sentido de torná-lo mais amplo em termos de cobertura e atendimento à especificidade da agricultura familiar nacional. Para Aquino e Schneider (2015, p. 50), principalmente entre os anos 2003-2014, "[...] os critérios de distribuição do crédito rural foram totalmente reformulados, visando, segundo o discurso oficial, a adequar a estrutura normativa do Programa à diversidade da agricultura familiar e ampliar a sua capilaridade nacional". Sobre isso, Mattei (2015, p. 9) aponta que, em "[...] sua curta trajetória, o programa sofreu diversas alterações de natureza normativa e institucional objetivando o aprimoramento de suas ações, especialmente no que diz respeito ao sistema de financiamento". Além disso, Gazolla e Schneider (2013) destacam as iniciativas, por parte do Estado, no sentido de articular o PRONAF com outras políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Assistência Técnica e Extensão Rural e o Seguro Rural.

Essas reformulações resultaram em expressivo aumento no volume de recursos disponibilizados. No período entre 1996 a 2002, o valor financiado passou de R$ 1,9 bilhões para R$ 6,7 bilhões. Já no período de 2003 a 2010, os valores passaram de R$ 6,8 bilhões para R$ 18,3 bilhões, e, no ano de 2014, foi registrado o maior volume de crédito disponibilizado desde a implantação do programa: R$ 29,9 bilhões. Entretanto, nos anos de 2015, 2016 e 2017, houve redução do montante de crédito PRONAF disponibilizado: R$ 23,6 bilhões, R$ 22,9 bilhões e R$ 20,9 bilhões, respectivamente[1]. O número de contratos também se expandiu de forma intensa a partir de 2003, passando de pouco mais de 800 mil, em 2002, para 1,5 milhões de contratos em 2010. O maior número de contratos foi registrado em 2006, com 2,5 milhões de operações. Assim como ocorreu em relação ao montante, o número

[1] Valores deflacionados pelo INPC para o ano de 2017.

de contratos do PRONAF também registrou queda a partir de 2014, atingindo a cifra de 1,2 milhões de contratos em 2017, menor número desde o ano de 2004.

A partir da expansão do PRONAF, o cooperativismo de crédito rural – em especial na Região Sul do país – acompanhou essa tendência de crescimento ao se colocar como um importante canal de acesso aos recursos financeiros disponibilizados aos agricultores familiares por parte do governo federal. Nesse contexto, o sistema Cresol, por meio de suas cooperativas singulares, apresenta-se como alternativa ao modelo bancário tradicional, principalmente por priorizar os agricultores menos capitalizados, assim como também aqueles que não conseguem acessar os recursos em outras agências bancárias ou cooperativas de crédito.

Neste artigo, estruturado em quatro seções além desta introdução, apresentam-se as percepções de trabalhadores da cooperativa Cresol Chapecó em relação à agricultura familiar, ao cooperativismo de crédito e ao PRONAF. Na primeira seção, apresenta-se o contexto da agricultura familiar no país e as políticas públicas para esse setor produtivo. Na segunda seção, faz-se uma breve síntese das cooperativas de crédito, desde seu surgimento até o sistema atual. Na seção seguinte, sintetizam-se os procedimentos metodológicos que orientaram o processo de pesquisa e a análise dos dados, além do registro das percepções dos trabalhadores entrevistados que exercem suas funções na cooperativa Cresol Chapecó. A seção quatro, finalmente, apresenta as considerações finais sobre os diversos aspectos discutidos ao longo deste artigo.

2. AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar em âmbito global não é único, pelo contrário, é marcado por diversas definições, conforme alerta Echeverri Pinilla (2017, p. 17): “un punto de partida en este proceso es comprender que no existe un único tipo de agricultura familiar ni definición que la contenga, y que por el contrario, es heterogénea y diversa”. Para Valencia (2017), na maioria dos países da América Latina e do Caribe, institucionalizou-se o conceito de agricultura familiar como aquele caracterizado pela pequena produção, pelo trabalho familiar, seus modos de relação com os recursos naturais e as formas que

se integram aos mercados locais, regionais e internacionais.

Para Schneider (2014), as definições sobre o conceito de agricultura familiar podem ser apresentadas a partir de três perspectivas: a primeira diz respeito às bases epistemológicas, históricas e heurísticas do termo; a segunda está associada a um processo político, ou seja, como resultado de uma construção social; e a terceira diz respeito às definições normativas, legais e institucionais. É importante esclarecer que, no Brasil, a agricultura nacional se divide em dois segmentos antagônicos, sendo classificada e distinguida pela dualidade: patronal/empresarial e familiar. A patronal/empresarial caracteriza-se por grandes latifúndios, uso extensivo de insumos químicos, ampla utilização de tecnologia e mão de obra assalariada, sendo orientada para as exportações por meio de grandes produções. A familiar classifica-se, segundo a Lei n. 11.326/2006, por: (i) não deter área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) obter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; (iv) administrar seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

No meio acadêmico, o conceito da agricultura familiar é tomado pela multiplicidade de características e definições. Entretanto, parte-se do entendimento de que os conceitos se alteram com o passar dos anos. Com base em Seyferth (2011, p. 397), compreende-se que "as definições são ferramentas do pensamento, e não verdades que duram para sempre". Para Mattei (2006), no que se refere à terminologia e à nomenclatura, esse segmento também é denominado como "pequenos produtores", "produtores familiares", "produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência".

Outra possibilidade para classificar a agricultura familiar é a partir das formas de organização social do seu processo produtivo que, essencialmente, caracterizam-se pela mão de obra familiar, pela maior parte da renda advinda do trabalho familiar na propriedade, pela produção diversificada e pelos estabelecimentos rurais familiares.

Na visão de Abramovay (2003), a agricultura familiar apresenta multiplicidade de atores sociais, os quais são sustentados pelos laços sociais

individuais e de suas organizações. Os estudos sobre a agricultura familiar se justificam e assumem expressivos significados, pois a análise dessa categoria envolve as relações com a sociedade e vão muito além da questão produtiva (MATTEI, 2015). Sobre isso, Costa (2013) ratifica essa condição, afirmando que o modo de vida e as relações sociais da agricultura familiar não podem ser explicados meramente por estatísticas.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar pode ser compreendida como aquela em que a família é a proprietária dos meios de produção e, ao mesmo tempo, assume o trabalho na propriedade rural, apresentando, assim, uma significativa diversidade em suas formas sociais. Moreira (2013) afirma que as definições das expressões da agricultura familiar se constituem em elementos criteriosos de identificação dos sujeitos analisados, de seus territórios e de seus contextos social, econômico e cultural.

Para Schneider (2009), os estudos da agricultura familiar exigem análises sociológicas de múltiplas dimensões sobre as mais amplas possibilidades de suas formais sociais. Isso porque a agricultura familiar representa

> [...] un sector social y productivo con alta complejidad, que requiere de múltiples acciones simultáneas, así como su inmersión en una estructura articulada de sostén interinstitucional que le permita generarlas condiciones para un mejoramiento integral en su calidad de vida", e no mesmo sentido para Fawaz-Yissi et. al (2018, p. 75) a agricultura familiar constitui-se em "[...] Un sector social de gran importancia desde el punto de vista del número de habitantes involucrados como también de su aporte al producto, que ha perdido peso relativo en la agricultura del país. (FEITO, 2018, p. 53).

É a partir dessas características e da ampla relevância socioeconômica que o Estado brasileiro, no decorrer da década de 1990, inicia a elaboração e a implantação de um conjunto de políticas públicas específicas para o segmento de agricultores familiares (GRISA e SCHNEIDER, 2015; CAZELLA et al., 2016). Os movimentos sociais do campo, especialmente os sindicatos dos pequenos produtores rurais, elegeram, no início da década de 1990, o acesso ao crédito rural como política estratégica de fortalecimento ao segmento. Nessa direção, Daneshvar et al. (2017, p. 19) afirmam que o acesso ao crédito rural consiste:

> [...] En la promoción de un acceso asequible, oportuno y adecuado a una gama de productos y servicios financieros regulados, así como la expansión de su uso por parte de todos los segmentos de la sociedad a través de la implementación de acciones personalizadas e innovadoras que incluyan educación y conocimientos financieros con el fin de promover el bien estar, y la inclusión económica y social.

O acesso ao crédito rural, de forma institucionalizada por meio de uma política pública específica à agricultura familiar, foi instituído no Brasil no ano de 1996, por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nessa direção, historicamente, as cooperativas de crédito rural tiveram expressiva relevância ao tornar acessível para o segmento rural familiar as condições de financiamento para apoiar e viabilizar as atividades produtivas.

Mattei (2015, p. 13) afirma que, com o PRONAF e as melhorias realizadas ao longo dos anos inerentes ao seu funcionamento, "[...] houve um processo de inclusão de novos agricultores como beneficiários dessa política pública". Isso porque, para ele, tornou-se fato o "[...] cumprimento das promessas do Governo Lula (2002), que, a partir de 2003, elegeu o apoio à agricultura familiar como uma das prioridades de sua política de desenvolvimento rural do país". Nessa ótica, Aquino e Schneider (2015) apontam que o PRONAF passou a ser entendido, especialmente pelos gestores públicos, como política pública capaz de estabelecer uma estratégia, em âmbito nacional, de ampliação da diversidade social da agricultura familiar no meio rural.

Os recursos acessados pelos agricultores familiares e o número de contratos efetivados desde o início das operações do PRONAF tiveram incremento significativo e, consequentemente, possibilitaram sua expansão em todas as regiões do país. Assim, o PRONAF passa a ser o principal instrumento de financiamentos das atividades produtivas do meio rural familiar, com taxas de juros abaixo do que tradicionalmente o mercado financeiro pratica, prazos maiores, subsídios e com condições de pagamento adequadas e asseguradas à realidade da agricultura familiar. Nesse sentido, Wanderley (2017, p. 69) afirma que "não resta dúvida de que o PRONAF representou um salto significativo em relação às políticas anteriormente praticadas".

Não obstante, o programa enfrenta diversos desafios a serem superados, sobretudo em termos de sua ampliação – direcionada especialmente aos agricultores menos capitalizados – e no fortalecimento de suas linhas específicas de atuação – a exemplo do PRONAF Jovem, PRONAF Mulher e PRONAF Agroecologia. Outros desafios enfrentados referem-se ao monitoramento e à fiscalização da efetivação do crédito nas finalidades para as quais foram concedidos. Considera-se se

fundamental um controle maior por parte do Estado e das instituições financeiras que operam o PRONAF quanto à aplicação dos recursos e à concessão de crédito orientado.

3. COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL E O SISTEMA CRESOL

A criação de cooperativas de crédito no Brasil data da primeira década do século XX e foi estimulada pela iniciativa de ações da Igreja Católica na região da Serra Gaúcha[1]. O movimento cooperativista de crédito rural ganha força no decorrer de 1980, estabelecendo-se ao oportunizar as primeiras iniciativas de oferta de crédito rural para pequenos produtores, especialmente em razão da ausência do Estado brasileiro. Para Búrigo (2010), esse movimento se concentrava nas cooperativas não vinculadas, à época, ao sistema Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB).

Na concepção de Cazella e Berriet Solliec (2008, p. 2), foi "[...] apenas a partir dos anos 80, depois do regime militar, que elas [cooperativas] retomaram suas atividades e aparecem, dessa vez, como vetores potenciais do desenvolvimento da agricultura familiar [...]", colocando-se "[...] como alternativas para um modo de gestão de uma política pública de crédito ligada ao sistema nacional".

Com o retorno do regime democrático ao Brasil, as cooperativas de crédito rural se desenvolveram em razão das pautas reivindicatórias dos movimentos sociais em defesa da terra. Picinatto et al. (2000, p. 26) caracterizam as cooperativas de crédito rural como aquelas "[...] formadas e controladas exclusivamente por agricultores familiares, [e que] podem ser instrumentos alternativos para facilitar a democratização do crédito rural". No final da década de 1970,

> [...] o cooperativismo de crédito começou a ressurgir no país com mais força, principalmente no segmento rural. Em 1981, foi constituída a cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul (Cocecrer, RS) pelas cooperativas de crédito remanescentes. Elas contaram com apoio das cooperativas agropecuárias, interessadas em encontrar alternativas para suprir a redução dos recursos do crédito rural oficial. Durante a década de 1980, seguindo o exemplo do Rio Grande do Sul, e com o aval da OCB, as cooperativas agropecuárias do

[1] Especialmente as iniciativas do Padre Theodoro Amstad. Consultar: Kreutz (1991); Búrigo (2010).

> Paraná, de Santa Catarina e de outros estados constituíram suas cooperativas de crédito rural [...]. (BÚRIGO, 2010, p. 101).

Diferentemente das tradicionais agências bancárias – que, em geral, impõem restrições para a liberação de financiamentos a agricultores familiares –, as cooperativas de crédito podem canalizar os recursos para agricultores descapitalizados, diminuir a burocracia e potencializar projetos com a utilização de tecnologias alternativas, tornando-se verdadeiros agentes do desenvolvimento local.

A partir dos anos 1990, o Conselho Monetário Nacional (CMN) passa a autorizar a organização de bancos cooperativos no Brasil. As primeiras experiências nesse sentido surgem com a criação do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e do Banco do Sistema Sicredi (Bansicredi), articulada, essencialmente, por cooperativas tradicionais de produção agrícola. Contudo, a atuação desses bancos foi alvo de críticas por parte dos movimentos sociais no âmbito da agricultura familiar, tendo em vista que a obtenção de lucros, a sustentação financeira e a atuação no mercado financeiro se firmavam como ações prioritárias empreendidas por esses bancos, em detrimento da oferta de melhores condições de empréstimos aos seus associados (PICINATTO et al., 2000).

A década de 1990 é marcada pela expansão do número de cooperativas de crédito rural – inclusive com o surgimento das primeiras iniciativas de cooperativas com interação solidária – regulamentadas por uma série de resoluções e portarias que culminaram, em 1999, com o estabelecimento de uma nova lei geral, a Resolução n. 2.068. Segundo Búrigo (2010), como consequência dessas alterações legais, dois aspectos devem ser ressaltados: (i) a separação organizacional entre as cooperativas de crédito rural e agropecuárias; (ii) e o estabelecimento de políticas de concentração vertical ou integração, que resultou na fusão e/ou incorporação das cooperativas de menor porte pelas de maior porte.

Nos anos 2000, essa expansão continua crescente, especialmente devido à instituição dos ordenamentos legais estabelecidos pelo Banco Central a partir das seguintes Resoluções: n. 3.106/2003; n. 3.140/2003; n. 3.321/2005; e n. 3.442/2007. Essas Resoluções ampliaram as possibilidades de criação de novas cooperativas de crédito e estabeleceram novas oportunidades de atuação. Para Búrigo (2010), os esforços governamentais e das próprias cooperativas resultaram em

considerável expansão do número dessas cooperativas, de seus associados e também de seus ativos.

3.1. Sistema Cresol: demarcação de sua criação e atuação

Em meados da década de 1990, iniciativas de crédito cooperativo são difundidas no estado do Paraná em contraponto ao modelo hegemônico de financiamento de atividades rurais em vigência nas tradicionais instituições bancárias e cooperativas de crédito. Cria-se, assim, um novo modelo de cooperativa de crédito rural com interação solidária, com o objetivo de oportunizar inclusão social e desenvolvimento por meio da oferta de serviços de crédito aos agricultores familiares.

Nessa lógica, Magri e Gabriel Junior (2011, p. 49) consideram que "o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é resultado da luta de famílias agricultoras por acesso ao crédito e pela participação, como sujeitos, num projeto de desenvolvimento local sustentável". Entre 1994 e 1995, intensificam-se as discussões sobre a ampliação e a profissionalização dos fundos rotativos e a formulação de novas estratégias para aumentar o acesso dos agricultores familiares da região aos recursos do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR).

A primeira Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária foi criada em 1995 no município de Dois Vizinhos, Paraná. A partir daí, criam-se inúmeras cooperativas nesse estado, sendo que, em 1996, instala-se o Sistema Cresol. A partir de 1998, esse Sistema se expande na Região Sul, com a criação de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 2004, cria-se a Cresol Central SC/RS com o objetivo de organizar o Sistema, agregando essas cooperativas à sua atuação. Sobre isso, Búrigo (2010, p. 243) ressalta que:

> Desde seu nascimento, a Cresol se destacou com um exemplo de organização que se firmou fora dos padrões tradicionais do cooperativismo nacional. O sucesso da experiência não pode ser medido apenas pelo grande número de filiadas – embora isso seja relevante –, mas também pelo fato de a organização ter crescido economicamente e se mantido articulada junto a suas bases sociais.

A Cresol Central SC/RS (2017) tem como visão ser referência no

desenvolvimento local por meio do cooperativismo de crédito solidário, crescendo com foco na agricultura familiar, mantendo diferenciais a partir do princípio da democracia, da profissionalização e do crédito orientado para atender a todas as necessidades financeiras e de serviços dos associados. Objetiva oferecer um modelo de gestão eficiente, gerando inclusão financeira e resultado aos cooperados e às cooperativas de forma solidária e sustentável. Como missão, busca "[...] fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativa através do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando ao desenvolvimento sustentável"[1].

Os princípios orientadores das ações da Cresol Central SC/RS são: (a) democracia; (b) articulação com os movimentos populares; (c) gestão pelos próprios associados; (d) transparência; (e) solidariedade e cooperação; (f) descentralização; (g) e honestidade. Em destaque, o princípio da gestão pelos próprios agricultores familiares resguarda, ao Sistema de Crédito Rural com Interação Solidária, a condição para a qual foi criado: atender a seu público-alvo, tendo como principal objetivo o desenvolvimento da agricultura familiar de forma sustentável.

A visão e a missão da Cresol Central SC/RS, pautada pelos seus princípios, firmam o compromisso com desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares associados, preservando a cooperação e a interação solidária no acesso ao crédito rural. Para Búrigo (2007, p. 58), a Cresol, orientada pelos seus princípios, procura atender os agricultores familiares com menor nível de capitalização: "[...] de fato, as cooperativas do sistema Cresol têm preferido atender os agricultores familiares menos capitalizados. Em 1998, cerca de 44% dos associados das Cresol possuíam entre 10 e 20 ha de terra, e 31% menos de 10 ha".

Na visão de Búrigo, Picinatto et al. (2000, p. 25), o Sistema Cresol se caracteriza como "[...] instituições democráticas, administradas por agricultores familiares e articuladas com os movimentos populares, destinadas a facilitar o acesso ao crédito, canalizar recursos e desburocratizar os créditos rurais [...]". Busca, ainda, estimular a

[1] A Cresol Central SC/RS coordena várias cooperativas de crédito que se organizam de forma integrada. Além dessa Central, são institucionalizadas bases regionais, sendo que a Cresol Central SC/RS compreende as seguintes: Cresol Base Oeste (Chapecó – SC), Cresol Base Interação (Seara – SC), Cresol Base Sul (Jaguaruna – SC), Cresol Base Noroeste (Constantina – RS), Cresol Base Alto Uruguai (Erechim – RS) e Cresol Base Nordeste (Brejinhos – BA).

formação, capacitação e a organização de seus associados, sempre procurando contribuir para o fortalecimento, o desenvolvimento da agricultura familiar e a permanência do agricultor no meio rural, com as condições básicas e dignas de vida.

Dados de 2015 informam que a Cresol Central SC/RS possui mais de 87 mil associados, 32 cooperativas singulares de crédito rural e 105 postos de atendimento, abrangendo mais de 500 municípios e com um quadro funcional de 900 trabalhadores diretos. Além disso, a referida central encontra-se em fase de expansão de sua área de atuação com a instalação de mais uma base na Região Nordeste do país. No que se refere à Cooperativa Cresol Chapecó, sua atuação abrange os municípios de Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba, localizados no oeste catarinense, conta com 4.500 mil associados e a grande maioria de suas operações financeiras está vinculada ao PRONAF.

O crescimento das cooperativas rurais de crédito nos últimos 20 anos deve-se aos esforços e lutas mantidos por organizações sindicais, entidades não governamentais, movimentos sociais rurais e universidades em âmbito regional e nacional. A expansão e a consolidação do modelo cooperativo de crédito rural no país têm sido significativas, uma vez que o número de cooperativas passou de 430, em 1980, para aproximadamente 1500 no início da década de 2000 (CAZELLA; BERRIET-SOLLIEC, 2008).

As Cooperativas de Crédito Rural, em especial com Interação Solidária, têm reconhecida importância sócio-histórica. Marcadamente entre as décadas de 1980 e 1990, ampliaram a democratização ao crédito rural e proporcionaram acesso a um maior número de agricultores, especialmente do segmento rural familiar[2]. Nessa esteira, a implantação do PRONAF no Brasil como política pública de crédito rural contribuiu para o fortalecimento desse Sistema Cooperativo.

Os princípios institucionais da Cresol Chapecó se materializam em sua atuação por meio dos projetos e programas que a cooperativa desenvolve junto aos seus associados. A condição de ser gerida por agricultores familiares orienta a gestão da Cresol Chapecó, além de garantir a

[2] Além da concessão de crédito via PRONAF, a Cresol Chapecó e a Cresol Central SC/RS operacionalizam, também, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Desenvolvem ações com o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, como a formação e a qualificação, que objetivam proporcionar condições de desenvolvimento do meio rural familiar. Nesse sentido, destaca-se o programa de Agentes Comunitário de Desenvolvimento e Crédito (ACDC) e as ações de qualificação.

proximidade com e entre os agricultores. Outro aspecto em relação à sua atuação é o fato de que as decisões são colegiadas e se orientam por assembleias nas quais todos os associados têm direito de participação e de voto.

Como as operações do PRONAF representam a principal atividade da cooperativa, alguns aspectos inerentes à Cooperativa Cresol Chapecó se destacam: (i) a concessão de crédito rural de forma orientada, ou seja, a viabilidade dos investimentos é analisada pela equipe interna antes da efetivação da concessão; (ii) a preocupação com o desenvolvimento sustentável das propriedades dos associados e da qualidade de vida do grupo familiar; (iii) a priorização pelo atendimento pessoal e humanizado; (iv) e o compromisso com o desenvolvimento local.

Os programas desenvolvidos pela Cooperativa Cresol Chapecó contemplam as áreas de formação, habitação rural, assistência técnica e comunidade. Os programas de formação envolvem as seguintes iniciativas: Cresol Aprende Multiplicadores; Cresol Aprende Novos Colaboradores; Cresol Aprende Pós-Graduação; Cresol Aprende Novos Conselheiros. Na área de habitação, as ações se referem ao financiamento de casas novas e de reforma/ampliação por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A assistência técnica nessa cooperativa é realizada por meio de três ações: (i) visitas, orientações e acompanhamento na liberação de PRONAF e outras linhas de crédito; (ii) assistência técnica por meio de chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e outros contratos de parceria; (iii) assessoria para utilização de tecnologias sociais e alternativas sustentáveis, como biodigestores, aquecedor solar, carneiro hidráulico, silos, secadores e armazenadores, entre outros. O Programa Comunidade tem por objetivo estabelecer uma atuação social e política junto às comunidades como uma forma de fazer frente aos desafios da conjuntura do segmento da agricultura familiar (CRESOL, 2018). A principal estratégia do Programa Comunidade são os Agentes Comunitários de Desenvolvimento Cooperativo (ACDC), que, em síntese, são representantes informais da cooperativa nas comunidades onde estão inseridos.

4. PERCEPÇÕES DE TRABALHADORES DA CRESOL CHAPECÓ SOBRE O ACESSO AO CRÉDITO RURAL VIA PRONAF

4.1. Procedimentos metodológicos

O estudo em questão segue os preceitos da abordagem qualitativa e se caracteriza como um estudo de caso descritivo realizado a partir de um grupo de trabalhadores da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Chapecó. Stake (2010) define o estudo de caso como o estudo específico, uma investigação científica que se limita ao estudo de um objeto. Para Yin (2015, p. 24), "[...] o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real [...]". Na mesma direção, Alves-Mazzotti (2001, p. 650) define estudo de caso como a "investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados [...]". A partir da visão de Godoy (2007), o estudo de caso descritivo é aquele que apresenta um relato detalhado de determinado fenômeno social. Envolve o estudo dos fenômenos, procura ilustrar a complexidade das situações e dos aspectos que permeiam os fenômenos e se orienta pela não formulação de hipóteses prévias na busca de informações sobre os fenômenos estudados (GODOY, 2007).

A unidade de análise se constituiu pelo quadro de trabalhadores da Cooperativa Cresol Chapecó, cuja escolha se deu em razão de essa ser a única agência bancária com interação solidária que atua na Região Oeste catarinense. Além disso, instituiu, como um de seus princípios, "o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar e a gestão da organização pelos próprios agricultores familiares". A realização deste estudo junto à Cresol Chapecó teve a autorização do conselho diretor da cooperativa.

A entrevista como instrumento de coleta de dados pautou a realização da pesquisa de campo. Optou-se pela utilização de um roteiro semiestruturado, no sentido de guiar sua realização e tornar possível capturar outros aspectos que não os elencados previamente. No período de realização da pesquisa – de setembro a novembro de 2017 –, o quadro funcional dessa organização contava com 24 trabalhadores, dos quais 16 foram entrevistados. A definição do número de entrevistados se deu pelo entendimento dos

autores quanto ao atendimento dos dados coletados em relação aos objetivos propostos neste estudo – princípio da saturação.

O grupo de entrevistados contemplou os trabalhadores da Cresol Chapecó, ou seja, a sede localizada no centro de Chapecó-SC e nos postos de atendimento localizados no bairro Efapi em Chapecó-SC e em Nova Itaberaba-SC. Esses trabalhadores atendem os municípios da área de atuação da Cresol Chapecó: Chapecó/SC; Cordilheira Alta/SC; Guatambú/SC; e Nova Itaberaba/SC.

A estratégia de aproximação com a cooperativa se deu em três momentos distintos: (i) apresentação da proposta de pesquisa e consequente aprovação pelo conselho diretor; (ii) interação com o grupo de trabalhadores em momento específico para apresentação dos propósitos de pesquisa; (iii) realização das entrevistas individuais. Os agendamentos das entrevistas foram feitos previamente por telefone, enquanto as entrevistas foram realizadas nas dependências da cooperativa.

No momento inicial de realização das entrevistas, foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, a partir do aceite, colhida a assinatura e disponibilizada individualmente uma cópia. As entrevistas foram gravadas em áudio com a aprovação formal de cada um(a) dos(as) entrevistado(as), identificados(as) com as letras "A", "B", "C", "D", "E", "F", "G", "H", I", "J", "K","L", "M", "N", "O" e "P".

A análise das informações lançou mão do instrumento "Análise de Conteúdo", utilizado para referência ao procedimento de redução de dados qualitativos e para evidenciar as consistências e significados (PATTON, 2000). Tal método pode ser entendido como uma técnica para tratamento de dados brutos, pois busca identificar o que está dito sobre determinado tema e classificar essas informações na forma de categorias conceituais (BARDIN, 2016).

A organização dessa análise se baseou em três momentos: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados (interpretação). Associado a isso, realizou-se um processo de categorização, que pode ser entendido como "[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos" (BARDIN, 2016, p. 147). Dessa forma, foram organizadas as seguintes categorias analíticas: percepções

sobre agricultura familiar; crédito rural e cooperativismo de crédito; acesso ao crédito rural via PRONAF; e em relação à Cresol Chapecó.

3.2. Características dos trabalhadores (as) entrevistados(as) e suas percepções

As categorias analíticas consideradas para caracterizar o perfil dos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) foram: gênero; faixa etária; função laboral; tempo de atuação profissional na Cresol; e formação/escolaridade. Do conjunto dos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as), 8 eram homens e 8 eram mulheres.

Em relação à faixa etária, os(as) entrevistados(as) variavam com idades entre 23 a 51 anos, com uma média de 35 anos. A função laboral desempenhada por eles(elas) reúne sete atividades diferentes, com funções operacionais, gerenciais e estratégicas[1]. Dois aspectos importantes em relação a essas funções requerem destaque: o primeiro, decorrente dos próprios depoimentos dos(as) entrevistados(as), consiste na ajuda mútua estabelecida entre a equipe, o que faz com que a maior parte deles(as) se coloque como multifuncional; o segundo destaque relaciona-se com o fato de que todas as funções desempenhadas estão ligadas diretamente ou indiretamente à gestão do PRONAF, compreendendo o atendimento, a contratação e a fiscalização.

A experiência e a atuação profissional junto à Cresol Chapecó foi o terceiro aspecto investigado. O conjunto dos 16 trabalhadores(as) entrevistados(as) tem um tempo médio na Cresol de 4,7 anos. Ressalta-se que, mesmo na contemporaneidade do mercado de trabalho, a Cresol Chapecó apresenta um quadro positivo quanto à permanência de seus trabalhadores: dos(as) 16 entrevistados(as), 68,8% estão há mais de três anos na cooperativa.

A formação/escolaridade dos(as) entrevistados(as), no geral, apresentava elevado grau de instrução. Ou seja, 81,3% dos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) eram portadores(as) de diploma de ensino superior, sendo que 18,8% tinha especialização em nível *lato sensu*. Os(as) demais eram especializados(as) para o desempenho de suas atividades, como é o caso de um trabalhador que, além da formação no Ensino Médio, é técnico

[1] Relação das funções do grupo de entrevistados: Assistente de Produtos e Serviços; Assistente de Formação e Desenvolvimento; Assistente Operacional de Crédito Agrícola; Auxiliar Administrativo de Produtos e Serviços; Auxiliar de Gestão; Caixa; Diretor-Presidente.

agrícola, com experiências profissionais anteriores e vivências na realidade europeia.

Para os(as) entrevistados(as), o vínculo de trabalho com a Cresol Chapecó é significativo, já que consideram que integram uma equipe funcional coesa e humanizada: "A Cresol para nós aqui é uma família, a gente conhece os nossos associados, eles vem, a gente cumprimenta, fala do dia a dia, aqui todo mundo se preocupa" (entrevistado[a] E); "Para mim, trabalhar aqui está fazendo uma diferença bem grande na minha vida, está me trazendo as questões de valores, é bem diferente de onde eu já trabalhei" (entrevistado[a] A); "Eu já gostava de trabalhar na outra cooperativa, quando em vim para cá eu até elogiei, porque era diferente, o ambiente é bom de trabalhar, não tem aquela diferença do diretor para o funcionário, a gente senta e almoça todo mundo junto" (entrevistado[a] N). Na mesma direção, os(as) entrevistados(as) B, G, H, I e J expressam seus sentimentos quanto ao seu vínculo profissional: "Eu gosto muito de trabalhar na Cresol"; "É um local gratificante, com os recursos que a cooperativa tem, você pode ajudar quem merece"; "Eu gosto muito de trabalhar, é como uma segunda família, eu gosto do ambiente de trabalho, dos colegas e das pessoas da qual a gente atende"; "O companheirismo, a valorização é bem viável aqui"; "É muito especial trabalhar aqui, eu me sinto feliz".

Os vínculos com a Cresol Chapecó são reforçados pelas descrições dos trabalhadores em relação aos laços familiares e à própria história com a agricultura familiar. As afirmações dos entrevistados legitimam essa compreensão: "Eu gosto de trabalhar na Cresol pelos princípios" (entrevistado[a] C); "[...] A Cresol sempre teve junto com os agricultores e isso me faz se sentir em casa aqui" (entrevistado[a] D); "Eu estou trabalhando para os donos da cooperativa, que são os agricultores. Se eu estou aqui é porque eles depositaram a confiança em cuidar de uma entidade que é deles" (entrevistado[a] K). As narrativas a esse respeito prosseguem: "O que me levou para Cresol foi o diferencial do atendimento, foco na agricultura, eu sou filho de agricultor familiar, moro até hoje na roça, do lado da mãe. Gosto muito de agricultura, o diferencial foi que é uma cooperativa de crédito rural de agricultores familiares" (entrevistado[a] O); "Como eu já venho de famílias de agricultores, meu pai sempre foi sócio, eu já entendia o trabalho que se fazia aqui e quando eu passei a trabalhar, aquilo passou a ter mais

sentido para mim. Aqui todo mundo é filho de agricultor, tem uma identificação com o agricultor" (entrevistado[a] L); "[...] Para nós, hoje, é uma oportunidade para a gente poder estar ajudando uma categoria, um segmento, o trabalhador de certa forma, na sua própria organização, repassando o recurso para ele e viabilizando os seus projetos" (entrevistado[a] M).

Outro aspecto dialogado com os(as) entrevistados(as) foi a valorização e o reconhecimento pelas atividades realizadas, bem como o próprio resultado do trabalho realizado em parceria com o agricultor familiar por meio do PRONAF. O primeiro é relatado pelo(a) entrevistado(a) F: "Quando você faz o trabalho para o cara, claro que tu faz para muitos, mas nem todos reconhecem o seu trabalho, mas alguém reconhecendo já é um orgulho grande". O segundo, em relação à efetividade do trabalho, é exemplificado pelo(a) entrevistado(a) P: "[...] São muitos mais casos positivos do que negativos e isso é bem satisfatório".

Institucionalmente, a Cresol foi criada e é gerida por agricultores familiares, aspecto que é amplamente reconhecido pelos trabalhadores, que ressaltam sua importância na existência da cooperativa. Nessa direção, as percepções do conjunto dos(as) entrevistados(as) refletem os princípios institucionais do Sistema Cresol. As principais palavras que ilustram afirmações em relação ao que significa o agricultor familiar para a Cresol Chapecó estão representadas na Figura 1.

Figura 1: Síntese de palavras que expressam os significados do agricultor familiar para os trabalhadores da cooperativa Cresol Chapecó

Fonte: elaboração dos autores (2018).

A integração dos trabalhadores da Cresol Chapecó com a importância da agricultura familiar por meio de seus associados se apresenta como uma realidade institucional, um aspecto pujante que diferencia e qualifica a relação entre o agricultor familiar e o agente financeiro. Em estudo anterior, Fossá, Comerlatto e Mattei (2017) ressaltam o reconhecimento, por parte de agricultores familiares, da qualidade dos serviços prestados pela Cresol Chapecó.

Assim como ocorre o reconhecimento dos(as) entrevistados(as) quanto à importância do agricultor familiar na criação do Sistema Cresol, também são destacadas a importância e a relevância do segmento rural familiar na e para a sociedade. Os relatos dos(as) entrevistados(as) C, M e O ilustram essa questão: "A agricultura familiar é importantíssima para a sociedade, especialmente para o público urbano. É dali que sai o alimento, sai ovo, sai queijo, sai o salame [...]" (entrevistado[a] C); "A agricultura familiar tem uma importância em vários aspectos. Primeiro, é a produção de alimentos, segundo, é a única capaz de produzir alimentos saudáveis. Terceiro, ela é importante para soberania nacional de segurança alimentar" (entrevistado[a] M); "[...] É muito importante, mas hoje em dia tudo é mais focado para o grande" (entrevistado[a] O). Essa importância também revela o entendimento dos/as demais entrevistados/as e envolve questões quanto à produção de alimentos de forma diversificada, o reconhecimento por parte do Estado e da sociedade em geral e a importância social e econômica do segmento rural familiar. A síntese dessas compreensões está explicitada no Quadro 1.

Quadro 1: Narrativas sobre a contribuição da agricultura familiar à sociedade segundo trabalhadores(as) da Cresol Chapecó-SC.

Ordem	Trabalhadores(as) Entrevistado(as)	Narrativa
1	Entrevistado(a) A	Muito importante, principalmente na nossa região, para manter a família lá na roça, lá no campo.
2	Entrevistado(a) B	A agricultura familiar tem um papel muito importante na sociedade.
3	Entrevistado(a) D	Quando se fala em agricultura familiar, é a luta tanto na questão de dignidade, de direitos e de valores.
4	Entrevistado(a) E	Eu acho que a agricultura familiar é o que mantém a cidade viva, apesar de não ser muito valorizada.
5	Entrevistado(a) F	É o sistema de produção, que não é monocultura, são várias culturas produzidas dentro de uma pequena unidade familiar.
6	Entrevistado(a) G	Eu vejo que a agricultura é fundamental.
7	Entrevistado(a) H	É a base de tudo, se o agricultor não planta, nós não comemos.
8	Entrevistado(a) J	Eu acho que é muito importante, a agricultura é uma das coisas mais importantes. Apesar de que tem gente que não dá muito valor.
9	Entrevistado(a) L	O alimento é a base de tudo e vem da agricultura. [...] É de suma importância, o governo tem que apoiar.
10	Entrevistado(a) N	[...] Sem os pequenos, ficaria só na mão dos grandes e na mão dos grandes fica muito caro para chegar o alimento na nossa mesa.
11	Entrevistado(a) P	É muito importante [...], tanto para a renda das famílias como para a economia brasileira.

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração dos autores.

Na esteira dessas narrativas, o diálogo sobre a importância do crédito rural e sobre o cooperativismo de crédito rural entra em pauta com os(as) entrevistados(as). Segundo o(a) entrevistado(a) O, o crédito rural significa "[...] o coração do agricultor, hoje, sem o crédito rural [agricultor familiar], quase não consegue produzir". Para o(a) entrevistado(a) P, o acesso ao crédito é "[...] o desenvolvimento, é através do crédito que os agricultores conseguem se estabelecer e melhorar a renda, seja em tecnologia, seja em melhoramento genético dos animais, os maquinários, isso auxilia muito no desenvolvimento das propriedades". Os(as) entrevistados(as) I e D, respectivamente, corroboram esses argumentos: "Incentiva bastante os agricultores a investir na propriedade"; "O crédito rural é o suporte para os nossos agricultores".

Nessa mesma direção, aspectos históricos, necessidades e a viabilização de investimentos foram ressaltados. Para o(a) entrevistado(a) K, foi somente em 2003, "[...] ano que iniciou um ano governo popular no Brasil, que se abriram as portas para esses créditos". Em complemento, aponta-se que "historicamente não tinha crédito rural, tinha outras linhas com taxas de juros mais altas e que eram direcionados

a algumas pessoas [...]. Deu acesso a tecnologias novas, fazendo com que ela [agricultura familiar] se desenvolvesse, gerasse mais renda [...]" (entrevistado[a] B); "é de extrema importância o crédito para a agricultura familiar, as pessoas trabalham com pouco recurso ou quase nada, nos últimos anos a gente compreende, a gente vê, conversa, visita o interior, a importância desse crédito para a agricultura familiar" (entrevistado[a] C); "o crédito rural é indispensável para um país, para uma nação que pensa na alimentação de seu povo e na produção de alimentos para seu povo" (entrevistado[a] M).

Em relação ao PRONAF, os estudos desenvolvidos nos últimos 20 anos por Schneider, Mattei e Cazella (2004), Toledo (2009), Gazolla e Schneider (2013), Mattei (2015), Aquino e Schneider (2015) e Cazella et al. (2016) apontam questionamentos que podem ser sintetizados pela concentração produtiva em algumas culturas, pela dependência constante do acesso ao crédito e pela destinação da maioria dos recursos para o grupo de agricultores familiares mais capitalizados das Regiões Sul e Sudeste.

Sobre as possibilidades e alcances do acesso ao crédito rural por parte dos agricultores familiares, o(a) entrevistado(a) H registra: "acho que de um tempo para cá já mudou bastante, não que o Banco do Brasil não conseguiria ajudar, mas era aquela coisa mais elitizada". Em consonância, o(a) entrevistado(a) E considera o crédito rural como "forma de estarem investindo e melhorando a propriedade". Os efeitos na condição de vida também foram elencados na fala do(a) entrevistado(a) G: "você pode ver o crescimento da agricultura, casas melhores, propriedades organizadas, a própria produção melhorou"; isso é reforçado pela afirmação do(a) entrevistado(a) L: "não é mais a mesma coisa, tu vê que melhorou a vida dos agricultores".

Na visão do(a) entrevistado(a) F, o cuidado com a aplicação dos recursos é fundamental para a viabilização da propriedade, pois "[...] se ele fizer um mau investimento com recurso alto, já inviabiliza a propriedade, e nós temos que ter cuidado no crédito para que daqui a pouco não vá inviabilizar a propriedade".

Questões sobre o cooperativismo de crédito e sobre a diferenciação das práticas cotidianas realizadas na Cresol Chapecó em relação às demais instituições financeiras do sistema bancário podem ser sintetizadas considerando: (i) atendimento; (ii) crédito rural orientado; (iii) forma de

atuação; (iv) e implicações no desenvolvimento local.

As declarações do(a) entrevistado(a) A contemplam dois aspectos. Um deles em relação ao que diferencia o atendimento: "[...] a forma de conversar, de não forçar a comprar um produto que não querem. Você vê a necessidade dele e não querer vender por vender, o agricultor leva aquilo que ele precisa". O outro em relação ao crédito orientado: "tem a assistência que a cooperativa oferece, a cooperativa tem técnico agrícola, tem o técnico que auxilia no projeto [...]. Oferece orientação, dá dicas que outros bancos não". Ainda em relação ao aspecto do crédito orientado, aponta o(a) entrevistado(a) P: "[...] um dos diferenciais nossos é a questão de projetos, a gente vê muito a questão da viabilidade".

> Conhecemos 100% do crédito que é liberado, diferente de outros sistemas, que liga para o agricultor oferecendo crédito para bater as metas. Não é só oferecer o crédito, a Cresol tem o cuidado desse setor para não inviabilizar o associado. Se associado vai bem, automaticamente a cooperativa também vai bem, se a maioria dos associados irem mal, não tem nem o que nós ficar fazendo aqui. (entrevistado[a] F).

> Na Cresol, temos os técnicos agrícolas, às vezes a gente não conhece o associado, antes a gente vai lá ver, a gente vai investigar como está a propriedade dele, como que está antes de liberar. No cooperativismo nosso aqui da Cresol eu... Nós temos os pés no chão, porque não adianta liberar e daqui a pouco endividar ele [agricultor]. Nós oferecemos cursos para os associados, para dar uma educação financeira. (entrevistado[a] L).

Os aspectos sobre a realização de atendimento personalizado e humanizado aos agricultores familiares são registrados pelos seguintes registros: "A gente é mais de casa, eles se sentem mais à vontade, nos outros bancos, olham para o lucro e a gente não, a gente olha o atendimento. Não visa tanto o lucro como eles" (entrevistado[a] D); "A gente atende da melhor forma possível e tem bancos que eles nem olham na cara do agricultor" (entrevistado[a] I); "[...] Como os bancos tradicionais visam só o lucro, eles acabam focando só nos grandes, mesmo se você tivesse um projeto bom, inovador, você iria chegar lá no Banco do Brasil e eles não iriam nem te atender, eles vão distribuir o crédito para aquele que já está milionário [...]" (entrevistado[a] K). Tais relatos são também expressados pelos(as) entrevistados(as) B, C, E, N e O: "nós temos o atendimento mais focado pessoa a pessoa, claro, com toda parte tecnológica, eu não sei até que ponto nos vamos se manter assim, mas nós estamos focado no olho no olho, esse é o nosso diferencial" (entrevistado[a] B); "[...] nós temos ainda aquela relação humana, o contato humano, de conversar de olhar no olho, saber que o

Fulano mora em tal lugar, que a esposa faz tal coisa" (entrevistado[a] C); "a gente conhece os nossos agricultores, a maioria deles, e a gente vai *in loco*. A gente vai mais a fundo, vai conhecer o nosso associado [...]" (entrevistado[a] E); "[...] aqui a gente atende para qualquer coisa que eles precisem [associados], esse é o nosso diferencial, esse é o nosso atendimento humano, e não de máquinas" (entrevistado[a] N); "o cooperativismo nosso privilegia muito o atendimento ao associado, de conversa com o próprio associado, o pequeno que nós valorizamos [...]" (entrevistado[a] O).

Em relação à forma de atuação, o respeito e a atenção para com o associado se revela. O(a) entrevistado(a) J exemplifica a atenção dispensada aos associados: "Aqui a gente procura facilitar os processos, pois a gente sabe que a pessoa está precisando". A atuação humanizada é narrada pelo(a) entrevistado(a) H: "Olha, quanto ao atendimento, nas instituições financeiras como um todo é aquela coisa de máquina e mais máquina e nós conversamos, você até escuta os problemas deles, tem que fazer essa parte, é um pouco do nosso diferencial também". O(a) entrevistado(a) G comenta sua percepção em relação a outras instituições financeiras: "Eu vejo por nós aqui, se você vai com uma roupa, você é percebido de uma forma, se você vai de outra, é outra forma, imagine o agricultor, às vezes sai de lá [da propriedade], mal põe uma roupa e vem para cá, imagine como que vai ser atendido no Banco do Brasil".

A diferenciação da Cresol Chapecó também é percebida pela ótica do desenvolvimento local, conforme relata o(a) entrevistado(a) M: "[...] Outro fator é a sobra de recursos que é repartida entre os associados, eles fazem parte também e nós apoiamos o desenvolvimento local, na cidade na região, onde estão as próprias atividades dos associados".

As diversas possibilidades, os alcances, as limitações e preocupações sobre o PRONAF são registrados pela sua valorização. Segundo o(a) entrevistado(a) B, "O PRONAF hoje se tornou papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar. [...] os PRONAF Custeios, que são os mais buscados hoje, fazem com que a produção e o plantio aconteçam". Em complemento, o(a) entrevistado(a) F afirma que "[...] desde que existiu a linha do PRONAF, fez com que as propriedades tomassem outro rumo [...]" – essa afirmação está relacionada às possibilidades que os financiamentos permitiram, especialmente nos

investimentos em infraestrutura física e maquinários.

O entrevistado(a) A, ao avaliar o PRONAF no contexto de suas experiências e vivências, ressalta que "[...] se não existisse o PRONAF, eles [agricultores] não estariam na organização em tudo que eles conseguiram construir na propriedade. As operações do PRONAF foram um divisor de águas". Na visão do entrevistado(a) O, os acessos ao PRONAF significam uma melhor condição em termos de renda para o agricultor: "[...] Através do PRONAF, ele vai fazer um aviário que vai possibilitar ele ter uma renda boa, através do PRONAF, ele vai fazer o custeio da lavoura e tem o seguro, caso tenha um sinistro ele não vai perder todo o investimento". Esse aspecto, ainda de acordo com o(a) entrevistado(a) O, também impulsiona o mercado local: "Também é por meio do PRONAF que os mercados da cidade sobrevivem. Se o cara não tem o PRONAF, ele vai ter menos renda e não vai vir na cidade comprar". Na mesma direção, o(a) entrevistado(a) P argumenta que os investimentos e subsídios do PRONAF colaboram com o desenvolvimento da economia, pois, "[...] com mais subsídio, você incentiva mais o investimento e o investimento gera todo um ciclo".

Ao retomar os alcances do PRONAF para os agricultores familiares, o(a) entrevistado(a) L declara: "[...] a gente anda pelo interior e percebe que ajudou bastante". Essas melhorias estão ligadas à renda, conforme destaca o(a) entrevistado(a) K: "[...] com o PRONAF, eles ganharam fôlego, conseguiram melhorar a renda, conseguiram investir". Em complemento a esses relatos, torna-se necessário ressaltar que, além das possibilidades proporcionadas pelo acesso ao crédito rural, há alternativas de desenvolvimento rural que percorrem caminhos que valorizam a cooperação e visam à autonomia dos agricultores por meio de outras formas de produção e de reprodução social (PLOEG, 2008).

Para além dos aspectos econômicos, o(a) entrevistado(a) D destaca o papel do programa em termos de melhorias das condições de trabalho: "Uma propriedade rural de 20 anos atrás e a de hoje, tu vai ver muita diferença, antigamente era tudo na mão, não tinha como investir na propriedade, era tudo manual, não tinha trator, não tinha nada". Ainda em relação a esses aspectos, os(as) entrevistados(as) H e E argumentam: "a gente vê muitas melhorias que estão ocorrendo, melhorou as condições do trabalho e melhorou as condições das

propriedades" (entrevistado[a] H); "[...] muitos dependiam do vizinho para fazer um serviço, a silagem, agora boa parte tem um tratorzinho para fazer, tem uma carretinha, tem um equipamento, tem uma ordenhadera para tirar um leite" (entrevistado[a] E).

Outro aspecto presente diz respeito ao futuro do PRONAF diante do desmonte das políticas públicas em apoio à agricultura familiar desde o início do Governo Temer. Essas preocupações se estabelecem em torno da possível elevação da taxa de juros, montante disponibilizado especialmente nos financiamentos de custeio, como exemplifica o(a) entrevistado(a) C: "[...] é preocupante saber que as políticas estão caminhando para um rumo que será esquecido a agricultura familiar". Segundo o(a) entrevistado(a) N: "não sei como vai ser no ano que vem como que vai ser a questão do PRONAF, parece que está meio complicado".

Em outra direção, proposições no sentido de melhorias ao PRONAF, o(a) entrevistado(a) M sinaliza sobre o PRONAF Sistêmico, um plano de investimentos de longo prazo para atender as famílias dos agricultores.

> Um desafio que eu já propus, e deveria permanecer o PRONAF ser uma política permanente, melhorar a cada dia, ser mais amplo e um pouco sistêmico. Para a gente poder pegar aquela família que está sem estrutura e que eles possam ver uma luz no final do túnel, de criar uma perspectiva melhor, nós temos agricultores que fazem PRONAF conosco a 05 anos, 10 anos, 15 anos e que e a gente consegue ver a evolução que eles tem dentro da propriedade. (entrevistado[a] M).

Assim como mencionado acima, o(a) entrevistado(a) A também pondera a necessidade de ampliação e a procura pelos agricultores familiares pelo crédito via PRONAF para a finalidade de habitação: "O que eu vejo de falta nas operações ligadas ao PRONAF que os agricultores reclamam muito é a questão da habitação, tem investimento para você construir aviário, chiqueiro, tudo que for, só não tem para habitação" (entrevistado[a] A).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso ao crédito rural por parte dos agricultores familiares no Brasil esteve restrito e marginalizado até meados da década de 1990. As cooperativas de crédito rural, como alternativa ao modelo bancário tradicional vigente, não conseguiam

atender à totalidade da demanda por crédito desse segmento. O crédito rural foi a estratégia escolhida no início dos anos 1990 pelas categorias sindicais ligadas à agricultura familiar para que se reconhecesse a importância socioeconômica dessa categoria de agricultores. A partir da criação do PRONAF, em 1996, o Estado brasileiro passou a conceder uma linha de crédito rural específica para a agricultura familiar.

A realização desta pesquisa oportunizou um espaço para ressaltar a percepção dos trabalhadores da cooperativa Cresol Chapecó em relação ao acesso aos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares. Além disso, aspectos como a relevância da agricultura familiar, o cooperativismo de crédito e a própria atuação da Cresol Chapecó foram abordados. Essas percepções legitimam o reconhecimento e a valorização socioeconômica da agricultura familiar pela instituição Cresol Chapecó e seu papel de destaque no desenvolvimento rural da região. Na mesma direção, todos os entrevistados ponderaram as diferenças de atuação da cooperativa Cresol Chapecó em relação ao modelo bancário tradicional. Entre essas diferenças, destacam-se o atendimento humanizado, o papel do associado para a cooperativa e a concessão de crédito rural orientado, aspectos destacados com orgulho por parte desses trabalhadores.

Em relação ao PRONAF, há o reconhecimento histórico da importância dessa política pública para o segmento familiar, assegurada e defendida por meio da luta de movimentos organizados pelos próprios agricultores familiares.

A efetividade e a capacidade do PRONAF em proporcionar o fortalecimento do segmento rural familiar é real. Para além das questões já elencadas no decorrer deste artigo, a queda acentuada do número de contratos nos últimos anos reafirma a condição de um novo rumo para o referido Programa, especialmente no que tange ao atendimento de todo o amplo conjunto de agricultores familiares do país. Atribui-se ao PRONAF o papel de garantia e viabilização da produção rural; contudo, destaca-se um maior nível de dificuldades burocráticas para o acesso de financiamentos nas linhas do PRONAF que incentivem a diversidade produtiva. Essa condição pode ser verificada pelo baixo número de contratos e volume de recursos financiados pelos dados disponibilizados no Banco Central do Brasil.

Ao PRONAF é atribuída, também, a garantia de investimentos em

infraestrutura e maquinários, que, sem as condições oferecidas pelo Programa, não seriam alcançados pela maioria dos agricultores familiares, especialmente os menos capitalizados. A conquista desses equipamentos e a aquisição de infraestrutura produtiva, conforme apontaram os entrevistados, significaram melhoria nas condições de trabalho e no nível de renda dos agricultores familiares.

No que tange ao futuro do Programa, o acesso aos recursos do PRONAF nos próximos anos tem gerado preocupações entre os trabalhadores da Cresol Chapecó, em especial nos aspectos relativos ao montante de recursos disponibilizados e ao risco iminente de elevação da taxa de juros por parte do governo federal. Entretanto, apesar do receio futuro, foram apresentadas sugestões de ampliação nas linhas do Programa na direção da contemplação de recursos para financiamento de habitação rural, principalmente pela limitação das políticas de habitação rural existentes no país atualmente.

A possibilidade de um planejamento dos financiamentos no longo prazo foi outra sugestão de melhoria no PRONAF. Nesse sentido, os agricultores, junto às suas famílias, poderiam estabelecer estratégias de desenvolvimento de sua propriedade de modo a garantir a permanência no campo, aumentando a produção e, consequentemente, o nível de renda familiar – questões que significam desafios a serem enfrentados pelo segmento rural familiar frente ao Estado brasileiro. Por fim, os apontamentos apresentados no decorrer deste artigo demonstram a relevância social e econômica da agricultura familiar, ao mesmo tempo que ressaltam a importância do PRONAF enquanto política pública de fortalecimento ao segmento rural familiar. Nessa perspectiva, reforça-se a necessidade de se estabelecer um diálogo sobre as questões que permeiam os estudos sobre a agricultura familiar nas suas mais amplas dimensões.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: ALVES-MAZZOTTI, A. ; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo; Pioneira Thomson Learning; 2 ed; 2001.

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: Catia Grisa; Sergio Schneider. (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**. 1.ed.Porto Alegre: UFRGS, 2015, v. 1, p. 53-81.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**, 1996-2017.2017. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/ . Acesso em: 01 fev. 2018.

BÚRIGO, F. **Cooperativa de crédito rural**: agente de desenvolvimento ou banco comercial de pequeno porte. Chapecó: Argos, 2007.

BÚRIGO, F.**Finanças e solidariedade**: cooperativismo de crédito rural solidário no brasil. Chapecó: Argos, 2010.

CAZELLA, A.; BERRIET-SOLLIEC, M. O papel das cooperativas de crédito na territorialização das políticas de apoio à agricultura familiar – O caso do movimento cooperativo no estado de Santa Catarina. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5, Ribeirão Preto - SP, 2008. **Anais**... Ribeirão Preto, 2008.

CAZELLA, A. et. al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016.

CRESOL CENTRAL SC/RS. Disponível em: http://www.cresolcentral.com.br . Acesso em 17 de fev. de 2018.

DANESHVAR, C. La inclusión financiera de pequenos produtores rurales: tendencias y desafíos. In: VILLARREAL, Francisco G. (Editor). **Inclusión financiera de pequenos productores rurales**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) - Santiago, septiembre de 2017.

COSTA, F. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. **Revista da ABRA**, edição especial, jul. 2013.

ECHEVERRI PINILLA, A. **Guía para lageneración participativa de políticas públicas diferenciadas para la agricultura familiar**. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – Chile : IICA, 2017.

FAWAZ-YISSI, M. et. al. Una mirada de género enprocesos de desarrollo rural en chile: perspectivas y desafíos para una extensión rural con enfoque de género. In: 1ª Conferencia regional del GIPPAF. **Universidad, agricultura familiar y políticas públicas**. 2018.

FEITO, C. Aportes del foro de universidades nacionales para la agricultura familiar de argentina al debate previo a la sanción de la ley nacional de agricultura familiar. In: 1ª Conferencia regional del GIPPAF. **Universidad, agricultura familiar y políticas públicas**. 2018.

FOSSA, J.; MATTEI, L.; COMERLATTO, D. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): percepção de agricultores do Oeste catarinense. **Anais**... 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Santa Maria/RS, 2017.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "Fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.

GODOY, A.; Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa**

qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

KREUTZ, L. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. da Universidade; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul, RS: EDUSC, 1991.

MAGRI, C.; GABRIEL JUNIOR, E. **Cresol Dona Emma**: 10 anos gerando desenvolvimento sustentável. Passo Fundo: IFIBE, 2011.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, jan./jun. 2015.

MOREIRA, V. **Educação do campo e docência no contexto da agricultura familiar**: o Programa Escola Ativa (PEA/MEC) no município de Salinas - MG. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PATTON, M. Q. Qualitative Analisys and Interpretation. In: PATTON. M. Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**. Thousand Oaks: SAGE, 2000.

PICINATTO, A.; CAMPOS, A.; BITTENCOURT, G.; BIANCHINI, V. **Cartilha do PRONAF Crédito**. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. 2000.

PLOEG, J. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. La agricultura familiar en América Latina. In: FIDA. **La agricultura familiar en América Latina: un nuevo análisis comparativo**. Julho/ 2014.

SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. **RAMBO**, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.

STAKE, R. **QUALITATIVE RESEARCH**: studying how things work. Guilford Press, 2010.

TOLEDO, E. **O PRONAF em Salvador das Missões: Contradições de uma política de crédito**. 2009. 186f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

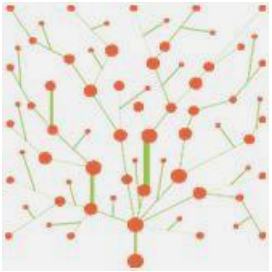
VALENCIA, M. Análisis transversal de los estudios realizados. In: ADIB, Alberto; ALMADA, Fátima. (Coords.). **Políticas públicas y marcos institucionales para la agricultura familiar en América Latina**. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – Chile: IICA, 2017.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WANDERLEY, M. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e

perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPE, 2001.

WANDERLEY, M. "Franja Periférica", "Pobres do Campo", "Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília. 2017.



DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

OS EFEITOS DO PAA E PNAE NAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DE COOPERATIVAS E PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

The effects of PAA and PNAE on the Organizational Practices of Cooperatives and Properties of Family Agriculture in the Northern Coast of the State of Rio Grande do Sul

Tatiana Fátima Stürmer da Rosa[1]
Marlise Amália Reihner Dal Forno[2]

RESUMO
Este artigo traz percepções de trabalhadores da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Chapecó em relação à agricultura familiar, ao cooperativismo de crédito e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em termos metodológicos, este estudo se caracteriza como qualitativo. Partiu-se de uma revisão de literatura e da realização de uma pesquisa de campo para a coleta de dados. Procedeu-se a 16 entrevistas com trabalhadores da Cresol Chapecó, e a análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo. Os principais resultados podem ser sintetizados em: (i) reconhecimento por parte dos trabalhadores da Cresol Chapecó de que o agricultor familiar é o protagonista da cooperativa; (ii) entendimento sobre diferenciação dos serviços prestados pela Cresol Chapecó em relação às demais instituições dos sistemas bancários; (iii) valorização dos princípios institucionais da cooperativa que visam ao desenvolvimento dos agricultores familiares associados; (iv) e percepção de que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), quando investido adequadamente, é capaz de melhorar as condições de trabalho e renda do segmento rural familiar. Os trabalhadores entrevistados reconhecem a importância social e econômica do segmento rural familiar e, nesse sentido, valorizam o PRONAF para o fortalecimento da agricultura familiar e o serviço prestado pela Cresol Chapecó em relação a outros modelos cooperativos e a outras instituições bancárias.
Palavras-chave: Agricultura Familiar. PRONAF. Cresol Chapecó. Percepções.

[1] Administradora no Campus Litoral Norte da UFRGS. Endereço Eletrônico: tatiana.sturmer@gmail.com
[2] Docente no Campus Litoral Norte da UFRGS. Endereço Eletrônico: marlise.forno@ufrgs.br

ABSTRACT
This article brings perceptions of workers from cooperative Cresol Chapecó about family farming, credit cooperative and PRONAF. In methodological terms, this study is characterized qualitatively. It was started from a literature review and the achievement of a survey was conducted for data collection. A total of 16 interviews were carried out with Cresol Chapecó workers. The analysis of the data was performed through analysis of contents. The main results can be summarized in: (i) recognition of Cresol Chapecó workers that the family farmer is the protagonist of the cooperative; (ii) understanding of the differentiation of services provided by Cresol Chapecó in relation to the other institutions of the banking system; (iii) valuation of the cooperative's institutional principles that aim the development of associated family farmers; (iv) perception that the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), when adequately invested, is capable of improving the working conditions and income of the rural family segment. The workers interviewed recognize the social and economic importance of the rural family segment. In this sense they value PRONAF for the strengthening of family farming and the servise provided by Cresol Chapecó in relation to other models cooperative models and other banking institutions.
Keywords: Family Farming; PRONAF; Cresol Chapeco, Perceptions.

1 .INTRODUÇÃO

A partir do ano 2000, o enfoque principal das políticas para a agricultura familiar ficou direcionado à construção de mercados, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, a partir do que se originou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e se aprimorou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A primeira política citada foi instituída pela Lei Federal n. 10.696/2003, que regulamenta as aquisições de alimento da agricultura familiar na modalidade compra institucional, permitindo, assim, que órgãos da administração direta ou indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios com seus próprios recursos e por dispensa de licitação adquiram alimentos para atender às demandas regulares.

Já o PNAE é o mais antigo programa de alimentação do governo federal e foi implantado em 1955. Ele atende os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público) por meio da transferência de recursos financeiros de caráter suplementar. Ambos os programas (PAA e PNAE) determinam que, no mínimo, 30% dos recursos destinados a compras institucionais para a alimentação sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Muitas instituições educacionais públicas, a exemplo do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), estão desenvolvendo experiências de sucesso com essa alternativa de aquisição, já que o valor determinado pela Lei n. 11.947/2009 é capaz de impulsionar o desenvolvimento rural regional e agroecológico e contribuir para uma alimentação saudável na comunidade escolar, a qual passa a consumir mais alimentos *in natura*, minimamente processados e também orgânicos. Segundo informações da página eletrônica do IFRS, as compras ocorrem a partir de chamadas públicas realizadas pelos campi da instituição, e o critério é a localização dos produtores: a prioridade é para os habitantes do próprio local, vindo, em seguida, os da região e território rural, de forma a fomentar a atividade dos agricultores familiares e facilitar a logística e a adaptação dos produtos às condições estruturais da instituição.

A partir de experiências como essa, pretendeu-se, com este trabalho, por meio da análise das experiências dos agricultores que participam do PAA e do PNAE na referida região, identificar, sob a ótica da cultura organizacional, se a adesão aos programas produziu mudanças nas práticas organizacionais, tanto nas propriedades quanto nas cooperativas.

A escolha do tema teve como ponto de partida a observação da importância das políticas públicas para a agricultura familiar como uma ferramenta de equidade social, já que a sua implementação privilegia a inclusão dos produtores da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para os órgãos públicos, especialmente instituições escolares. Por outro lado, também contribui para a formação de hábitos saudáveis e estimula o associativismo, já que esses programas fortalecem circuitos locais e regionais e também redes de comercialização, bem como a valorização da biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos.

A região do Litoral Norte foi escolhida porque nela existem organizações da agricultura familiar que produzem para atender à comercialização por meio do PAA e em feiras agroecológicas, relacionando-se, assim, diretamente com as proposições deste trabalho. Dados a respeito da agroecologia e da produção orgânica atualmente existente no Litoral Norte aparecem na publicação "Rio Grande Agroecológico: Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica – PLEAPO 2016-2019" (SDR, 2016), na qual é informada a existência do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)

Litoral Norte, do qual participam 20 famílias nos municípios de Itati, Terra de Areia, Três Forquilhas, Maquiné, Osório, Torres e Dom Pedro de Alcântara. Portanto, pode-se considerar um dos locais em que há maior riqueza de informações para abordar o tema proposto.

Para atingirmos esse objetivo, outros também tiveram que ser contemplados, quais sejam: a) descrever as relações dos produtores da agricultura familiar com as suas cooperativas, enfatizando sua participação na implementação do PAA e do PNAE; b) descrever as relações dos produtores da agricultura familiar com os órgãos de consultoria técnica e extensão rural da região do Litoral Norte. Como primeira hipótese, infere-se que, para melhor atender à implementação do PAA e do PNAE, os produtores rurais da agricultura familiar necessitam modernizar os seus processos produtivos e, consequentemente, precisam de maior apoio dos órgãos de assistência técnica e extensão rural para atingir tal objetivo. Como segunda hipótese, conclui-se que a participação dos produtores do Litoral Norte nos programas reforça a necessidade de organizações em rede, visando atender às exigências impostas pelos contratos com os órgãos públicos.

A formulação das hipóteses citadas encontra respaldo em Canavesi et al. (2017), segundo os quais as opções tecnológicas são enraizadas na sociedade e corroboram para a superação, ou não, de estágios de exclusão social. Os autores consideram que mudanças nos processos que levam à criação, à invenção e à transformação de tecnologias são construções sociais, balizadas por fatores que vão desde motivações e características individuais até condicionamentos político-institucionais. O Estado, ao operar políticas públicas de extensão rural ou inovação, pode estimular processos que respeitem a diversidade da agricultura familiar, aproximando-se, assim, da realidade cognitiva tanto da agricultura familiar quanto da extensão rural, gerando possibilidades de reconhecimento de dinâmicas em redes coletivas, locais e contextualizadas.

Visando atender à necessidade de manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar como modelo econômico, produtivo e social, faz-se necessário entender a dinâmica utilizada pelos pequenos produtores para atender aos desafios impostos pelo capitalismo, assim como as respectivas políticas públicas de apoio.

O desafio que se põe em relação ao

PAA se traduz na participação de produtores da agricultura familiar para que, com seus produtos, atendam a um potencial do mercado institucional (alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas), criando, assim, canais de comercialização e geração de renda que possibilitem dinamizar a economia dos municípios e regiões e também atender às necessidades alimentares de uma parcela expressiva da população, respeitando a diversidade regional dos cardápios alimentares. Toda essa dinâmica é materializada por meio da participação em processos de aquisições públicas.

2. CULTURA E PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS

De acordo com Pires e Macedo (2006), as organizações estão inseridas em um ambiente e interagem com ele, recebendo influências dele e, ao mesmo tempo, influenciando-o. As pessoas que atuam nas organizações são agentes que contribuem para esse intercâmbio constante, e seus valores constituem-se como componentes para a formação da cultura organizacional.

Para que o entendimento a respeito de cultura organizacional ocorra de modo efetivo no presente trabalho, abordou-se o conceito de cultura, de um modo geral, desenvolvido por autores da área da Antropologia. Dentre eles, pode-se citar Geertz (2008), que conseguiu definir cultura como: 1) o modo de vida global de um povo; 2) o legado social que um indivíduo adquire do seu grupo; 3) uma forma de pensar, sentir e acreditar; 4) uma abstração do comportamento; 5) uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; 6) um celeiro de aprendizagem em comum; 7) um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; 8) um comportamento aprendido; 9) um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; 10) um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; 11) um precipitado da história.

Para Canclini (1999), cultura é um conjunto de processos pelos quais se representa e se institui imaginariamente o social, concebe-se e trabalha-se as relações com os outros, ou seja, as diferenças, e

ordena-se sua dispersão e sua incomensurabilidade mediante uma delimitação que flutua entre a ordem, que faz possível o funcionamento da sociedade, e os atores, que a tornam possível.

O conceito de cultura é muito abrangente, mas, basicamente, trata da forma de agir de determinado grupo para que esse funcione relativamente em harmonia. A cultura organizacional refere-se à cultura vigente de um grupo que compartilha da mesma organização social, com fins mais voltados à produção de algo, seja produtos, serviços, conhecimento, dentre outros.

Para Schein (1992), a cultura organizacional é compreendida como um padrão de pressuposições básicas compartilhadas, aprendidas por um grupo, na medida em que resolveram seus problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram suficientemente bem para serem consideradas como válidas e, portanto, ensinadas aos novos membros como modo correto de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas.

Srour (1998) refere cultura como todo universo simbólico, no qual as culturas organizacionais são recortadas por quatro esferas analíticas ou campos de saber: a ideologia, a ciência, a arte, e a técnica. Cada esfera, por sua vez, recobre certos bens simbólicos.

Quadro 1: O universo simbólico

SABERES, BENS E SIMBÓLICOS	
Ideológicos	Evidências doutrinárias não demonstráveis, retóricas.
Científicos	Evidências explicativas, demonstráveis, *know-why*.
Artísticos	Expressões estéticas.
Técnicos	Procedimentos, regras operatórias, *know-how*.

Fonte: Srour, 1998, p. 173.

O tema da cultura organizacional surgiu dentro do campo da Teoria das Organizações, na década de 1980, no contexto norte-americano. O conceito antropológico de cultura no ambiente organizacional foi introduzido por Pettigrew (1990), que demonstrou que conceitos como valores, mitos e rituais

devem ser aplicados aos estudos organizacionais. A década de 1980 foi marcada por um grande número de publicações sobre "cultura", que passou a invadir, a partir dessa época, o domínio dos campos da Antropologia e da Sociologia. Assim, os administradores começaram a utilizar conceitos antropológicos na tentativa de interpretar e compreender as organizações (FREITAS, 1991).

Para Schein (1985), a cultura é aprendida, basicamente, por meio de dois mecanismos interativos: redução da dor e ansiedade (modelo de trauma social) e reforço/recompensa positiva (modelo de sucesso). O primeiro mecanismo diz respeito à ansiedade, derivada da incerteza que um indivíduo tem ao encontrar um grupo novo, a respeito de sua capacidade de sobreviver e de ser produtivo ou de identificar se os membros trabalharão bem uns com os outros. A incerteza social e cognitiva é traumática, levando os membros do grupo a procurar maneiras de perceber, pensar e sentir, de forma a tornar suas vidas mais previsíveis. No segundo mecanismo, conhecido como reforço positivo, as pessoas repetem o que funciona e abandonam o que não funciona. Se o fundador de uma empresa nova acredita que o sucesso está em fornecer aos clientes um bom serviço ou na maneira como ele trata seus empregados, e se a empresa realmente apresenta bons resultados, o grupo tenderá a repetir o que eles consideram como a causa do sucesso, o que será gradualmente compartilhado por todos – cria-se, assim, uma parte da cultura (SCHEIN, 1985).

Whittington (2006) mostra que os teóricos estão interessados em saber como o "campo social" (BOURDIEU, 1990) ou os "sistemas sociais" (GIDDENS, 1984) definem as práticas – entendimentos compartilhados, regras culturais, linguagens e procedimentos – que guiam e capacitam a atividade humana. Para Reckwitz (2003), o termo "práticas sociais" não localiza o "social" na mente nem no discurso, tampouco na interação. O "social" está nas práticas.

Bourdieu (1980), em seu modelo teórico sobre práticas sociais, afirma não reduzir as ações dos indivíduos a atos puramente racionais ou puramente mecânicos, aceitando, concomitantemente, a ideia de ações voluntárias dos indivíduos e das pressões objetivas que limitam essas ações. Um conceito chave desse modelo é o *habitus*, que o autor define como as realidades objetivas incorporadas na vida cotidiana – senso prático. São experiências passadas e incorporadas nas instituições. As noções de *habitus* e de senso prático

dão, também, sentido às ações dos indivíduos, não porque elas determinam mecanicamente suas ações nem porque visem fins conscientemente, mas porque elas explicam suas ações em função de disposições adquiridas e que podem ser utilizadas em dado campo de ação.

Tanto para Bourdieu (1980) quanto para Giddens (1987), as pressões são, ao mesmo tempo, coercitivas e capacitadoras: elas tanto pressionam quanto permitem a ação. Assim sendo, "o momento de produção da ação é também um momento de reprodução" (GIDDENS, 1987:76): as práticas sociais dos atores (a ação) reproduzem as pressões estruturais, porém, fazem-no transformando-as. Dessa forma, os sistemas sociais são, ao mesmo tempo, reproduzidos e transformados pelas atividades dos "agentes competentes" que fazem parte do sistema.

É evidente, a partir de diversos estudos realizados principalmente por Hofstede (1994) e D'Iribarne (1993), que se faz necessário o conhecimento da cultura nacional e da cultura própria de cada organização para compreender a dinâmica da realidade institucional, tendo em vista que os traços da primeira influenciam de algum modo os da segunda. Para Hofstede (1994): "Todo ser humano é de fato o socializado de determinado meio[1], não se pode tornar inteligível a dinâmica humana nas organizações sem conhecer a cultura e a sociedade na qual ela se insere" (HOFSTEDE, 1994, p. 180).

O autor D'Iribarne busca identificar a lógica cultural das organizações em função de suas práticas. Souza et al. (2010) definem práticas sociais como atividades reais da organização, desde as cotidianas até as mais inovadoras, que representam as manifestações culturais da organização.

[1] Em seu período inicial, referia-se a Geografia não ao ambiente, mas ao meio (milieu). Para Bertrand (1968), o conceito de meio se define em relação a alguma coisa, portanto, está impregnado de um sentido ecológico. Aliata e Silvestri (1994), em capítulo referente a passagem do conceito de paisagem ao de ambiente, indica que a ideia de ambiente ou meio apresenta raízes científicas. [...] Resta, no entanto, observar que na atualidade geógrafos compartilham de conceitos diferentes. A ótica ambiental, na perspectiva naturalista e naturalizante, ainda se auxilia de conceitos que não dimensionam a tensão sob as quais se originam os impactos, mas essa não tem sido a regra. Por conseguinte, podemos afirmar que a Geografia tem pensado o ambiente diferentemente da Ecologia; nele, o homem se inclui não como ser naturalizado mas como um ser social produto e produtor de várias tensões ambientais (SUERTEGARAY, 2001).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: PAA e PNAE

De acordo com Grisa et al. (2015), as políticas públicas para a agricultura familiar, tendo como ênfase a construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, iniciam-se nos anos 2000, e, dentre suas principais ações, podemos citar o aprimoramento do PNAE e a instituição do PAA.

O PNAE existe desde 1955, mas passa a ter essa denominação somente a partir de 1979, envolvendo programas de suplementação alimentar dirigidos aos trabalhadores, ao grupo materno-infantil e aos escolares, privilegiando as regiões mais pobres. É considerada a política pública mais antiga do País na área de segurança alimentar e nutricional e um dos programas mais abrangentes e duradouros na área de alimentação escolar do mundo.

Em 2009, o PNAE passou por uma mudança, com a instituição da Lei Federal n. 11.947, segundo a qual ficou estabelecido que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE devem ser usados para custear a alimentação escolar. Esses recursos são repassados às secretarias municipais ou estaduais de educação e devem ser destinados à aquisição de alimentos oriundos da "agricultura familiar ou dos empreendimentos familiares rurais"

Assim, de acordo com as novas diretrizes definidas em 2009, o encontro entre a alimentação escolar e a agricultura familiar pode promover uma importante transformação na realidade social brasileira ao permitir que alimentos diversificados, sazonais, com vínculo regional e até mesmo orgânicos, produzidos por agricultores familiares, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de educação de todo o Brasil, compreendendo um cardápio variado que respeite a cultura regional e os hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE concilia a necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional às crianças e adolescentes em idade escolar com a criação de um novo canal de comercialização para a agricultura familiar, em nível local, gerando trabalho e renda no campo e ajudando a dinamizar a economia local.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei n. 10.696/2003, tem como principal objetivo garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de

compra, ao mesmo tempo que articula essa produção com os mercados institucionais ou para formação de estoques, atendendo aos princípios da segurança alimentar.

Para melhor situar o PAA no cenário das políticas públicas, parte-se da necessidade de explicitar o funcionamento do Programa Fome Zero. De acordo com Balem (2015), o referido programa possui três níveis de ação: as políticas estruturais, as políticas específicas e as políticas locais. Mesmo levando em consideração que as ações de fortalecimento da agricultura familiar estejam presentes nos três níveis, é no âmbito das políticas estruturais que se encontra a principal ação do Fome Zero para a agricultura familiar: o PAA.

Da mesma forma que o Fome Zero, o PAA foi sendo desenvolvido e aprimorado no decorrer dos anos, envolvendo sociedade civil e governo. Levando em consideração sua trajetória e os atores envolvidos na sua concepção, o PAA é novo em alguns aspectos em comparação a outras políticas públicas para a agricultura familiar, ao enfocar um tema que, até então, era tratado com pouco interesse por atores da rede de políticas para a agricultura familiar, e em especial pelos movimentos sociais, que é a comercialização dos alimentos oriundos da agricultura familiar, articulando tal questão com outras políticas, como a oferta de merenda escolar, os estoques de alimentos e a assistência alimentar.

Conforme Schneider (2012), a institucionalização do PAA é recente, tendo iniciado suas operações em 2003. Essa condição impede de tratar o PAA como um programa consolidado, uma vez que alterações e ajustes estão sendo realizados a cada ano. A construção do PAA não foi consensual nem uma decisão repentina do governo que o implantou. O estabelecimento do tema do programa é resultado de uma sucessão de fases, representando o amadurecimento das discussões ocorridas no interior de um grupo constituído fora das esferas governamentais.

O estabelecido na lei que institui o programa parece ser resultado de muitas lutas dos pequenos produtores rurais no decorrer das décadas, o que pode estar vinculado ao discurso de Grisa (2015, p. 43 e 44):

> Protesto, proposição e cogestão fazem parte das formas de ação coletiva dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar na contemporaneidade, ainda que com diferentes atores, estratégias e "formatações" de outrora. Os movimentos sociais e sindicais da agricultura continuam acionando estratégias de protesto e de reivindicação, se instrumentalizam cada vez mais para propor formatos institucionais e políticos para as

> políticas públicas, seja visando aproximá-las e adaptá-las às distintas realidades sociais, seja para o empoderamento das próprias organizações sociais.

Conforme Grisa et al. (2015), o processo de transição democrática parece ter avançado, e os atores da sociedade civil passaram a ocupar mais espaço, o que lhes confere mais legitimidade e reconhecimento. Porém, criam-se novos desafios referentes à relação mais institucionalizada com o Estado (cogestão das políticas públicas) e à governança, gestão e administração de suas organizações, que precisam ser aprofundadas por estudos e pesquisas.

De acordo com Triches (2011), os processos de aquisição pública para o PAE, até 2009, estavam associados exclusivamente à Lei n. 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Herrmann (1998) salienta que a norma legal citada objetivou disciplinar os procedimentos licitatórios e o controle dos atos do agente público. Na tentativa de tornar o processo licitatório menos burocrático e mais flexível e na intenção de realizar compras estratégicas governamentais de alguns fornecedores desfavorecidos, como os pequenos agricultores, a visão do Estado sobre aquisições públicas passa a avaliar não somente o menor preço e a concorrência, mas também a considerar outros valores, como o social, o ambiental e a saúde. Tendo em vista essas intenções, institui-se o PAA, em 2003, por meio da Lei n. 10.696.

A partir de 2009, o PAA passa a ser o primeiro mecanismo de promoção de desenvolvimento local a partir de compras governamentais, além de ser um marco nas políticas públicas relativas à segurança alimentar, o que colocou em destaque o potencial do programa de alimentação escolar como concretizador de políticas de segurança alimentar, vinculando consumo e produção. Além disso, O PAA permitiu visualizar o processo de reaproximação entre produtores e consumidores como benéfico à sociedade como um todo, culminando na Lei n. 11.947/2009 e na Resolução n. 38/2009.

Ao abordar políticas públicas para a agricultura familiar, não se pode deixar de mencionar o importante papel da assistência técnica e da extensão rural. Segundo Peixoto (2008), a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que a última não possui obrigatoriamente um caráter educativo, mas busca resolver problemas pontuais, sem capacitar o produtor rural. Por desempenhar um caráter educativo, o

serviço de extensão rural é realizado pelas instituições públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER), organizações não governamentais e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica.

4. ABORDAGENS SOBRE O COOPERATIVISMO

Packel (1939) define organização cooperativa como uma associação que fornece um serviço econômico, sem a presença da figura do empresário e a do lucro sobre o capital, e que pertence e é controlada em uma base substancialmente igualitária por aqueles para quem a associação presta serviço.

Outra definição para a organização cooperativa foi estabelecida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 1987, que se propôs a redefinir os princípios cooperativistas, eliminando o que considerava práticas organizacionais mais do que princípios propriamente ditos (REYNOLDS, 2014).

Para Dunn (1988), a figura do usuário é a razão de ser das organizações cooperativas, e sua comunhão com a figura do proprietário e do controlador constitui a identidade singular que a distingue das demais formas organizacionais existentes.

A cooperativa, no entanto, difere da forma tradicional de corporação em um ponto essencial: a propriedade. Segundo Hansmann (1988, 2009), a propriedade da empresa abrange o direito ao controle e o direito de se apropriar dos lucros gerados por sua atividade econômica, e é nesses dois aspectos que a cooperativa se distingue das demais formas organizacionais. Em uma empresa de capital, o direito ao controle e aos resultados gerados são proporcionais ao volume de capital despendido por cada sócio naquela organização. Em uma cooperativa, o volume de capital não exerce influência sobre o direito ao controle, nem mesmo na forma de distribuição dos resultado; o direito ao controle, na organização cooperativa, é definido pelo princípio democrático de um membro: um voto. O direito aos resultados é proporcional ao movimento econômico que cada membro tem com a cooperativa. A cooperativa consiste em uma forma organizacional com dois objetivos primordiais: um sociológico e outro econômico. Draheim aponta que:

> [...] um indivíduo pode desejar se juntar, ou criar uma cooperativa, como um grupo social, devido a

> fatores como: aspirações por vida social e "segurança emocional"; o desejo de se tornar um sujeito ativo em vez de um objeto passivo; o desejo de ser parte de um todo social mais forte e maior; a busca de importância social; o amor por outras pessoas, a disponibilidade para ajudar, simpatia, aspirações humanitárias, motivos religiosos, etc. (VALENTINOV, 2005, p. 7).

Para Levi e Davis (2008), a razão de ser da cooperativa consiste na interação entre os dois componentes que delimitam a dualidade de sua natureza. Primeiro, por ser uma associação, a cooperativa deve perseguir o interesse comum por melhorias no bem-estar dos seus membros. Segundo, como um empreendimento econômico, a cooperativa procura fazer o necessário a fim de garantir que o primeiro componente seja alcançado.

Segundo Phillips (1994), quando produtores rurais decidem se unir e formar uma cooperativa agropecuária, eles concordam que essa nova operação ocorrerá de forma integrada às suas atividades individuais como fazendeiros, de tal maneira que aquela existe por causa destas.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) define o cooperativismo como "movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social" (2014). Os princípios cooperativos são: (a) adesão voluntária e livre; (b) gestão democrática; (c) participação econômica dos membros – membros contribuem para o capital e o controlam; (d) autonomia e independência; (e) educação, formação e informação – incentivo aos membros em prol da cooperativa; (f) intercooperação e; (g) interesse pela comunidade – buscam seu desenvolvimento.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) descreve cooperativa como "associação autônoma de pessoal que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais" (2014), sendo seu objetivo agir em conjunto para a prosperidade de suas comunidades e trazer respostas à pobreza. Os membros são considerados os proprietários da cooperativa, com direitos e voto iguais, sendo diretamente envolvidos nas operações da entidade.

5. ATRAJETÓRIA DA COOPVIVA NA REGIÃO DO LITORAL NORTE

A Cooperativa de Consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte (COOPVIVA), sediada em Osório, município que faz parte da região do Litoral Norte Gaúcho, de acordo com seu estatuto, tem como objetivo a defesa socioeconômica de seus membros, bem como a divulgação e a aplicação dos princípios cooperativistas e ecologistas, visando a defesa e o bem-estar dos seus associados, congregando agricultores familiares, outros profissionais de atividades rurais de produção e afins de sua área de ação.

A COOPVIVA visa a comercialização, a produção, a industrialização e o beneficiamento de gêneros alimentícios, vestuário, artesanato, artigos e bens de uso doméstico em geral e insumos à produção desses produtos, tendo em vista a melhoria de qualidade e preço dos mesmos ou facilidades no seu abastecimento aos associados. Mediante convênios com entidades especializadas públicas ou privadas, almeja o aprimoramento técnico profissional de seus associados e seus empregados, promovendo ampla defesa de seus interesses econômicos.

A Cooperativa é composta por 55 associados provenientes dos municípios de Osório, Maquiné, Caraá, Rolante, Santo Antônio da Patrulha e Terra de Areia. Os produtos comercializados são banana, laranja, aipim, batata-doce, feijão, mel, morango, suco de uva e hortaliças; o fornecimento de alimentação é realizado para 130 escolas, entre municipais e estaduais, distribuídas em 9 municípios (Osório, Tramandaí, Capão da Canoa, Balneário Pinhal, Palmares do Sul, Mostardas, Capivari do Sul, Xangri-lá, Imbé). A Prefeitura de Porto Alegre também já foi atendida, com o fornecimento de alimentos para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), para o Banco de Alimentos, com o intuito de atender às necessidades dos moradores da Ilha das Flores.

Os valores da COOPVIVA são ética, determinação e união. Sua missão é produzir e comercializar produtos da agricultura familiar, valorizando o agricultor e viabilizando sua permanência na propriedade rural. A Cooperativa tem como visão de futuro ser referência local de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, respeitando a qualidade e segurança alimentar dos consumidores.

Em fevereiro de 2010, essa Cooperativa realizaria sua primeira venda institucional, fornecendo alimentos para a alimentação escolar da Prefeitura do Município de Caraá, atendendo ao programa PNAE. Com essa primeira venda, surgiriam os primeiros problemas, como falta de local apropriado para recebimento e seleção de produtos, falta de um veículo para entregas, ausência de pessoal para realizar as tarefas e para organizar a produção, dentre outros. Com base em ações pensadas e discutidas coletivamente no grupo, aos poucos, as soluções foram encontradas. O problema da logística foi resolvido com o uso de veículos dos próprios cooperados, o primeiro local utilizado foi a garagem de um dos cooperados e o trabalho de seleção e divisão dos produtos foi realizado a partir de escala entre o grupo.

Em pouco tempo, outras prefeituras foram acessadas e o espaço da garagem já era insuficiente, pois, em pouco mais de um ano, a Cooperativa já atendia 70 escolas, chegando a 17.000 alunos, operando em 10 municípios da região, atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar das redes de ensino municipal e estadual e participando do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com as Prefeituras de Porto Alegre e de São Leopoldo. A solução foi alugar um local adequado e providenciar a documentação desse local.

Com o tempo, surgiram novos contratos, novos cooperados, e os que não conseguiram se identificar com a forma cooperativa de trabalho e uso compartilhado do patrimônio saíram espontaneamente; no entanto, a Cooperativa sempre manteve uma verdadeira equipe de trabalho unida, comprometida e entrosada.

Com dois projetos aprovados pelo FEAPER (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais), vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2014, a COOPVIVA passou a contar com alguns avanços significativos, como a aquisição de um caminhão, um veículo utilitário, entre outros equipamentos, além de recursos para construção de sua sede própria, que se encontra em fase de conclusão.

A persistência e o comprometimento do grupo proporcionaram reconhecimento e participação em diversos fóruns de discussão nas áreas do cooperativismo e, mais recentemente, na construção do

Território Rural do Litoral Norte do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.

Em conjunto com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as diversas secretarias municipais e estaduais, foi desenvolvido um trabalho contínuo, junto aos cooperados, de conscientização da importância das ações coletivas que atuam de maneira responsável diante da natureza e da sociedade para que todos os envolvidos pudessem expandir esse conhecimento para além dos limites da cooperativa, cuidando do futuro das próximas gerações.

A cooperativa está em fase de desenvolvimento de alguns projetos para o ano de 2018, dentre os quais pode-se citar: PAA com o município de Xangri-lá; PAA com o município de Alvorada; entregas no Presídio de Osório; inauguração da filial Agroindústria SABORES COOPVIVA e participação na Feira do Produtor de Osório com produtos vegetais e legumes minimamente processados.

O grupo social constituído por agricultores familiares também é diretamente assessorado pelos extensionistas dos escritórios da EMATER alocados nos municípios vizinhos. Para além do município-sede, a Cooperativa abrange os municípios de Maquiné, Caraá, Rolante, Santo Antônio da Patrulha e Terra de Areia. A aproximação com a COOMAFITT (Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas), que partiu do interesse em viabilizar aspectos logísticos, como a entrega compartilhada de alguns produtos, acabou resultando em uma maior afinidade entre essas organizações. As consequências positivas dessas experiências coletivas incentivaram ambas as cooperativas a se inter-relacionarem com novos atores sociais.

6. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

No percurso trilhado para a realização desta pesquisa, estabeleceu-se como materialidade principal os programas de fomento à agricultura familiar PAA e PNAE. Assim, a análise voltou-se para tais políticas públicas, que estimulam a produção agrícola brasileira por parte dos pequenos produtores rurais e que têm

como um de seus preceitos promover a participação desse segmento no desenvolvimento rural.

Além da análise das políticas públicas citadas e da revisão de literatura sobre cultura organizacional, foi realizada a coleta de informações por meio de entrevistas semiestruturadas com produtores rurais da agricultura familiar da região do Litoral Norte, em um dos municípios compreendidos pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral (COREDE Litoral)[1], especificamente o município de Osório, vinculados a cooperativas fornecedoras de produtos para PAA e PNAE.

Foi realizada uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso, partindo-se do pressuposto de que seria o mais adequado para proporcionar a percepção das práticas organizativas das propriedades rurais. Segundo Yin (2005), o uso do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor assevera que o estudo de caso é uma investigação empírica, que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Gil (2009) ressalta que o conceito de caso ampliou-se, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) afirmam que o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas que possibilitem apreender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia o pesquisador num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Assim, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange casos únicos e casos múltiplos – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas

[1] Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), instituídos por lei estadual em 1994, são uma regionalização do território gaúcho que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável.

uma estratégia de pesquisa abrangente (YIN, 2005).

Foram escolhidos, de maneira intencional, dois casos para este estudo: uma propriedade rural da agricultura familiar que produz produtos orgânicos, situada no Morro Borússia, de propriedade do senhor Euclides, e uma cooperativa que fornece produtos orgânicos e não orgânicos para o PAA e o PNAE na região de Osório e na região metropolitana de Porto Alegre, a Cooperativa de Consumo e Produção dos Pequenos Produtores do Litoral Norte (COOPVIVA) – neste estudo, representada por uma de suas cooperadas e membro da diretoria, a senhora Sandra. A intencionalidade da escolha dos casos se justificou pelas razões que seguem: o senhor Euclides é o mais antigo e um dos três produtores rurais da agricultura familiar da COOPVIVA que produzem orgânicos. A COOPVIVA é a maior cooperativa do município de Osório que fornece para o PAA e para o PNAE.

As entrevistas, gravadas com a prévia autorização dos entrevistados, foram realizadas em dias e locais diferentes: com o senhor Euclides, no dia 23/04/2018, em sua propriedade; com a senhora Sandra, no dia 30/04/2018, nas dependências do escritório municipal da EMATER/RS–ASCAR de Osório.

Para a obtenção de dados secundários, foi realizado um levantamento documental em arquivos, em normativas e em documentos relativos às cooperativas às quais os agricultores entrevistados pertencem e relacionam-se direta ou indiretamente, com o objetivo de levantar informações referentes à sua produção agrícola, à aquisição de insumos e aos projetos de venda, com vistas a mensurar a evolução de sua performance no decorrer dos anos.

Como método de tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, definida por Bardin (2004, p. 27) como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações". A análise de conteúdo, segundo Bardin (2004), passa por descrição analítica do conteúdo das mensagens escritas ou orais, mas pode ir além disso, tentando captar os significados não ditos ou escritos diretamente.

7. A CONSTRUÇÃO DA CULTURA E DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DA COOPVIVA

A partir do marco teórico e do estudo do funcionamento dos programas

PAA e PNAE, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas em momentos distintos com dois produtores rurais da agricultura familiar pertencentes à COOPVIVA e com propriedades situadas no município de Osório.

A primeira entrevista foi realizada com o senhor Euclides em sua propriedade, no Morro da Borússia, onde foi possível constatar que a produção de alimentos orgânicos é empolgante para ele, que é um adepto a esse modo de produção e um dos três produtores exclusivamente orgânicos da COOPVIVA, de um total de 55 cooperativados. O entrevistado relatou que sua inspiração veio da experiência negativa que teve em sua propriedade ao utilizar agrotóxicos na produção de morangos. Uma criança de sua estima, que residia na propriedade, consumiu a fruta e passou mal; a partir daí, ele prometeu para si mesmo que nunca mais utilizaria "essas porcarias" para produzir alimentos.

O senhor Euclides afirmou que, se pudesse, forneceria gratuitamente às escolas seus produtos, mas, como diz ele: "a gente precisa viver né?". Em sua propriedade, todo o cultivo está sendo vendido, principalmente para as feiras em Porto Alegre. O entrevistado relatou o recente funcionamento da Feira da Assembleia Legislativa e afirmou que pouco sobra para atender ao PAA e ao PNAE por meio da COOPVIVA.

A filha do senhor Euclides, Simone, que estava presente no momento da entrevista, relatou o interesse recente pelo cultivo e comercialização de PANCS (Plantas Alimentícias Nãos Convencionais), as quais têm tido uma excelente aceitação e são muito bem vendidas pelos produtores. Ela afirmou que a recente e expressiva comercialização dessas plantas e dos produtos orgânicos são resultado de uma nova consciência dos consumidores, que cada vez estão mais preocupados com a procedência dos alimentos que estão consumindo. O interesse pelo cultivo e comercialização de PANCS veio pelo conhecimento adquirido por meio da mídia e de um vizinho que os incentivou e que é muito engajado com a causa da alimentação saudável.

O senhor Euclides nasceu e cresceu na propriedade onde atualmente reside e trabalha. O trabalhador observou que, com o passar dos anos, a terra foi ficando menos fértil, pois, segundo ele, só nos meses de inverno a plantação não "vingava". Hoje em dia, a terra não produz como antes, em qualquer estação, sendo necessária a ajuda da EMATER para o conhecimento e aplicação de formas

alternativas para produzir mais.

Em um segundo momento, na EMATER da cidade de Osório, foi realizada entrevista com a senhora Sandra, que, além de ser produtora rural da agricultura familiar, também faz parte da diretoria da COOPVIVA. Foi possível diagnosticar, a partir das entrevistas realizadas, que a Cooperativa, com a participação no PAA e no PNAE, desenvolveu ações junto aos seus cooperados que desencadearam melhorias nas suas práticas e capacidade organizativas, qualidade de vida, melhor entrosamento do grupo e, por consequência, melhorias na gestão da cooperativa. Essas ações podem ser descritas em cinco grandes grupos: aprimoramento do espírito coletivo, estímulo ao empreendedorismo, capacitação dos cooperados, empoderamento das mulheres e intercooperação.

Referindo-se ao aprimoramento do espírito coletivo, pode-se relatar inúmeras práticas desenvolvidas a partir da organização do grupo em cooperativa. Em relação a questões financeiras, a cooperativa tem sobras, e não lucros, e o agricultor que entregar o maior volume de produtos em função das vendas da cooperativa, principalmente ao mercado institucional, tem um rendimento maior e também uma participação maior nas sobras para a cooperativa. No entanto, o dinheiro (sobras) é destinado, além de para as necessidades de manutenção da entidade, para a ajuda em caso de necessidade de algum cooperado, principalmente em relação a dívidas adquiridas e não saldadas via PRONAF. A Cooperativa deposita direto na conta do cooperado e, geralmente, essas dívidas têm valores altos. Tudo é decidido em assembleia e, havendo maioria favorável de votos, procede-se à ajuda financeira. Os cooperados participam da cooperativa por interesses econômicos e financeiros, mas a maioria se mantêm na COOPVIVA por esse espírito de coletividade e de ajuda mútua.

Os agricultores de mais idade costumam encontrar dificuldades em realizar atividades que dependam de questões documentais e administrativas, a exemplo de abertura de contas em banco, solicitação de empréstimos e encaminhamento de aposentadoria. Nesse sentido, a gestão da Cooperativa orienta os agricultores demandantes sobre como proceder; geralmente, reúnem-se em três ou quatro associados para realizar o encaminhamento, pois, organizando-se assim, sentem-se mais seguros para proceder com essas demandas. A senhora

Sandra, em sua entrevista, relatou que já se percebem mudanças nesses comportamentos. Os associados referidos, ao agirem em grupos, sentem-se mais seguros junto aos estabelecimentos que necessitam frequentar, inclusive, "mais importantes".

A aquisição de patrimônio e equipamentos para a realização de suas atividades rotineiras também foi outra importante inciativa. Foram adquiridos, via FEAPER, caminhões, trilhadeira, câmara fria, freezer e computador para serem utilizados na colheita, no cultivo e no armazenamento da produção, para utilização coletiva dos cooperativados. A solidariedade dos sócios que possuíam caminhões próprios em reorganizar suas rotinas para emprestá-los para a realização das entregas das compras institucionais foi um grande marco no desenvolvimento do espírito coletivo, pois proporcionou a aprendizagem em termos de compartilhar patrimônio.

Outra iniciativa admirável foi a aquisição de tratores com recursos próprios e com recursos do PRONAF entre cooperados por proximidade (vizinhos). Esses cooperados se organizam de acordo com a proximidade das propriedades, pois, além dos cuidados de logística exigidos quando se possui esse veículo (não é permitido transitar na faixa da estrada e o trator deve ser transportado de uma propriedade a outra por caminhão), o fato de se adquirir um trator e deixá-lo parado torna-se uma despesa, e não um investimento, de modo que não vale a pena adquiri-lo individualmente, e sim coletivamente, para uso comum. Essa visão foi desencadeada em função das reuniões e assembleias realizadas pela cooperativa, ou seja, em função da interação entre o grupo. A partir dessas experiências, os cooperativados conseguiram entender e começar a aprender a dividir patrimônio, a compartilhar patrimônio, e isso é algo difícil: os carros, o prédio, os caminhões são patrimônios deles, mas também são patrimônios de todos.

Além de ações realizadas internamente, a COOPVIVA apoia e realiza ações com a comunidade, como promoção de bingos beneficentes para aquisição de itens necessários ao atendimento das necessidades da comunidade, como cadeiras de rodas, patrocínios de viagens de estudo aos estudantes da região, dentre outras, utilizando as dependências da cooperativa e demonstrando, assim, que ali se estimula o surgimento do espírito de coletividade.

O estímulo ao empreendedorismo também constitui uma das importantes

ações promovidas pela cooperativa, principalmente em tempos em que as políticas públicas (PAA e PNAE) que foram o ponto de partida para a fundação da entidade não estão sendo tão estimuladas pelo governo – ao contrário, estão sendo alvo de robustos cortes de investimento. Dentre as principais iniciativas, pode-se citar o incentivo ao cultivo de novos produtos e a comercialização em feiras, restaurantes, frigoríficos, sacolões, etc.

Do incentivo para o cultivo de novos produtos, destaca-se o interesse pelos temperos, pois, de acordo com a entrevistada, existem agricultores que vivem só da comercialização de temperos, de modo que esse poderia ser um bom nicho de mercado para os cooperados, tendo em vista que a indústria de processamentos de carnes no município de Osório (Frigorífico da Borussia) adquire tempero para seus embutidos dos produtores da agricultura familiar. Outro exemplo citado na entrevista foi uma cooperada que comercializava somente hortigranjeiros e ampliou a produção incluindo o cultivo de feijão. Como esse produto demanda muita dedicação, após a colheita não encontrava tempo para limpar as sementes. Foi quando a cooperativa sugeriu utilizar o apoio de outras cooperadas na realização desse serviço. Foi realizado um encontro na propriedade para esse fim e o resultado foram 580kg de feijões limpos, pesados e embalados, possibilitando assim a geração de renda não só para quem produziu, mas também para as que, através desse apoio a produtora, possibilitaram a comercialização do produto.

Quanto ao empoderamento das mulheres, pode-se diagnosticar que a participação das associadas na cooperativa ajudou as mesmas a se fortalecerem. Mediante o dinheiro ganho com o seu trabalho, as associadas conseguiram adquirir eletrodomésticos, como máquina de lavar roupa, fogões, o que impactou na melhoria da qualidade de vida da família. Como estratégia para a sua inserção nas reuniões da COOPVIVA, as mulheres participavam no intuito de preparar quitutes para serem servidos nas reuniões e assembleias, que costumam ocorrer entre o final da tarde e o início da noite, quando os agricultores costumam sair da roça e dirigir-se para a cooperativa, sem lanche ou janta.

Foi criado um grupo de mulheres para cuidar da alimentação nas reuniões e, aos poucos, elas foram tendo uma participação cada vez mais ativa nas decisões dos sócios. Por meio dessas

ações, ocorreu uma mudança na consciência dos homens e, hoje em dia, muitos cadastros para a participação nos programas são realizados em nome da mulher, que participa ativamente na produção, nas negociações, nas decisões, em quase tudo. No início da cooperativa, além da entrevistada, eram apenas homens que participavam como sócios; atualmente, a presidente e a vice-presidente da COOPVIVA são mulheres e, dos seis conselheiros fiscais, quatro são mulheres. Houve também uma mudança na divisão das tarefas nas propriedades e também na cooperativa. As mulheres estão responsabilizando-se mais pela parte da gestão e da administração, mas também estão envolvendo-se bastante com a parte operacional, trabalham dentro da roça, operam os tratores, as trilhadeiras, além de outros equipamentos – e é importante destacar que praticamente todas as cooperadas tiraram carteira de motorista a partir do estímulo proporcionado pela integração do grupo na cooperativa.

"Elas dirigem suas caminhonetes, levam os produtos na cooperativa, levam e buscam cargas e caixas de produtos, lavram, dirigem caminhões e tratores e as atividades não estão mais divididas por gênero. Quando fazem as reuniões, uma conta para a outra o que fazem, o que estimula as outras cooperadas a aprender e realizar novas atividades dentro de suas propriedades", relata, empolgada, a senhora Sandra. Houve casos em que as mulheres começaram a prestar serviços às propriedades vizinhas, aumentando, assim, a renda da família. Além disso, os homens sócios da cooperativa não apresentam qualquer resistência a essas mudanças.

Em relação à capacitação dos agricultores, destaca-se a aprendizagem gerada a partir das diferenças nas logísticas do PAA e do PNAE às quais os agricultores tiveram de se adaptar. De acordo com a entrevistada, o PAA é mais fácil de ser atendido, pois as entregas são realizadas em um ponto único, ao contrário do PNAE, cujas entregas devem ser feitas em cada escola abrangida pelo contrato. O atendimento a esse último programa encarece e torna a logística mais trabalhosa, pois também os cooperados têm de se adaptar aos problemas de infraestrutura de cada escola em cada município atendido. Alguns exemplos, como a cozinha não estar alocada em local adequado ao descarregamento dos produtos, desencadearam situações difíceis e arriscadas, como: atravessar com caixa de produtos no meio das crianças brincando no pátio, por dentro do saguão da escola e por dentro da secretaria para

levar os produtos até a cozinha; a cozinha ser construída no segundo piso, dificultando o carregamento de peso pelas escadas; e o estacionamento não estar em local adequado para que o caminhão proceda ao descarregamento e à entrega dos produtos. Todas essas situações levaram os cooperados a conhecer e se adaptar à realidade de cada escola para que os contratos institucionais fossem cumpridos.

Esse processo desencadeou, na prática, a necessidade de realizar o planejamento de rota para as entregas serem feitas nos horários em que as escolas estivessem abertas e a calcular o tempo de descarregamento e entrega em cada uma, já que a COOPVIVA chegou a atender 46 escolas entre Osório e Capão da Canoa. Todas essas dificuldades na logística levaram a cooperativa a selecionar cooperados com perfil adequado para lidar com essas situações e a relacionar-se com as escolas.

Outra prática interessante é a solução de problemas em conjunto. Quando existem problemas nas lavouras, os cooperados organizam-se para visitar as propriedades uns dos outros, para aprender como resolvem os seus problemas de produção. Essa prática levou à descoberta de produtos que os cooperados plantavam, mas que não chegavam ao conhecimento da cooperativa. Aos poucos, esses produtos foram sendo incluídos no rol de ofertas das compras institucionais.

Quanto à periodicidade de entrega, estabelecida nos contratos, muitos aprenderam a organizar a produção, considerando que as entregas são feitas em quantias certas a cada período de tempo e devem acompanhar a sazonalidade. De acordo com a entrevistada, os cooperados que já entregavam em outros estabelecimentos, como sacolões, por exemplo, conseguiram avançar melhor na organização da produção e ensinaram, com base em sua experiência, aos outros cooperados que não tinham essa experiência anterior. A maior parte da solução dos problemas está em casa, como diz a entrevistada, e tudo anda muito mais rápido se for realizado entre os cooperados, a partir de suas realidades, conhecimentos e experiências.

Uma aprendizagem importante para os cooperados foi a classificação de produtos de acordo com os padrões de mercado. Um exemplo citado foi a organização de bananas em caixas, que devem ser organizadas com a quantia de 20 kg por caixa. Os cooperados visitaram a propriedade de um sócio que tinha conhecimento da técnica e ele ensinou aos

produtores de banana como fazê-lo. O mesmo ocorreu com as alfaces: os cooperados produtores desse item criaram um padrão, entre o grupo, de como o produto deveria ser preparado para a comercialização.

Houve o caso do cultivo de couve-flor em uma das propriedades dos cooperados, onde a hortaliça não estava vingando e o cooperado não sabia o motivo. Isso foi discutido em uma das reuniões da cooperativa e o cooperado que tinha experiência no cultivo dessa hortaliça foi até a propriedade e detectou que a variedade não era adequada ao plantio naquela época, gerando, assim, um conhecimento compartilhado entre todos da COOPVIVA.

No início do PAA, alguns cooperados incluíam, nas entregas, produtos fora dos padrões de mercado, o que gerou reclamações por parte dos órgãos compradores. Os produtos acabaram sendo devolvidos e, a partir daí, valores como ética foram sendo trabalhados com mais intensidade nas práticas de comercialização. Por se tratar de uma cooperativa, o nome de todos os sócios está em jogo. Essa consciência coletiva acabou desencadeando práticas de maior cuidado nas questões relacionadas à qualidade dos produtos.

Atualmente, práticas de compras coletivas para atender às necessidades de produção e comercialização estão sendo desenvolvidas na cooperativa, como o planejamento que está sendo feito para a compra de insumos (adubos). A cooperativa compra direto do fornecedor, mas não tem como armazenar, então organiza-se a entrega para ser feita em cada propriedade, de acordo com as necessidades de produção de cada sócio. A compra de embalagens para verduras também é realizada coletivamente direto de fornecedores, barateando, assim, os custos dos produtores.

A certificação de orgânicos é outra importante prática e aprendizagem desenvolvida pela COOPVIVA. De acordo com as informações adquiridas nas entrevistas, é complicado conseguir a certificação orgânica, pois os agricultores devem participar de quatro ou cinco reuniões, ao mesmo tempo que não têm como deixar a propriedade (deixam de produzir nesse tempo que estão fora). A participação, nessas reuniões, é exigência da OPAC (Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica), órgão certificador de produtos orgânicos, como condição para ter a certificação.

Existem agricultores certificados há muito tempo e agricultores em transição

para a produção orgânica que não estavam acompanhando as reuniões por falta de tempo e porque elas ocorriam no município de São Francisco de Paula, gerando, assim, problemas de deslocamento, como alto custo e longa distância. Atualmente, a capacitação é organizada por regiões, de acordo com a proximidade do produtor interessado. A certificação é solidária, um visita a propriedade de outro cooperado que garante que o produto é orgânico. De acordo com a entrevistada, a propriedade que produz orgânicos tem um perfil que inclui características como a preservação da mata, presença de arroios, área de proteção ambiental, e o fato de ser afastada de outras. Muitas propriedades de Osório têm o perfil para produzir apenas orgânicos; todas essas poderiam fazer a transição e obter a certificação, na percepção da entrevistada.

Quanto à intercooperação, a COOPVIVA organizou, com a COOMAFITT (Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Itati, Três Forquilhas e Terra de Areia), a construção de estratégias na distribuição de alimentos para o mercado institucional – Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Participam dessa construção os colaboradores da COOMAFITT; os colaboradores da COOPVIVA e os extensionistas da ASCAR EMATER/RS – equipes dos escritórios municipais de Itati, Maquiné, Osório, Terra de Areia e Três Forquilhas.

Com base nos princípios cooperativistas – adesão voluntária e livre, controle democrático pelos associados, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e compromisso com a comunidade –, os cooperados das duas cooperativas aqui mencionadas, junto aos extensionistas, buscaram conhecer as estratégias que a COOMAFITT e a COOPVIVA utilizam na solução dos problemas logísticos envolvidos no fornecimento de alimentos para os mercados institucionais com base em ferramentas como aplicação de questionários, reuniões, jantar de confraternização e participação das assembleias por parte dos seus cooperados.

Como resultados, as duas cooperativas pretendem melhorar a estrutura (veículos, equipamentos, instalações) e a produção (renda, diversificação da produção, segurança alimentar e nutricional e qualidade da alimentação), o que teria como impactos: antendimento de novos mercados, institucionais e privados; expansão da infraestrutura; diminuição dos gastos e

aumento da receita; maior participação na família dos associados; fechamento de novas parcerias com outras cooperativas; aumento da arrecadação nos municípios-sede; dentre outros.

Como potencialidades diagnosticadas nesse projeto, entre COOPVIVA e COOMAFITT, identificou-se a intercooperação, a exemplo da criação de CDs (Centros de Distribuição), da criação de unidades de armazenamento subdivididas em produtos "convencionais" e produtos orgânicos, além do aumento da frota de veículos (a ideia é utilizar-se da frota disponível das duas organizações para maximizar suas demandas de entrega).

8. CONCLUSÃO

Com a apresentação de marco teórico sobre o tema cultura e práticas organizacionais, políticas públicas de fomento à agricultura familiar, cooperativismo, além do diagnóstico de alguns aspectos da realidade dos produtores rurais da COOPVIVA, este artigo buscou mostrar alguns resultados da implementação do PAA e do PNAE nas práticas organizacionais nas cooperativas e nas propriedades rurais de seus associados na região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto de emergência de uma nova realidade, o papel do Estado e das políticas públicas que focalizam os agricultores familiares teve um papel decisivo na COOPVIVA, pois foi por meio da implementação dessas políticas que se fez possível consolidar ações cooperativas, quais sejam: estímulo ao espírito de coletividade, estímulo ao empreendedorismo, capacitação dos cooperados, empoderamento das mulheres e intercooperação, que desencadearam inúmeras novas práticas organizacionais no cotidiano do grupo de cooperados.

Todo esse processo culminou no surgimento de valores identificáveis no decorrer da realização deste trabalho, como a solidariedade e a ética. Foi possível identificar que a melhoria da qualidade de vida dos produtores está intimamente associada à melhoria do desempenho organizacional da cooperativa e das propriedades, como o surgimento de diversas novas práticas na aquisição de patrimônio para uso compartilhado, o incentivo ao cultivo de novos produtos, a comercialização dos produtos em novas frentes que não os mercados institucionais devido à falta de investimento por parte do

governo nas políticas para a agricultura familiar.

O apoio, na gestão, por parte das mulheres na COOPVIVA, a aprendizagem de novos ofícios entre as mulheres cooperativadas a partir de relatos de experiências de umas para as outras, o planejamento da logística, a solução de problemas de produção, o cultivo em conjunto, o aprimoramento da organização dos grupos para iniciativas como a certificação de orgânicos em conjunto com outras instituições, a construção de estratégias de logística para atender ao mercado institucional e o fortalecimento dos centros de distribuição divididos em produtos "convencionais" e "orgânicos" foram novas e importantes práticas que surgiram no decorrer de quase dez anos desde a fundação da Cooperativa.

Quanto aos objetivos específicos, foi possível descrever as relações dos produtores da agricultura familiar com as suas cooperativas, diagnosticar que, com a implementação do PAA e do PNAE, foram desenvolvidas várias ações entre essas cooperativas e seus cooperados que culminaram no aprimoramento do espírito coletivo, no empoderamento das mulheres, na capacitação dos agricultores, na consciência holística, além do aprimoramento de suas práticas, como a certificação de orgânicos e a organização em grupos de diferentes níveis de aprendizagem (referindo-se à prática anterior).

Foi possível, também, descrever as relações dos produtores da agricultura familiar com os órgãos de consultoria técnica e extensão rural da região do Litoral Norte quando da menção dos cooperados no assessoramento à melhoria do seu modo de cultivar, bem como, e especialmente, no apoio da construção de estratégias na distribuição de alimentos para o mercado institucional.

As duas hipóteses foram confirmadas. A primeira inferiu que, para melhor atender à implementação do PAA e do PNAE, os produtores rurais da agricultura familiar modernizaram os seus processos produtivos. Como exemplos dessa modernização, podemos citar a aquisição de veículos e equipamentos para atender à logística dos contratos e para o uso coletivo nas propriedades dos cooperados.

A segunda hipótese inferiu a necessidade de organizações em rede com o objetivo de atender às exigências impostas pelos contratos com os órgãos públicos. Essa hipótese foi diagnosticada quando houve menção à intercooperação na logística entre COOPVIVA e

COOMAFITT, envolvendo, também, a participação dos órgãos de assistência e extensão rural na tentativa de solucionar os problemas envolvidos no fornecimento de alimentos para os mercados institucionais. Essa intercooperação desencadeou a construção de espaços de trabalho interinstitucionais, o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias e o desenvolvimento de estudos de processos apropriados para a melhoria da gestão de suas logísticas.

Acerca do objetivo geral, foi possível diagnosticar que a criação da COOPVIVA contribuiu para atender ao desenvolvimento da agricultura familiar no Litoral Norte e melhor entender a dinâmica utilizada pelos seus cooperados, possibilitando, assim, o avanço organizacional no atendimento do mercado institucional, incluindo o fornecimento a supermercados e feiras, superando estágios de caráter produtivo, organizativo e técnico, levando a uma melhor gestão do conhecimento dos seus fluxos e processos.

Sob a ótica da cultura organizacional, foi possível observar que as práticas da COOPVIVA e dos seus cooperados estão de acordo com um dos princípios cooperativistas básicos: o de compartilhar. Em seus eventos sociais, como reuniões, assembleias, jantares, os cooperados compartilham de suas crenças e de seus valores, identificam, compartilham e organizam seus conhecimentos e suas tecnologias, intercambiam com seus pares e com outras organizações a sua cultura, compartilham até mesmo dos processos decisórios e das estratégias de gestão com outras cooperativas, além de estimular o espírito coletivo na comunidade da qual faz parte.

Práticas como ensinar aos novos membros a maneira adequada de pensar, de perceber e de se sentir em relação aos problemas, tomando-se como exemplo a mudança de comportamento dos cooperados, principalmente em relação às questões financeiras e comerciais relatadas pelos entrevistados dos casos estudados neste trabalho, faz-nos concluir que os cooperados criaram a cultura, mas também foram criados por ela.

Práticas sociais, entendimentos compartilhados, regras culturais, linguagens e procedimentos que guiam e capacitam a atividade humana, experiências passadas incorporadas às instituições caracterizam os sistemas sociais que são, ao mesmo tempo, reproduzidos e transformados pelas atividades dos agentes competentes que fazem parte do sistema, dos padrões compartilhados, dos modelos mentais de

grupos de pessoas que proporcionam impressões do ambiente e de como ele deve estruturar-se, provindo de bagagens culturais e experiências.

Acredita-se que os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil podem inferir sobre sua amplitude ou sua generalidade, produzindo pesquisas capazes de mostrar em que medida essas dimensões afetam as relações com o espaço, com o meio e com o ambiente, se contribuem, ou não, para a melhoria das condições de vida da população rural, fazendo, enfim, com que o desenvolvimento seja, efetivamente, um processo de mudança social.

9. REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). Notas de Orientação. Disponível em: https://www.b.org.br/aci. Acesso em nov/2014.

BALEM, T. A. O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios. 2015. 263f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOURDIEU, P. La jeunesse n'est qu'un mot. In: **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. RJ: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov. br/ccivil_03/ LEIS/11326.htm. Acesso em: 26 de jul. de 2017.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/ LEIS/11947.htm. Acesso em: 26 de Jul. de 2017.

BRASIL. Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial [daRepública Federativa do Brasil], Brasília-DF, 2003. Disponível em: http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/ LEIS/10696.htm. Acesso em: 26 de jul. de 2017.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da**

pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CANCLINI, N. **La globalizacion imaginada**. México: Paidós – Buenos Aires –

Barcelona, 2005.

DENZAU, A.; NORTH, D C. **Shared mental models**: ideologies and institutions. v.47, fasc. I. KYKLOS, 1994.

DEPONTI, C. As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, p. 9-24, set. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5150/3555>. Acesso em: 18 set. 2017. doi:http://dx.doi.org/10.17058/redes.v19i2014.5150.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 43. São Paulo, jun. 2000.

D IRIBARNE, P. La logique d'honneur. **Gestion des entreprises et traditions nationales**. France: Editions du Seuil, 1989.

D IRIBARNE, P. Práticas modernas de gestão inseridas nas culturas do terceiro mundo. v. 3, no 2. Civitas. **Revista de Ciências Sociais**. jul.-dez., 2003.

D IRIBARNE, P. Una Géstion Moderna Arraigada em La Cultura Mexicana: Las Ensenanzas de uma Sucess Story. **Gestión y Política Pública**. Primer semestre, a./v. XI, no 1. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas, A.C. D.F., 2002.

D IRIBARNE, P. Administración y culturas políticas. **Gestión y Política Pública**. Primer semestre, a./v. X, no 1. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas, A.C. D.F., 2001.

DUNN, R. Basic cooperative principles and their relationship to selected practices. **Journal of Cooperatives**, v. 3, p. 83-93, 1988

DUPUIS, J. Antropologia, cultura e organização: proposta de um modelo construtivista. In: CHANLAT, J. F. (Org.). v. 3. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. SP: Atlas, 1996.

DUPUIS, J. Entre as culturas latinas, anglo-saxã e nórdica: os quebequenses em economia, negócios e administração. In: CHANLAT, J.F.; FACHIN, R; FISCHER, T. (Org.). **Análise das organizações perspectivas latinas**. RS: UFRGS, 2007.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional**: formação, tipologias e impactos. São Paulo: Makron Books, 1991.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. RJ: LTC S.A., 1989.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GIDDENS, A. **Novas Regras do Método Sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **The nation-state and violence**. Berkeley: California Press, 1987.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

GIDDENS, A. **The constitution of society**: outline of the theory of structuration. Cambridge, England: Polity Press, 1984.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. SP: UNESP, 1991.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa**

social. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In.: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. pp. 19-50.

HANSMANN, H. **The ownership of enterprise**. Harvard University Press, 2009.

HANSMANN, H. Ownership of the firms. **Journal of Law, Economics, and Organization**. v. 4, n. 2, p. 267-304, Autum, 1988. Disponível em: https://web2.uconn.edu/ciom/ownership.pdf Acesso em: 01 jul. 2016.

HERRMANN, I. **Licitações públicas no Brasil**: explorando o conceito de ineficiência por desenho. In: Anais III SemeAd, São Paulo: USP, 1998.

HOFSTEDE, G. **Culture and organizations: software of the mind, intercultural cooperation and its importance for survival**. London: Harper Collins, 1994.

HOFSTEDE, G. **Cultures and organizations**: software of the mind. London, UK: McGraw-Hill, 1997.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences**. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.

HOFSTEDE, G. et al. **Measuring organizational cultures**: a qualitative and quantitative study across twenty cases. v. 35, no 2. Administrative Science Quarterly, jun., 1990.

LEITE, M. P. **Trabalho e sociedade em transformação**. Sociologias, n. 4. Porto Alegre, dez. 2000.

LEVI, Y.; DAVIS, P. **Cooperatives as the "enfants terribles" of economics**: some implications for the social economy. The journal of Social-economics, v. 37, p. 2178-2188,

2008

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA/CONDRAF). Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável: Relatório síntese dos painéis e debates – Perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável, Brasília: 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Ed-Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 09-30.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Cooperativismo. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>. Acesso em nov/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (OCERGS). Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2013 Disponível em: Acesso em nov/2014.

PACKEL, I. **What is a cooperative?** 14 Temp. L.Q. 60 1939-1940. Heinonline, 1939.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Senado Federal, 2008.

PHILLIPS, R. Economic nature of cooperative association. **Journal of Agricultural Cooperation**, v. 9, p. 67-79, 1994. Disponível em: <http://purl.umn.edu/46405>. Acesso em: 29 jun. 2015.

REYNOLDS, J. Comparing cooperative principles of the U.S. Department of Agriculture and the International Cooperative Alliance. **RBS Research** Report 231, USDA Rural Development, Rural Business-Cooperative Service, 2014.

SCHEIN, E. **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SCHEIN, E Coming to a new awareness of organizational culture. **Sloan Management Review**, 1984.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em

debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set., 2010.

SROUR, R. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, No 93, Madrid: Universidade de Barcelona, 2001.

TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

VALENTINOV, L. The organizational nature of agricultural cooperatives: a perspective from the farm problem theory. **Journal of Rural Cooperation**, v. 33, n.2, p. 139-151, 2005.

WHITTINGTON, R. Practice perspectives on strategy: unifying and developing a field. **Proceedings of Annual Meeting of Academy of Management**. Denver, 2002.

WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. v. 27, no 5. **Organization Studies**, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

A IMPORTÂNCIA DA ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

The importance of ATER to the familiar territory of agriculture of Western "Sertão" of Sergipe

João Ernandes Barreto Nascimento[1]

Fernanda Viana de Alcantara[2]

José Eloízio da Costa[3]

Marcelo Alves Mendes[4]

RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em destacar a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública para o desenvolvimento da agricultura familiar do Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Além da fundamentação teórica, ressalta-se a coleta de dados secundários no IBGE, Censos Agropecuários e a realização de pesquisas de campo no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, com a aplicação de 60 questionários (em três dos seus 19 municípios), assim como entrevista realizada com a principal entidade responsável pela ATER em Sergipe, a EMDAGRO. Também foram realizadas entrevistas com alguns secretários de agricultura municipais, representantes de associações e uma empresa de ATER privada. Foram esses os principais caminhos identificados para analisar os desafios e as

[1] Geógrafo licenciado pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrando em Geografia (bolsista da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UESB), vinculado ao Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGeo/UESB. Endereço eletrônico: joaoernandesbarreto@hotmail.com

[2] Professora doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Endereço eletrônico: nandanpgeo@yahoo.com.br

[3] É graduado em Geografia - Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe, e também graduação em Direito, pela mesma instituição (2001). É Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1992) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro (1999) na área de concentração Organização do Espaço. É Professor Associado IV do Departamento de Geografia e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: eloizio.npgeo@gmail.com

[4] Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2002), mestrado (2005) e doutorado (2012) em Geografia Agrária e Regional pela UFS. É professor adjunto IV no curso de Geografia (DGEI/UFS). Endereço eletrônico: marcelomendesufs@gmail.com

perspectivas que envolvem a efetividade da ATER pública como uma estratégia capaz de alavancar o desenvolvimento no recorte espacial analisado. É possível afirmar que a ATER pública constitui-se como uma ação que enfrenta grande dificuldade em atender um público considerável de agricultores. Mesmo diante do reconhecimento da sua importância para a efetivação de ações de desenvolvimento rural, percebe-se que o quadro de funcionários e o poder de articulação entre os atores do território em questão atuam como obstáculos para agricultores familiares do território. Ainda assim, quando comparam-se os receptores de ATER com o grupo que não a recebe, verifica-se melhores índices socioeconômicos, o que destaca a importância de se ampliar a ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.
Palavras-chave: Agricultura familiar. ATER. Inserção produtiva

ABSTRACT
The purpose of this study is to highlight the importance of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) for the development of family farming in the territory of the Western "Sertão" of Sergipe. In addition to the theoretical foundation, the collection of secondary data in the IBGE, agricultural Census and conducting field research in the territory of the Western Hinterland of Sergipe, with 60 questionnaires (in three of its 19 municipalities), as well How to interview conducted with the main entity responsible for the ATER in Sergipe, EMDAGRO. Also conducted interviews with some municipal agriculture Secretaries, representatives of associations and a company of private ATER. These are the main ways identified to examine the challenges and perspectives involving the effectiveness of the ATER as a strategy capable of leveraging the clipping space development. It is possible to affirm that the public ATER is an action that faces great difficulty meeting an audience of farmers. Even before the recognition of your importance to putting rural development actions, the staff and the power of articulation between the actors of the territory concerned act as obstacles to family farmers in the territory. Still, when you compare the ATER with the group that did not receive, better socio-economic indices, which highlights the importance of enlarging the ATER in the territory of the Western "Sertão" of Sergipe.
Keywords: Family agriculture. ATER. Productive insertion.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar, destacando as transformações recentes no rural brasileiro, a sua relação com o urbano e a participação do Estado nesse processo a partir de ações para o reconhecimento e/ou concretização desse cenário. Aliado a isso, é feita a análise em torno da diversidade desse "novo rural brasileiro", reconhecendo a importância das políticas públicas para a ampliação das possibilidades das famílias inseridas em espaços mais dinâmicos do ponto de vista econômico e, também, para a inserção das famílias mais pobres, nesse novo circuito de possibilidades, entendendo a pobreza como um dos fatores que determinam a capacidade de cada indivíduo (ou família) em tomar decisões na sociedade capitalista. Neste trabalho, discute-se os principais

desafios e perspectivas das políticas públicas para esse rural tão diversificado e heterogêneo. Toma-se a ATER pública como o principal foco da discussão, reconhecendo-se que essa política pública é o principal elo de articulação de políticas sociais para o rural e que, consequentemente, busquem o desenvolvimento territorial por meio do fortalecimento social das famílias rurais, do apoio à comercialização e à produção de alimentos.

O trabalho em tela também visa discutir a relação existente entre a ATER e o desenvolvimento para as famílias do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, compreendendo as principais questões evidenciadas em campo e que são capazes de indicar caminhos para o desenvolvimento das famílias assistidas pela ATER. Observa-se que quatro pontos são considerados pelo estudo como chave para o desenvolvimento dessas famílias: as políticas públicas, o apoio à produção e à comercialização agrícola, o incentivo à diversificação dos rendimentos e a participação social.

Por isso, destaca-se a importância da ATER pública para a agricultura familiar do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (Figura 1), partindo da análise das perspectivas produtivas das famílias assistidas, ou não, pela ATER, e percebendo a importância dessa política para a inserção, ou não, dos produtos agrícolas dessas famílias. No entanto, verifica-se que os serviços de ATER pública ainda são restritos e sofrem com o quadro deficitário de técnicos e com a dificuldade de diálogo entre os atores.

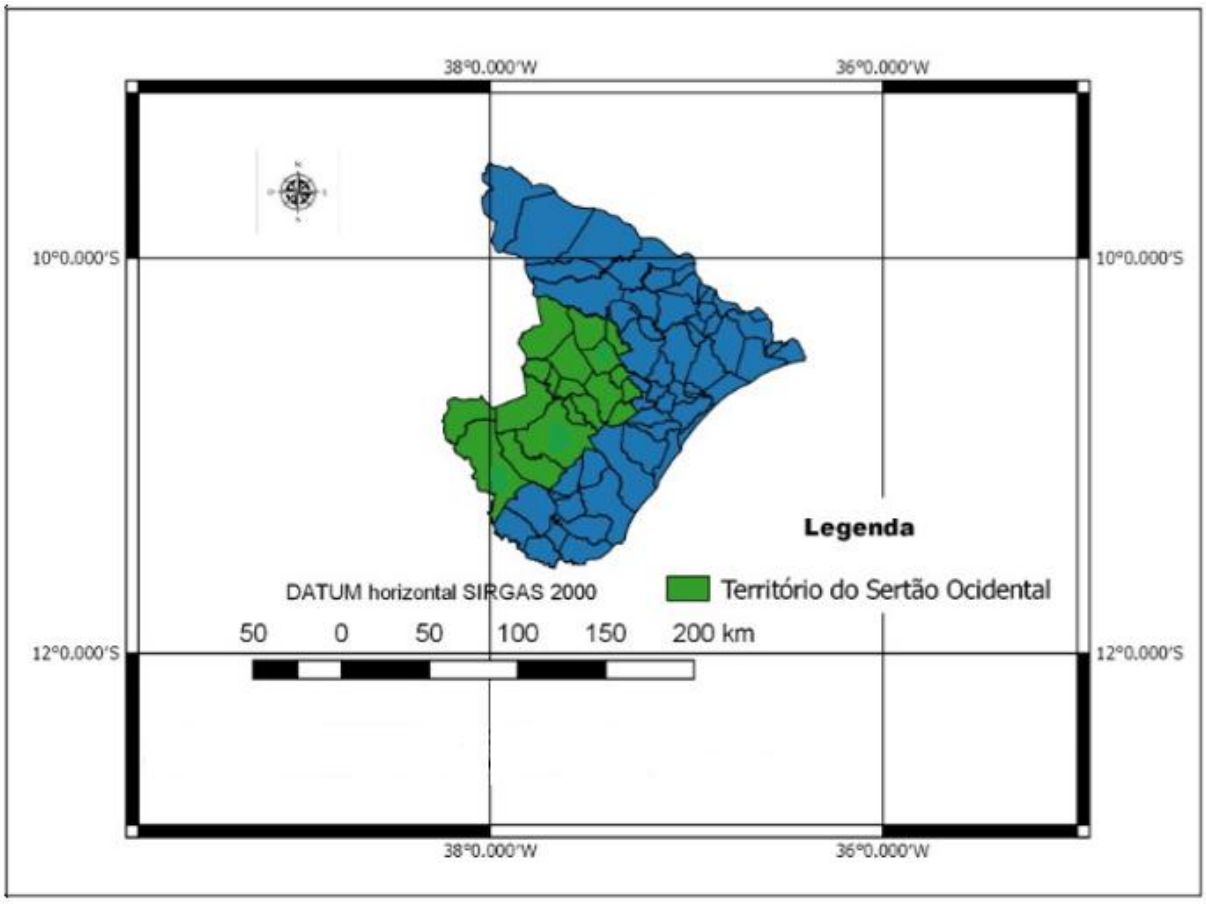


Figura 1: Localização da área de estudo no estado de Sergipe.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.
Organização: João Ernandes. Novembro de 2017.

É consenso entre os estudiosos que o meio rural brasileiro vem passando por transformações, tais como a disseminação da tecnologia (Buainain, 2014) e a incorporação de novos mercados de trabalho (Garcia, 2014), fazendo-se necessário ampliar o olhar e o debate em torno das questões que evolvem o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente após a parte final do século XX. Sendo assim, a agricultura familiar brasileira apresenta complexidade, principalmente, devido à diversidade presente não apenas no meio rural, mas, também, nas áreas urbanas, as quais acabam influenciando de forma direta ou indireta as atividades e a forma de se organizar das unidades familiares rurais. Consequentemente, as discussões sobre o fortalecimento da agricultura familiar envolvem diversas questões e consequências em torno da pobreza rural, da geração de renda e da (i)racionalidade econômica dos agricultores (em relação aos mercados), além da inserção tecnológica nas unidades familiares,

influenciadas, também, pela relação rural/urbano para compreensão das atividades agrícolas e/ou não agrícolas presentes no novo rural brasileiro.

É a partir do final do século XX, com o surgimento de novas demandas e atividades ocupacionais no meio rural, que o agricultor deixa de dedicar-se exclusivamente às atividades agrícolas e passa a diversificar o trabalho dentro da unidade familiar. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que as condições de reprodução das unidades familiares estão associadas às condições de vida de cada contexto social no qual as famílias estarão inseridas.

Com base em Mendes (2013), é possível afirmar a importância de resgatar e estimular a produção, a comercialização e, consequentemente, a geração de renda para a agricultura familiar. Caso contrário, os problemas sociais deixarão de ser rurais e os urbanos aumentarão. Nesse sentido, a alta parcela da população com baixo nível de instrução é um fato que acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, mas, também, a permanência do jovem, que acaba enfrentando um cenário com poucas opções e sendo obrigado a sair do meio rural em busca de maiores oportunidades e melhores condições de vida.

Destaca-se, então, a relevância do enfoque da diversificação produtiva, da renda no meio rural e de sua relevância social, que, conforme Mendes (2014), tornaram a pluriatividade uma das alternativas para a agricultura familiar nos países do eixo central da economia capitalista e, posteriormente, na América Latina e nos países em desenvolvimento. A partir do desencadeamento de atividades não agrícolas no meio rural, as famílias de agricultores tiveram que reestruturar o modo de produzir e de trabalhar, tendo em vista que ao menos um membro da família passou a exercer atividade laboral fora da unidade que forma o núcleo familiar. Por isso, a pluriatividade pode ser considerada como uma importante estratégia para o fortalecimento das políticas públicas. Para Schneider (2006), as famílias pluriativas apresentam tendências que potencializam a vida social dos agricultores familiares. Assim, o incentivo à pluriatividade e o fortalecimento de políticas públicas como a ATER podem ser consideradas importantes estratégias de desenvolvimento rural, tendo em vista a importância da diversificação da economia rural com a emergência de novas atividades agrícolas e não agrícolas aliada à dominação do processo produtivo por parte dos agricultores familiares assistidos.

É a partir desses aspectos que o presente trabalho busca destacar a relevância de políticas públicas como a ATER, principalmente, para familiares pobres, como é o caso do Nordeste. Entende-se que essa ação, desde que seja aliada a políticas sociais e de incremento da comercialização, é capaz de fortalecer as famílias assistidas e alavancar o desenvolvimento rural. Para tanto, o presente artigo, além da introdução e apresentação dos procedimentos metodológicos, apresenta uma discussão sobre a necessidade de que a ATER seja alavancada a partir da conexão com outras políticas públicas, destacando os desafios que atuam como obstáculos para desenvolvimento rural. Na seção posterior, são discutidos os fatores que caracterizam a efetividade da ATER pública no recorte analisado, chamando a atenção para a importância da disseminação dessa política como uma ação capaz de apoiar a inserção produtiva dos agricultores assistidos.

2. PROCEDIMENTO TÉCNICOS E METODOLÓGICOS

Para a construção do trabalho em discussão, destaca-se a realização de levantamento e revisão da literatura, atentando para as discussões referentes aos novos desafios e perspectivas que envolvem a dinâmica da sociedade e do rural contemporâneo.

A pesquisa de campo torna-se uma importante ferramenta para o confronto de informações referentes ao que está previsto pelas ações do Estado e à efetividade na vida dos agricultores assistidos. Com isso, a aplicação de questionários junto às unidades familiares, registros fotográficos e a realização de entrevistas podem ser considerados como fundamentais dentro do que está previsto para a análise do tema proposto neste trabalho. Além disso, a ATER foi investigada no Território do Sertão Ocidental a partir de entrevistas nos órgãos e empresas responsáveis pela efetivação da ação no território (obedecendo um roteiro uniforme de entrevista), tais como: dois secretários municipais de agricultura, uma empresa de ATER privada e uma entrevista com representante da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), principal agente de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Destaca-se, também, a realização de entrevista com o presidente de uma das associações presentes no território em questão, a Associação do

Produtores Orgânico do Agreste (ASPOAGRE). Buscou-se, a partir disso, compreender algumas perspectivas e desafios para os agricultores familiares que buscam organizar-se em associações e inserir seus produtos nos mercados.

Além da fundamentação teórica e da coleta de dados primários, ressalta-se a relevância da coleta de dados secundários nas seguintes fontes: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Agropecuários (1985, 1995/96 e 2006) e o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil — o que possibilitou o levantamento e a sistematização de dados socioeconômicos no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

Foi realizada, aleatoriamente, a aplicação de 60 questionários semiestruturados nas unidades familiares do Território Sertão Ocidental de Sergipe, buscando-se levantar questões relacionadas ao perfil socioeconômico das famílias e características produtivas das unidades familiares que recebem, ou não, ATER. Para isso, a escolha de três municípios — Tobias Barreto/SE, Lagarto/SE e Ribeirópolis/SE — resume as características socioeconômicas do território em questão, o qual é composto por 19 municípios. Assim, buscou-se levantar questões referentes às ações e aos avanços conseguidos por meio da ATER e analisar os dados com as informações prestadas pelos agricultores familiares e o corpo administrativo dos órgãos visitados nas pesquisas de campo, com o objetivo de estabelecer uma discussão dialética referente aos avanços e às controvérsias das políticas públicas.

Para a leitura dos dados coletados em campo, foram separadas as unidades familiares que recebem ATER (25%) e as que não recebem ATER (75%) — como a escolha dos entrevistados foi aleatória e o universo absoluto que não recebe ATER é maior, ocorreu discrepância quando ambos foram separados. A partir disso, buscou-se relacionar a importância e a relação da presença de ATER com o desenvolvimento e a inserção produtiva nas unidades familiares. Considerou-se, para tanto, aspectos sociais e econômicos para destacar o papel da ATER na reprodução das unidades familiares analisadas e perceber as perspectivas e os desafios do desenvolvimento no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

A partir disso, espera-se fundamentar o debate em questão por meio da análise do que foi coletado, com a construção da redação e a partir do estudo dos dados e da confecção de gráficos, tabelas e mapas, os

quais servirão como exemplos na análise do que está sendo estudado.

3. A CONEXÃO DA ATER COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Atualmente, é possível verificar que os baixos índices de escolaridade dos agricultores familiares acabam tendo reflexo nos salários recebidos em suas atividades remuneradas e na sua capacidade de organizar os ganhos da unidade familiar (Cardoso, 2013). Consequentemente, segundo Mendes e Nascimento (2017), esses agricultores tendem a enfrentar privações substanciais para a reprodução das unidades familiares, ou seja, além de barreiras econômicas, como irracionalidade na lógica dos mercados, o analfabetismo e a pobreza rural também atuam como fatores determinantes para a marginalização da população pobre no desenvolvimento rural. Por isso, Mendes e Nascimento (2017) destacam a importância do Estado na preparação dos jovens agricultores frente aos novos desafios da agricultura familiar contemporânea, já que será essa fração da população a responsável pela modificação socioeconômica de áreas pobres, considerando-se o processo de envelhecimento da população rural e a escassez de oportunidades para a juventude rural.

A elaboração de políticas públicas que consigam atender às demandas para os jovens agricultores, fazendo com que os mesmos possam continuar residindo no meio rural ou até mesmo retornem a ele, trazendo novas experiências para a dinamização econômica e social da unidade familiar, constitui-se como um dos elementos fundamentais para o direcionamento dos recursos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar. Torna-se importante, então, discutir de forma profissional e racional a aplicabilidade dos investimentos e estratégias para assegurar as necessidades e os desejos dos jovens agricultores.

Grisa e Schneider (2015) destacam o PRONAF como a principal política agrícola para a agricultura familiar do Brasil no século XX, com estudos que comprovam melhores resultados no tocante às regiões Sul e Sudeste do Brasil devido ao poder de articulação com os mercados, com a cultura e as condições de vida dos agricultores, o que pode ser considerado como determinante para o maior sucesso em relação às demais regiões — principalmente, ao Nordeste. Grisa e

Schneider (2015) também ressaltam a política de reforma agrária, com foco no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, e a política de criação de assentamentos de reforma agrária, que se fortaleceu de 1995 a 1997, atingindo o número de 92.984 mil famílias assentadas nesse último ano e alcançando o número máximo de 104.197 famílias assentadas em 2005. Após esse período, os números decresceram novamente e o enfoque central passou ser a qualificação dos assentamentos já constituídos, melhorando as condições de infraestrutura e de produção, enquanto a criação de novos assentamentos, segundo Grisa e Schneider (2015), foi posta em um segundo plano, realizada fundamentalmente com a incorporação de terras públicas nas regiões Norte e Nordeste.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1995, assim como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 1999, podem ser consideradas como as principais estratégias do Estado brasileiro para a inserção social do meio rural. Com isso, a partir de Cardoso (2013), é possível afirmar que os anos 2000 inauguram um importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, pautado na linha de crédito e na produção. No entanto, Resende e Mafra (2016), apesar de demonstrarem os avanços conseguidos a partir das políticas públicas, destacam os desafios para a sua efetivação no Brasil, resultado da diversidade e das características das diferentes tipologias de agricultores familiares e do fato de essas políticas estarem associadas apenas ao crescimento da renda, o que acabou deixando em segundo plano o desenvolvimento social.

Grisa e Schneider (2015) destacam três gerações de políticas públicas. A primeira geração é caracterizada pelo foco na construção da identidade setorial agrícola e agrária, destacando-se o PRONAF, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), a ATER e os assentamentos de reforma agrária. A segunda geração tem como foco a formação do social e estratégias assistencialistas para o meio rural, a partir do PRONAF infraestrutura, Garantia-Safra, Programa de Habitação Rural (PNHR) e Bolsa Familia. A terceira geração, finalmente, baseia-se na busca de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, tendo como referências o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), agroindústrias, selos e certificados. No estudo de Favareto (2006), observa-se, ainda, o incremento de novos grupos sociais na construção do referencial para a discussão das estratégias de intervenção do Estado para o fortalecimento do setor agrícola e agrário, tais como representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, políticos e gestores públicos, estudiosos do mundo rural, representantes do mundo rural e organizações da sociedade civil, com pautas referentes a cada contexto de políticas públicas.

Dentro das transformações e do cenário de inovação presente no novo rural brasileiro, a ATER pode ser considerada como uma das principais ações que podem contemplar estratégias para a superação de desafios como a pobreza rural e a inserção produtiva, já que o principal objetivo dos serviços de ATER consiste em tentar melhorar a renda e as condições de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável. Sendo assim, Peixoto (2014) afirma que a assistência técnica é um trabalho de orientação aos agricultores de maneira mais pontual, visando, principalmente, à resolução de problemas relacionados com a produção. Já a extensão rural é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Por isso, é possível afirmar que os serviços de ATER são de grande relevância, principalmente, para os agricultores mais pobres.

Segundo Alves et al. (2016), o foco da ATER consiste em combater a mortalidade infantil, desenvolver a educação e a habitação rural, investindo em energia e infraestrutura, assim como na saúde, por meio das obras de saneamento básico, além de promover a segurança alimentar e o apoio a programas como o PNAE e o PAA. Dessa forma, essas ações têm como principal objetivo combater a pobreza rural. Nessa perspectiva, para Alves e Souza (2014), a ATER também busca fortalecer a cidadania, a partir da documentação, assim como promover a inovação tecnológica, por meio do crédito rural orientado, e a reforma agrária, a partir do crédito fundiário.

Dentre os principais objetivos da ATER, e com base em Mendes (2014), é importante ressaltar o papel da inovação tecnológica e a difusão do conhecimento para a inserção dos agricultores familiares não consolidados no sistema produtivo. No Nordeste, especificamente, a concentração de pessoas envolvidas em atividades mal remuneradas e a alta parcela da população com baixo nível de instrução acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, mas a permanência do jovem, que se depara com um ambiente com poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de oportunidade. Para Alves et al. (2016), a ATER poderá auxiliar os produtores a escolherem o melhor sistema de produção em termos de rentabilidade econômica e, também, a troca de informações e o fornecimento de atividades inovadoras para a melhoria das atividades rurais.

Cabe ao Estado amparar e assegurar a inserção desses agricultores não capitalizados, aliando a ATER com outras políticas púbicas que busquem inserção econômica e social. Com base em Garcia (2014), vale ressaltar a importância de manter a população em pequenos municípios e fortalecer o emprego no campo e, também, a moradia no meio rural, articulando essas estratégias com melhorias nas condições vida tanto urbanas quanto rurais, com estradas vicinais, educação, saúde, eletricidade rural, televisão, telefonia e segurança pública.

Pode-se afirmar, com base em Peixoto (2014), que os serviços de assistência técnica e extensão rural passam a figurar no mundo rural a partir dos países centrais (Europa e Estado Unidos), sendo caracterizada pela troca de informação entre produtores rurais e os serviços técnicos (públicos ou privados), com o objetivo de difundir as tecnologias e criar estratégias de mudanças econômicas. Para Peixoto (2014), o processo de transferência de troca de informações entre produtores rurais caracterizou-se, tradicionalmente, pelo fornecimento de conhecimentos cooperativos a partir das famílias e/ou dos grupos sociais produtores.

Alves et al. (2016) afirmam que foi com o objetivo de barrar o comunismo no campo que, após a Segunda Guerra Mundial, a influência dos Estados Unidos e dos europeus passou a focalizar o desenvolvimento tecnológico da agricultura, concentrando recursos na agricultura familiar. Nesse contexto, em 1948, foi criada, no Brasil, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), a qual tinha como principal objetivo desenvolver um programa de credito

educativo destinado à pequena agricultura e às famílias de agricultores. A ACAR contou, segundo Alves et. al. (2016), com o financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Banco Mundial, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e da Alemanha, da França e do Japão em projetos específicos. Portanto, pode-se entender o modelo ACAR como o primeiro passo para a disseminação da ATER no território brasileiro. Alves et. al. (2016) resumem os caminhos da assistência técnica e extensão rural no Brasil, citando os ajustes que ocorreram desde meados do século XX e o arranjo construído para a sua expansão.

Sobre o papel das agências de ATER, Alves e Souza (2014) ressaltam que confundir a difusão da tecnologia com a extensão rural é erro de diagnóstico lamentável, o qual pode determinar o fracasso das agências nos seus propósitos. As condições desfavoráveis do entorno do estabelecimento em relação à pequena produção inviabilizam a adoção da tecnologia, que pode fazer a produção crescer por hectare, fato que pode ser considerado fundamental para quem tem pouca terra e para o sucesso da agência. Para Alves e Souza (2014), nos municípios caracterizados por déficits socioeconômicos, a extensão rural deve estar preparada para ajudar as comunidades e prefeituras na busca por estratégias e soluções dos problemas que as envolvem.

Ao longo da sua efetivação, a ATER afastou-se do "modelo linear" de transferência de tecnologia e da abordagem "de cima para baixo", caracterizados pelo fluxo de informações direcionadas aos produtores rurais geradas e determinadas pelos técnicos e pesquisadores. Com isso, buscou-se métodos da extensão que enfatizavam fluxos de informação de baixo para cima, por princípios de educação de adultos e por participação das partes interessadas. O trabalho crescente das políticas de extensão rural com as organizações dos produtores rurais e com o uso de métodos grupais foi outra mudança importante associada a esse novo momento de realocação do modelo de abordagem e difusão da ATER. A partir de então, os produtores rurais deveriam ter mais controle sobre a informação de que efetivamente precisam e/ou desejam e também sobre como a informação lhes é fornecida. Segundo Peixoto (2014), foi na década de 1980 que ganharam ênfase as abordagens participativas e a preocupação com a produtividade das mulheres, assim

como a preservação dos ecossistemas, junto a estratégias de recuperação de custos e de privatização.

Durante o período de transformação das áreas rurais, o papel do Estado também sofreu transformações e, atualmente, Buainain et al. (2014) consideram que esgotou-se um conjunto de "primeiras tarefas" de transformações rurais induzidas pelo Estado, combinando crédito rural, pesquisa agrícola e serviços de ATER estatais. Nessa fase, diversos agentes privados passaram a se dedicar à produção de pesquisa e a difundir inovações, além de disputar o bolo da riqueza. Nesse contexto, o Estado foi afastando-se dos serviços de ATER, o que foi comprovado pelos gastos públicos na agricultura. Assim, para Buainain et al. (2014), a nova fase de desenvolvimento rural tem os agentes de ATER privados como os principais atores do desenvolvimento. "A tese sustenta que o papel do Estado mudou (ou deveria mudar), seja porque sua ação já não é tão necessária, seja porque os desafios atuais são muito mais complexos e transcendem as possibilidades do Estado" (BUAINAIN et al., 2014, p. 1175).

Mas como ficam os agricultores descapitalizados dentro desse contexto citado por Buainain et al. (2014)? É possível levantar duas hipóteses: a primeira refere-se à falta de recursos para recorrer a uma assistência técnica privada; a segunda consiste nas prioridades do estabelecimento pobres, sendo que a possível ausência da ATER pública influenciará na adoção de novas estratégias dentro dos estabelecimentos marginalizados — embora tenham desejo de "inovar", as incertezas das atividades rurais não permitem que esses atores busquem caminhos sem o auxílio do Estado.

A "fuga do Estado" pressionada, principalmente, pelas elites agrárias e influentes nas políticas para o rural têm caracterizado, para Buainain et al. (2014), um desenvolvimento rural "biforme", pois os avanços econômicos e tecnológicos da agricultura exportadora têm concentrado a produção cada vez mais nas últimas décadas. De outro lado, o aprofundamento das desigualdades sociais acabou promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais. Nesse contexto, exige-se cada vez mais do agricultor familiar contemporâneo, de modo que "em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização" (BUAINAIN et al., 2014, p. 1172).

Mesmo diante da "fuga do Estado" citada por Buainain et al. (2014), o presente trabalho afirma que o Estado deveria desempenhar papel coordenador e indutor de processos consistentes com os objetivos do desenvolvimento rural. Com isso, os agricultores capitalizados não dependem (tanto) do Estado no tocante ao financiamento, e o mesmo acontece na busca por insumos tecnológicos, assistência técnica, comercialização e gestão de risco, haja vista que recorrem às agências privadas para tal. No entanto, entende-se, aqui, que a ATER fornecida pelo Estado pode ser considerada como uma inovação para os agricultores não consolidados e precisa ser articulada com outras políticas públicas para que ocorram melhorias nas condições de vida desses agricultores; caso contrário, a adoção de tecnologia e o fornecimento de crédito poderão criar um novo problema para as familiar rurais pobres, tendo em vista a necessidade de que se busque gerir os recursos dentro da unidade familiar e, também, de melhorar os índices sociais.

Diante dessas transformações Grisa e Schneider (2015) afirmam que o contexto de transição democrática parece ter avançado, mas sugiram novos desafios referentes à relação institucionalizada com o Estado, à gestão das políticas públicas e à governança das organizações da sociedade civil.

A coletânea reunida em Buainain et al. (2014), dentre as diversas contribuições, também demonstra o papel que a inovação tecnológica desempenha/ou na consolidação do setor agrícola brasileiro e que, consequentemente, tem influenciado o mercado produtivo e de trabalho agrário. Diante desse panorama, é visível que o foco das políticas públicas para o meio rural atravessa uma fase de alteração nos seus objetivos, deixando em segundo plano o subsidio e o crédito e passando a buscar o fortalecimento social e a estruturação técnica do setor produtivo. Contudo, a presença institucional na comercialização tem sido de suma importância para os agricultores não consolidados; assim, com base em Grisa e Schneider (2015), destaca-se o PAA e o PNAE como ações capazes de alocar esse grupo de agricultores no sistema produtivo, sendo que esses mecanismos garantem mercado para a agricultura familiar em setores de demanda contínua, sejam eles órgãos federais, dos estados ou dos municípios.

Para Favareto (2006), a nova visão de desenvolvimento rural corrobora para a interação dos agentes sociais em esferas políticas e econômicas, buscando harmonizar os atores do Estado e os

representantes da sociedade civil. Nessa perspectiva, a inovação nos espaços formados por agricultores não consolidados seria a participação social e a descentralização administrativa dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial. Nesse contexto, Leite (2010) ressalta que o grande desafio da agenda de ações para o rural brasileiro constitui-se em articular políticas públicas, agricultura familiar e os diversos segmentos sociais, criando estratégias de governança e gestão participativa.

4. INSERÇÃO PRODUTIVA E ATER NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

O Território do Sertão Ocidental de Sergipe é composto por 19 municípios, tem área total de 6.683,80 km^2 e população total de 455.467 habitantes (2010), sendo que a população rural corresponde a 193.070 (42,39%). Possuía, em 2006, 38.698 estabelecimentos ligados à agricultura familiar. Dentre o universo dos agricultores familiares, 27.143 possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), além de 93 técnicos de ATER distribuídos nos 19 municípios do território.

A partir da sistematização dos dados coletados em campo, verifica-se a existência de agências de ATER privadas no território, como é o caso da RDS Agro (sigla referente à empresa de ATER privada), que atende cerca de 90 agricultores e busca prestar serviços tanto a agricultores familiares quanto a médios empresários rurais do setor agrícola, cobrando, em média, 2% do valor do projeto. Embora a empresa de ATER privada referida busque apoiar a comercialização e a inserção de tecnologias no campo, fornecendo serviços ligados a consultoria, assessoria, elaboração de projetos avaliação da propriedade e georreferenciamento, percebe-se que o principal público atendido corresponde a agricultores familiares com maior poder aquisitivo.

Ainda é possível afirmar que os agricultores familiares que buscam as agências privadas de ATER podem ser considerados como mais "consolidados" em relação aos dependentes dos serviços públicos. Vale ressaltar que a empresa de ATER privada busca trabalhar em parceria com as secretarias de agriculturas do território, as instituições financeiras oficiais e a EMDAGRO (principal responsável pela ATER pública no

Território do Sertão Ocidental). No entanto, segundo a empresa, o principal desafio para o desenvolvimento da ATER é a falta de informação correta referente ao estabelecimento rural, pois os agricultores omitem muitas informações sobre as questões econômicas.

O Quadro 1 traz uma síntese das informações referentes a como os agricultores classificam a ATER prestada pela EMDAGRO e à relação com esses técnicos de empresa. Embora 100% dos agricultores entrevistados a partir de trabalho de campo classifiquem a relação com os técnicos como "boa", existe uma pequena parcela que dá a entender a existência de dificuldade no diálogo e na assimilação das orientações. Ainda existe uma parcela de agricultores que afirma desejar receber orientação, principalmente para a produção do maracujá, mas ainda não se inseriram no grupo de recebedores de ATER devido à dificuldade de dialogar com os técnicos de ATER pública e, também, por não terem capacidades econômicas para contratar serviços privados. Por fim, verifica-se que 53,9% dos agricultores que recebem ATER pública iniciaram a relação entre 10 e 20 anos atrás, o que se pode relacionar à importância da difusão da política nacional de ATER.

Quadro 1. Caracterização do serviço de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe

Serviços/empresa citada	**EMDAGRO**		
Quando começou o serviço	Entre 1 e 10 anos	Mais de 10 e menos de 20 anos	Mais de 20 anos
	15,4%	53,9%	30,7%
Relação com os técnicos	BOA	RAZOÁVEL	RUIM
	100%	0%	0%

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017. Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

Observa-se que a principal agência citada pelos recebedores de ATER é a EMDAGRO — 100% dos agricultores entrevistados e recebedores de ATER são atendidos por essa empresa. Em entrevista realizada com um dos diretores da EMDAGRO no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, verifica-se que o órgão tem como foco atender os agricultores familiares, busca o desenvolvimento rural e atender a todas as atividades agrícolas. No entanto, existe dificuldade em atender a maioria dos agricultores familiares, pois o quadro de

técnicos encontra-se insuficiente para dar conta da demanda nas unidades familiares.

Um exemplo da dificuldade em atender os agricultores familiares é o fato de que cada técnico é responsável por, em média, 200 agricultores familiares (segundo um dos chefes da EMDAGRO). A Tabela 1, reflete um pouco da importância da ATER pública para os agricultores no que se refere à orientação ao crédito e à regularização das unidades produtivas, sendo que 73,7% dos estabelecimentos visitados possuem DAP e buscam ou buscaram algum tipo de financiamento. Por isso, mesmo diante da dificuldade em atender um maior público, a ATER pública desempenha um papel fundamental na orientação da produção e da busca por mercados e do acesso racional e simplificado ao crédito.

Tabela 1. Relação ATER, posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e o acesso ao crédito no Território do Sertão Ocidental de Sergipe

Recebe a ATER		**NÃO recebe a ATER**	
25%		75%	
Possui a DAP		Possui a DAP	
SIM	NÃO	SIM	NÃO
73,7%	26,3%	24,4%	75,6%
Buscou/busca financiamento		**Buscou/busca financiamento**	
SIM	NÃO	SIM	NÃO
73,7%	26,3%	40%	60%

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017. Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

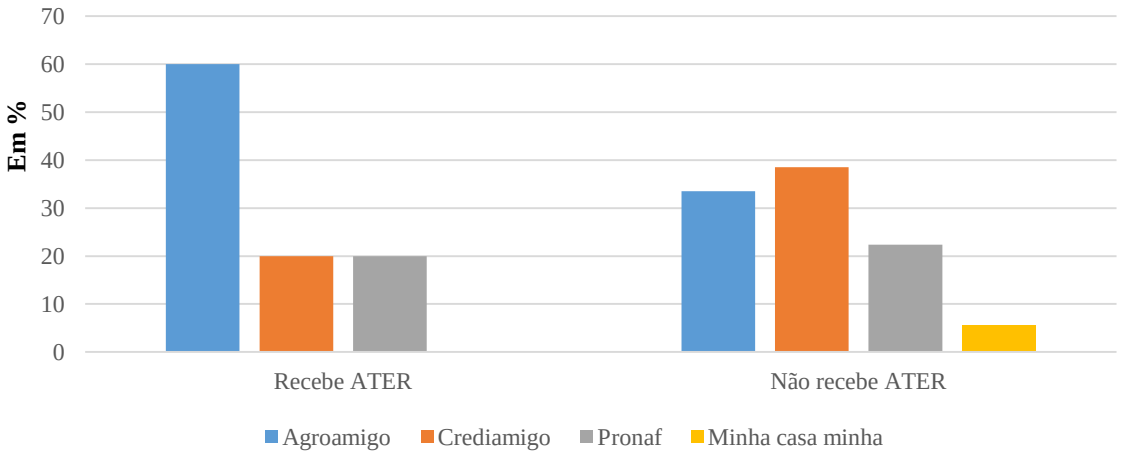
O Gráfico 1 destaca a relação existente entre os agricultores recebedores de ATER e o tipo de crédito acessado dentre o universo de agricultores que recebem ATER. Evidenciou-se a presença da metodologia do Agroamigo[34] em 60% dos estabelecimentos; em todos os casos, o crédito acessado foi investido na produção da unidade produtiva, principalmente na irrigação. Desses agricultores familiares, 83% afirmam que esse crédito trouxe algum tipo de benefício para a família e, ainda, 67% dos agricultores buscaram novamente o financiamento. Por sua vez, o Crediamigo[35] é uma linha de crédito acessada por cerca de 20% dos agricultores que recebem ATER, e 100% afirmam que também investiram na produção agrícola e

[34] Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar.

[35] Linha de crédito orientado do Banco do Nordeste do Brasil destinada a empreendedores em grupo solidário.

na pecuária. No entanto, cerca de 50% afirmam que esse crédito trouxe algum benefício para a família e, em todos os casos, os agricultores ainda estão cumprindo as obrigações, mas afirmam que estão com as responsabilidades financeiras dentro do acordado.

Gráfico 1. Relação entre estabelecimentos que recebem, ou não, ATER e a linha de crédito acessada no Território do Sertão Ocidental de Sergipe



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017. Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

O PRONAF é uma linha de crédito acessada por 20% dos agricultores recebedores de ATER, e esses agricultores confirmam que investiram o crédito retirado na produção de alimentos e/ou na compra de animais. Eles reconhecem benefícios para a sua família oriundos do acesso ao crédito, e 50% também afirmam que recorreram ao financiamento mais de uma vez.

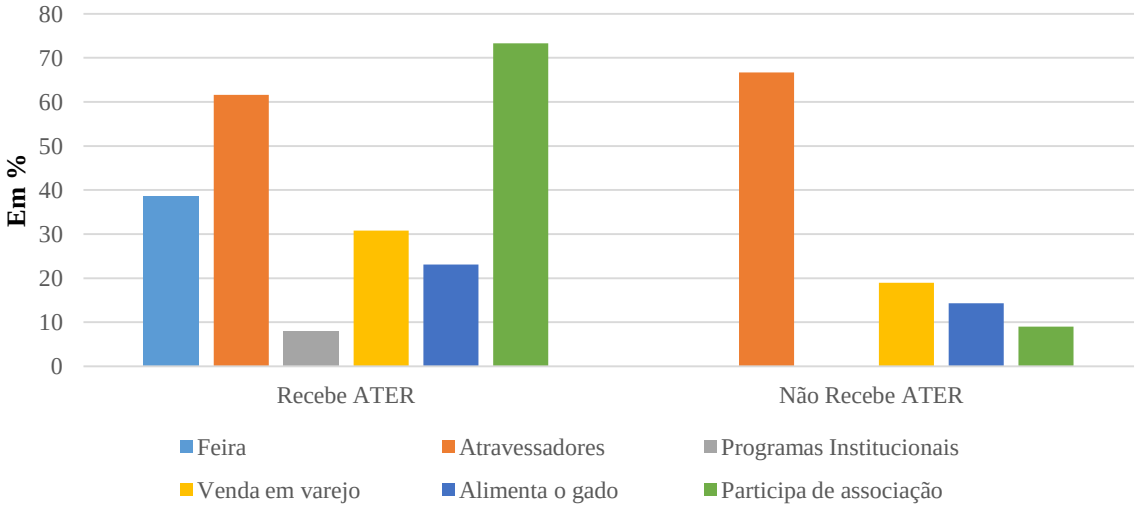
É relevante ressaltar o comportamento dos agricultores que não recebem ATER, visto que 33,5% dos agricultores buscaram algum tipo de financiamento, recorreram ao Agroamigo e 100% desse universo afirmaram ter investido na produção de alimentos. Desses, 83% afirmam que o financiamento trouxe algum tipo de benefício para os membros da família. No entanto, apenas 16,7% recorreram ao financiamento mais de uma vez. O Crediamigo acessado pelos agricultores que não recebem ATER é uma linha de crédito buscada por 38,5% dos estabelecimentos e somente 16,7% investiram na produção de alimentos, sendo que essas famílias desenvolvem outros tipos de atividades empreendedoras

e não agrícolas e recorrem ao financiamento para a compra de mercadorias. Nesse grupo, 57,1% afirmam que o financiamento trouxe benefícios para a família, e 14,3% recorreu ao crédito mais de uma vez. Por fim, destaca-se que o Crediamigo tende a ser acessado por grupos que não recebem ATER, já que esses agricultores tendem a buscar outras atividades, sejam formais ou informais, para sobreviver, e essa linha de crédito tem atendido pequenos empreendedores rurais dependentes de atividades não agrícolas.

O PRONAF é acessado por 22,4% das famílias que não recebem ATER, e todo esse grupo investiu o valor conseguido com o programa na produção de alimentos e reconhece algum tipo de benefício gerado para a sua família; além disso, 25% recorreram a esse crédito mais de uma vez. Por fim, existe uma parcela de 5,6% dos agricultores que acessaram o Minha Casa Minha Vida, e esses afirmam que o acesso ao programa agregou benefícios para a família. Portanto, percebe-se maior tendência dos agricultores familiares que recebem ATER a buscar algum tipo de financiamento e a buscá-lo mais de uma vez, sendo esse grupo o mais interessado em manter as prestações em dia para manter a possibilidade de um novo crédito. Verifica-se a importância que a orientação no tipo e no destino do crédito acessado pode desempenhar para o desenvolvimento da unidade familiar, sendo possível evitar a inadimplência dos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental.

O Gráfico 2 relaciona a importância da ATER com a participação em associações e o destino da produção nos estabelecimentos analisados, sendo possível observar a tendência existente entre a ATER e o associativismo. Entre os agricultores entrevistados, 73% dos que recebem ATER fazem parte de alguma associação, enquanto apenas 9% dos agricultores que não recebem ATER participam de alguma.

Gráfico 02 - Percentual de participação em associações e principais destinos da produção dos agricultores que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017.Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

Outro fator relevante observado diz respeito à comercialização dos produtos agrícolas, pois, mesmo que a figura do atravessador se destaque em ambos os casos, é possível afirmar que os agricultores que recebem ATER têm mais opções de inserção dos seus produtos nos mercados e, consequentemente, dependem menos dos preços dos atravessadores. Os agricultores assistidos pela ATER conseguem comercializar seus produtos na feira (30%) e em programas institucionais, como o PAA e o PNAE (8,5%). Por sua vez, os agricultores não assistidos pela ATER não se apresentaram como participantes de programas institucionais e mais dependentes dos compradores intermediários.

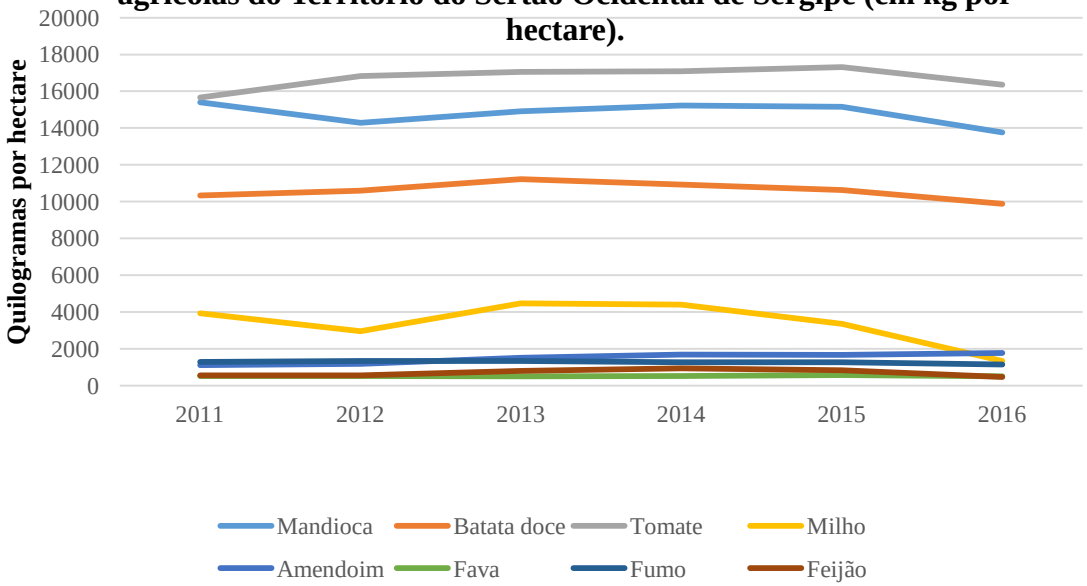
Ainda sobre o caso dos atravessadores, os agricultores relatam que esses agentes do processo compram a produção, na maioria dos casos, antes da colheita, e, no caso da mandioca, agregam valor e vendem para fora do estado (Bahia principalmente). Percebe-se a importância da inserção tecnológica para os agricultores que compram a produção dos agricultores que não possuem maquinário para a transformação da produção, embora façam uso da irrigação, fato relevante para a manutenção da produção. Verificou-se que os agricultores que não buscam novas estratégias de produção e comercialização enfrentam maiores dificuldades para inserir seus produtos nos mercados. Um exemplo pode ser destacado a partir do caso da

mandioca (principal produto citado pelos agricultores), que é comercializada pelo valor de R$ 450,00 (t) em média, enquanto os agricultores que possuem tecnologias comercializam a farinha da mandioca por R$ 550,00 (t) em média.

É possível observar que as unidades familiares que recebem ATER, embora concentrem sua produção na batata-doce e na mandioca, apresentam maior diversificação da produção quando comparadas com as unidades familiares que não recebem ATER e mantêm um maior volume de produção. Consequentemente, contratam mais pessoas para trabalhar nas atividades agrícolas. Também destaca-se a produção da pimenta e da mandioca como fontes de renda para essas famílias, as quais conseguem agregar valor à sua produção a partir da inserção de tecnologia, ainda que esteja distante do ideal. Enquanto isso, as unidades familiares produtivas que não recebem ATER concentram a mão de obra sobre a base familiar, com eventual contratação de pessoas ao longo do ano. Agrega-se, também, o grupo que não recebe ATER, o qual concentra sua produção na mandioca, e destaca-se que o feijão, o tomate e o milho são produtos secundários das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias de agricultores. Registra-se, além disso, que a acerola e o maracujá surgem como produtos vendidos aos intermediários da produção, os quais possuem maiores capacidades econômicas para agregar valor e/ou transportar as mercadorias para outros mercados.

Com base no Gráfico 3, é possível relacionar os principais produtos citados pelos agricultores familiares e mais um desafio para a efetividade da ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Os produtos com maior produtividade anual em kg por hectare (tomate, mandioca e batata-doce) são os produtos com maior adesão à lavoura dos estabelecimentos rurais do território. Mesmo assim, verifica-se que a produção não ocorre, em muitos casos, voltada para a demanda de mercado, mas, sim, para atender à produtividade e à relação do tamanho da propriedade com a adesão à mão de obra. Nessa perspectiva, surge a importância da ATER pública, que orienta a produção e a comercialização dos produtos, possibilitando que se afirme a importância em variar os produtos de um ano para o outro de acordo com a dinâmica dos mercados.

Gráfico 03 - Produtividade média (anual) dos principais produtos agrícolas do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em kg por hectare).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.
Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

Em entrevista com o presidente de uma das principais associações dos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, a ASPOAGRE, verifica-se que, embora a relação dos associados com os técnicos da EMDAGRO seja considerada boa, destaca-se a falta de articulação entre os governos municipais/estadual/federal e que a única ação do governo estadual efetivada junto à associação, nos últimos 10 anos, foi a doação de um caminhão. Esse representante da ASPOAGRE também ressalta o desejo dos agricultores em produzir orgânicos, mas constata a falta de apoio suficiente da ATER pública para esse tipo de produção; para a associação, a ATER pública em Sergipe é praticamente inexistente, principalmente, em função do déficit de técnicos, os quais, em sua maioria, encontram-se em final de carreira.

Os principais parceiros desses agricultores familiares são o Instituto Federal de Sergipe (IFS) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), e são esses que orientam os agricultores na produção orgânica; para a associação, o foco da ATER pública em médio e longo prazo deveria ser o apoio à produção orgânica e o aumento do quadro de técnicos. A entidade afirma que, atualmente, seus mais de 20 sócios não estão recorrendo a programas como o PRONAF, o PAA e o PNAE devido a questões burocráticas e à

dificuldade de diálogo existente entre associados e representantes dos programas.

A pesquisa de campo também buscou discutir questões relacionadas à ATER com algumas secretarias municipais de agricultura do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (Ribeirópolis e Itabaiana), sendo consenso entre os secretários a dificuldade de articulação de ideias e estratégias de desenvolvimento rural dentro do território, além da constatação do fato de que, no momento, as discussões encontram-se estancadas. Outro ponto ressaltado refere-se à interferência da questão política nos projetos do governo para esses municípios. Atualmente, não existe nenhum apoio à ATER que esteja sob conhecimento dos secretários além da distribuição de sementes. Do ponto de vista dos secretários de agricultura municipais, a ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe ainda é insuficiente e precária.

Uma das feirinhas organizadas pelos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (município de Ribeirópolis), embora represente alguma articulação dos agricultores para inserir seus produtos no mercado, também reflete a falta de apoio da ATER pública à comercialização, pois os secretários entrevistados e os agricultores familiares afirmam que a ATER pública encontra-se estagnada, e a adoção de tecnologias e a inserção nos mercados têm sido alavancadas pelos agricultores de maneira independente — principalmente, os produtores orgânicos.

Mesmo diante de tantos desafios, são consenso, entre os agricultores familiares e os órgãos pesquisados, as melhorias geradas pela ação da ATER pública, que se correlaciona à articulação com outras políticas públicas (mesmo que de maneira muito tímida), pois, nas últimas décadas, o acesso ao crédito, aos insumos e à energia elétrica rural podem ser destacados como os principais avanços da política de ATER. No entanto, o caso do acesso aos mercados ainda é um problema muito sério para a produção agrícola tanto dos agricultores que recebem quanto do grupo que não recebe a ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por isso, ressalta-se a importância que a ATER poderá desempenhar no fortalecimento das unidades familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, mesmo diante do fato de os serviços estarem aquém do necessário e impossibilitando um projeto articulado capaz de alavancar o desenvolvimento.

Conforme o cenário evidenciado sobre os desafios do desenvolvimento no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, quatro pilares podem ser considerados como determinantes para o desenvolvimento das famílias em questão: políticas públicas, o apoio à produção, à comercialização agrícola, o incentivo à diversificação dos rendimentos e a participação social.

Sen (2010) ressalta que um dos princípios básicos do desenvolvimento como liberdade está atrelado à liberdade substantiva das pessoas em levar a vida que elas têm razão em valorizar, sendo esse o alicerce da "capacitação humana". Nessa perspectiva, a educação é entendida, aqui, como o principal caminho para a expansão das capacidades humanas e para a busca pela mudança social (deixando o enfoque econômico em segundo plano). Consequentemente, Sen (2010) destaca que a expansão das capacidades humanas deve levar em consideração o bem-estar e a liberdade das pessoas, influenciando o processo de mudança social, de modo que, inevitavelmente, ocorrerá a produção econômica.

Em Chayanov (2017), percebe-se que o crédito é um caminho importante para a unidade "camponesa", a qual poderá buscar melhorias nas mercadorias, estratégias para a inserção dos produtos no mercado e estruturação da produção; em consequência disso, ocorre o aumento do capital na unidade familiar, ao tempo que o empréstimo e os juros são pagos em decorrência do fortalecimento econômico da unidade familiar. Essa "equação perfeita" torna-se um desafio no caso do Território do Sertão Ocidental diante da dificuldade encontrada pela maioria dos agricultores familiares em acessar os mercados e perceber o momento de alternar a lavoura ou, até mesmo, de ampliar a rede de comercialização. Nessa perspectiva, a ATER pública poderá ser um caminho para os agricultores aptos para a busca por esses novos mercados; caso contrário, o acesso ao crédito de maneira desordenada poderá acarretar mais um problema para as famílias rurais do território em questão. Por isso, torna-se relevante a discussão referente a uma estratégia de crédito capaz de dinamizar a vida das unidades familiares mais pobres.

O coletivismo cooperativo acabou sendo evidenciado como mais um desafio para os agricultores entrevistados no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, pois, no caso dos recebedores de ATER, a participação em associação, embora seja um caminho, acaba sendo algo apenas ligado à formalidade. Além disso, a

maioria das associações do território em questão encontra-se com cadastro desatualizado ou irregular, o que é mais um desafio para a discussão de estratégias coletivas.

Por isso, vale a pena destacar o pensamento de Souza (2012), segundo o qual o desenvolvimento rural ocorre em espaços organizacionais, envolvendo a atuação das organizações e os indivíduos que fazem parte dela. No caso do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, a participação coletiva poderá ser crucial para a organização de ações de desenvolvimento, principalmente, para o apoio da ATER no que se refere à produção orgânica. A produção orgânica de base familiar é uma demanda presente e crescente nos estabelecimentos e associações que produzem nesse modelo e que não contam com ações fundamentais para a inserção desses produtos nos mercados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste estudo concluem que a sociedade percorreu estágios que refletiram em transformações econômicas e socioespaciais. O Estado contemporâneo, embora passe por momentos de crise de poder e autonomia decorrentes do comprometimento dos avanços dos interesses do capital em desfavor do social, também pode ser considerado uma importante ferramenta, capaz de reverter quadros sociais desfavoráveis e criar estratégias de desenvolvimento para os oprimidos pelo sistema econômico vigente.

Diante desse cenário, o rural também integra esse processo, pois foi reflexo de transformações e reinvenções que buscavam atender às demandas das áreas urbanas e do crescimento econômico. Aliado a isso, o rural deixou de ser sinônimo de atraso e passou a corresponder a inovações técnicas e produtivas, mas, no caso brasileiro, esse poder de inovação passou a ser dominado pelos grandes empresários do meio rural, deixando, em tese, os agricultores descapitalizados à margem do processo.

A partir daí, pode-se destacar a ATER como uma ação capaz de reintegrar os agricultores que foram marginalizados pelo sistema capitalista, sendo uma inovação para o perfil de agricultores

predominantes no Nordeste, que não possuem meios de buscar novas estratégias para a produção e acabam dedicando-se a cultivar, basicamente, as mesmas lavouras para atender a um mercado restrito.

Por isso, destaca-se a importância de fortalecer o Estado social, em vez de desmantelá-lo, porque a ATER pública, aliada às políticas de crédito e de perfil social (saúde, educação e saneamento básico, energia elétrica e água), é capaz de promover o desenvolvimento das áreas rurais, transformando os agricultores marginalizados em figuras capazes de se inserir no processo produtivo e criar estratégias para a melhoria das condições de vida da família.

O desenvolvimento também está associado à capacidade de articulação entre os agricultores e à mobilização da sociedade civil; para tanto, é preciso que as famílias rurais busquem participar ativamente dos espaços de diálogos com as entidades que representam o Estado; caso contrário, as decisões que buscam o desenvolvimento territorial não serão capazes de atender às demandas sociais das áreas rurais. A partir disso, percebe-se a importância da evolução na abordagem do rural ao territorial, compreendendo a multifuncionalidade e a multisetorialidade desse espaço.

O desmantelamento das ações do Estado também é refletido na política da ATER pública, pois, no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, percebe-se a dificuldade em maximizar o poder de assistência aos agricultores que desejam participar dessa ação diante de um quadro deficitário de servidores públicos e envelhecidos, na medida em que o país atravessa um momento de estagnação das políticas sociais e, consequentemente, as estratégias de desenvolvimento são, cada vez mais, deixadas em segundo plano na agenda do Estado.

Mesmo diante de tantos desafios, é possível verificar que os agricultores que são assistidos pela ATER conseguem apresentar melhores condições de vida e maior poder de ampliação de renda e capacidade de inovação, pois estão mais atentos aos mercados e buscam apoio ou estratégias que possam auxiliar na produção e na comercialização dos seus produtos. Também é importante que as políticas públicas reconheçam a importância do apoio à diversificação do trabalho, haja vista que a famílias que diversificam as fontes de renda apresentam melhores condições de vida e maior interação com as áreas urbanas. Esse é um fator importante para a permanência no meio rural e para a adoção de novas

estratégias de sobrevivência que, antes, pertenciam apenas ao urbano, de modo que essas famílias busquem novas atividades sem abdicar das agrícolas.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte.** 1° Fórum Internacional território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Relatório Final. Fortaleza, novembro 2003.

ALVES, E.; SOUZA, G. Desafios da Agência de Extensão Rural**.** In: **O mundo rural no século 21**: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.

ALVES, E.; SANTANA, C.; CONTINI, E. Extensão Rural: Seu problema não é a comunicação. In: **Agricultura, transformações e sustentabilidade** RIBEIRO Fº, J. ET AL (Org.). Brasília: Ipea, 2016.

BUAINAIN, A. M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z**.** Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**.** In: In: **O mundo rural no século 21**: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.

CARDOSO, J. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000:** trajetórias de desafios**.** (Tese) Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia-MG: UFU/MG, 2013.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial.** São Paulo/ SP: USP (2006). (Tese de doutorado).

GARCIA, J. Trabalho Rural: Tendências em face das transformações em curso. In: **O mundo rural no século 21**: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol.52 - Brasília: SOBER, 2015.

LEITE, S.; KATO, K..Desafios dos processos de Gestão Social e proposições de Política. In: **Gestão social dos territórios** . BACELAR, T. et AL (org.). Brasília: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10), 227 p.

MENDES**,** M. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar:** aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

MENDES, M. Agricultura familiar e novas ruralidades em questão: uma análise teórica. In: **O fazer geográfico: teoria e prática.** CARVALHO, M.; SANTOS, A. (Org.) . São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MENDES, M.; NASCIMENTO, J. Agricultura familiar e juventude rural no Agreste de Itabaiana/SE. **CAMPO-TERRITÓRIO**. V. 12, n. 26, p. 209-237, abr., 2017/ISSN 1809-6271.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: **O mundo rural no século 21**: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAMOS Fº, E. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) Território Sertão Ocidental.** TSO, maio de 2017.

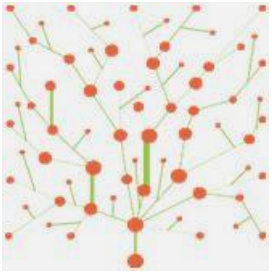
RESENDE, C.; MAFRA, R. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o PRONAF**.** In: **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Vol.54 N.2 - Brasília: SOBER, ABRIL/JUNHO2016.

SCHNEIDER, S. **Políticas públicas pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil**. Ponencia presentada GT 21 – Políticas publicas y desarrolho rural, en el VII Congresso De La Asociación Latino Americana de Sociología Rural/ALASRU-20-24 de Novimbre del 2006 - Quito, Equador.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. CHARÃO, F.; CONTERATO, M; SCHNEIDER, S (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2010. 461 p. 4ª reimpressão.

SOUZA, R. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural.** Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2012. 280p.



DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

TRANSAÇÕES E COMPORTAMENTO OPORTUNISTA NA SUINOCULTURA GAÚCHA

Negotiation and opportunistic behavior in pig production from the state of Rio Grande do Sul, Brazil

Mauro Barcellos Sopeña[1]
Alessandro Porporatti Arbage[2]
Karine Faverzani Magnago[3]

RESUMO

O trabalho examina elementos acerca do comportamento oportunista dos agentes em transações do setor de suinocultura. A pesquisa foi realizada junto aos produtores rurais integrados do município de Palmitinho/RS e agentes da agroindústria integradora situada em Frederico Westphalen/RS. Em complemento, associações e entidades envolvidas na realidade produtiva foram consideradas na coleta de informações, depoimentos e documentos. Os dados coletados referem-se especificamente às atividades desenvolvidas pela agroindústria processadora de alimentos e por produtores rurais a ela integrados, no âmbito dos contratos de integração. Métodos mistos foram empregados, combinando a análise fuzzy, quantitativa, com estudo de caso, qualitativo. Os resultados demonstram que a atuação da integradora e dos produtores rurais a ela integrados é central, constituindo-se como única na atividade de terminação de suínos encontrada em Palmitinho. O estudo revela a existência um contrato bilateral, que se caracteriza pela presença de práticas oportunistas por parte da integradora, especialmente quando associadas à falta de transparência dos dados contratuais e a orientações de ordem técnica. Pelo lado do produtor, pouco se verifica em termos de comportamento oportunista.

[1] Economista, mestre em planejamento do desenvolvimento e doutor em extensão rural e desenvolvimento. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa. Endereço eletrônico: maurosopena@unipampa.edu.br
[2] Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Economia Rural pela UFRGS. Professor de Economia Rural nos Cursos Ciências Agrárias da UFSM. Professor de Análise de Cadeias Produtivas para o Curso de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM. Endereço eletrônico: aparbage@yahoo.com.br
[3] Docente do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Santa Maria. Endereço eletrônico: kamagnago@gmail.com

Palavras-chave: Contratos Agroindustriais. Comportamento Oportunista. Suinocultura.

ABSTRACT
The paper examines elements about the opportunistic behavior of agents in swine sector transactions. The research was carried out with the integrated rural producers of the municipality of Palmitinho/RS and agents of the integrating agroindustry located in Frederico Westphalen/RS. In addition, associations and entities involved in the productive reality were considered in the collection of information, statements and documents. The data collected refer specifically to the activities developed by agroindustry - and integrated rural producers, within the framework of integration contracts. Mixed methods were employed, combining fuzzy, quantitative analysis with the case study, qualitative. The results show that the performance of agroindustry and the integrated rural producers is central, constituting the only one in the pig finishing activity found in Palmitinho. The study reveals the existence of a bilateral contract which is characterized by the presence of opportunistic practices on the part of agroindustry, especially when associated with the lack of transparency of contractual data and technical guidelines. On the producer side, there is little in terms of opportunistic behavior.
Keywords: Agroindustrial Contracts. Opportunistic Behavior. Swine Farming.

1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma análise sobre o comportamento oportunista dos agentes, um dos três pressupostos comportamentais da Nova Economia Institucional (doravante, NEI). Para isso, investiga-se a prática oportunista existente em contratos de integração da suinocultura gaúcha, tendo como base as noções de contrato, custos de transação (CT) e estruturas de governança –elementos teóricos vinculados à NEI. A análise das transações do setor foi realizada junto aos produtores rurais integrados do município de Palmitinho/RS e a agentes da agroindústria integradora situada em Frederico Westphalen/RS. Em complemento, associações e entidades envolvidas na realidade produtiva foram consideradas na coleta de informações, depoimentos e documentos. Os dados coletados referem-se especificamente às atividades desenvolvidas pela agroindústria processadora de alimentos local e por produtores rurais a ela integrados no âmbito dos contratos de integração. Do ponto de vista metodológico, métodos mistos foram empregados, combinando a análise *fuzzy* – quantitativa – com o estudo de caso – qualitativo. As seções seguintes procuram apresentar a visão teórica sobre oportunismo e transações no ambiente interpretativo da NEI. Posteriormente, a análise volta-se para o estudo de caso e para as conclusões obtidas no trabalho.

1. OPORTUNISMO COMO PRESSUPOSTO COMPORTAMENTAL DA NEI

A discussão sobre oportunismo tem origem em especulações acerca da busca do autointeresse dos agentes (WILLIAMSON, 1985). Esse elemento, segundo o autor, varia em intensidade, passando pela obediência (forma fraca de autointeresse), pelo autointeresse simples (semifraca) e pelo oportunismo (forte) – configuração diretamente relacionada aos custos de transação (CT). A trilogia de Oliver Eaton Williamson é, segundo Arida et al. (2009), composta pelas seguintes obras: *Markets and Hierarchies* (1975), *The Economic Institutions of Capitalism* (1985) e *The Mechanisms of Governance* (1996). Para os autores, o conceito de oportunismo é "uma dissociação que caracteriza grande parte do relacionamento de Williamson com o *mainstream*" (ARIDA et al., 2009, p. 219). Ainda segundo os autores, o constructo teórico e pressuposto comportamental aqui tratado impacta a percepção neoclássica e hegemônica da microeconomia ortodoxa.

A busca do autointeresse com avidez ou dolo é a conceituação central utilizada para demarcar o comportamento oportunista dos agentes (indivíduos que, no caso, possuem menos princípios). Não obstante, formas sutis de fraude são consideradas mais frequentes e próximas à realidade. Oliver Williamson considera as ações de mentir, roubar ou trapacear como formas flagrantes ou reveladas de oportunismo, destacando, porém, que a assimetria de informações é um componente ativo e presente naquelas práticas. Em sua análise, observa que

> [...] genericamente, o oportunismo se refere à **revelação incompleta ou distorcida da informação**, especialmente aos esforços calculados de enganar, distorcer, disfarçar, ofuscar, ou de outra forma confundir. É responsável por **condições reais ou maquinadas de assimetria de informação**, que complicam de forma generalizada os problemas da organização econômica (WILLIAMSON, 1985 (2012), p. 43, grifo nosso).

A prática oportunista pode ocorrer *ex ante* contratação (antes de os agentes assinarem um contrato) ou *ex post* (fase de execução do contrato) nos casos de risco moral (NIESTEN; JOLINK, 2012). Na compreensão desses autores, o oportunismo na NEI somente possui sentido quando percebido em uma relação contratual. Ademais, consideram que, na presença de ativos específicos e incerteza comportamental, formas contratuais híbridas são preponderantes. Com referências a Nicholas Georgescu-Roegen e Nicolau Maquiavel, Williamson argumenta que os comportamentos que desviam das regras são naturalmente

observados (risco moral). Os indivíduos possuem fins que não são unicamente relacionados ao acordo em si ou, em outros termos, perseguem fins próprios e reivindicam o que consideram ser possível, a ele, para além do acordo original[1]. As interpretações orbitam a noção de que os indivíduos possuem uma propensão ao comportamento oportunista, pressuposto que elege a formulação de salvaguardas contratuais como elemento importante.

Em seu trabalho de 1993, intitulado *Opportunism and its Critics*, Williamson reforça seus argumentos ao indicar que um tratamento "míope" ou "primitivo" do fenômeno seria aquele de fundo maquiavélico, ou seja, destinado a ações "preventivas" ao oportunismo. Essa não seria a única lição a considerar-se; em adição, sugere que a contratação ingênua não pode ser considerada (CT positivos). Essa orientação fundamenta a existência de formas alternativas de organização, superando a perspectiva do mercado neoclássico. Se promessas fossem realizadas, acordos fossem autoexecutáveis e o pleno acesso às regras estivesse garantido, não haveria um modo alternativo de governança no mundo das organizações. O autor sustenta, portanto, uma interpretação que difere daquela empregada pela economia neoclássica, que trabalha com o autointeresse simples, semiforte ou smithiano, enquanto a sua pressupõe o oportunismo como fonte problemática e geradora de CT. Ao distinguir ambos os enfoques, Williamson argumenta que, não havendo surpresas nas atividades econômicas do modelo neoclássico, as questões econômicas se voltam essencialmente às questões tecnológicas, "não havendo nenhum comportamento problemático que possa ser atribuído ao desvio das regras entre atores humanos*"* (WILLIAMSON, 1985, p. 44).

Para além da interpretação neoclássica, o comportamento oportunista firma-se, portanto, como um pressuposto comportamental presente no pensamento williamsoniano. Ao requerer ações organizacionais ao oportunismo, excluem-se, assim, possibilidades alternativas, duradouras e isentas daquelas práticas. O excerto seguinte ilustra o entendimento do autor:

> Uma das implicações do oportunismo é que os modos cooperativos "ideais" da organização econômica, pelos quais eu quero dizer, aqueles nos quais a **confiança e as boas intenções** são generosamente

[1] "Opportunism is an effort to realize individual gains through a lack of candor or honesty in transactions. It can take either of two forms. The most commonly recognized is the strategic disclosure of asymmetrical distributed information by (at least some) individuals to their advantage. Original negotiations may be impaired on this account. The second type manifests itself during contract execution and renewal" (WILLIAMSON, 1975, p. 107).

> imputadas aos membros, são muito **frágeis**. Tais organizações são facilmente invadidas e exploradas por agentes que não possuem aquelas qualidades. Formas organizacionais "elevadas" – aquelas que presumem confiabilidade, portanto, são baseadas em princípios não oportunistas – são, assim, tornadas inviáveis pela intrusão de oportunistas não identificados [...]. Da mesma forma, aqueles que querem ver as organizações cooperativas serem bem sucedidas devem, por necessidade, fazer **concessões organizacionais** aos efeitos debilitantes do oportunismo (WILLIAMSON, 1985, 2012, p. 57, grifo nosso).

A Figura 1 organiza quatro casos ou condicionantes contratuais submetidos aos diferentes níveis de oportunismo e racionalidade dos agentes. Williamson procura demonstrar combinações extremas entre utopia e realidade, ou seja, entre um mundo desejado e outro existente.

Figura 1: Pressupostos comportamentais e contratação

		Condição de Racionalidade Limitada	
		Ausente	*Presente*
Condição de Oportunismo	*Ausente*	(1) Felicidade	(3) Contratação – Cláusula Geral
	Presente	(2) Contratação Abrangente	(4) Dificuldades Contratuais Sérias

Fonte: adaptado de Williamson (1985).

Pela exposição, em três casos (1, 2 e 3), não surgem problemas contratuais, especialmente no caso 1, considerado pelo autor como utópico. No caso 4, ou seja, quando se assume a racionalidade limitada dos agentes e a presença de oportunismo, dificuldades contratuais são detectadas. A realidade corresponderia a essa perspectiva, sobretudo pelo fato de que, nesse tipo particular, residem questões complexas e problemáticas de condução dos contratos e surgimento de CT. A manifestação de práticas oportunistas, portanto, pode ocorrer em diversas circunstâncias, muito embora sejam, de alguma maneira, limitadas pelo ambiente. Begnis, Estivalete e Pedrozo (2007, p. 4), ao analisarem contratos agroindustriais na perspectiva williamsoniana, compreendem que:

> [...] a realidade do mundo econômico mostra que, em diferentes momentos em que as transações ocorrem, os indivíduos possuem informações difusas e incompletas sobre seus próprios interesses. Isso significa dizer que todo agente econômico pode estar sujeito a agir ou sofrer uma ação oportunista. Como forma de atenuar esse problema e trazer certa previsibilidade às trocas econômicas, contratos são formal ou informalmente estabelecidos e são

> criadas as estruturas de governança. Mesmo assim, fatos supervenientes podem estimular a quebra dos contratos estabelecidos ou o rompimento das alianças que se formaram.

O fenômeno do comportamento oportunista insere-se, pois, em um âmbito teórico maior, ou seja, no escopo teórico da NEI e de suas peculiaridades. A seção seguinte oferece os elementos centrais dessa corrente teórica.

2. A TRANSAÇÃO E O CONTRATO

Os modelos contratuais oferecidos no âmbito da NEI possuem como base a noção de que instituições impõem regras aos indivíduos em suas relações sociais produtivas (NORTH, 1990). Restrições (in)formais criam, portanto, limites às organizações e aos agentes. No âmbito da economia dos custos de transação, as organizações constroem modos eficientes de governança em meio ao ambiente institucional em que operam (ZYLBERSTAJN, 1995). Entre as perspectivas teóricas que essa abordagem enseja, a construção de um conjunto de conhecimentos específicos acerca do fenômeno contratual mostra-se, assim, expressiva.

A reunião de elementos acerca dos contratos de integração da suinocultura é apresentada, neste artigo, sob a perspectiva williamsoniana das estruturas de governança. Esse campo do conhecimento passa a se consolidar de forma promissora frente à hegemonia teórica da economia neoclássica (ZYLBERSTAJN, 1995; FARINA, 1999, CONCEIÇÃO, 2003; BROUSSEAU; GLACHANT, 2008), muito embora a maioria dos autores a considere mais complementar do que refratária ao *mainstream*. A NEI sustenta a existência de CT positivos, que variam para as diferentes estruturas de governança. Desse modo, a firma como função de produção (neoclássica) representa uma interpretação destituída de sentido do ponto de vista de sua correspondência com a realidade e, portanto, afirma-se mais estritamente como um constructo teórico de análise (ZYLBERSZTAJN, 2005).

A unidade analítica passa a ser a transação, com forte referência ao sentido contratual nela existente. Assim, assume-se o entendimento de que as condições de troca são determinantes do formato da transação (ZYLBERSZTAJN, 2005;

BESANKO et al., 2006). A economia dos contratos rejeita, portanto, os pressupostos neoclássicos consolidados no chamado paradigma de Arrod-Debrew: nessa construção, os contratos são estabelecidos ou formulados por mecanismos de preços e alocação (curva de contrato com ganhos paretianos), noção que carece de sentido real ao ignorar a função da firma contratual (ZYLBERSZTAJN, 2005; MÉNARD, 2014). A literatura apresenta elementos que se adicionam à definição central de contrato. Neles, os contratos são considerados incompletos, especialmente pelo fato de a capacidade (cognitiva) dos contratantes ser limitada e as informações serem assimétricas. Especialmente nessa última propriedade contratual, é possível identificar uma relação direta com o próprio desempenho da transação, ou seja, um dos agentes pode apresentar comportamento indesejável (fenômeno denominado de risco moral) ou a transação resultar em seleção adversa – não efetivação (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Para Williamson (1985), a análise do "homem contratual" (embasada na economia dos custos de transação – ECT), concentra-se na proposição de que os custos relacionados à transação (operação em que são negociados os direitos de propriedade) estão baseados em pressupostos comportamentais potencialmente geradores de CT. A racionalidade limitada e o oportunismo dos agentes representam os dois principais pressupostos teóricos de análise. Paralelamente aos pressupostos comportamentais desenvolvidos pela NEI, as características ou dimensões das transações referem-se a três elementos específicos: ativos específicos, incerteza e frequência das transações. Em verdade, a especificidade dos ativos é considerada por Williamson como a dimensão mais importante.

Conforme apontado, é recorrente considerar os CT como custos de funcionamento do mercado, seja no modelo primordial williamsoniano, seja em seus desdobramentos recentes – como no caso dos custos de mensuração ou nas abordagens relacionadas às formas plurais. O fenômeno central, entretanto, está fixado com maior ênfase no conceito de especificidade dos ativos. Assim, para uma baixa especificidade dos ativos, a opção mercado se sobrepõe às demais, com CT baixos. De outro modo, na hierarquia e nas formas híbridas de governança, as dimensões da transação ganham em relevância, com potencial presença de CT. Em contratos complexos, a relação entre as partes é marcada por mecanismos

superiores, tais como coerção, reputação ou cooperação. A exploração dessas propriedades contratuais é de significativa importância no estudo dos contratos e, portanto, deve ser analisada.

A tipologia central relativa às estruturas de governança insere-se no trabalho de Williamson, considerado como o autor que "operacionalizou" a discussão sobre CT e firma contratual. Williamson incorporou três dimensões à transação, ao mesmo tempo que evidenciou o recorte teórico baseado em modelos de governança. Nessa perspectiva, estruturas de governança (mercado, contratos e hierarquia) assumem um sentido mais realista na análise das transações capitalistas, com ampla aceitação acadêmica. Com respeito às diferentes estruturas de governança e aos CT existentes na realidade agroindustrial, em seu formato genérico, o argumento de Williamson (2013) é objetivo. Para o autor, os processadores de alimentos possuem ao menos três alternativas:

> Food processors have at least three choices. They can buy in the spot market. They can write contracts with individual farmers (maybe several, possibly many) to deliver a specified amount of product (possibly of a specified quality) at an agreed upon delivery date (maybe several different dates). Or they could integrate backward into farming and produce to their own needs (backward vertical integration) (WILLIAMSON, 2013).

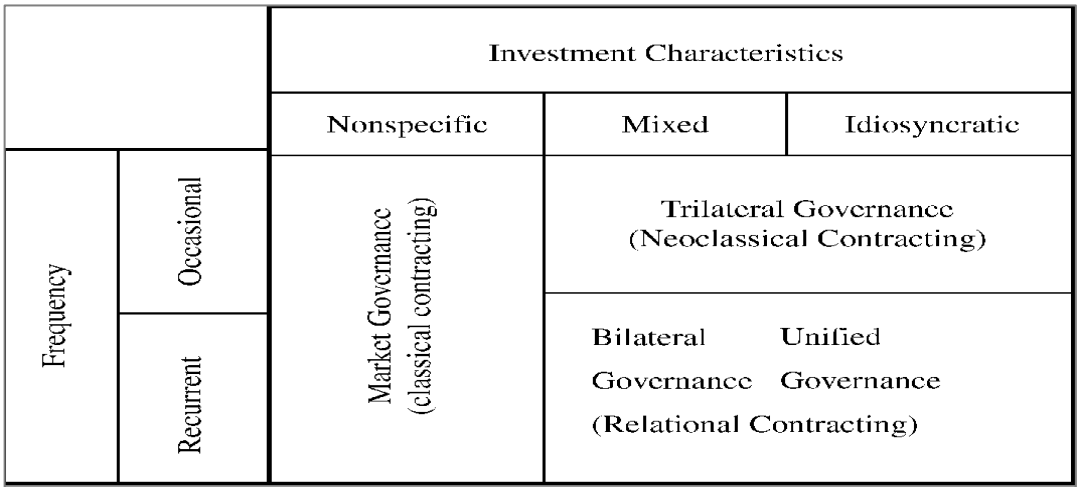
A noção de "governança eficiente", elemento teórico que vincula a frequência da transação à especificidade dos ativos, representa um constructo teórico fundamental desenvolvido por Williamson. Na análise de Brousseau e Glachant (2008, p. 14):

> Contractual incompleteness, and its interaction with the attributes of different types of transactional attributes, including asset specificity, complexity, and uncertainty, plays a central role in the evaluation of the relative cost of governance through market-based bilateral contracts versus governance through internal organization. Contracts may be incomplete because of the direct cost of specifying and writing contracts that anticipate all contingencies, because of "bounded rationality", which makes it unlikely that the transacting parties can foresee all possible contingencies, and/or because of high monitoring, verification, and enforcement cost.

Essa contribuição particular importa na medida em que acopla duas dimensões da transação ao pensamento de Ian MacNeil, formulador da tipologia dos contratos relacionais. Surgem, desse exame, três formas de governança: a governança de mercado (associada ao contrato clássico; de curto prazo), a governança trilateral (vinculada aos contratos neoclássicos) e a governança bilateral (promovida a partir de contratos relacionais). Nesses termos, estruturas (eficientes) de governança utilizam o

mercado para contratos clássicos, supondo a baixa especificidade de ativo (independentemente do nível de frequência observado para a transação). Em outro extremo, a hierarquia prevalece como decorrente da alta frequência e da especificidade dos ativos (investimentos específicos). Em transações intermediárias, ou seja, reguladas pela via contratual, a especificidade dos ativos não é alta a ponto de determinar a hierarquia e, portanto, contratos neoclássicos (trilaterais) e relacionais (bilaterais) são evidenciados como arranjos eficientes de governança. A Figura 2 ilustra as diferentes formas.

Figura 2: Governança eficiente



Fonte: adaptado de Williamson (1985, 2012).

Tais conclusões apontam para o fato de que, nos contratos clássicos, não há continuidade da relação, tampouco compromisso forte entre os agentes (*faceless*)[1]. Ao contrário, em contratos neoclássicos (classificação intermediária da tipologia), as relações são duradouras e flexíveis por efeito da maior especificidade dos ativos em relacionamento. Por fim, em contratos relacionais, frequência e especificidade importam na relação contratual (investimentos idiossincráticos). Ademais, a sustentação de longo prazo da relação é desejada pelos contratantes.

A estrutura antes referida parte do trabalho de Ian MacNeil, publicado em 1978. Em seu estudo mais recente, contudo, o autor destaca sua afinidade em discutir contratos em um âmbito maior do que aquele microanalítico, sobretudo no

[1] Para Bernardino (2010, p. 30), quando "as transações envolvem ativos podendo ser deslocados facilmente, a identidade dos agentes tem pouca importância, o mercado é suficiente para que eles sejam sancionados em casos onde adotem comportamentos irresponsáveis, pois os parceiros comerciais substituem-se sem dificuldade".

que se refere ao contexto em que são socialmente estabelecidos. Em seu entendimento, o

> [...] **contrato descontínuo** é aquele em que não existe relação entre as partes além da simples troca de bens. Seu paradigma é a negociação da microeconomia neoclássica. Porém, como se verá, todo contrato, mesmo essa negociação teórica, envolve relações além da própria troca de bens. Assim, **todo contrato é necessariamente, em parte, um contrato relacional, isto é, envolve relações além de uma troca isolada**. [...] O mundo tecnológico moderno é, por excelência, um mundo fundado em contrato. A **especialização** e a troca medram. O planejamento constante é pressuposto. O exercício da escolha é endêmico, seja a escolha dos mais diretamente afetados ou dos outros (MACNEIL, 2009; p. 10-69, grifo nosso).

A definição não pode ser considerada como operacional quando comparada àquela oferecida por Williamson. Ademais, a "parte relacional" que todo contrato apresenta dificulta sua própria tipologia. De qualquer forma, considerando seu extenso trabalho de 1978, parece clara a defesa de que contratos de longo prazo requerem flexibilidade e planejamento:

> Two common characteristics of long-term contracts are the existence of gaps in their planning and the presence of a ranger of processes and techniques used by contracts planners to create flexibility in lieu of either leaving gaps or trying to plain rigidly. [...] There is, however, a substantial difference. In the neoclassical system, the reference point for those questions about the change tends to be the original agreement. In a truly relational approach the reference point is the entire relation as it had developed to the time of the change in question (and in many instances as it has developed since the change) (MACNEIL, 1978; p. 865-894).

Em suas conclusões, MacNeil considera a flexibilização, os ajustes e a presença de lacunas (*gaps*) como elementos próprios dos contratos relacionais. Nessa perspectiva, o envolvimento estabelecido pelas partes contratantes, a confiança mútua que dele resulta, a continuidade e o comprometimento na relação fazem parte de um contrato relacional.

3. METODOLOGIA EMPREGADA NO ESTUDO

A metodologia empregada neste trabalho – *case-fuzzy* – reveste-se do propósito de analisar a realidade com profundidade. Assume-se a intenção de examinar empiricamente o comportamento oportunista presente na conduta dos agentes, ao passo que categorias de análise são propostas com o intuito de avaliar diferentes fontes de CT que, de forma potencial, associam-

se ao comportamento oportunista das partes contratantes. Com o objetivo de mensurar o comportamento oportunista existente naquelas relações contratuais, recorre-se à lógica *fuzzy* de análise, permitindo que um enfoque quantitativo seja empregado paralelamente ao estudo de caso (perspectiva "quali-quanti" de análise). Em termos metodológicos, portanto, a adoção de um estudo de caso combinado com a modelagem *fuzzy* insere-se em uma inquietante questão: a mensuração e a formalização dos conceitos da NEI. O argumento de que esses conceitos carecem de formalização é percebido em muitos escritos. Assim, ao contrário da ("elegância da") Economia Neoclássica, a ECT é "acusada", por alguns autores, de falta de formalismo matemático ou rigor analítico (MARQUES JUNIOR; PORTO JUNIOR, 2003).

Embora não se pretenda enfrentar essa questão, objetiva-se indicá-la como existente. Nesse contexto, entende-se que a adoção de um método misto ("quali-quanti") objetiva, ao mesmo tempo, (a) explorar adequadamente o objeto de estudo e, como acima apontado, (b) contribuir para a consolidação dessa área de pesquisa sem, no entanto, render-se aos propósitos da formalização neoclássica.

O nível de análise do presente trabalho refere-se à relação contratual formada entre produtor rural (unidade agrícola de produção) e processador de alimentos (unidade industrial). No plano quantitativo, elegem-se três categorias como forma de interpretar o comportamento dos agentes, assim como subdivisões específicas a cada caso. O Quadro 1 apresenta as seguintes categorias: confiança, referências e precaução. A primeira categoria de análise utilizada nesta pesquisa – confiança – foi proposta anteriormente, em trabalho de Reys et al. (2010). Para esses autores, a possibilidade de avaliação quantitativa (mensuração) de fontes de custos de transação – como no caso do comportamento oportunista – é possível e desejável por meio da abordagem *fuzzy*[1]. A categoria denominada referências é utilizada aqui como meio de analisar de que forma o agente entrevistado observa os demais agentes em seu ambiente negocial. Trata-se, portanto, de uma categoria

[1] O procedimento de análise dos dados quantitativos baseou-se no uso do Software InFuzzy, elaborado pela Universidade de Santa Cruz (UNISC) e protocolado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

mais abrangente e que, ao ser proposta para o conjunto analítico, permite trazer a visão do entrevistado acerca dos contratos realizados paralelamente ao seu. Por fim, a importância dada pelos agentes à precaução ou salvaguardas, elementos notórios na formação de contratos, objetiva fixar o entendimento dos agentes quanto à possibilidade de que cláusulas sejam violadas.

Quadro 1: Comportamento oportunista dos agentes – categorias de análise da pesquisa

Categorias de Análise	Elementos de investigação empírica
Confiança	· Histórico da relação comercial
	· Expectativas quanto ao pleno cumprimento do contrato
Referências	· Referências profissionais dos agentes (reputação externa)
	· Acompanhamento de outras transações (indicativos)
Precaução	· Importância da adoção de salvaguardas e garantias contratuais
	· Importância da existência de projetos alternativos/substitutos

Fonte: Elaboração do autor.

O Quadro 1 organiza, para cada categoria analítica, dois elementos principais. A exploração desses elementos, seja por meio de entrevistas abertas ou por escala de medida, permite, nos dois primeiros casos, que o entrevistado responda as questões a partir de sua própria experiência e percepção sobre o comportamento do outro contratante. Assim, produtores rurais foram indagados acerca da agroindústria/do processador de alimentos e esses, sobre os primeiros. A terceira categoria de análise opera no sentido de apurar a importância que o agente dá à precaução. A categoria confiança foi analisada por meio do histórico da relação existente entre as partes contratantes e pela expectativa de cada parte quanto ao cumprimento contratual pleno. Por referências, entende-se a percepção do agente a respeito do comportamento da outra parte com seus pares – o que pode ser entendido como uma forma categórica de reputação externa. Por fim, adotou-se o termo precaução para designar o quanto cada parte considera importante proteger-se do risco de oportunismo. Presume-se, nessa questão, que quanto

maior for a expectativa do agente sobre a ocorrência de oportunismo, maior também será a importância dada às salvaguardas e, do mesmo modo, mais empenhado estará na elaboração de projetos alternativos àquele original.

A estratégia analítica foi, portanto, empreendida pela sequência de estudos e posterior análise dos dados coletados diante do aporte teórico estabelecido. Após o processo de coleta dos dados, a síntese cruzada dos casos passa a importar na medida em que permite a análise a partir de uma estrutura comparativa (YIN, 2010). A utilização de métodos mistos de investigação ocorre quando a combinação de métodos qualitativos e quantitativos está presente na interpretação do fenômeno. Essa combinação é válida para uma ampla variedade de estudos e melhor aplicada quando visa a complementariedade das fontes de dados e o emprego teórico (CRESWELL & CLARK, 2013). Este trabalho utilizou, para tanto, o que os autores acima citados definem como métodos mistos fixos, ou seja, definidos *ex ante* coleta de dados. Nesse sentido, questões abertas, somadas à observação direta e à análise documental (contratos formais), representaram o componente qualitativo do estudo. Questões fechadas, com interpretação baseada na abordagem *fuzzy*, englobaram a abordagem quantitativa.

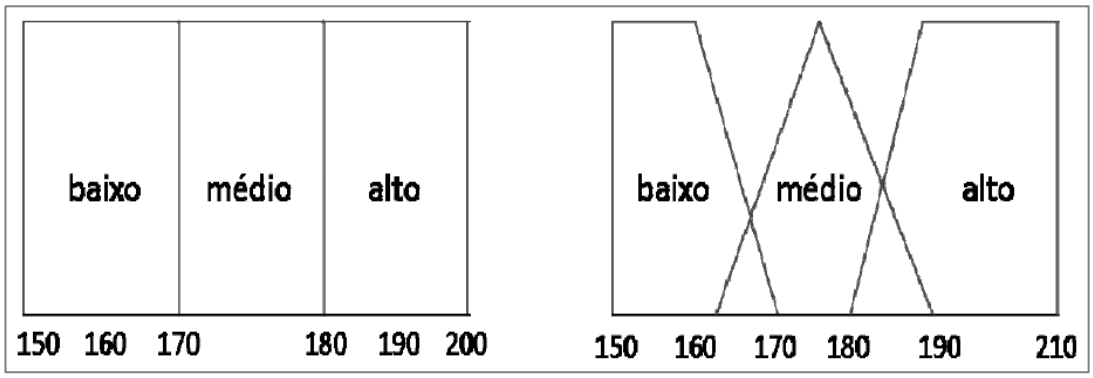
A amostra não probabilística é utilizada com o propósito de garantir a intencionalidade na exploração do objeto de pesquisa, não considerando exclusivamente a generalização de resultados quantitativos, mas, sobretudo, a sua profundidade. A coleta de dados secundários (contratos formais, por exemplo) corrobora o argumento anterior.

O emprego de uma abordagem quantitativa justifica-se, aqui, pela intenção de mensurar elementos da pesquisa relativos ao comportamento oportunista. A lógica *fuzzy*[1] caracteriza-se como uma ferramenta quantitativa adequada para esse fim, sobretudo por sua capacidade de analisar questões vagas ou imprecisas (VELLASCO, 1999) decorrentes de respostas com essas características (variáveis linguísticas), que são características do pensamento humano (BARIN, et al., 2010). Em alternativa à teoria convencional dos conjuntos, que

[1] Lofti Zadeh é considerado como precursor da lógica *fuzzy*, especialmente a partir da publicação de seu artigo de 1965, intitulado *Fuzzy Sets* (Conjuntos Nebulosos).

determina se um elemento *x* pertence, ou não, a determinado conjunto ou classe ($x \in A$ ou $x \notin A$), conjuntos *fuzzy* permitem modelar certos fenômenos com maior aproximação e relativização (graus), obtendo resultados multivalorados e que melhor aproximam-se daquelas realidades (MARRO, 2010). O termo *fuzzy* pode ser traduzido para a língua portuguesa como vago, incerto, nebuloso ou difuso. A referência central que justifica a aplicação da lógica *fuzzy* é, portanto, a de medir quantitativamente o conhecimento de especialistas quando esse se mostra impreciso ou ambíguo para o entendimento quantitativo do pesquisador (GONÇALVES, 2011). A pertinência em conjuntos *fuzzy*, consequentemente, trata-se de um conceito fundamental. Assim, o tratamento de uma variável linguística em modelos *fuzzy* possui valor qualitativo próprio (seu termo linguístico particular) e quantitativo pela noção de pertinência expressa por uma função (MAGNAGO, 2005). A Figura 3 ilustra esses argumentos.

Figura 3: Graus de pertinência em conjuntos clássicos e fuzzy.



Fonte: Adaptado de MARRO (2009).

Note-se que, nos três conjuntos gráficos da teoria clássica (representação gráfica à esquerda da figura), os elementos não podem pertencer a mais de um dos três conjuntos apresentados (baixo, médio ou alto). Na lógica *fuzzy*, ao contrário, graus de pertinência (verdade ou "verdade parcial") são admitidos (gráfico à direita da ilustração) e os elementos podem pertencer a mais de uma classe – noção implícita de *parcialidade* (GOMIDE et al, 1995; ORTEGA, 2001; AMENDOLA, et al., 2004; NICOLETTI & CAMARGO, 2004; JUNGES, 2006). Do ponto de

vista formal, a possibilidade de um elemento pertencer parcialmente a um determinado conjunto A é, portanto, a proposição lógica essencial que diferencia conjuntos *fuzzy* de conjuntos clássicos (MARRO, 2009). Assim, conjuntos clássicos ou binários (expressão 1 com condição bivalente) não apresentam os graus de pertinência ***μ(x)*** indicados na segunda expressão. Resultados em conjuntos clássicos, portanto, caracterizam-se por serem extremos, como nos exemplos: verdadeiro/falso, ligado/desligado, alto/baixo, cheio/vazio e sim/não. Ao contrário, em conjuntos *fuzzy*, resultados extremos podem ocorrer, mas não exclusivamente. A seguir, duas expressões importantes para essa discussão:

$$f(x) = \begin{cases} 1 & se, e\ somente\ se,\ x \in A \\ 0 & se, e\ somente\ se,\ x \notin A \end{cases} \quad (1)$$

$$\mu(x) = \begin{cases} 1 & se, e\ somente\ se,\ x \in A \\ 0 & se, e\ somente\ se, x \notin A \\ 0 \leq \mu(x) \leq 1\ \forall x \mid x\ parcialmente\ em\ A \end{cases} \quad (2)$$

A teoria clássica, portanto, assume que *f(x): U → {0,1}*, ou seja, somente 0 ou 1 (GOMIDE et al., 1995). O grau de pertinência $\mu_A(x)$ para a abordagem *fuzzy* está representado na expressão 3 abaixo. Nela, o intervalo de pertinência [0,1] indica que, quando 0, x ∉ A; quando 1, x ∈ A e, em complemento, valores entre 0 e 1 representam a noção de parcialidade (ou graus de pertinência). A função de pertinência implica, portanto, resolver (escolher), para um determinado universo de respostas U, um conjunto *fuzzy* A definido por regras determinantes da pertinência de cada elemento para valores do intervalo [0,1] (OLIVEIRA, 2014), conforme indicado:

$$\mu_A: U \rightarrow [0,1]. \quad (3)$$

Definida a função de pertinência, os dados são distribuídos de forma tabular, representando-se, assim, os diferentes graus adotados no estudo. O sistema

Mamdani de análise dos dados, empregado nesta pesquisa, utiliza o operador mínimo para valores de entrada e o operador máximo para a agregação das regras (REYS, et al, 2011). Nele, além da *fuzzyficação* e da adoção de *regras fuzzy*, emprega-se o processo de *defuzzyficação* na determinação dos resultados numéricos da pesquisa[1]. Assim, tem-se que:

a) *fuzzyficação* → determinação da função de pertinência, estabelecimento de regras (*IF, AND, OR e THEN*) e conjuntos *fuzzy* decorrentes. Conjuntos *crisp* são, aqui, transformados no sentido nebuloso, ou seja, com definição de fronteiras graduais (OLIVEIRA, 2014). Segundo Amendola et al. (2004, p. 9), no processo de fuzzyficação, para "cada variável de entrada, devem ser atribuídos termos linguísticos que representam os estados dessa variável e, a cada termo linguístico, deve ser associado um conjunto *fuzzy* por uma função de pertinência".

b) *defuzzyficação* → resultado ou saída numérica por meio da técnica centróide (C_{OG})[2], baseada na noção de centro de gravidade, massa ou área (CA) – para a região própria do conjunto *fuzzy*. A *defuzzyficação* é representada como segue (MARRO, 2009, p. 11) – note-se que o resultado pode ser compreendido como uma média ponderada na expressão 4:

[1]Amendola et al. (2004, p. 9) destacam a simplicidade e a eficiência desse sistema na etapa de inferência, considerando-o "bastante condizente com a intuição humana".

[2]Para Amendola et al. (2004) e Oliveira (2014), a técnica centróide é o procedimento mais utilizado na *defuzzyficação*.

$$C_{OG} = \frac{\sum_{x=a}^{b} \mu(x).x}{\sum_{x=a}^{b} \mu(x)} \qquad (4)$$

A técnica centróide parte, assim, da noção de que:

> [...] o centro de Área para calcular o valor clássico representativo considera toda a distribuição de possibilidade de saída do modelo. O procedimento é similar ao usado para calcular o centro de gravidade em física, se consideramos a função de pertinência μA(x) como a densidade de massa de x. Por outro lado, o método do Centro de Área pode ser compreendido como uma média ponderada, onde μA(x) funciona como o peso do valor x (ORTEGA, 2001, p. 48).

Conforme Oliveira (2014), parâmetros são importantes na determinação da função de pertinência, especialmente pelo fato de que, deles, decorrem funções do tipo trapezoidal (quatro parâmetros), triangular (três parâmetros), entre outras funções de menor frequência na literatura. Assim, além das funções triangular e trapézio (recorrentes na maioria dos estudos), outras funções de pertinência são utilizadas. A escolha de tais funções depende diretamente do objeto de estudo. Um exemplo um tanto intuitivo é pertinente aqui: se, dependendo do objeto de estudo a ser modelado, mudanças mínimas ocorridas em variáveis contínuas acarretarem ou representarem alterações conceituais importantes, uma função de pertinência em forma de curva pode ser mais vantajosa em termos de explicação do que uma função trapezoidal, por exemplo. Assim, outras funções são frequentemente utilizadas por pesquisadores da área, tais como a função gaussiana ou a função de sino.

Na análise dos dados quantitativos coletados e apresentados nesta pesquisa, cada variável de entrada *x* (medida pelas categorias de análise confiança, referências, precaução) gerou inferências para a variável de saída *y* (diretamente relacionadas ao comportamento oportunista). Para Oliveira (2014), é possível expressar tal correspondência como uma função:

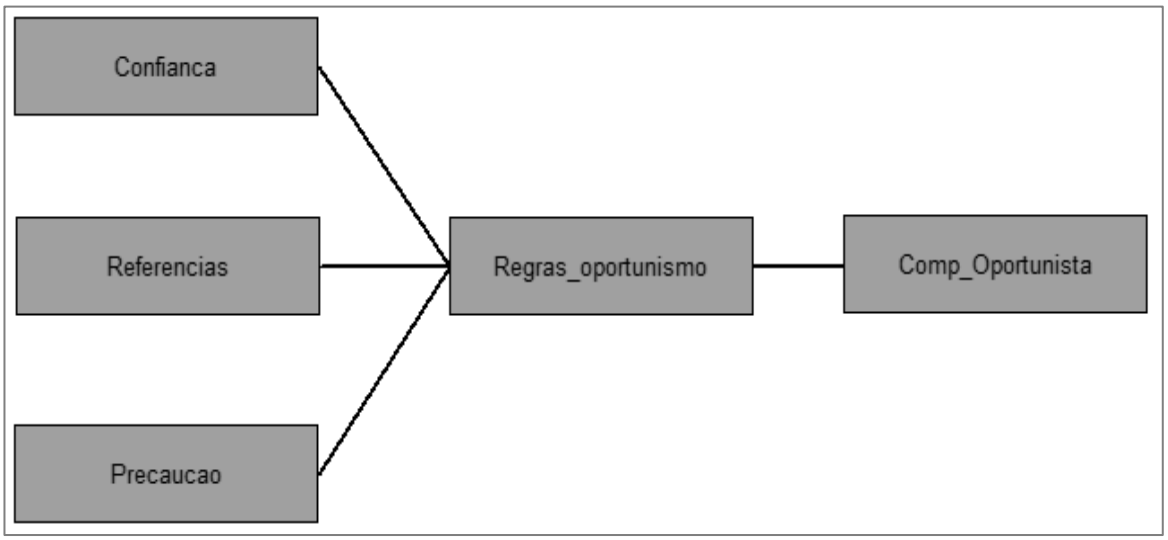
$$y = f\ (x) \qquad (5)$$

Ou: *oportunismo = f (confiança, referências, precaução)*

A estrutura geral do modelo, portanto, obedece ao seguinte esquema oferecido na Figura 4. Nela, três variáveis de entrada, submetidas ao conjunto de

regras (Regras_oportunismo), definido no projeto *fuzzy*, dão origem a saídas sobre o comportamento oportunista dos agentes (Comp_Oportunista). Assim, conforme demonstrado adiante, o comportamento oportunista dos agentes é mensurado tomando-se em conta as categorias de análise e o conjunto de regras instituído na forma de combinações. Note-se, portanto, que as variáveis estão submetidas a regras preestabelecidas. Segundo Magnago (2005, p. 11), "uma base de regras é uma coleção de regras capaz de descrever um sistema em suas várias possibilidades". Assim, para a pesquisadora, os "sistemas baseados em regras *fuzzy* são sistemas que descrevem linguisticamente um determinado objeto complexo" (MAGNAGO, 2005, p. 11).

Figura 4: Projeto Fuzzy



Fonte: Software InFuzzy.

A partir das anotações anteriores, sentenças do tipo "*IF x, THEN y*", denominadas regras, foram definidas. Sendo x o elemento precedente e y, o consequente, e partindo das três categorias de análise do trabalho, representadas no Quadro 2 a seguir, as relações entre categorias foram estabelecidas na medida de uma matriz composta por 27 regras. A matriz contém a totalidade de combinações possíveis e está organizada da seguinte forma: assumindo três ocorrências para uma categoria, organizam-se, para cada uma das demais variáveis, as três outras possibilidades conjuntamente, gerando a

matriz completa (forma tabular). Em um dos extremos, em que o comportamento oportunista é assumido como "muito elevado", observa-se a seguinte combinação particular: confiança "baixa", referências "ruins" e precaução "alta". No outro extremo do conjunto de combinações, o comportamento oportunista pode ser considerado "muito baixo" quando, conjuntamente: a confiança é "alta", as referências são "boas" e a precaução é baixa.

Naturalmente, combinações diversas entre as acima indicadas produzem resultados intermediários distintos entre os extremos possíveis apresentados no modelo, formando diferentes interpretações sobre as ações oportunistas dos agentes[1]. A escala de medida adotada para exame utilizou valores [0,1], para um domínio expresso em (10) centímetros, possibilitando a mensuração do grau de oportunismo com base nas questões de pesquisa.

[1] Considerando as três variáveis e suas decorrentes combinações (3^3), 27 regras foram geradas. A distribuição das combinações é a seguinte: muito baixo: 2 casos; baixo: 5 casos; médio: 13 casos; elevado: 5 casos; e muito elevado: 2 casos.

Quadro 2: Categorias de análise e regras *fuzzy*/controlador.

Confiança: Baixa			
	Precaução		
Referências	***Baixa***	***Média***	***Alta***
Boas	Baixo	Médio	Elevado
Média	Médio	Médio	Elevado
Ruins	Elevado	Muito elevado	Muito elevado
Confiança: Média			
	Precaução		
Referências	***Baixa***	***Média***	***Alta***
Boas	Baixo	Médio	Médio
Média	Médio	Médio	Médio
Ruins	Médio	Médio	Elevado
Confiança: Alta			
	Precaução		
Referências	***Baixa***	***Média***	***Alta***
Boas	Muito baixo	Muito baixo	Baixo
Média	Baixo	Médio	Médio
Ruins	Baixo	Médio	Elevado

Elaboração do autor.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

A análise seguinte resulta de estudo de caso sobre o setor de suinocultura. A pesquisa foi realizada junto aos produtores rurais integrados do município de Palmitinho/RS e agentes da agroindústria integradora situada em Frederico Westphalen/RS. Os referidos municípios situam-se na mesorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados coletados referem-se especificamente às atividades desenvolvidas pela agroindústria processadora de alimentos e por produtores rurais a ela integrados no âmbito dos contratos de integração.

A produção e o processamento de alimentos por meio de agroindústrias locais é uma característica marcante da região do Médio Alto Uruguai. Em um conjunto de vinte e dois municípios, diferentes atividades agroindustriais podem ser destacadas ali, com especial ênfase àquelas relativas aos (a) cortes de carne suína, de ave e bovina; (b) leite e derivados e (c) produtos de origem vegetal (ALBARELLO et al 2014). A abrangência produtiva retratada pelas fontes de dados verifica-se no conjunto das agroindústrias familiares e empresariais. Naquelas, o ordenamento e a qualificação da produção são considerados essenciais para a sua promoção e para a sustentação da diversidade produtiva. De outro lado, a agroindústria empresarial é considerada importante enquanto geradora de tributos municipais, renda e emprego para os pequenos produtores rurais, muito embora contribua com menor fôlego aos objetivos da diversidade produtiva (ADMAU, 2014). Em estudos promovidos por entidades locais (Grupos Gestores) da Agência de Desenvolvimento do Médio Uruguai, o foco em arranjos produtivos locais (APLs) sustentados na agroindustrialização é um elemento central das estratégias produtivas empreendidas para aquela realidade. Em meio ao processo de promoção de atividades agroindustriais locais, a suinocultura é percebida como uma das atividades de maior expressão econômica (ADMAU, 2014).

Dados coletados na pesquisa de campo indicam o município de Palmitinho como o segundo maior produtor de suínos do estado gaúcho. Com a plenitude de sua produção baseada no sistema integrado, conta com 118 produtores rurais inseridos na atividade. A agroindústria integradora sediada na cidade de Frederico Westphalen mantém, atualmente, contratos com os produtores locais, sucedendo outras quatro que, em período recente, sustentaram a integração em Palmitinho. Entrevistas com

agentes do setor e entidades representativas permitiram apontar o seguinte histórico de atuação produtiva dos suinocultores do município: SADIA, LABEMA, SEARA, MARFRIG e a integradora local, presente no município desde outubro de 2013. Nesse cenário produtivo, o sistema de integração via contratos perpetua-se e assenta-se como único meio de condução da produção suinícola local, inexistindo registro de produtores independentes ou de outro sistema de produção emergente.

O estudo da relação contratual estabelecida entre a agroindústria e os produtores rurais do município em estudo aponta para um sistema de parceria, com contratos formais redigidos nesses termos. Nela, o sistema de produção integrado está plenamente caracterizado, não destoando dos contornos produtivos usualmente descritos pela literatura. Sobre essa base conceitual, não obstante, elementos fundamentais daqueles contratos devem ser avaliados com maior propriedade. Os instrumentos de pesquisa possibilitaram a apreensão de questões centrais, que destoam, em certa medida, da suposição inicialmente assumida de que essas relações contratuais enquadram-se no que a literatura denomina contratos relacionais ou bilaterais. Conforme apontado no referencial teórico, a combinação de frequência da transação com elevada especificidade de ativos (*idiosyncratic*) indica a adoção de contratos bilaterais como estrutura de governança mais eficiente (redutora de CT). Em tais contratos, as partes desejam estear na relação a longo prazo (continuidade), mantendo-se a flexibilidade, a confiança e o envolvimento como meios de permear ajustes e *gaps* que a relação possa apresentar. Os dois primeiros atributos da transação (frequência e especificidade dos ativos) demonstraram-se marcantes naquela contratação. Os demais atributos contratuais, entretanto, somente podem ser considerados diante de ressalvas de cunho conceitual, como demonstrado no decorrer desta seção.

A coleta de dados demonstrou uma alta frequência da transação entre o produtor rural e a agroindústria. A terminação de suínos, transação recorrente e principal[1], ocorre, em média, a cada 120 dias, renovando-se com a presença de novos lotes, dado o "período de vazio" estipulado pela integradora. Esse intervalo refere-se formalmente, e tão somente, às questões sanitárias da produção, podendo

[1] Paralelamente à terminação, registra-se a criação de leitões por integrados da agroindústria. O sistema de produção integrado é o mesmo, embora o volume de produção seja ínfimo quando comparado à terminação.

variar entre integrados. A adoção de investimentos em ativos específicos pôde ser detectada em diferentes fontes. Para um dos agricultores entrevistados, o investimento estrutural (físico) realizado para sustentar a transação é a pocilga: "fiz a pocilga com o *check-list* da integradora, lá eu tenho tudo que eles pedem, é completo". Em outra entrevista, ao ser questionado sobre a possibilidade de reutilização do investimento em outra atividade produtiva, o produtor rural alegou que: "a gente poderia usar a pocilga essa da integradora para confinamento de cabrito [...], mas é meio complicado". A especificidade do investimento realizado pelo produtor pode ser alta e complexa:

> Existe uma relação de itens para serem efetuados para que possa cumprir as "obrigações" de uma granja classe A. São investimentos, de certa forma, vultosos, que comprometem em torno de 2 anos o ganho com todos os suínos terminados. Os itens que custam menos foram cumpridos para demonstrar o interesse de se manter na produção (entrevista com produtor rural).

No entendimento do gerente de agropecuária e produção da agroindústria, além da especificidade física dos ativos, esforços e empreendimentos de cunho administrativo são empregados na relação. Esses ativos, segundo o entrevistado, referem-se a esforços próprios da agroindústria integradora: "convênios com o Banco do Brasil para ajudar as duas partes, análise periódica de custos e verba disponível para crédito rotativo para viabilizar o produtor em caso de necessidade".

A especificidade de capital humano está presente, sobretudo, quando se considera a existência obrigatória de assistência técnica que a agroindústria fornece aos produtores. Nela, exigências técnicas moldam o aprendizado do produtor aos ditames agroindustriais técnicos e mercadológicos, dominados exclusivamente pela integradora. Não há registro de outra forma de contato ou comunicação entre as partes senão por meio do técnico da agroindústria. Assim, no entendimento de um produtor rural, a relação entre o produtor e a agroindústria cristaliza-se no contato direto com esse agente extensionista privado, garantindo que o trabalho de terminação atenda aos requisitos da integradora. Em suas palavras, observa que: "o diálogo é feito com o técnico extensionista responsável pela assistência técnica na produção". Nos últimos meses, aconteceu uma mobilização dos produtores para criar uma câmara técnica de negociação dos pontos críticos com a integradora.

A despeito da presença de alta especificidade dos ativos e da frequência das transações – fenômenos típicos de contratos bilaterais –, a flexibilidade contratual em si não está ali contemplada. Na visão dos produtores rurais, não há meio de se conquistar flexibilidade por parte da agroindústria, não restando sequer canais de comunicação para a sua determinação. Depoimentos denotam severo desgaste na relação: "se a gente se reúne, eles não terão o que fazer", alega um produtor. Para outro, não há flexibilidade, porque "tem muitos produtores querendo entrar" [no sistema integrado]. Em entrevista com outro integrado, a flexibilização parece atrelar-se a certa sujeição por parte do produtor:

> Sempre existe um pouco de flexibilidade por parte da empresa em aceitar resultados não muito bons de conversão alimentar, e também o não cumprimento das exigências e adequações da granja. Salientando que a empresa é que comanda o processo de produção, as exigências e a forma de pagamento (entrevista com produtor rural).

Ao contrário das argumentações anteriores, os agentes da processadora integrada entendem que o sistema de parceria é, por definição, flexível. Para um dos agentes, "existe, sim, flexibilidade; não há obrigação do produtor rural em ficar conosco. No negócio, a garantia é para os dois lados". Em outro argumento, a flexibilidade aparece novamente como elemento unidirecional: "sim, os produtores são, na maioria dos casos, flexíveis".

É importante destacar, aqui, que o conceito de flexibilidade é um tanto subjetivo. Usualmente relacionado com o "ganho" de uma das partes, dado o consentimento da outra, a flexibilidade encontra sentido maior quando observada na relação entre as partes, ou seja, no quanto uma parte contratante pode ceder à outra (sentido próximo ao de barganha) em prol de ajustes. Esse sentido é notório na literatura da NEI. Nesse caso particular, não há como assumi-la na relação existente entre produtor rural e agroindústria. Ao contrário, como forma de ressalva ou reinterpretação conceitual, a flexibilidade funcional ou mercadológica é evidente nos registros de pesquisa e relaciona-se aos ajustes na transação como um todo e com propósitos mercadológicos.

A adequação conjuntural do contrato às exigências mercadológicas que a transação requer é percebida em muitos eventos, indicando uma flexibilidade funcional particularmente vinculada ao mercado. O "período de vazio", a exemplo dessa flexibilidade funcional, pode atender, assim, a demandas de mercado, para além

do sentido sanitário. Nas palavras de um agente da agroindústria, "o período de vazio pode ocorrer e ser usado quando não se tem estabilidade na produção e decisões estratégicas são tomadas". Esse tipo de flexibilidade detectado no estudo é certamente unidirecional, ou seja, atende aos anseios da agroindústria exclusivamente. Ademais, como retratado adiante, vale-se de práticas oportunistas vinculadas à distorção de dados contratuais e movimentos técnicos específicos.

Pelo exposto, a flexibilidade das partes no contrato em si não corresponde à realidade. Ao contrário, a flexibilidade da transação inteira aos condicionantes externos, especialmente àqueles de cunho mercadológico, está presente no sistema integrado de produção da suinocultura, que, somente dessa forma particular, poderia ser compreendido integralmente como um contrato relacional. Essa sutil distinção parte, portanto, de uma relativização do conceito de flexibilidade. A partir disso, é coerente supor, no nível teórico, que a flexibilidade funcional estabelecida diante de seus condicionantes externos – e mesmo institucionais – não seria facilmente obtida em contratos clássicos – dada a padronização inerentemente associada àquelas transações.

A análise empírica sobre o comportamento oportunista em contratos de integração da suinocultura recorreu a entrevistas com agentes da agroindústria local e produtores rurais. Nelas, as categorias de análise destinadas a operacionalizar a investigação sobre o comportamento oportunista foram aportadas por meio dos instrumentos de pesquisa. Questões abertas e fechadas sobre (a) o nível de confiança; (b) as referências e (c) as ações de precaução tomadas pelos agentes foram aplicadas. Revela-se, na seção seguinte, a percepção dos agentes da processadora de alimentos e dos integrados sobre tais elementos da relação contratual. Primeiramente, são analisados os depoimentos e as fontes paralelas de dados. A seguir, os resultados sobre o comportamento oportunista dos agentes são expostos a partir do modelo *fuzzy* empregado na pesquisa.

A visão do processador de alimentos é uniforme e pontual: o contrato de integração é uma parceria de negócios propensa a ajustes, que são eventuais e inerentes à relação. Nela, os conflitos são marginais e passíveis de serem resolvidos, uma vez que a relação é justa, correta e transparente para ambos os lados. No entendimento do gerente da processadora: "conflitos existem, mas sempre sem

agressividade. Todos somos seres humanos [...], então nem tudo pode funcionar 100%. Mas é assim: dinheiro todo mundo quer um pouco mais". Para outro colaborador, "os produtores integrados sempre querem mais remuneração, mas não pensam que existe uma realidade por trás do negócio". Sem grandes hesitações durante as entrevistas, os agentes demonstram entender a relação com o foco em seu sentido negocial, ou seja, de parceria comercial.

A confiança no produtor rural integrado é elevada. No juízo dos agentes da agroindústria, os integrados da empresa cumprem as recomendações técnico-produtivas e negociais sem grandes falhas, mantendo um histórico muito bom na terminação dos animais. Do mesmo modo, os representantes da agroindústria demonstram elevada expectativa quanto aos acordos já firmados, ou seja, com os contratos em curso com os produtores rurais. Para um dos entrevistados, "algumas coisas o produtor não dá conta de fazer, não consegue [...] especialmente no manejo, que eu percebo que é onde eles mais pecam".

O relato acerca das referências que os agentes têm dos integrados é igualmente positivo. Nessa linha, consideram que os produtores rurais possuem comportamento ético-profissional condizente com os valores sustentados pela agroindústria; inclusive com outras integradoras que, no passado recente, conduziram contratos de integração. A pesquisa constatou grande conhecimento dos agentes sobre as atividades desenvolvidas pelas agroindústrias anteriores, sobretudo pelo fato de que, nesse sistema de produção, as estruturas e os processos são normalmente isomorfos.

A visão otimista com relação à postura dos produtores rurais não prescinde da elaboração de salvaguardas e garantias. Para a agroindústria, a adoção de garantias contratuais é indispensável e está presente no documento contratual fornecido aos integrados. Ainda assim, a agroindústria demonstra resguardar-se de eventos oportunistas por meio de duas outras formas de precaução ou planos alternativos imediatos: (a) uso de resgate de lotes de menor tempo de terminação e (b) domínio estratégico sobre o período de vazio. No primeiro caso, recorre-se à antecipação com vistas a atender o mercado, dada uma falha imprevista e eventual de algum integrado. No segundo caso, o gerente de agropecuária da integradora afirmou que: "quando se tem instabilidade na produção, decisões estratégicas são tomadas, como no caso do vazio". A prática se expressa,

segundo o agente entrevistado, da seguinte forma:

> Período de vazio remunerado o MAFRIG não tinha; nem a BRF tem isso. A empresa vem com essa ideia de remunerar o produtor sempre, inclusive no período de vazio entre um lote terminado e o novo lote de leitões. Isto, inclusive, foi elaborado dentro da minha equipe, tenho participação nisso (entrevista com o gerente de agropecuária e produção da agroindústria).

Formalmente, o período de vazio trata-se de um intervalo de produção que se estabelece por razões sanitárias. Assim, entre um lote de suínos terminado e outro novo (de leitões), um período de vazio é estabelecido no criatório do integrado. Os depoimentos revelam, entretanto, que tal movimento técnico possui nítido componente estratégico, assumido pelos agentes da própria agroindústria. A remuneração dada ao produtor nesse período é proporcional aos resultados dos lotes anteriores.

No âmbito da produção, outro mecanismo é utilizado estrategicamente pela empresa agroindustrial: o período de terminação dos suínos. O período usual de aproximadamente 110 dias na terminação é expandido de forma recorrente pela agroindústria. Segundo seus representantes, esse procedimento de aumento da frequência do período visa atender exigências do mercado, especialmente nos produtos exportados para a Rússia. Assim, é comum aumentar o prazo para 140 dias, obtendo variações no peso da carcaça. Ao ser questionado sobre esse procedimento, o agente da agroindústria alegou que "os 110 dias era o período de antigamente, hoje depende da conversão e do peso".

O aumento do intervalo entre a entrega do lote terminado e o recebimento do novo é considerado necessário e normal pelos agentes da integradora: "Dependendo da situação, se pode aumentar o vazio em 10 ou 20 dias. Pelo que eu vejo, um período de no máximo 15 dias é interessante para o produtor, mais que isso não compensa". Ademais, consideram justa a remuneração daquele período, assim como alegam ser adequado e justo o preço médio pago de R$ 20,50 por cabeça. Sobre essa remuneração produtiva, segundo agente entrevistado:

> o valor de R$ 26,00/cabeça era praticado pela SADIA. Após o MARFRIG assumir a integração em Palmitinho, o valor girou em torno de R$ 18,00/cabeça. Agora, a integradora local está pagando algo como R$ 20,50/cabeça (entrevista com representante da agroindústria).

Para além das garantias e salvaguardas contratuais, aspectos relativos à terminação são assumidos pela integradora como formas superiores de

precaução; são projetos prontos e alternativos. O uso de tais mecanismos, para os entrevistados, é uma questão de proteção e de estratégia, pois representa uma resposta efetiva a eventuais descumprimentos contratuais e um meio de se atender às necessidades conjunturais de mercado. O conjunto de categorias de análise indica, portanto, uma dissensão importante na interpretação da agroindústria: altos níveis de confiança e elevadas referências sobre os produtores integrados concorrem, em oposição, com altos níveis de precaução, sejam esses assumidos pela criação de salvaguardas e garantias, sejam admitidos por mecanismos de proteção via planos alternativos.

Os dados obtidos pela escala do modelo *fuzzy* estão dispostos na Tabela 1. Neles, a percepção dos agentes da agroindústria sobre o comportamento oportunista dos produtores rurais é interpretada por meio das categorias de análise, valendo-se da coleta de dados primários. As entrevistas realizadas com processadores de alimentos (PA) demonstram os valores atribuídos para cada categoria de análise, as saídas *fuzzy* geradas na *defuzzyficação* e, por fim, a interpretação dos resultados em termos de comportamento oportunista.

Tabela 1: Valores atribuídos às diferentes categorias de análise – visão do processador de alimentos (*case-fuzzy*)

Tipo	Confiança	Referências	Precaução	Saídas *Fuzzy*	Comportamento Oportunista
PA 1	9,30	9,70	8,10	3,000	Baixo
	9,50	4,60	8,30	5,000	Médio
PA 2	8,50	8,20	10,00	3,000	Baixo
	8,90	1,80	9,20	7,000	Elevado

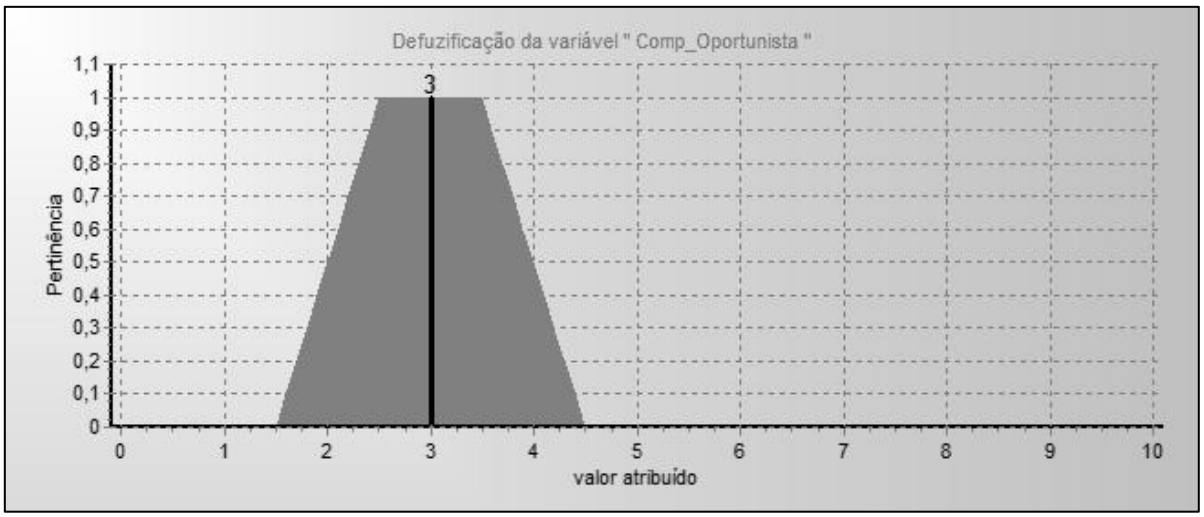
Fonte: dados primários da pesquisa.

Os dados permitem observar a existência de comportamento oportunista na plenitude dos registros. A classificação mínima é de oportunismo "baixo", com registro de "médio" e "elevado". Não há, portanto, ocorrência de níveis "muito baixos" no conjunto de dados, o que implicaria supor sua inexistência – dado o

centro de gravidade empregado em sua determinação. Nas duas primeiras sequências de dados (PA 1), o entrevistado apresenta índices que geram saídas entre baixo e médio oportunismo. No segundo conjunto de dados (PA 2), as sequências variam entre baixo e elevado. A Figura 5 ilustra a menor saída *fuzzy*, oportunismo "baixo".

.

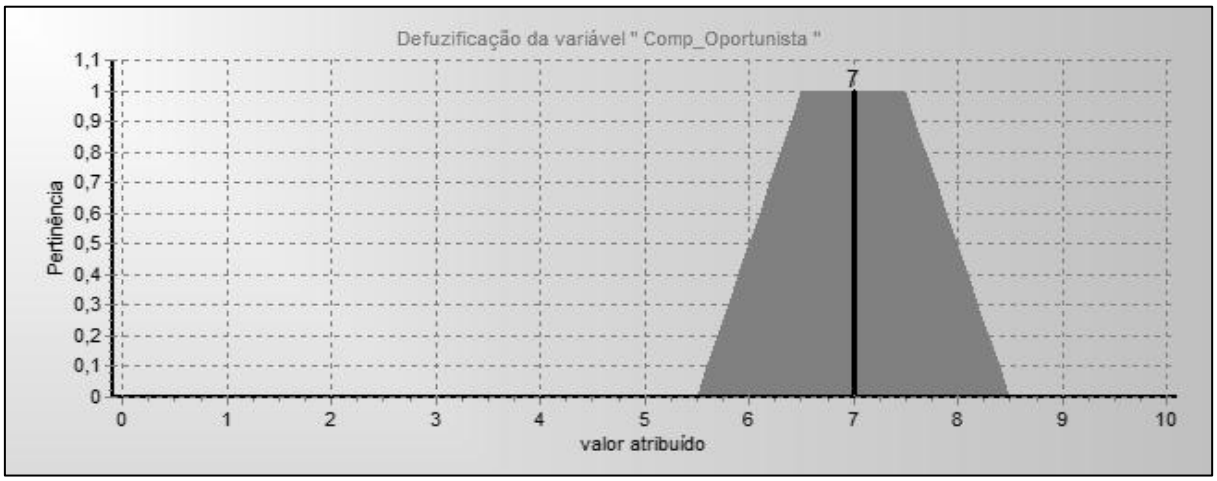
Figura 5: Conjunto Fuzzy: PA Suínos – saída menor.



Fonte: dados da pesquisa.

O centro de gravidade assume o valor de 3,000. Trata-se do indicador mínimo encontrado na análise e sugere, portanto, um baixo comportamento oportunista dos suinocultores do setor. O comportamento elevado (saída 7,000), encontrado em uma das sequências, rivaliza com outra sequência obtida com o mesmo entrevistado (saída 3,000). A Figura 6 apresenta a resolução gráfica encontrada para a saída maior.

Figura 6: Conjunto Fuzzy: PA Suínos – saída maior.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Embora a análise quantitativa não permita uma inferência conclusiva global – dadas as indicações divergentes obtidas junto ao processador de alimentos –, o nível de confiança no produtor é notadamente alto. Ações de precaução estão igualmente caracterizadas nas operações executadas pela agroindústria. A categoria "referências", ao contrário, varia entre as sequências de respostas. Essa disposição de dados gerou diferentes inferências *fuzzy* para o caso, muito embora a opção "baixo" oportunismo esteja presente na indicação de ambos os entrevistados (primeira sequência de dados de cada PA). Mesmo diante dessas variações, é possível concluir que a integradora percebe a existência de práticas oportunistas por parte dos suinocultores. Conforme será discutido na seção seguinte, tal prática potencializa-se quando analisada para o comportamento da agroindústria.

Os dados coletados junto aos produtores rurais integrados à empresa concentram-se em dois elementos centrais e relacionados às práticas oportunistas: baixa remuneração e falta de transparência por parte da integradora. A realização de visitas às propriedades rurais, entrevistas e análise de dados paralelos – tais como documentos técnicos e contratos formais –, revelou elementos essenciais da relação. O emprego das categorias de análise permitiu verificar, por meio dos instrumentos de pesquisa, a percepção do integrado sobre a ocorrência de comportamento oportunista por parte da integradora. Expõem-se, a seguir, as referidas implicações.

Em oposição aos resultados obtidos junto à agroindústria, o nível de confiança dos produtores rurais com a integradora é

expressivamente menor. Entre as razões indicativas da baixa confiança, estão: (a) nenhum dos entrevistados recebeu contrato formal impresso da empresa integradora; (b) a remuneração é baixa e decrescente no período e (c) não há transparência no cálculo da remuneração. No que diz respeito às referências ético-profissionais que os produtores rurais possuem da agroindústria, resultados negativos são igualmente encontrados. Os motivos centrais dessa indicação estão associados a: (a) má divisão dos resultados financeiros e (b) inexistência de parceria de fato. Quanto às salvaguardas e garantias por parte dos integrados, apesar de serem considerados como elementos importantes da relação, não são expressivos nos registros de campo. Elementos de precaução relativos a projetos alternativos igualmente mostram-se baixos. Esse conjunto de indicativos está adiante detalhado.

Um dos indicativos iniciais de conflito refere-se à ausência do contrato formal. Ao contrário das alegações da agroindústria, nenhum dos produtores entrevistados possuía o registro contratual de suas atividades produtivas. Em verdade, o estudo permitiu revelar que os contratos anteriormente firmados com outras integradoras que não atuam mais na região passaram a ser validados de forma automática pela integradora atual, desde o início de suas operações, em 2013. Para um dos integrados, a interpretação é assim formada: "contrato eu não recebi ainda, não sei por quê. O que dizem aí é que o MARFRIG foi barriga de aluguel da empresa atual, por isso ficou valendo esse que eu tinha". Outro entrevistado alegou: "sim, tem contrato; mas ainda não veio pra nós".

A remuneração do produtor rural é considerada baixa para os entrevistados. Ademais, verifica-se um decréscimo do valor pago no período. Depoimentos demonstram queda do preço por cabeça de suíno terminado. Para um dos integrados:

> Seis anos atrás eles pagavam R$ 25,00 por cabeça; hoje, eles pagam R$ 18,00. A construção da pocilga virou um negócio aqui, e o produtor é a quinta parte dele. Ganha a Prefeitura, a agroindústria, o construtor, etc., depois vem o produtor. O pagamento de R$ 18,40 por cabeça é muito pouco, eles falam em R$ 20,00, mas ainda é pouco; queremos R$ 28,00 (entrevista com produtor rural).

A falta de transparência nos cálculos de remuneração é observada pelos produtores integrados como subterfúgio da agroindústria para a prática de baixos

preços. O referido cálculo é visto, portanto, como fruto da unilateralidade praticada pela agroindústria somada à assimetria de informações. A conversão alimentar é determinante na formação do preço, no entanto, na concepção dos integrados, caracteriza-se pela alta subjetividade. Assim,

> [...] o controle do sistema é todo da agroindústria, adequando os prazos, os períodos de fornecimento de suínos, a qualidade desses suínos fornecidos, a idade de abate, a forma de pagamento, o momento do pagamento; todos são prazos definidos pela integradora, com pouca influência dos agricultores. O grande conflito é sobre a forma de pagamento, as regras não estão claras para nós produtores. Outro ponto de conflito é sobre a necessidade de investimento para adequação das instalações e o cumprimento das normas para a exportação, ou seja, o integrado não aceita pagar sozinho essas adequações e acha muito pouco a "ajuda" da integradora. Esses conflitos são frequentes e são externalizados nos tempos de "crise", ou seja, quando a remuneração é baixa. Vários problemas foram evidenciados, como o não cumprimento do período de engorda, ultrapassando os 120 dias, que é um período ideal, e também no período de vazio, muito curto, não obedecendo às questões sanitárias para limpeza e desinfecção ou, por outro lado, ultrapassando os 21 dias, diminuindo a remuneração anual. Na realidade, a empresa realizou poucas reuniões para explicar e manter o "parceiro" informado sobre todo o processo produtivo. As informações é que estamos produzindo um produto para exportação, para a Ucrânia e a Rússia (entrevista com produtor rural).

A remuneração, assim, guarda significativa relação com o período de terminação e de vazio. Para um dado aumento do período de terminação, maior será o custo de produção do lote, reduzindo os rendimentos do produtor. O índice de mortalidade aumenta, reduzindo receitas. Para um dos integrados, "a mortalidade pode ocorrer depois dos 110 dias e a integradora pode pensar que o produtor vendeu 'por fora'". O período de vazio, embora remunerado, gera ociosidade e gasto ao produtor. Ao gerar remuneração proporcional àquela estabelecida no lote anterior, exclui, ainda, a possibilidade de melhores resultados de conversão.

Os elementos constitutivos do cálculo de remuneração contemplam, também, o uso e a composição da ração.

Nesse ponto, as visitas realizadas permitiram observar o descontentamento dos produtores rurais com a retirada, por parte da empresa, da vitamina usualmente empregada na terminação dos lotes. Nesse aspecto, um dos entrevistados relata: “não há clareza, não tem garantia de dias [de terminação], de mortalidade”. “A vitamina que a gente usava antes não tem mais”. A vitamina, segundo as fontes, era responsável direta pelos níveis de conversão. Sua retirada não foi justificada aos produtores rurais.

Pelo conjunto de conflitos existente na relação, a má divisão dos resultados financeiros está formada na percepção dos integrados. Assim, o consenso acerca da inexistência de uma parceria de fato caracteriza fortemente a crítica que o produtor rural elabora acerca do contrato de integração. Ao sintetizar a relação com a agroindústria, um dos entrevistados sinaliza: “o lucro é muito diferente entre produtor e integradora; não há parceria, somos reféns”. “E não tem jeito, os produtores independentes quebraram”.

O estabelecimento de salvaguardas e garantias por parte dos integrados é inexpressivo. A elaboração do contrato formal, como antes referido, é uma incumbência própria da agroindústria. Ademais, não há forma alternativa de se conduzir a atividade de suinocultura, tampouco espaço para que o produtor rural realize outra atividade produtiva – dada a alta especificidade dos ativos físicos. Portanto, elementos de precaução relativos a projetos alternativos mostram-se igualmente escassos, embora assumidos nas entrevistas como recursos necessários. Os registros de campo apontam para alternativas produtivas mínimas indicadas pelos produtores integrados: piscicultura e gado de leite. Essas seriam alternativas produtivas a serem consideradas.

Resultados da análise *fuzzy* estão dispostos na Tabela 2. Os registros revelam a visão dos cinco produtores rurais (PR) para as diferentes sequências aplicadas no estudo.

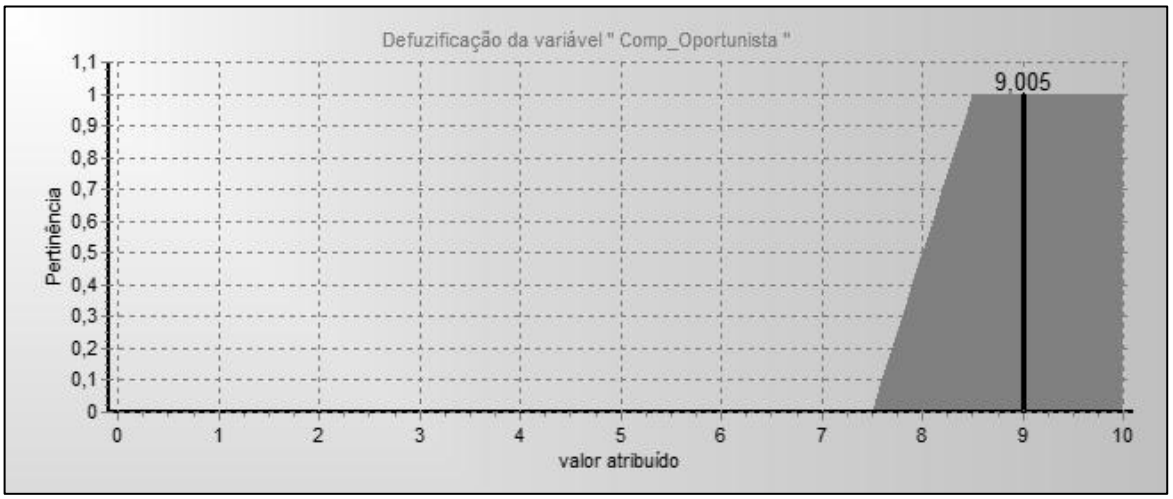
Tabela 2: Valores atribuídos às diferentes categorias de análise – visão do produtor rural da integradora da agroindústria (case-fuzzy)

Tipo	Confiança	Referências	Precaução	Saídas *Fuzzy*	Comportamento Oportunista
PR 1	4,70	0,30	0,20	5,000	Médio
	6,60	0,10	0,30	3,574	Baixo
PR 2	1,70	2,00	8,30	9,005	Muito elevado
	8,20	1,30	4,10	4,426	Médio
PR 3	2,30	5,00	2,70	5,000	Médio
	5,60	5,70	8,30	4,835	Médio
PR 4	8,60	7,70	0,60	0,995	Muito baixo
	6,20	7,80	0,20	2,165	Baixo
PR 5	6,60	5,50	9,00	5,000	Médio
	6,60	2,30	7,60	7,000	Elevado

Fonte: Dados primários da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Com exceção de um dos entrevistados (PR 2), os demais entrevistados apresentam respostas condizentes entre si na sequência de questões aplicadas. Comportamento oportunista "muito baixo" foi obtido unicamente em uma das sequências do produtor PR 4. Com exceção do registro PR 4, portanto, observa-se que a visão que os suinocultores têm da processadora está atrelada à presença de práticas oportunistas. A Figura 7 expõe a resolução gráfica da maior saída *fuzzy* obtida no estudo.

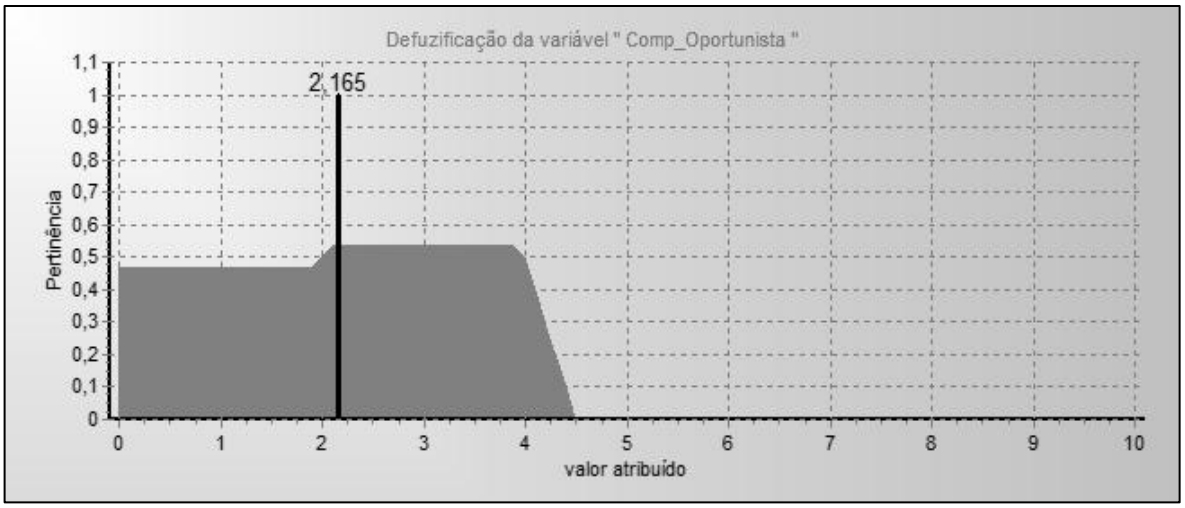
Figura 7: Conjunto Fuzzy: PR Suínos – saída maior.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

A Figura 8 apresenta uma das menores saídas da relação de dados, orientada pela expressão "baixo". O produtor PR 4, nesse caso (2,165), expressa sua alta confiança na agroindústria, os elevados índices de referências que possui e a baixa importância dada à adoção de salvaguardas.

Figura 8: Conjunto Fuzzy: PR Suínos – segunda sequência com saída menor.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Das dez saídas geradas nas diferentes sequências, a classificação de "médio" comportamento oportunista prevalece, com cinco registros. Assim, a distribuição seguinte pôde ser observada em relação ao comportamento oportunista da integradora: sete sequências entre "médio" e "muito elevado" contra somente três abaixo de "médio". Os resultados aqui indicados mostram-se, portanto, mais expressivos em termos de oportunismo do que aqueles auferidos pela análise da agroindústria. A correspondência com os dados qualitativos está, portanto, caracterizada.

4. CONCLUSÃO

A produção suinícola situada na região do Alto Médio Uruguai é expressiva e importante. Nesse segmento produtivo, a atuação da integradora e dos produtores rurais a ela integrados é central, constituindo-se como única na atividade de terminação de suínos encontrada em Palmitinho. O município abriga um conjunto de produtores integrados que se encontra lotado na agroindústria local de

Frederico Westphalen. Dessa relação, conflitos de diferentes naturezas foram detectados, sobretudo quando relacionados à remuneração e à transparência dos contratos. Os dados indicam o sistema de produção integrado presente naquela relação contratual. Ademais, elementos de isomorfismo são notórios, particularmente pela repetição e validação dos contratos que se sucederam no tempo. A frequência da transação, a especificidade dos ativos e a continuidade da relação são elementos que sugerem a existência de um contrato bilateral naquele contexto. A flexibilidade contratual, a confiança e o envolvimento das partes, ao contrário, não estão caracterizados.

A flexibilidade contratual se dá estritamente no nível funcional, ou seja, da adaptação da transação "inteira" com seus condicionantes externos. Assim, a exemplo dessa propriedade contratual, é notória a flexibilidade que a atividade contém diante de oscilações macroeconômicas. Essa sujeição da transação ao seu contexto, entretanto, ocorre pelo comando exclusivo da agroindústria, tanto no nível operacional quanto no contratual. Nesse sentido, não há envolvimento das partes, tampouco comunicação que o caracterize. Em adição, o nível de confiança dos produtores rurais com a agroindústria é baixo, conforme determinado na análise *fuzzy*. Esse conjunto de resultados expõe a existência de práticas oportunistas por parte da integradora, especialmente quando associadas à falta de transparência dos dados contratuais e orientações de ordem técnica. Pelo lado do produtor, pouco se verifica em termos de comportamento oportunista. As referências encontradas junto aos agentes da empresa concentram-se em ações diretamente relacionadas ao manejo. Ademais, como registrado, o integrado não possui interferência na formulação da negociação, tampouco na determinação e na condução de questões técnicas.

A integradora mitiga possíveis comportamentos oportunistas por parte dos produtores rurais por meio de estruturas próprias criadas para tal – como no caso do contrato de integração. Uma clara dissensão em termos de proteção ao risco moral forma-se, portanto. Salvaguardas contratuais confirmam a distorção anterior, sobretudo pela razão de serem mais acentuadas na atuação da integradora. A existência de ativos específicos caracteriza a relação. Não se verifica, contudo, reciprocidade quanto às propriedades ativas de mitigação de práticas oportunistas naqueles investimentos – especificidade de prova. A percepção dos produtores rurais

sobre temas relacionados ao rendimento do lote, transparência do cálculo e mesmo conversão produtiva é extremamente negativa. A transparência, no nível dos investimentos específicos realizados, é pouco observada. Tampouco se pode observá-la no nível contratual. De outro lado, tais propriedades de avaliação estão ativas para a agroindústria: o controle de processos existente demonstra resguardar a agroindústria de ações oportunistas por parte dos suinocultores.

Na visão da integradora, os contratos de integração caracterizam-se como uma parceria de negócios. Nela, o comportamento oportunista por parte dos integrados é considerado inexpressivo, muito embora garantias contratuais e salvaguardas sejam imprescindíveis e utilizadas. O contrário é observado na percepção dos produtores rurais: práticas oportunistas por parte da agroindústria são identificadas e relacionam-se fortemente à baixa remuneração e à falta de transparência contratual. Assim, esses elementos desvinculariam a relação de uma parceria, na percepção dos suinocultores.

5.REFERÊNCIAS

ADMAU. **Informativo da Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai**. Conselho Administrativo, dez. 2014.

AGUADO, A.; CANTANHEDE, M. **Lógica Fuzzy**. 2010. Faculdade de Tecnologia Universidade Estadual de Campinas, 2010.

ALBARELLO, E. et al. **Plano de desenvolvimento**: arranjo produtivo local, agricultura familiar e diversidade do Médio Alto Uruguai. Frederico Westphalen: URI, 2014.

AMENDOLA, M.; SOUZA, A. L. de; BARROS, L. C. **Manual do uso da teoria dos conjuntos *fuzzy* no MATLAB 6.5**. Campinas: CPG/FEAGRI/UNICAMP, 2004.

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. (Org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 11-46.

BARIN, A. et al. Seleção de fontes alternativas de geração distribuída utilizando uma análise multicriterial baseada no método AHP e na lógica fuzzy. **Revista Controle & Automação**, v. 21, n. 5, p. 477-486, 2010.

BEGNIS, H.; ESTIVALETE, V.; PEDROZO, E. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gestão e Produção**, v. 14, n. 2, p. 311-322, 2007.

BERNARDINO, M. **Regulamentação e economia dos custos de transação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Pública)–Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, Paris, 2010.

BESANKO, D. et al. **A economia da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BROUSSEAU, E.; GLACHANT, J.-M. (Eds.). **New institutional economics**: a guidebook. Cambridge University Press: New York, 2008.

CONCEIÇÃO, O. Os institucionalistas e a constituição de uma teoria econômica das instituições. In: ENCONTRO DOS ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2003, **Anais**... Recife/PE, 2003.

CRESWELL, J.; CLARK, V. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, v. 6, n. 3, p. 147-161, dez. 1999.

GOMIDE, F. C.; GUDWIN, R. R.; TANSCHEIT, R. Conceitos fundamentais da teoria de conjuntos *fuzzy*, lógica *fuzzy* e aplicações. In: IFSA CONGRESS-TUTORIALS, 6., 1995, São Paulo. **Proceedings**... São Paulo, 1995. p. 1-38.

GONÇALVES, F. da S. F. **Construção de um modelo *fuzzy* aplicado à gestão dos relacionamentos na coordenação de redes organizacionais**. 2011. 99 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

JUNGES, L. **Introdução a lógica *fuzzy***. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Tecnológico. Departamento de Automação de Sistemas, 2006.

MACNEIL, I. R. Contracts: adjustments of long-term economic relations under classical, neoclassical, and relational contract law. **Northwestern University Law Review**, v. 72, n. 6, p. 854-906, 1978.

_____. **O novo contrato social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MAGNAGO, K. F. **Abordagem *fuzzy* em modelos populacionais discretos**. metapopulação de moscas varejeiras. 2005. 189 p. Tese (Doutorado em Matemática Aplicada)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

MARQUES JUNIOR, L.; PÔRTO JÚNIOR, S. O método da teoria neoclássica: a economia neoclássica é uma teoria refutável? In: CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARRO, A. et al. **Lógica *fuzzy***: conceitos e aplicações. Departamento de Informática e Matemática Aplicada (DIMAp). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

MÉNARD, C. The economics of hybrid organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MÉNARD, C. et al. **Economia das organizações**: formas plurais e desafios. São Paulo: Atlas, 2014.

NIESTEN, E.; JOLINK, A. Incentives, opportunism and behavioral uncertainty in electricity industries. **Journal of Business Research**, v. 65, n. 7, p. 1031-1039, 2012.

NICOLETTI, M.; CAMARGO, H. **Fundamentos da teoria de conjuntos *fuzzy***. São Carlos: Edufscar, 2004.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. The United Kingdom: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, S. V. de. **Arranjos de coordenação em cadeias produtivas agroindustriais**: contribuições analíticas com base na abordagem *fuzzy*. 2014. 251 p. Tese (Doutorado em Agronegócios)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

ORTEGA, N. R. S. **Aplicação da teoria de conjuntos *fuzzy* a problemas da biomedicina**. 2001. 166 p. Tese (Doutorado em Ciências)–Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2001.

PEDROZO, E. A.; BEGNIS, H. S. M.; ESTIVALETE, V. F. Análise do ambiente competitivo como determinante das escolhas estratégicas no agronegócio: um estudo de caso em uma unidade de produção avícola. **Contexto**, v. 5, n. 8, p. 1-26, 2005.

POSSELT, E. L.; FROZZA, R.; MOLZ, R. F. ***Software* Infuzzy 2011**. Programa de Mestrado em Sistemas e Processos Industriais PPGSPI, UNISC, 2011.

REYS, M. A.; ARBAGE, A. P.; OLIVEIRA, S. V. de Identification of sources of transaction costs: a *fuzzy* approach for the evaluation of analytical categories. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 1, 2011.

VELLASCO, M. M. B. R **Lógica nebulosa**. Núcleo de Pesquisa em Inteligência Computacional Aplicada, Curso de Engenharia Elétrica, PUC, Rio de Janeiro, 1999. WILLIAMSON, O. E. Por que direito, economia e organizações? In: ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R. **Direito & Economia**: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WILLIAMSON, O. **Markets and hierarchies**: analysis and antitrust implications. New York; Macmillan, 1975.

WILLIAMSON, O. Opportunism and its critics. **Managerial and Decision Economics**, v. 14, n. 2, p. 97-107, 1993.

WILLIAMSON, O. **As instituições econômicas do capitalismo**: firmas, mercados, relações contratuais. São Paulo: Pezco, 1985, 2012.

WILLIAMSON, O. **Selectivity contract** [mensagem pessoal]. Mensagens recebidas por <owilliam@haas.berkeley.edu> entre 19 maio 2013 e 03 ago. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZADEH, L. A. Fuzzy sets. **Information and Control**, v. 8, n. 3, p. 338-353, 1965.

ZYLBERSTAJN, D. **Estrutura de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 241 p. Tese (Doutorado em Livre Docência)–

Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ZYLBERSTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, 33., Ribeirão Preto/SP. **Anais...** Ribeirão Preto/SP, 2005.

ZYLBERSTAJN, D.; SZTAJN, R. (Org.). **Direito e economia**: uma análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier 2005.